



RAMIFICAÇÕES DA HISTÓRIA

POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE

CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES
JOSÉ DE ARIMATÉA FREITAS AGUIAR JÚNIOR
LÍVIA SUELEN SOUSA MORAES MENESSES
(ORGANIZADORES)



EdUespi

Cláudia Cristina da Silva Fontineles
José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior
Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses
(organizadores)

**RAMIFICAÇÕES DA HISTÓRIA:
POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE**



EDUESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Rauirys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Ana de Lourdes Sá de Lira **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Sammy Sidney Rocha Matias **Universidade Estadual do Piauí**
Gladstone de Alencar Alves **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Pedro Pio Fontineles Filho **Universidade Estadual do Piauí**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**

Ronyere Ferreira **Projeto Gráfico e Diagramação**

Mário Sérgio Olivindo **Capa**

Editora e Gráfica UESPI **E-book**

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/162>

R173 Ramificações da história: política, cultura e sociedade /
Cláudia Cristina da Silva Fontineles, José de Arimatéa
Freitas Aguiar Júnior, Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses,
organização. 2 ed. Teresina: EdUESPI, 2025.
364 p. : il.

ISBN Digital: 978-65-81376-85-7

1. História. 2. Política. 3. Cultura. 4. Sociedade.
I. Fontineles, Cláudia Cristina da Silva. II. Aguiar Júnior, José de
Arimatéa Freitas. III. Meneses, Lívia Suelen Sousa Moraes.
IV. Título.

CDD: 981.066

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região/1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

Sumário

Apresentação

- O fruto nutritivo das ramificações da história: a vitalidade do conhecimento..... 9**

Cláudia Cristina da Silva Fontineles

José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior

Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses

HISTÓRIA E POLÍTICA EM PERSPECTIVAS

- Junta-te à tribo. Lazer, memória e patrimonialização dos festivais na contemporaneidade..... 23**

Paula Guerra

- “A escravidão é um mal, um erro fatal, um crime de lesa-humanidade”: o jornal *O Abolicionista* e a emancipação dos escravos na província do Piauí (1884)..... 43**

Talyta Marjorie Lira Sousa

- Jovita ou a heroína de 1865:*
teatro, política e imaginário republicano..... 63**

Ronyere Ferreira

- Ressonâncias do Projeto Nacional de Saneamento no Piauí nas primeiras décadas do século XX..... 85**

Rafaela Martins Silva

A “Fábrica União” e a agricultura as margens do rio Parnaíba, no início do século XX.....	101
<i>Jayra Barros Medeiros</i>	
<i>Marcelo de Sousa Neto</i>	
Entre aplausos e insatisfações: modernização, nacionalismo e os embates na inteventoria de Leônidas de Castro Melo no Piauí (1935-1945).....	115
<i>José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior</i>	
<i>Pedro Pio Fontineles Filho</i>	
As fronteiras móveis do Maranhão amazônico.....	133
<i>Irisnete Santos de Melo</i>	
Modernizar o campo: o Projeto Sertanejo no Ceará com ênfase no núcleo de Sobral.....	151
<i>Luciane Azevedo Chaves</i>	
<i>Francisco Gleison da Costa Monteiro</i>	
“O Golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe”: os parlamentares e a democracia no Brasil.....	163
<i>Nathiely de Araújo Silva</i>	
<i>Cláudia Cristina da Silva Fontineles</i>	
HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE	
Reforma Católica no (Meio) Norte do Brasil: a atuação de Dom Manoel Joaquim da Silveira (1851-1861) através do jornal <i>O Ecclesiastico</i>	189
<i>João Vitor Araújo Sales</i>	
<i>Marcelo de Sousa Neto</i>	

Entre o medo e a doença: reflexões sobre a raiva e a varíola na província do Piauí na segunda metade do século XIX.....	207
<i>Marcus Pierre de Carvalho Baptista</i>	
<i>Francisco de Assis de Sousa Nascimento</i>	
<i>Elisabeth Mary de Carvalho Baptista</i>	
Percursos de Tobias Barreto: contribuição ao estudo de sua formação e experiências culturais.....	229
<i>Eduardo Albuquerque Rodrigues Diniz</i>	
<i>Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz</i>	
Lima Barreto e Domingos Ribeiro Filho entre a camaradagem e a crítica.....	247
<i>Denilson Botelho</i>	
<i>Juliana Amorim da Cruz</i>	
Mortalidade Infantil no Brasil: medicina, pobreza e doença (1870-1920).....	263
<i>Gisele Sanglard</i>	
“Num misto de medicina e coração”: as relações entre medicina e filantropia na trajetória de Mirócles Campos Veras em Parnaíba/PI (1930-1940).....	281
<i>Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses</i>	
<i>Elizangela Barbosa Cardoso</i>	
Do mal endêmico à cura: Impaludismo/ Malária no Piauí na primeira metade do século XX.....	303
<i>Ana Karoline de Freitas Nery</i>	
<i>Elizangela Barbosa Cardoso</i>	
Por uma infância saudável, bela e feliz: os concursos de robustez em Teresina (1944-1945).....	321
<i>Joseanne Zingleara Soares Marinho</i>	

Projetando em imagens espaços de poder: debates sobre arte e cinema brasileiro nas décadas de 1960 e 1970.....	339
<i>Heitor Matos da Silva</i>	
<i>Fábio Leonardo Castelo Branco Brito</i>	
A Persistência da Memória: a cidade de Parnaíba a partir das obras memorialistas e das páginas dos jornais (1970-1980).....	357
<i>Sérgio Luiz da Silva Mendes</i>	
<i>Cláudia Cristina da Silva Fontineles</i>	
Sobre os autores.....	375

APRESENTAÇÃO

O fruto nutritivo das ramificações da história: a vitalidade do conhecimento

“O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu interior o tempo, como sementes preciosas, mas insípidas.”¹
(Walter Benjamin)

O livro que ora apresentamos, intitulado *Ramificações da História: política, cultura e sociedade*, é uma coletânea de textos derivados de pesquisas situadas no interior da área História e de áreas afins. Nele abordamos diferentes temáticas e abordagens acerca de assuntos pujantes e pulsantes para nosso campo de interesse. Obra composta por pesquisas desenvolvidas pelos acadêmicos e professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), da Universidade Federal do Piauí, e por pesquisadores convidados, vinculados a outras instituições públicas de ensino de dentro e fora do país. Os textos aqui reunidos foram derivados, em sua maioria, dos estudos e discussões realizados na disciplina Seminário de Tese, oferecida em 2021, ministrada para segunda turma do curso de Doutorado em História de nossa instituição.

Consideramos importante apresentar a configuração histórica em que os trabalhos aqui apresentados foram elaborados, cujas escritas carregam consigo as trajetórias acadêmicas e de pesquisa e os percursos de vida dos escritores -, frutos de conquistas constituídas no cenário social, educacional e institucional no âmbito da História, potencializados, em

1. BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense (Obras escolhidas), vol. I, 1996.

larga medida, a partir das experiências de formação obtida no seio do PPGHB/UFPI². Implantado em 2004, nosso Programa de Pós-Graduação contribuiu para intensificar a formação de profissionais no campo da História, no Piauí e nos estados vizinhos, em especial, em relação à pesquisa e à formação de professores qualificados para atuar na área. Desde então, o PPGHB vem promovendo a qualificação docente e a ampliação das discussões científicas em História, elaborando, publicando e promovendo a circulação dessas produções³ junto à comunidade científica e aos demais setores sociais, contribuindo assim para o fortalecimento da área da História, no estado e país afora.⁴

No esteio do que enuncia Edgar Morin (2005), consideramos que os frutos das produções de conhecimento não são insulares, mas peninsulares. Para conhecê-las é necessário ligar cada uma “ao continente do qual faz parte”, afinal, “o conhecimento não pode ser dissociado da vida humana e da relação social”.⁵ O tempo do amadurecimento do conheci-

2. Informações e apresentação das linhas de pesquisa e projetos dos professores integrantes do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI), disponível em: <[><https://www.sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=347>>](https://www.sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=347)

3. As pesquisas produzidas no PPGHB têm gerado várias obras elaboradas pelo coletivo que integra este Programa de Pós-Graduação, entre as quais podemos salientar: FONTINELES, Cláudia C. S.; MONTEIRO, Jaislan.; CERQUEIRA, Maria Dalva F. (Org.). *Itinerários da Pesquisa em História: a polifonia de um campo*. Teresina: EDUFPI, 2014; FONTINELES, Cláudia C. S.; SOUSA NETO, Marcelo de; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Maneiras de ver(a)cidade de Teresina*. Teresina: EDUESPI, 2021; FONTINELES, Cláudia C. S.; SOUSA NETO, Marcelo de.; FERREIRA, Ronyere; EVERTON, Sthênio de S (Org.). *Ateliê da História*, Teresina: EDUFPI/São Paulo: Mentes Abertas, 2019; FONTINELES, Cláudia C. S.; CASTELO BRANCO, Pedro V.; CRUZ, Marcelo Silva. (Org.). *A oficina de Clio: História, Cidades e Linguagens*. Teresina: EDUFPI, 2016; REGO, Ana R.; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antonio (Org.). *Tempo & Memória: interfaces entre os campos da Comunicação e da História*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020; AVELINO, Yvone D.; GOMES, Edgar da S.; NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.). *Tecendo histórias e memórias das cidades brasileiras*. São Paulo: e-Manuscrito, 2021; NASCIMENTO, Francisco de Assis de S.; SILVA, Jaison C.; FERREIRA, Ronyere. (Org.). *História e Arte: teatro, cinema, literatura*. Teresina: EDUFPI, 2016; CASTELO BRANCO, Edwar de A.; CARDOSO, Vinícius. A. (Org.). *Torquato Neto: um poliedro de faces infinitas*. Teresina: EDUFPI, 2016.

4. Neste livro, seguimos a tradição de publicação de coletâneas com as pesquisas realizadas dentro do PPGHB, nas turmas de Mestrado e Doutorado. A primeira turma do Doutorado em História (2019-2023), seguindo o que já desenvolvíamos com as turmas de Mestrado em História, publicou a coletânea *História, Cultura e Poder*: FONTINELES, Cláudia C. da S.; FERREIRA, Ronyere; NEPOMUCENO, Talya M. L. S. *História, Cultura e Poder*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

5. MORIN, Edgar. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Trad.: Juremir Mahado da Silva. 3ª. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2005. P.26

mento⁶ e os frutos dele decorrentes, denotados nesta coletânea, carregam tanto o rigor do método, como a leveza do processo de escrever e o peso do vivido.⁷

Assim, a segunda turma do curso de Doutorado em História do Brasil (2020-2024) e as pesquisas por ela desenvolvidas situam-se numa realidade específica do contexto brasileiro. Além das dificuldades decorrentes dos desafios epistemológicos, metodológicos e empíricos frequentes à própria natureza da pesquisa científica, enfrentamos uma configuração histórica demarcada pelos avanços de neoliberalismo⁸ e do negacionismo científico, que marcharam vorazmente contra os ambientes produtores de conhecimento científico e de formação e qualificação de educadores, cujos danos repercutiram e repercutem em nossas instituições de ensino públicas e em vários setores da vida social, atingidos por projetos políticos que fragilizaram os investimentos em universidades e em outras instituições do setor público, além do crescimento de campanhas de ataque à credibilidade e importância social desses espaços de produção de conhecimento e as formas de pensar *a e com a* sociedade suas demandas e suas potencialidades, em especial, em relação aos projetos voltados para a educação pública.

A disciplina e essa coletânea foram desenvolvidas no período de horror que acometeu as várias regiões do planeta com a pandemia provocada pela Covid-19 – ocasionada pelo contágio pelo vírus da SARS-CoV-2, que ceifou milhões de vidas no planeta, entre as quais mais de 700 mil vidas só no território brasileiro – país que, além dos aterradores efeitos do vírus – teve que conviver com políticas estatais refratárias aos encaminhamentos feitos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelos comitês científicos acerca das medidas sanitárias que deveriam ser providenciadas pelo poder público e pela sociedade⁹.

6. LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

7. CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o novo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

8. Esse quadro agravou-se a partir da aprovação da Emenda Constitucional n. 95, em 16 de dezembro de 2016, que estabelecia o limite para os investimentos públicos, inclusive na educação. Cf.: FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. As Tecituras da História e o combate à atonia de nosso tempo. In: FONTINELES, Claudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de; SANTOS, Alessandra Lima dos; PINHO, Allan Ricelli Rodrigues de. (Orgs.). *Tecituras da História*. Teresina: EdUESPI , 2021. p. 11-24.

9. BRASIL. SENADO FEDERAL. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia*. (Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021). Brasília: DF, 20 out.

Nesse cenário de medo e indignação, encontramos no amor ao conhecimento, nossa forma de expressar a defesa à vida – nossa e de nossa sociedade, bem como ao nosso campo de conhecimento. Desse esforço resultou esta coletânea, que representa, portanto, um esforço coletivo, de resistência e confiança na pesquisa científica e sobretudo, na pesquisa histórica, em contexto adverso, mórbido, avassalador e tão pessimista. Foi necessário, assim, que nos fortalecêssemos e nos reanimássemos como discentes, como docentes, como pesquisadores e como produtores de conhecimento comprometidos com a sociedade a qual integramos – cientes que nossos estudos são indispensáveis para entendermos o humano em diferentes historicidades, e que nós mesmos produzimos nossas marcas nos tempos que nos enredam.

Afinal, as centelhas da esperança¹⁰, privilégio do ofício e da inquiétude do historiador, são o que nos motivam, e o que procuramos expressar nos artigos e problemáticas deste livro. Reune-se aqui, portanto, uma variedade de textos - frutos de reflexões na área da História e das áreas irmãs, e nas diversas trilhas abertas pelas ramificações que nosso conhecimento possibilita e estimula, em um terreno fértil e gerador de novas demandas e saberes em construção. Os textos aqui publicados refletem a vinculação da história à política, à cultura e à sociedade, sem ignorar o poder que impulsiona a escrita histórica, e suas formas de existir, de resistir, de sobreviver, de sentir, de pensar *a/com a sociedade*¹¹. Não em perspectiva linear e progressiva e sim múltipla, *ramificada*. Nossa diversificação é conectada às raízes comuns: o amor pelo conhecimento histórico e o compromisso com a vida humana e suas formas de pulsar, que, tais como artérias, são múltiplas e fundamentais à vida.

A coletânea agrupa textos produzidos por historiadores e historiadoras com diversificadas perspectivas temáticas, epistemológicas e políticas do

2021, 1180 p. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/leia-a-integra-do-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia/> Consulta: 20 out. 2022.

10. BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas), v. I, 1996.

11. FOUCAULT, Michel. “Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze”. In: MACHADO, Roberto (Org.). *Microfísica do poder*. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2002; SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; GINZBURG, Carlo. *Relações de força* história, retórica, prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

fazer historiográfico, que provocam questões e problematizam a história e sua fabricação a partir de seus *locus* de produção e de seus entendimentos sobre a história e suas inter-relações com as faces que elaboram ou interditam o que é pensado/escrito/publicado pelos historiadores e pelas historiadas. É nesse sentido que organizamos os textos em dois eixos temáticos: *História e Política em Perspectivas e História, Cultura e Sociedade*.

O primeiro eixo é iniciado pelo texto de Paula Guerra, que realiza uma abordagem histórico-sociológica do festival Sudoeste TMN, partindo do pressuposto de que as memórias individuais e coletivas, criadas e construídas em relação ao festival Sudoeste, contribuem para sua requalificação enquanto patrimônio cultural material e imaterial. O intuito foi propor uma análise referente à sua gênese, traçando, assim, a sua importância histórico-social, tendo como ponto de partida as sociabilidades observadas, entre 2005 e 2009, no exercício do trabalho empírico – MUSICULT. No texto, a autora desvela as singularidades e características que pautam o festival, que o transmutam a uma nova realidade patrimonial em tempos hodiernos.

Talyta Marjorie Lira Sousa analisa as denúncias contra escravidão do jornal *O Abolicionista* no Piauí provincial, nos fins dos 1800. A autora salienta que no final do século XIX, a abolição transformou-se em um dos temas centrais, sendo que a imprensa piauiense difundia as posições e os confrontos entre o pensamento liberal e conservador, e criava jornais específicos para discutir a questão abolicionista.

Ronyere Ferreira continua a análise sobre o século XIX e suas repercuções no século seguinte. Em seu estudo, discute os sentidos políticos e os significados históricos do drama *Jovita ou a heroína de 1865*, escrito em 1912 pelo dramaturgo piauiense Jônatas Batista. A partir das reflexões teórico-metodológicas referentes às relações entre arte e política, analisa o texto da peça e as fontes hemerográficas a ele referentes, procurando analisar as relações existentes entre a obra literária e os dois contextos políticos distintos - o período monárquico e o início da República.

Na sequência, Rafaela Martins Silva reflete sobre os desdobramentos do projeto político sanitarista nacional no Piauí, nas primeiras décadas do século XX. A autora salienta que, nesse período, houve expressivos debates entre intelectuais que elegeram a pauta da doença como relevante tema para a nação, tendo essas discussões contribuído para o processo de formação do aparato institucional da saúde pública nacional. O texto destaca ainda as viagens científicas realizadas pelos médicos sanitaristas Arthur Neiva

e Belisário Penna, que diagnosticaram o “interior” brasileiro como região marcada por epidemias, isolamento populacional e atraso econômico, tendo essa visão repercutido no Brasil e na institucionalização da saúde pública no Piauí, através da criação de Postos Sanitários na capital piauiense.

O texto de Jayra Barros Medeiros e Marcelo de Sousa Neto destaca a instalação da Fábrica União e discute sua relação com a produção agrícola às margens do rio Parnaíba, em território piauiense, no início do século XX. Os autores discutem como a fábrica foi instalada no município de União – PI, e como isso estava relacionado ao comércio existente no estado do Piauí, no período, especialmente o referente ao fumo, algodão e bananas. O texto, amparado em expressivo corpus documental recorre a leis, decretos, mensagens do governo do estado e ao jornal “Diário do Piauí”, para analisar a produção, comercialização e circulação agrícola unionense pelo Piauí e sua relevância para a sociedade da época.

Os pesquisadores José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior e Pedro Pio Fontineles Filho analisam como a interventoria de Leônidas de Castro Melo criou mecanismos na constituição do que fora propagado pelo então gestor como um “Piauí Novo”. Os autores discutem ainda a concepção difundida acerca da modernização do espaço urbano no período, bem como analisam os discursos com forte apelo nacionalista que foram divulgados na imprensa piauiense, ressaltando sua articulação com a política nacional centralizadora de Getúlio Vargas. O texto realça também que as normatizações e prescrições comportamentais embutiam os diversos embates e críticas contra a interventoria de Leônidas Melo, evidenciando as fissuras políticas e sociais presentes no Piauí durante o Estado Novo.

Irisnete Santos de Melo problematiza como o saber geográfico da primeira metade do século XX, especialmente a partir de narrativas de geógrafos ligados às agências de planejamento, como o Conselho Nacional de Geografia (1939), pautaram a discussão sobre a criação da Amazônia Legal (1953) e a inserção de parte do Maranhão na nova região. Temática instigante para a contemporaneidade, sobretudo na historiografia, o Maranhão amazônico configura-se em um cenário complexo, cerzido entre mundos e corpos diversos, que se embaralham e constituem numa extensa tapeçaria entrecortada por múltiplos territórios, territorialidades e experiências de tempo.

Luciane Azevedo Chaves e Francisco Gleison Monteiro discutem sobre o Projeto Sertanejo. Os autores refletem a respeito da implantação des-

se projeto no Ceará, especialmente sobre sua execução no Núcleo de Sobral - CE. Este programa foi criado pelo Governo Federal em agosto de 1976 com a justificativa de modernizar o campo e melhorar as condições de sobrevivência no semiárido nordestino devido à falta d'água ocasionada pelas secas. Os autores analisaram documentos de órgãos como Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), da Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária (EMBRAPA), bem como o jornal Tribuna do Ceará do período de 1976 a 1983, para tratar da questão.

Nathiely de Araújo Silva e Cláudia Cristina da Silva Fontineles refletem sobre os discursos dos deputados federais relacionados ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2016. As autoras analisam os pronunciamentos dos senadores durante a sessão ocorrida no Senado Federal, momento em que ocorreu o afastamento definitivo da ex-mandatária do Executivo Federal. A partir das fontes consultadas, as pesquisadoras destacam que o referido golpe teve grande adesão dos parlamentares, da mídia e de vários agentes públicos, o que provocou severo abalo no cenário democrático brasileiro, momento propício à erupção de discursos conservadores, autoritários e retrógrados na política e na sociedade brasileira.

No segundo eixo temático, os historiadores João Vitor Sales e Marcelo de Sousa Neto discutem as ações reformistas empreendidas por Dom Manoel Joaquim da Silveira na condição de bispo do Maranhão e Piauí, entre 1851 e 1861, no qual empreendeu sensíveis mudanças na administração eclesiástica local. A partir da análise do jornal *O Ecclesiastico*, os autores analisam como as reformas Ultramontanas ocorreram no meio norte do Brasil. Esclarecem que diversos bispos alinharam-se a esta perspectiva que investia na formação ortodoxa e regular do clero, na educação católica, na propagação de costumes devocionais, na defesa dos princípios católicos e de seus agentes pela Imprensa confessional, na disciplina eclesiástica, no afastamento dos clérigos da política partidária e de atividades seculares e na dedicação ao serviço sacro.

Marcus Pierre de Carvalho Baptista, Francisco de Assis de Sousa Nasimento e Elisabeth Mary de Carvalho Baptista discorrem sobre a presença da varíola e, supostamente, da raiva na segunda metade do século XIX, no Piauí, discutindo como estas doenças afetaram o imaginário da época no tocante ao medo destas enfermidades e os desdobramentos disso no cenário histórico local. Articulando saberes do campo da História ao da

Geografia, promovem uma discussão em que a interdisciplinaridade potencializa o entendimento da temática discutida.

Os autores Eduardo Albuquerque Rodrigues Diniz e Teresinha Queiroz refletem sobre a trajetória de Tobias Barreto desde sua terra natal, Campos do Rio Real, em Sergipe, até sua formação na Faculdade de Direito do Recife. Esse período corresponde aos trinta primeiros anos do sergipano, que o preparam para assumir o protagonismo na consolidação da Escola do Recife, um movimento iniciado no começo da década de 60 do século XIX, que repercutiu em outros centros culturais e em diferentes correntes de discussão e exposição do pensamento jurídico vigente no país desde então, com relevante contribuição para o entendimento da história brasileira. Ao relacionarem os saberes do Direito aos da História, contribuem para a ampliação de entendimento das duas áreas acerca do tema analisado.

O texto de Denilson Botelho e Juliana Amorim da Cruz aborda a relação existente entre a produção de dois literatos, Lima Barreto e Domingos Ribeiro Filho, no contexto brasileiro da Primeira República. Os autores entendem o “tornar-se escritor” não como processo solitário e examinam o “capital social” urdido por ambos como decisivo para viabilizar suas trajetórias no mundo das letras. Analisam ainda o teor e os significados de algumas iniciativas das quais Lima Barreto e Domingos Ribeiro Filho participaram conjuntamente, as alianças tecidas entre ambos, bem como os confrontamentos que marcaram essa relação, e os significados disso para a história brasileira.

Gisele Sanglard reflete sobre as transformações pelas quais a pobreza passa no Brasil na virada do século XIX para o século XX, com ênfase à experiência do Rio de Janeiro. Ao longo do trabalho, a autora analisa, do ponto de vista conceitual e historiográfico, como se dá a qualificação do pobre e da pobreza nas fontes consultadas; apresenta o pobre no Brasil da virada do século XIX para o século XX e aponta as mudanças ocorridas no interior da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro – principal instituição de assistência na cidade, desde o período colonial – enfatizando o combate à mortalidade infantil.

As historiadoras Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses e Elizangela Barbosa Cardoso analisam a imbricação existente entre medicina e filantropia, nas décadas de 1930 e 1940, a partir da trajetória do médico, político e filantropo Mirócles Campos Veras. As autoras buscam compreender as relações entre os projetos de modernização existentes no município de Par-

naíba - litoral piauiense - no período em que a cidade constituía-se como principal centro comercial importador e exportador do estado, em virtude da dinâmica econômica impulsionada pelo extrativismo vegetal, analisando em que medida isso repercutiu na prática médica da urbe, pautada na ação filantrópica e benemerente voltada especialmente para a assistência à maternidade e à infância.

Ana Karoline de Freitas Nery e Elizangela Barbosa Cardoso analisam a manifestação do impaludismo/malaria como uma endemia no Piauí, na primeira metade do século XX. Perscrutando as formas de tratamento e profilaxia, as autoras analisam desde os saberes e terapêuticas dos recursos da flora disponíveis ao saber médico/ farmacêutico, passando pelas propagandas de anúncios de remédios, até o cenário da instalação de instituições de saúde no estado, analisando como isso influenciou na história da saúde no período em questão.

O texto de Joseanne Zingleara Soares Marinho discorre a respeito da realização dos concursos de robustez infantil, promovidos na capital do Piauí, entre os anos de 1944 e 1945, em contexto de promoção da saúde na infância. A autora salienta que o caráter preventivo das referências médicas era utilizado de forma pedagógica na preparação das mulheres para o exercício da maternidade, cuja prescrição dos cuidados científicos deveria ser observada na vida das crianças como meio para atingir o ideal do progresso nacional a partir da idealização de um ideal de brasileiros “civilizados”, disciplinados e produtivos.

Heitor Matos da Silva e Fábio Leonardo Brito analisam as transformações ocorridas no campo das artes brasileiras nas décadas de 1960 e 1970, buscando estabelecer como essas mudanças produziram diálogos com estéticas e diretrizes cinematográficas. Através do Cinema Novo e das práticas discursivas de Glauber Rocha, Torquato Neto e de alguns de seus contemporâneos, abordaram como a apropriação de novas técnicas e tecnologias geraram campos de disputas culturais e dispositivos estatais, incitando um novo regime visual para a época.

Os historiadores Sérgio Luiz da Silva Mendes e Cláudia Cristina da Silva Fontineles investigam, em obras memorialistas produzidas nos anos 1970 e 1980, por intelectuais parnaibanos, e em matérias jornalísticas escritas no mesmo período, a produção de representações sobre a cidade de Parnaíba-PI, na segunda metade do século XX. Para os autores, essas práticas escriturísticas acabaram por gestar uma imagem idealizada contida no

passado da cidade litorânea, cujas percepções acabaram por se tornar uma diretriz para outras temporalidades daquela cidade.

A partir da diversidade de discussões e de perspectivas trazidas na obra *Ramificações da História* propomos um convite para enveredarmos por diferentes horizontes da pesquisa histórica, e que inspirados na área da botânica, de quem tomamos de empréstimo o título da obra, possamos percorrer cada parte formadora desse eixo caulinar chamado História e as raízes, nervuras e demais elementos que a compõem, analisando suas trajetórias, possibilidades e estilhaços derivados de tantas outras pesquisas, ao mesmo tempo que projetamos novos problemas e abordagens que se ramificam pelo tempo e se propõem a expressar vida e esperança, numa contínua defesa da escrita da história.

Entendemos que a pluralidade de fontes adotadas pelos pesquisadores para problematizar seus objetos de pesquisa denotam mesmo o *métier* da pesquisa, com uma variedade de registros, demanda o domínio de técnicas, de procedimentos metodológicos e de uma análise crítica das fontes.¹² Cada pesquisador, dentro de seu ateliê de produção, busca a construção de uma narrativa que percorre os direcionamentos da área, as demandas do tempo e as reflexões geradas pelos problemas de pesquisa. Um trabalho inquietante, sensível, que percorre caminhos e variadas possibilidades de análise.

Se o trabalho do historiador assemelha-se ao trabalho artesanal de tecelões, bordadeiras e rendeiras, a produção do conhecimento histórico constitui-se nesse ambiente meticoloso, de uma busca constante por rastros, pistas e estilhaços dispersos no tempo.¹³

Nessa coletânea continuamos a tentar responder a pergunta de Michel de Certeau que inquiriu “o que fabrica o historiador?”¹⁴, a partir das múltiplas ramificações que cada autor ofereceu em seu repertório de reflexões e análises. A produção do conhecimento histórico aqui selecionado percorreu diferentes ramos e suas maneiras de se relacionar com o Estado, com a política, com a cultura, enfim, com diferentes expressões

12. SAMARA, Eni de Mesquita Samara; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

13. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História*. São Paulo: Intermeios, 2019.

14. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 45.

da sociedade ao longo do tempo, cujas ramificações, geradas pelas constantes trocas, tensões e abordagens, evidenciam a vitalidade da história¹⁵. Boa leitura!

*Cláudia Cristina da Silva Fontineles
José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior
Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses
(organizadores)*

15. BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: EDUFRJ/FGV, 1998; BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

**HISTÓRIA E POLÍTICA
EM PERSPECTIVAS**

Junta-te à tribo¹. Lazer, memória e patrimonialização dos festivais na contemporaneidade

Paula Guerra

1. SW: ON | Tribo: ON. Nota introdutória

Falar sobre festivais de verão, implica falar sobre memórias, isto é, de um passado histórico vivencial relacional que, em muitos casos, possui ramificações simbólicas e afetivas no presente das vidas quotidianas daqueles que já foram jovens adolescentes e adultos. Partindo deste pressuposto, o presente texto ancora-se numa abordagem histórico-sociológica referente ao Festival Sudoeste TMN² – atualmente designado de MEO Su-

1. Este texto decorre de um trabalho de investigação levado a cabo a partir de 2005 em torno dos festivais de verão. Estamos a referir-nos a três projetos de investigação: o primeiro, desenvolvido entre 2005 e 2009 e intitulado “Culturas urbanas e modos de vida juvenis: cénarios, sonoridades e estéticas na contemporaneidade portuguesa (SFRH/BD/24614/2005)” no âmbito do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), coordenado pela autora deste capítulo e financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT). Este projeto deu origem à tese de doutoramento “A instável leveza do rock. Génesis, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal (1980 - 2010)” que aparecerá referenciada aqui como Guerra 2010. O seu acrónimo é musiCULT_2005 | 2009. O segundo projeto, designado “Policentrismo urbano, conhecimento e dinâmicas de inovação (PTDC/CS-GEO/105476/2008)”, sedeado no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), desenvolveu-se entre 2010 e 2013 e foi financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT). O terceiro projeto, ainda em curso, intitula-se “Portugal ao Espelho: identidade e transformação na literatura, no cinema e na música popular”, é liderado pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) no âmbito do Programa Gulbenkian Língua e Cultura Portuguesas (PGLCP). Para mais desenvolvimentos, ver Guerra 2016.

2. Inicialmente o festival designava-se por Sudoeste TMN, uma vez que a TMN (Telecomunicações Móveis Nacionais), era a patrocinadora do festival, atualmente o mesmo designa-se MEO Sudoeste, uma vez que a MEO – também uma empresa de telecomunicações – é a atual patrocinadora do festival. Mais informações sobre o mesmo aqui: <https://sudoeste.meo.pt/pt>

doeste -, realizado em Portugal, no município de Odemira³, desde 1997. Muito se poderia dizer sobre este festival, todavia, para este exercício, optámos por apresentar uma breve reflexão teórico-conceitual sistemática, centrada em algumas especificidades do festival. Este assume-se como o primeiro desígnio heurístico de abordagem ao Sudoeste. Assim, é nosso intuito propor uma análise referente à sua génesis, traçando, a sua importância histórico-social, tendo como ponto de partida as sociabilidades observadas, entre 2005 e 2009, num intenso trabalho de imersão etnográfica. A par disto, considerámos ser também marcante desvelar singularidades e características que pautam o festival, desde o seu surgimento. Os materiais empíricos que serão aqui referenciados e analisados, são o resultado da aplicação de uma metodologia qualitativa, complementada pela realização de várias incursões de pendor etnográfico, ou seja, as técnicas audiovisuais marcaram a nossa recolha empírica, a par dos tradicionais registos de observação direta e das entrevistas semiestruturadas aos festivaleiros que, entre 2005 e 2009, frequentavam o Sudoeste (GUERRA, 2010). Do ponto de vista teórico e argumentativo, o que está em causa, nada mais é do que uma reflexão em torno do conceito de lazer, a sua articulação com os festivais de verão, mais especificamente com o Sudoeste, e, claro está, promover uma ponte histórico-social que sirva de mote para a realização de investigações/trabalhos científicos futuros, estes cimentados numa análise comparativa entre estes elementos e a realidade do festival na contemporaneidade como património cultural.

2. O eterno etéreo regresso à Zambujeira⁴: da génesis à consolidação do lazer sob a forma de festival

O Festival Sudoeste TMN, doravante designado por nós de Sudoeste, teve a sua primeira edição em 1997. A sua criação, foi por muitos en-

3. Odemira é uma vila portuguesa localizada no sudoeste do Distrito de Beja, inserida na subregião do Alentejo Litoral (NUT III), pertencente à região do Alentejo.

4. A vila costeira de Zambujeira do Mar está situada no Parque Natural da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano, no extremo sul da costa alentejana. Um amontoado de paredes caídas de branco e telhados de terracota dominam esta fantástica praia do topo da falésia (...) é também um bom local de surf e atrai muitos surfistas viajantes que param a caminho de Vila Nova de Milfontes, na costa. Zambujeira Do Mar é uma praia popular no verão com uma multidão principalmente portuguesa. Pode ficar lotado, caso em que pode valer a pena explorar as praias ao norte e ao sul por caminhos no topo da falésia (cf. <https://www.travel-in-portugal.com/beaches/zambujeira-do-mar.htm>)

carada como um importante marco, bem como um especial contributo prático para a inserção de Portugal naquela que, na época, era designada como a “era” dos festivais de verão (GUERRA, 2010). Não é estranho mencionar que o Sudoeste criou um rebuliço de interesses e de curiosidades, afinal para se estar “na moda”, era necessário ir ao Sudoeste. A promotora do Sudoeste tinha já promovido a criação de um outro festival em Portugal, nomeadamente o *Super Bock Super Rock* (SBSR), este de caráter urbano, direcionado para os jovens das cidades cosmopolitas e evoluídas, com uma *vibe* irreverente. Por outro lado, o Sudoeste surge como sendo diametralmente oposto, incorporando a energia das férias de verão. Assim, este associava-se às férias, à praia, ao sol e ao campismo, transformando estes aspectos em verdadeiros cartões-de-visita que, notoriamente, o diferenciavam (e diferenciam) dos restantes festivais portugueses (GUERRA, 2016).

Larsen e O'Reilly (2005), numa análise dos festivais de música, afirmam que estes são de extrema relevância, isto porque se assumem como instigadores de um turismo musical. Então, importa anotar algumas singularidades acerca do Sudoeste e sobre a sua primeira edição. Inicialmente, Luiz Montez – diretor da promotora Música no Coração – idealizou o festival na Herdade do Brejão, mas os planos dissiparam-se e apenas 11 dias antes da realização do festival, o mesmo instalou-se na Herdade da Casa Branca, na Zambujeira do Mar, local onde se realiza ainda nos dias de hoje. O primeiro Sudoeste aconteceu nos dias 8, 9 e 10 de agosto de 1997 (ver Figura 1), e era por muitos apontado como sendo “o melhor de todos os festivais do ano” (GUERRA, 2017). Retomando a questão do turismo musical (GUERRA; OLIVEIRA, 2022), podemos referir que as bandas que figuraram no cartaz foram responsáveis pela enorme afluência ao festival. Falámos de bandas como os Blur, os dEUS ou o Marilyn Manson.



Figura 1 Cartaz da primeira edição do Sudoeste. Fonte: RFM, 2022. <https://rfm.sapo.pt/content/13456/ha-25-anos-era-assim-que-se-vivia-o-meo-sudoeste>

O Sudoeste assumiu-se, na época, como um espaço único de convivialidade, dinamizando fortemente o setor cultural da Zambujeira do Mar, uma vez que contribuiu para a criação de redes entre os vários atores do campo musical, bem como para a regeneração de uma área rural, para além de aumentar a consciência das populações locais face aos aspectos culturais. Percebe-se, então, a importância económica (para além da cultural) que os festivais podem assumir (CUMMINGS, 2007). Para além da especificidade da localização, o Sudoeste demarcou-se dos restantes festivais portugueses, desde logo, por uma notória aposta na diversidade; diversidade em termos dos géneros musicais oferecidos, que têm por base um eclectismo capaz de atrair diferentes públicos. Liberdade em termos musicais tem-se cimentado, portanto, na imagem de marca do Sudoeste, sendo possível encontrar propostas de âmbitos tão distintos como o rock, o reggae, a música eletrónica e a world music, sem nunca ignorar a música portuguesa, bastante valorizada e que, de um modo geral, não é tratada de um modo distinto, aparecendo os nomes nacionais ao lado das principais atrações internacionais (GUERRA, 2018). Ainda na atualidade, o festival é famoso pela sua forte aposta, em termos de programação e cartaz, em sonoridades da música eletrónica ou do reggaeton, funk, etc.

Retomando a ideia anterior de o Sudoeste ser um espaço único de convivialidade, torna-se impreterível abordar o conceito de lazer (SHARPE, 2008), isto porque o mesmo também se associa ao conceito de turismo musical, como iremos demonstrar. Existe, então, uma noção política de lazer, na qual o lazer é apontado como o produto de um conjunto de

relações de poder e de forças sociais que moldam as sociabilidades. A noção de lazer, enquanto potenciador de uma mudança social, relaciona-se com a temática da resistência, isto porque o lazer (SHARPE, 2008) pode ser visto como uma esfera simbólica, onde o poder pode ser adquirido – lucro económico –, mas também diminuído. O poder esbate-se porque, no contexto de um festival como o Sudoeste, as hierarquias sociais são esbatidas em prol do convívio, do consumo musical e da experiência corpórea do lazer. Então, nesta argumentação, podemos referir que a criação do Sudoeste pressupôs um envolvimento da população e daqueles que viriam a ser “os festivaleiros do Sudoeste”, num ato de rutura e de desafio das expectativas dominantes face às posições sociais. Questões como a classe social, o género, a etnia ou as identidades esbatem-se, e o festival passa a ser perspetivado enquanto promotor de oportunidades para os indivíduos resistirem e se reappropriaram das dominantes narrativas culturais que pautam as suas vivências quotidianas. Podemos cotejar que o Sudoeste se interliga com esta ideia de resistência, desde a sua génesis, isto porque o festival, enquanto espaço de sincronicidades, impulsiona conceitos como o de agência, empoderamento e mudança social. A própria criação do festival, afastada dos emergentes festivais citadinos, urbanos ou profundamente rurais – como o Festival Paredes de Coura – apoiada na ideia de um ambiente de proximidade e de descontração juvenil (ver Figuras 2) rompeu com múltiplos paradigmas culturais vigentes que ditavam como um festival se deveria constituir.

O Sudoeste é, assim, um ponto central totémico (GUERRA, 2023), isto é, especializado em diferentes tipos de música mostrando com a clareza da experiência física e carnal que “os festivais introduzem fluxos globais culturais (...). Música, dança, comida, roupas, medicamentos, etc. são tornados disponíveis”. Neste entender, os festivais são “multissensooriais somáticos da globalização” (PURDUE ET AL., 1997, p. 662).



Figuras 2 Sociabilidades de praia no Sudoeste. Fonte: MUSICULT_2005 | 2009

Leiamos o seguinte registo de observação etnográfica realizado em 2005:

O cansaço já começa a fazer-se notar, muitos sentam-se durante o concerto de Ben Harper, alguns deitam-se e dormem. A lógica é a das férias, mas o descanso é pouco. Há que recuperar para os concertos mais aguardados da noite, os Underworld e Fatboy Slim. Os dois concertos servem para reafirmar a nossa posição a propósito da música eletrónica como estilo que faz diretamente apelo aos sentidos – a todos! – e que, portanto, é vivida de forma mais corporal, terra a terra, animalesca quase. É uma imagem belíssima olhar em volta e ver toda a gente a dançar e a cantar com um sorriso nos lábios, quase numa partilha ou numa união proporcionada e motivada pela música. Esta ideia é importante na avaliação da música eletrónica, uma vez que a apropriação da música e de espetáculos musicais é sempre singular, variando muito de pessoa para pessoa. (Diário de Campo MUSICULT_2005 | 2009).

Paralelamente, esta ideia da multissensorialidade do Sudoeste também ficou patente nas entrevistas realizadas como neste excerto:

O Sudoeste tem uma grande vantagem em termos de liberdade de estilos musicais porque, as pessoas não se fixam num só espaço. (...) Portanto, podemos ser muito mais abrangentes em estilos. O facto de termos um palco só reggae teve a ver com o facto de nós começarmos a perceber que os artistas reggae tinham um sucesso muito grande. Tem muito a ver com o espírito do público, de festa, descontração, despreocupação. No Sudoeste tentamos ter sempre um lado eletrónico, ou seja, a tenda Planeta Sudoeste acaba sempre com DJ todos os dias, tentamos ter uma componente rock, tentamos ter uma componente world, temos sempre nomes da música portuguesa.

Na nossa abordagem ao Sudoeste, a música surge como um dos fatores que explica a forte frequência e afluência ao mesmo. Muitos frequentam os festivais ansioso a atuação de bandas específicas, enquanto outros procuram precisamente conhecer novas bandas. Em ambos os casos parece haver a busca pelo que os autores chamam “diversão estética”, ocupando a música um lugar central. No entanto, a música compete com os aspectos sociais e com a busca de interações, que surgem não raras as vezes como o principal motivo para a frequência de festivais, remetendo para todo o significado que o acampar no recinto pode ter. Ao contrário, no caso dos concertos, fora do âmbito de festivais de música é, sem dúvida, a música o elemento central (LARSEN; O'REILLY, 2005). Aqui, nesta abordagem, podemos enquadrar a noção relacional de Sharpe (2008) de lazer e mudança social, isto porque o Sudoeste passa a ser tido como um espaço social que possibilita a discussão, organização e identificação com outros indivíduos, é aquilo que Mair (2002) designa de lazer civil. Deste modo, as práticas de lazer, promovidas e ocorridas no recinto do Sudoeste desde 1997, podem ser aqui conceitualizadas enquanto simbólicos veículos culturais que fazem a ponte entre aquele que é o domínio público e o privado, uma vez que permitem que os atores sociais – os festivaleiros – participem de forma ativa no gerenciamento de papéis sociais que passam por uma organização coletiva.

O Sudoeste, como qualquer outro festival, pode ser entendido como um encontro social que é convocado com o objetivo de celebrar, ou seja, é ritualístico do ponto de vista do seu lugar, é efémero e liminar, infundido em características como a alegria, a sociabilidade e o hedonismo (GUERRA; 2020). Se em Portugal existe um paradigma deste tipo de orientação, encontro, celebração e convívio, esse situa-se no Sudoeste. Esta diversidade de celebrações, em termos dos géneros musicais oferecidos, materializou-se, desde cedo, através da existência de múltiplos palcos em funcionamento simultâneo. No palco principal, em 2006, associado àquele que era o principal patrocinador do Festival (a TMN), encontrávamos os nomes maiores e, no final de cada noite, uma figura de destaque da cena eletrónica. O palco Planeta Sudoeste era reservado a nomes menos conhecidos e àquelas que se vêm a transformar nas revelações do cartaz. O palco Positive Vibes orientava-se para o reggae e sonoridades próximas e, finalmente, um último espaço, o Groovebox era destinado às tendências eletrónicas que animavam os resistentes até às primeiras horas da manhã. Conjuntamente,

a diversidade estava patente nos variados conteúdos oferecidos pelo festival que, cada vez mais, demonstrava ter consciência da importância de outras dimensões para além da música, não obstante o facto de esta continuar a ser o elemento principal. Assim, era assumida a preponderância crescente das atividades paralelas, da responsabilidade dos parceiros e patrocinadores, no dia-a-dia do Festival. Simultaneamente, o Festival do Sudoeste veio a consolidar e a estruturar melhor as suas frentes organizativas, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de recursos logísticos, passando pelos técnicos. É ainda de referir a presença de marcas e de promoções no recinto do Festival (ver Figuras 3).



Figuras 3 Lojas e marcas presentes no Sudoeste. Fonte: MUSICULT_2005 | 2009

Historicamente falando, o Sudoeste corporizava a rutura com o quotidiano no quadro da realidade portuguesa, pelo conceito, pelo local onde se realiza, pelo modo de vida que assumia. Podemos mesmo considerar que a vivência do festival se aproxima a de muitos dos indivíduos entrevistados no Southside Festival 2004 por Larsen e O'Reilly (2005) que apontam o festival como algo completamente à parte e distante das suas vivências quotidianas. O Sudoeste surgiu como um momento de descontração e lazer, onde pressões e responsabilidades do dia-a-dia deixam de estar presentes:

Qual acha que é a melhor parte do festival? Basta sair e não ter que pensar sobre o meu trabalho ou outras coisas que incomodam – usual, a vida quotidiana normal... Porque podes fazer qualquer coisa que rasga a tua fantasia. Não tens que te preocupar com horários ou qualquer outra coisa, é só ir e é isso (LARSEN; O'REILLY, 2005, p. 9).

Neste sentido, pode observar-se que o Sudoeste – a par de outros festivais – atua como uma estrutura emancipatória ou como um recurso experiential; os frequentadores podem deparar-se com novas experiências musicais e sociais, fazer novos amigos e eventualmente experientiar estilos de vida ou formas de estar distintas. O Sudoeste TMN emerge, por isso, como um momento e um local de libertação dos constrangimentos do quotidiano e de concretização de novas possibilidades. Contudo, podemos questionar-nos: será esse recurso experiential acessível a todos os atores sociais? Esta é uma questão que pretendemos abordar com maior profundidade no futuro, isto porque, atualmente, um passe para todos os dias do Sudoeste custa cerca de 100 euros (pouco mais de 500 reais). Para adiantarmos algumas pistas para essa discussão, podemos referir os contributos de Burchardt et al. (2002), quando os autores referem que a inclusão social pressupõe, igualmente, a possibilidade de participação nos setores culturais. Nesse sentido, festivais como o Sudoeste, quando realizados em sociedades com as características da sociedade portuguesa – patriarcal, semiperiférica, etc – podem ser agentes para a exclusão social. Vejamos que Finkel (2010) observou que o Festival Up Helly em Lerwick, Shetland, promovia uma divisão tradicional de papéis de género. A par disso, podem existir ainda diferenças nos tipos de públicos (internacionais e autóctones), ou ainda, como nos referem Lockstone-Binney et al. (2010), uma sub-representação de grupos socialmente desfavorecidos como voluntários e uma sobre-representação das classes médias enquanto festivalistas.

Desde 1997 que o Sudoeste tem vindo a adquirir um grande carisma, ao longo do tempo o que, entre outros aspetos, se traduziu no aumento progressivo da sua duração – dos três dias, nas quatro primeiras edições, passamos aos seis dias na atualidade. Para muitos, foi mesmo criada uma mística em torno do Festival que vai para além da sonoridade das bandas e, ao mesmo tempo, o cuidado nas primeiras edições permitiu o atual reconhecimento do festival. Um exemplo acabado desta mística prendeu-se com a cristalização e identificação com o pregão “Ó Elsa!!!!”⁵. O “pregão da

5. O pregão diz respeito a uma jovem chamada Elsa que se perdeu dos amigos, então estes começaram a gritar “Ó Elsa!”, grito esse que passou a ser dito por todos os membros que estavam a acampar. Este grito comum de “Ó Elsa!” foi denunciador de uma ideia de integração de uma multidão, mesmo que poucos fossem os que nem conheciam Elsa. No ano seguinte, a organização do festival recuperou este pregão, criando um negócio, nomeadamente uma loja de merchandising do festival, nomeadamente a “Loja da Elsa”. Mais

Elsa” foi lançado na primeira edição do Sudoeste TMN, ecoou na sessão de encerramento da Expo’98, mas trespassou outros eventos, designadamente festivais de música rock realizados ao longo do Verão de 1998 em Portugal. Persiste, afoitamente, um ideal de comunidades de memória (GUERRA, 2020). Mais, importa explicar que associamos o conceito de comunidades de memória ao Sudoeste pelo facto de estas poderem ser lidas enquanto locais nos quais os indivíduos participam numa longa história que é partilhada ou num passado comunal. Vejamos, os festivaleiros que foram à primeira edição do festival em 1997, podem ser vistos enquanto uma comunidade de memória, uma vez que possuem memórias que retratam experiências vivenciais partilhadas na Herdade.

Na senda de Barrière e Finkel (2022), podemos mencionar que os festivais criam pontes entre pessoas e os locais. A dimensão afetiva e simbólica dos festivais – como aqui latente no uso do pregão – pode levar a uma (re)negociação da identidade individual e grupal, mesmo sem estar presente a experiência vivida na memória, trata-se antes de memórias simbólicas e imaginadas que atravessam os tempos. Os autores (BARRIÈRE; FINKEL, 2022) procuram analisar uma área até agora pouco estudada: a importância do merchandising festivalero nas identidades individuais e coletivas, tenhamos como exemplo a “Loja da Elsa”. Deste modo, podemos então mencionar que este elemento compõe, em vasta medida, aquela que é a materialidade da memória do Sudoeste TMN. Porém, importa mencionar que existem poucos estudos sobre os fãs do Sudoeste TMN, sendo este um tópico que merecerá a nossa atenção noutras pesquisas futuras, com o intuito de perceber como a identidade de festivalero do Sudoeste TMN se materializa.

3. Verão de Amor. A materialização de uma comunidade portátil

A ambiência ou atmosfera que envolve o festival são apontadas como um importante aspeto da vivência da experiência do mesmo. No caso concreto do Southside Festival 2004, investigado por Larsen e O'Reilly (2005), muitos dos indivíduos entrevistados apontavam a existência de uma atmosfera pacífica e descontraída, que dizem dever-se, por um lado, ao facto de se tratar de um festival de rock e, por outro, à partilha de gostos seme-

informações aqui: <https://www.dn.pt/arquivo/2005/da-elsa-perdida-na-multidao-a-festa-que-se-faz-no-verao-618471.html>

lhantes, como demonstra o seguinte testemunho: “Muitas pessoas têm os mesmos interesses, gostam da música e não há nenhum problema. Não há conflitos, todos gostam do mesmo tipo de coisas e é muito bom” (LARSEN; O'REILLY, 2005, p. 8). Por seu turno, em referência ao Sudoeste, é também possível referir uma certa cultura de excessos hedonísticos. Desde os seus inícios, anos 1950 e 1960, que a cultura rock está associada a excessos (a famosa trilogia sexo, drogas e rock'n'roll), sendo daí imanente a noção de uma cultura de excessos hedonísticos e de negação da culpa e da vergonha que se exprime através de fenómenos como o “Verão do Amor” de 1967 que tem nas músicas de Jefferson Airplane um exemplo daquela que era a revolta juvenil a nível mundial contra os valores das gerações anteriores e a reivindicação por uma independência cultural, usando a música pop como manifesto. Detenhamos a nossa atenção no seguinte registo de diário de campo em agosto de 2006.

Falemos em paratopias (lugares com uma lógica diferente, até inversa). o festival como grande unidade com um modo de estar específico, uma adequação individual com o seu cânones – em rutura talvez com o que se tem na rotina de todos os dias. O concerto, o campismo. Muitos entrevistados dizem: as pessoas “sabem ao que vêm”, vêm “predispostas” (e predispostas, isto é, adequam-se previamente ao que vão encontrar e aquilo que os outros esperam delas). Grande concerto da noite, e provavelmente o concerto que vai marcar esta edição 2006 para sempre: Daft Punk. A dupla francesa enfrentou um recinto cheio como nunca se tinha visto. Milhares e milhares de almas possuídas pelas batidas da dança que desde os primeiros minutos do concerto levantaram os braços dançando violentamente contribuindo para uma das mais potentes nuvens de pó sudesteanas. O impacto visual da atuação dos Daft Punk é hipnótico. Jogos de luzes, e estética visual ao nível dos seus telediscos. A dupla apresenta-se equipada com os seus fatos e capacetes no meio de uma espécie de nave com frente em formato triangular, onde espreitavam de um 2.º andar para a multidão. À sua volta jogos de luzes que iam surpreendendo e encantando à medida que as batidas faziam saltar todo o recinto. Com um som fortíssimo, o do baixo parecia que nos ia fazer explodir a qualquer momento, os Daft Punk viajaram pelos seus clássicos e nunca deram descanso à plateia que rejubilou aos primeiros sons de “One More Time”. (Diário de Campo MUSICULT_2005 | 2009).



Figuras 4 Sociabilidades portáteis no Sudoeste. Fonte: MUSICULT_2005 | 2009.

O excerto de diário de campo acima apresentado relaciona-se, em larga escala, com a noção de Gardner (2004, p. 156) de comunidades portáteis, descrevendo-as como respostas intencionais e motivadas por condições alienantes modernas. Uma comunidade portátil é constituída por um grupo de atores sociais com os mesmos interesses, ou seja, trata-se de agentes sociais que não precisam estar próximos para estarem em contacto. Gardner (2004), defende que estas comunidades portáteis criam os seus próprios espaços relacionais sociais, isto através de uma memória partilhada. Concomitantemente, Jepson e Clarke (2015), analisam a forma como a interseção entre comunidade e identidade foi essencial para se entender os festivais contemporâneos, especialmente no caso do Sudoeste TMN, especialmente do ponto de vista da criação de valores e normas comunitárias e padrões específicos de comportamento.

É igualmente importante, e tendo o Sudoeste como mote, reconhecer a importância económica dos festivais de Verão. Não conseguindo apurar os impactos económicos do Festival do Sudoeste, é possível identificar os seus principais embates: facilitou a vinda de projetos não suportáveis economicamente em outros contextos; possibilitou um acesso mais democratizado a determinados projetos musicais; incrementou atividades de negócio paralelas à música como a alimentação e a logística de palcos; permitiu uma intensidade da economia local em torno da restauração e do alojamento. Ainda longe dos impactos na economia local que têm o Sziget Festival na Hungria ou o Festival de Avignon Festival em França, o Sudoeste tem intensificado os impactos na economia local, não obstante a

sua excessiva confinação temporal. Então, numa sociedade do espetáculo, quase todos os festivais têm a capacidade de desenvolver comunidades criadas na comunhão de gostos partilhados. E isso é possível a partir dos bens materiais que abundam nos festivais, por exemplo no merchandising. Existe uma diferença de merchandising, pois alguns remetem para as motivações dos organizadores (gerar dinheiro, publicidade para bandas, produtos, etc.); outros para a perspetiva dos participantes (como recompensas, memórias, etc.) (DOYLE, 2012).

A par disso, não podemos deixar de relevar a importância que o Sudoeste tem pela capacidade de criar ícones e mitos no âmbito do campo musical, sendo por isso momentos marcantes, porque eles próprios, “escritores” da história do rock (GUERRA, 2020). O Sudoeste tem assistido ao crescimento de várias bandas: PJ Harvey, Portishead, entre outras. Para compreender as conexões entre o local e a música, Cohen sugere o uso da noção de caminhos musicais, noção que engloba vários participantes com laços criados entre si e que vai dar origem a um sentimento de pertença (COHEN, 1991, p.128). Esta ligação não é necessariamente a um determinado lugar, embora os participantes possam falar nesses termos, mas antes à performance musical e mais ainda, à vivência social da música nesse lugar materializando o enquadramento das performances musicais.

Pouco depois de chegarmos começam os Oasis. Está muita gente a ver (obviamente, está muita gente em todo o lado...), mas não muito *engagé* no concerto. Em 2000, os Oasis foram corridos do palco com garrafas de água e terra, mas isso talvez seja o menos importante! Uma das sensações que temos quando entramos num espaço como este é que a música, apesar de ser o mote de tudo, é frequentemente secundária. Nos interesses dos frequentadores do recinto. Como se fosse apenas um pretexto, porque não? A banda sonora desses quatro dias, dessas férias, dessa noite, modos de vida com banda sonora, cá está! Festivais como ponto de encontro, de sociabilidades, pontos de um roteiro que (uma parte de) os jovens têm de fazer. Na adolescência ou enquanto jovens adultos a música é o mote ideal para experiências... sejam elas quais forem. (Diário de Campo MUSICULT_2005 | 2009).

Deste modo, consideramos que o Sudoeste se aproxima do que Maria de Lourdes Lima dos Santos e António Firmino da Costa adotaram como noção de mega-evento que se acerca largamente da necessária conceptualização deste festival, pois,

[...] o conceito de mega-evento, no entanto, pode ser alargado, no domínio e nas modalidades, assim como no espaço e no tempo. Para além das Exposições Mundiais, atente-se, por exemplo, nos Jogos Olímpicos ou nos Campeonatos do Mundo de Futebol, nas deslocações papais ou nos dias de peregrinação a santuários como Fátima, nos Festivais de Cinema como o de Cannes ou nas entregas dos Óscars de Hollywood, nos Carnavais de Veneza ou do Rio de Janeiro, em Raves como a de Berlim ou em Festivais Musicais como o de Woodstock (SANTOS; COSTA, 1999, p. 19).

4. Festival de Sonho. Uma abstração para um estudo prospectivo

Mais do que estabelecer conclusões, considerámos importante alertar ou apontar para alguns eixos teórico que ainda merecem a nossa atenção, especialmente do ponto de vista do aprofundamento de uma abordagem sociológica em torno do Sudoeste enquanto património e fosso de memórias individuais e coletivas. Assim, deixámos aqui algumas pistas reflexivas que, no nosso entendimento, agregam a sociologia e a história.

Se pensarmos na definição de património, podemos perceber que o mesmo pressupõe uma herança, ou seja, algo que passa de geração em geração. No caso dos museus ou das galerias, podemos falar em património de artistas, ou mesmo numa esfera pessoa, falámos de heranças culturais, materiais e simbólicas que são herdadas e que contribuem para o surgimento de uma ideia de pertença. Herdar algo que outrem pressupõe um vínculo, uma ligação e proximidade. No nosso entendimento, esta premissa é tanto mais válida no caso dos festivais de verão, nomeadamente no caso do Sudoeste TMN, não sendo de espantar que o slogan do festival seja “Junta-te à tribo”. Desde 1997 que o festival se institucionalizou enquanto património que é herdado, por exemplo, a questão do *merchandising*, das fotografias, as memórias do campismo, os pregões e as múltiplas formas de convivialidade que marcam este espaço-tempo (GUERRA, 2013). Deste modo, o património pressupõe, de igual modo, uma noção de autenticidade e de representatividade (BAKER ET AL., 2015), isto é, trata-se de uma manifestação que representa, de forma genuína o conceito de lazer, de mudança social (SHARPE, 2008), bem como representa uma história nacional e uma memória coletiva e regional, uma vez que o território da Zambujeira do Mar ficou, desde então, cunhado como sendo o palco natural do festival em questão. Então, aquilo que queremos defender com este breve exercício de

reflexão, é que a conceção tradicional de património passa a ser substituída por uma noção contemporânea, em que o enfoque deixa de estar no objeto, mas antes nos modos de interação e de articulação com o meio social e físico em que este se localiza (GUERRA, 2020). Mais, nestes processos de interação social que marcam os festivais como o Sudoeste, encontrámos *novas tipologias* de patrimónios culturais (sentimento de comunidades portáteis), materiais (*merchandising*) e imateriais (memórias individuais e coletivas, tipologias de lazer civil).

Deste ponto de vista, também achamos relevante enquadrar teórica e científicamente a possibilidade de conceber o fSudoeste no seio de um processo contemporâneo de artificação (SHAPIRO, 2007), isto porque, se na década de 1990, os festivais de verão eram perspetivados como espaços únicos de liberdade, de convívio e de consumo cultural, atualmente, os mesmos podem ser encarados como sendo, eles próprios, um produto cultural que pode ser consumível. Se pensarmos no nosso objeto de estudo, o ato de comprar o passe para o festival, preparar o campismo, fazer a viagem, desfrutar da paisagem natural envolvendo a Herdade e o convívio que, por vezes, passa por deixar de lado a assistência dos concertos; podemos referir que todos estes eixos podem ser considerados como atos de consumo cultural, equivalentes à visita a um museu ou a uma galeria. Tudo aquilo que faz de um festival de verão, um festival de verão, passa pela transformação do mesmo num produto artístico e cultural, cujos significados que lhe são atribuídos representam, de todo modo, mudanças profundas nos quotidianos e nas comunidades que pautam as sociedades contemporâneas, e cuja relevância está, frequentemente, na própria imaterialidade dos elementos que compõem uma forma de património, nomeadamente os valores, os gostos, os comportamentos, os significados e as vivências. Apoiando-nos em Fabre (2013), podemos enunciar que o f Sudoeste retrata a ideia de emoção patrimonial; emoção essa que é articulada com espaços, objetos e experiências, isto é, com elementos de património comum que é vivido: a participação, enquanto festivaleiro, no Sudoeste. Logo, Godelier (2008) afirma que não pode existir sociedade sem realidades plenas de significados (Figuras 5). Argumentámos que o Sudoeste TMN é uma realidade plena de significados, pois incorpora uma dimensão coletiva, ou seja, passa a ser visto como um objeto que é alvo de um profundo investimento emocional, por parte de um número alargado de indivíduos que expericienciam coletivamente a paixão musical, a excepcionalidade, a autenticidade, entre outras.

Paralelamente, a par desta questão do Sudoeste como uma nova tipologia de património, podemos ainda introduzir o conceito de *fan studies*, como sendo algo que merece a nossa exploração futuramente, mais especificamente sobre a identidade de fã e a sua articulação com os processos contemporâneos de artificação dos festivais de verão. Então, ser fã representa uma forma de afirmar e exibir os seus gostos pessoais e a sua pertença numa dada comunidade. Para Hein (2011) trata-se de um *fan habitus* como duas dimensões: a pessoal e a coletiva. Segundo este autor, o fã é, acima de tudo, um consumidor de certo tipo de produtos, como posters ou t-shirts, em que este consumo serve para afirmar a sua identidade pessoal e coletiva. Serve, primeiro, para assinalar a pertença a um grupo, e o produto ganha a espessura de um *totem* que contribui para o sentimento de pertença comunal e facilita o reconhecimento entre membros da mesma comunidade. Neste interstício, o objeto dos festivais (merchandising, bilhetes, pulseiras, tokens, etc), torna-se sagrado devido à memória que lhe está associada (GUERRA, 2018). Aliás, enquanto autora do artigo, devo referir que possuo uma caixa com recordações dos festivais em que participei no escopo do meu trabalho empírico; estes objetos, que vão desde pulseiras a copos, detém um valor simbólico relacionado com a nostalgia e a memória desse tempo de pesquisa.



Figuras 5 Novos elementos patrimoniais no Sudoeste. Fonte: MUSICULT_2005 | 2009.

Um outro exemplo dado são as pulseiras dadas à entrada dos festivais. As pulseiras (e os bilhetes) não são vendidas: significam o acesso à experiência do festival. São partes integrantes da experiência festivaleira. Muitos continuam a usar as pulseiras mesmo depois do fim do festival. São, primeiro, uma parte integrante do festival e, segundo, memórias da expe-

riência festivaleira (DOYLE, 2012). Esta experiência festivaleira do Sudoeste é simbólica de um território; território esse que, futuramente, esperámos descobrir com maior detalhe.

Referências

- BAKER, Sarah; DOYLE, Peter; HOMAN, Shane. Historical records, national constructions: The contemporary popular music archive. *Popular Music and Society*, v. 31, n.º 1. p. 8-27, 2015.
- BARRIÈRE, Louise; FINKEL, Rebecca. The material culture of music festival fandoms. *European Journal of Cultural Studies*, v. 25, n. 2, p. 479-497, 2022.
- BURCHARDT, Tania; GRANDE, Julian Le; PICHAUD, David. Degrees of exclusion: Developing a dynamic, multidimensional measure. In HILLS, Jon; GRANDE, Julian Le; PICHAUD, David (eds.). *Understanding social exclusion*. Oxford, Oxford University Press, p. 30–43, 2002.
- COHEN, Sara. *Rock culture in Liverpool: popular music in the making*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1991.
- DOYLE, Stephen A. Merchandising and retail. In: YEOMAN, Ian; Robertson, Martin; ALI-KNIGHT, Jane; DRUMMOND, Siobhan; MCMAHON-BEATTIE, Una (eds). *Festival and events management: An international arts and culture perspective*. Abingdon, Routledge, p. 156–170, 2012.
- FABRE, Daniel (dir.). *Émotions patrimoniales*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2013.
- FINKEL, Rebecca. ‘Dancing around the ring of fire’: Social capital, tourism resistance and gender dichotomies at Up Helly AA in Lerwick, Shetland. *Event Management*, v. 14, n. 4, p. 275–285, 2010.
- GARDNER, Robert. The portable community: Mobility and modernization in bluegrass festival life. *Symbolic Interaction*, v. 27, n. 2, p. 155–178, 2004.
- GODELIER, Maurice. *L’Énigme du don*. Paris: Flammarion, 2008.

GUERRA, Paula (coord.). *Festival Paredes de Coura. 93:23. Do rock ao couraíso*. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2023.

GUERRA, Paula. Elogio da improbabilidade do património. In OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa; VIEIRA, Kyara Maria de Almeida (eds.). *Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação*. Mossoró, EdUFERSA. p. 47-66, 2020.

GUERRA, Paula. Ceremonies of Pleasure: An Approach to immersive experiences at summer festivals. In SIMÃO, Emília; SOARES, Célia (eds.). *Trends, experiences, and perspectives in immersive multimedia and augmented reality*. Hershey, IGI Global. p. 122-146, 2018.

GUERRA, Paula. A revolução do festival: um percurso pela agenda dos festivais pop rock portugueses na última década. In PIRES, Victor de Almeida Nobre; ALMEIDA, Laís Barros Falcão de (orgs.). *Circuitos urbanos, palcos midiáticos: Perspectivas culturais da música ao vivo*. Maceió, Edufal. p. 29-53, 2017.

GUERRA, Paula. Lembranças do último verão. Festivais de música, ritualizações e identidades na contemporaneidade portuguesa. *Ficha de Formação 2*, 2016. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/lembrancas-do-ultimo-verao-festivais-de-musica-ritualizacoes-e-identidades-na-contemporaneidade/32954>

GUERRA, Paula. *A instável leveza do rock: génesis, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal*. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, 2010.

GUERRA, Paula & OLIVEIRA, Ana. A sonic paradise in the countrysidé. Pop-rock festivals as drivers of creative tourism development in small cities and rural areas in the post-pandemic era. In WOODWARD, Ian; HAYNES, Jo; BERKERS, Pauwke; DILLANE, Aileen; GOLEMO, Karolina (eds.). *Remaking culture and music spaces. Affects, infrastructures, futures*. London: Routledge. P. 137-149, 2022.

JEPSON, Allan; CLARKE, Alan (eds). *Exploring community festivals and events*. Abingdon: Routledge, 2015.

LARSEN, Gretchen; O'REILLY, Daragh. Music festivals as sites of consumption: an exploratory study. *Working Paper*, v. 5, n.05, 2005.

LOCKSTONE-BINNEY, Leonie, HOLMES, Kirsten, SMITH, Karen; BAUM, Tom. Volunteers and volunteering in leisure: Social science perspectives. *Leisure Studies*, v. 29, n. 4, p. 435–455, 2010.

PURDUE, Derrick; DÜRRSCHMIDT, Jörg; JOWERS, Peter; O'DOHERTY, Richard. DIY culture and extended milieux: LETS, veggie boxes and festivals. *The Sociological Review*, v.45, 1997. doi: 10.1111/1467-954X.0008. 645 – 667.

SHAPIRO, Roberta. Que é artificação?. *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 1, p. 135-151, 2007.

SHARPE, Erin K. Festivals and social change: intersections of pleasure and politics at a community music festival. *Leisure Sciences*, v. 30, n. 3, p. 217-234, 2008.

“A escravidão é um mal, um erro fatal, um crime de lesa-humanidade”: o jornal O *Abolicionista* e a emancipação dos escravos na província do Piauí (1884)¹

Talyta Marjorie Lira Sousa²

Introdução

Desde a metade do século XIX, a escravidão no Brasil sofreu transformações significativas, impulsionadas pelas mudanças na dinâmica mundial. Primeiro, com o fim do tráfico transatlântico, declínio acentuado da população escrava no Norte pela transferência de cativos para as áreas rurais de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, posteriormente, com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei do Sexagenário, em 1885. Dentro da perspectiva das mudanças sociais, políticas, econômicas e jurídicas, na conjuntura dos oitocentos, é necessário refletir sobre os motivos que levaram intelectuais, políticos e grupos sociais a se envolver com a causa da abolição da escravidão no Brasil.

A campanha abolicionista envolveu vários setores da elite, funcionários públicos, camadas médias urbanas, estudantes e a população negra. O movimento levou a causa da abolição para a imprensa, com o objetivo de

1. Artigo inicialmente publicado na *Contraponto – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*. Teresina, v. 10, n. 2, jul./dez. 2021, p. 171-186.

2. Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí. Doutora (2023), mestra (2012) e graduada (2009) em História pela Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Afrodescendência e História, Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, imprensa, oitocentos, história do Piauí, educação para as relações étnico-raciais. E-mail: talytamarjorie@hotmail.com

conquistar a opinião pública e fazer com que ressoasse em todas as camadas sociais do país. Recorriam à linguagem habitual dos periódicos, agregando a literatura romântica e a oratória bacharelesca (MARTINS, 2012, p. 36).

A abolição se transformou em pauta, um dos temas centrais dos jornais piauienses. Nesse sentido, pretendemos compreender como a imprensa do Estado do Piauí divulgou a campanha abolicionista e qual a sua influência na intensificação das fugas, os periódicos que difundiram as posições e as distensões entre o pensamento do partido liberal e conservador, inclusive com a criação de jornais específicos sobre a questão abolicionista. Os jornais atuavam no sentido de ordenar novos valores para uma sociedade que passava por um processo de mudanças. Na pesquisa, constatamos que os periódicos *Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove*, *O Telephone*, *Cri-Cri*, *O Abolicionista* e *A Reforma*, traziam em suas páginas apenas temas específicos a favor da emancipação e conteúdos com denúncia contra a escravidão. Os outros jornais pesquisados, ao mesmo tempo que combatiam a escravidão, lucravam com ela, pois noticiavam sobre a redução de pessoas à escravidão, violência contra os cativos, manumissões, formação de sociedades emancipadoras, faziam a contrapropaganda abolicionista e anunciavam a venda, aluguel e fuga de escravos.

No levantamento feito durante a pesquisa, observamos que, a partir da década de 1860, as exposições dos articulistas passaram a apresentar as denúncias sobre as violências praticadas contra os escravos, pessoas reduzidas à escravidão, a formação das sociedades emancipadoras, a concessão de cartas de alforria e artigos apoiando a substituição do trabalho escravo pelo livre. Essas temáticas intensificaram-se na década de 1870, quando os liberais estavam no governo (1878-1884), incorporando a divulgação das leis emancipatórias, o fim da escravidão no Ceará, o caráter abolicionista e o discurso antiescravista nas publicações periódicas piauienses.

Nosso objetivo é analisar o jornal *O Abolicionista* na província do Piauí, de outubro a dezembro de 1884 e as denúncias contra escravidão. Este periódico foi criado nesta província para defender as ações abolicionistas, as leis emancipacionistas e a libertação dos escravos. No que diz respeito ao levantamento da documentação, recorremos ao acervo digital do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação, da Universidade Federal do Piauí e a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Escavamos os meandros deste periódico, as intenções de quem o produziu, para emergir vozes e narrações que escaparam da produção oficial.

A consequência desse modelo analítico é uma multiplicidade de estratégias, táticas, determinações e projetos individuais e coletivos com reflexo no nosso fazer histórico. Dessa forma, analisaremos situações, especificaremos ações, “acontecimentos, redes capilares de relações, mas sem perder de vista a realidade mais global” (PESAVENTO, 2000, p. 214).

O jornal *O Abolicionista* e as denúncias contra a escravidão

O primeiro ciclo de mobilização abolicionista iniciou-se com a Independência e abolição da escravidão do Haiti em 1791. No início do século XIX, as colônias espanholas na América passam uma dupla libertação com a independência e o fim da escravidão. Em 1807, a Inglaterra e os Estados Unidos acabaram com o tráfico africano em seus domínios. Em 1815 no Congresso de Viena, o império Britânico tornou-se cada vez mais enérgico no combate a escravidão. Entre 1820 e 1830, Peru, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia, México, Guiana Inglesa e Ilhas Maurício, aboliram o cativeiro de seus territórios (ALONSO, 2015, p. 27). O segundo ciclo internacional de abolições ocorreu a partir de 1851 em países como Colômbia, Havaí, Argentina e Jamaica. Entre 1876 e 1882, o Brasil isolou-se cada vez mais com a manutenção do regime escravista, pois Zanzíbar, Madagascar, Gana, Bulgária e o Império Otomano também aboliram a escravidão de seus territórios (ALONSO, 2015, p. 31).

Nesse contexto, a aceleração da urbanização e a modernização propiciaram o crescimento dos espaços públicos e discussões em torno do processo de abolição. O incremento dos avanços tecnológicos “com trens e navio a vapor, máquinas tipográficas e telégrafo, permitiram a circulação de informações, mercadorias, pessoas, inovações sociais, de invenções científicas a empreendimentos econômicos, de máquinas a ideias” (ALONSO, 2015, p. 92). Essas mudanças convergiam também para o âmbito do processo civilizatório e o estilo de vida moderno que assimilava a escravidão como amoral e um cancro que impedia o progresso. A retórica abolicionista balizou-se a partir dessa perspectiva em compaixão, direito e progresso.

A superação do escravismo foi associada a “imagem de progresso industrial e tecnológico, expansão de mercados, mobilidade voluntária de trabalhadores, aquisição de direitos civis e políticos, urbanização” (CHALHOUB, 2012, p. 34). A ideia de civilização estava ligada a perspectiva enganosa de viés ideológico do trabalho livre ligado a assalariamento, a

superação da escravidão ligada ao progresso industrial e tecnológico, expansão de mercados, mobilidade dos trabalhadores e conquista de direitos (CHALHOUB, 2012, p. 47).

A emergência de novas sensibilidades e o antiescravismo, baseado nos valores do iluminismo, progresso e romantismo. O iluminismo defendia a liberdade como direito natural do homem, dessa forma a liberdade era princípio universal e um homem não poderia sujeitar outro através da escravidão. Na retórica iluminista seria inadmissível o século XIX, tempos do progresso e do avanço científico, manter uma instituição totalmente desumana, “o cancro que corrói a seiva deste malfadado país”. De acordo com Ângela Alonso o abolicionismo brasileiro amparou-se na comparação entre cancro moral e cancro social, como esquema interpretativo da compaixão definira a escravidão (ALONSO, 2015, p. 99).

As publicações do jornal *O Abolicionista* baseava-se na retórica iluminista, valores do progresso e ideais românticos para defender o fim da escravidão. Dentro dessa perspectiva, levantamos algumas perguntas: como essa publicação se constituiu força histórica durante o período de tempo tão curto de publicação? Como se constituiu e atuou em relação às forças na conjuntura histórica do final da escravidão? Quem eram seus aliados? Que grupos ou forças sociais podem ser identificados como, adversários ou forças de oposição?

Após os questionamentos, nossa primeira tarefa foi identificar no periódico seu título, subtítulo, datas de publicação, periodicidade e o acervo em que se desenvolveu a pesquisa. O subtítulo é o lema da Inconfidência Mineira, *libertas quae sera tamen* (liberdade ainda que tardia), remetendo ao iluminismo, as liberdades individuais e o uso da razão. Os exemplares apontam a brevidade na edição do periódico, de outubro a dezembro de 1884, totalizando oito edições. Não há menção sobre editor ou redator, apenas que era impresso pela Tipografia do jornal *O Telephone*, na rua Bela na cidade de Teresina, publicação semanal, assinatura trimestral no valor de 2\$000 réis e semestral 5\$000 para a capital. Este jornal está disponível para consulta no site do projeto Memória do Jornalismo Piauienses. O periódico ainda estampava as províncias que tinham abolido a escravidão, Ceará e Amazonas, e as vilas piauienses onde existiam sociedades libertadoras, Barras, Amarração e Jaicós.

A próxima fase foi a análise da composição do projeto gráfico. Isso envolveu observar a organização e distribuição dos conteúdos nas diversas

seções no interior do periódico e sua formatação. *O Abolicionista* era formatado em quatro colunas e quatro páginas, usavam o negrito e letras em caixa alta para dar ênfase a temas e questões, todo o conteúdo abordado no periódico tinha relação direta com o fim da escravidão, os editoriais assinados eram apenas aqueles que traziam o protesto ou contraprotesto ao jornal *A Época*, e não existe a publicação de nenhuma iconografia.

As seções eram bem definidas, na primeira e segunda página existia sempre um artigo sobre os motivos para o fim da escravidão, numa tentativa de persuadir a opinião pública, expressar o ponto de vista e os interesses dos editores, e deslegitimar o escravismo, caracteriza-lo como ilegal, imoral e com o intuito de distinguir o atraso dos que apoiavam a instituição e progresso dos que alertavam contra (ALONSO, 2015, p. 131). Também foi publicado nesta página um romance intitulado *Três botões de rosas*, escrito por J.F, em homenagem a Clodoaldo Freitas e Joaquim N. Paranguá.

Na terceira página os editores publicaram a transcrição da sessão da câmara dos deputados de 4 de agosto de 1884, sobre o projeto nº. 48, referente a emancipação dos escravos e a Lei do Sexagenário e uma seção particular, assinada por diferentes sujeitos em diferentes edições, contra as acusações proferidas aos abolicionistas pelo coronel José Antonio Rodrigues da feitoria Por Enquanto na vila de Barras em 1884 no jornal *A Época*. Na última página há a continuidade da seção particular, a publicação de notícias de diferentes províncias e vilas do Piau, poemas e anúncios sobre a venda de livros, cerveja, produtos da casa comercial de Raimundo Gomes de Souza e convite para missa “do eterno repouso da alma do capitão Manoel Sotero Vaz” (*O ABOLICIONISTA*, Teresina, 6 de dezembro de 1884, ano 1, nº 7, p.1)

Sobre as condições técnicas, na segunda metade do século XIX, em especial, com a mudança da capital de Oeiras para Teresina, a imprensa ganhou maiores dimensões. Alguns fatores como desenvolvimento da vida urbana, as técnicas de transmissão sistemática da cultura e educação, as técnicas de transmissão de pensamento como o telégrafo, uso cabo submarino, telefone, os meios de transporte, e o desenvolvimento da arte gráfica, foram condições importantes para a ampliação da imprensa (SODRÉ, 1999, p. 7). A inovações são importantes mas não devemos subestimar a difusão oral da circulação das notícias que permitia atingir um número maior e não restrita apenas à elite letrada.

As restrições acerca da alfabetização não impediram a manifestação e

proliferação de periódicos, assim não podemos justificar o atraso em função de condições econômicas, políticas e culturais impediram a circulação de impressos pelo Brasil. A sociedade oitocentista era oralizada, “as letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas”, corriam tanto as notícias como as vozes que transformavam a informação em notícia. Consoante, Marialva Barbosa, existiam as trocas e o “entrelaçamento de múltiplos meios entre o mundo oral, o mundo manuscrito e o mundo dos impressos” (BARBOSA, 2010, p. 34).

Quanto ao conteúdo, o jornal *O Abolicionista* recorreu a estratégia do uso da literatura, ampliação do número de adeptos com a questão de gênero e a discussão com outros periódicos com o objetivo de persuadir a opinião pública. Em nossa pesquisa encontramos o uso recorrente de poemas e contos, denunciando os males do sistema escravocrata, disputas políticas com outros periódicos, notícias sobre os benefícios do progresso e da civilização.

Nas distensões entre os grupos ou forças sociais adversárias ao jornal *O Abolicionista*, evidenciamos as publicações contra o jornal *A Época*. Este periódico surgiu em 1878 em substituição ao jornal *Moderação*. Constituía um órgão do Partido Conservador, editado em tipografia própria e teve como redatores Teodoro Alves Pacheco, Raimundo de Arêa Leão e Simplício Coelho de Resende. Com uma linguagem metafórica, era espaço de discussão das rixas partidárias, legitimando as prioridades do seu partido e com diálogo aberto com o periódico *A Imprensa* (RÊGO, 2001, p. 88). Era impresso uma vez por semana em formato quatro páginas e quatro colunas, a assinatura anual custava 10\$000, 5\$000 semestral e número avulso 320 réis.

O jornal *A Época* conferiu grande atenção à fuga de onze escravos do coronel José Antonio Rodrigues da feitoria Por Enquanto na vila de Barras em 1884. Observamos que o noticiário apresentou a fuga como insurreição: “Compete refrear os atentados”, “dura contingência de furtar contra os horrores da anarquia”, “seduz ou manda seduzir os escravos alheios à fugirem”, “a emancipação dos escravos deve ser feita de modo a não provocar abalos” (*A ÉPOCA*, Teresina, 20 de setembro de 1884, ano VII, nº 322, p.4). A tendência em nomear os abolicionistas como anarquistas era uma forma de criminalizar e pedir a repressão do governo, conforme solicitação feita pelo redator do noticiário:

Diga-lhe isto, sr. Presidente, aconselhe que mude de rumo o delegado das Barras, porém sem grandes detalhes, pois ele além de pouco vergonhoso, é quase analfabeto e por tanto selvagem. Possui, é certo, qualidades para cargos policiais, mas não está a altura d ser abolicionista, por que ele pensa que abolir é conjugar outro verbo (A ÉPOCA, Teresina, 20 de setembro de 1884, ano VII, nº 322, p. 4).

Na legalidade os cidadãos ameaçados pelo abolicionismo pediam a troca do delegado, Manoel Pires Ferreira, por acreditarem que este não possuía predicados para o cargo que exercia, acobertando os horrores da anarquia e “um abolicionista como os que há por aí, que se dizem apóstolos da ideia unicamente para especular e colher miseráveis e pequeninos proveitos” (A ÉPOCA, Teresina, 20 de setembro de 1884, ano VII, nº 322, p. 4). O relato tenta criar na opinião pública um clima de medo e insegurança para justificar a vigilância sobre os escravos, tornando a fuga uma ameaça a sociedade e política de controle da escravidão.

O coronel José Antonio Rodrigues atribuía a sociedade abolicionista de Barras e a liberta Virginia, ligada por afinidade de parentesco aos ditos escravos, o aliciamento, a indução de abandonarem seus senhores e o conselho de seguirem a fuga para a província do Ceará. Em 1 de abril de 1884 houve a criação da Sociedade Libertadora Barrense que segundo *O Semanário* era marca de uma época notável e que levou a vila as páginas da história, “recomendando-se as nações civilizadas, como uma comarca cheia de patriotismo e possuída de sentimentos humanitários”, afim de sacudir esse “jugo da escravidão, que só pode ter assento no seio de um povo inculto” (*O SEMANÁRIO*, Teresina, 21 de junho de 1884, ano IX, nº 340, p. 3). No ato de instalação da sociedade libertadora foram alforriados 35 escravos.

O dr. Estevão Lopes Castello Branco libertou 9 escravos.

Capitão Germano de Araújo Lima libertou 9 escravos.

Francisco José do Rego libertou 3 escravos.

Capitão Francisco Alves do Nascimento libertou 2 escravos.

Francisco Carvalho de Oliveira, capitão Joaquim José do Rego, tenente José Joaquim de Santana, alferes Silvestre Tito Castello Branco, alferes Firmino Servo d’Araújo, tenente Joaquim Vieira de Queirós, tenente Antonio Forte Castello Branco, Sesostris José Correia, Martinho dos Santos Correia, Nelson Correia, D. Felisbella de Jesus Fortes, tenente coronel Jose Pires Ferreira, Lincol Correia, capitão Raimundo Fernandes Pereira, ca-

pitão Francisco Marcellino de Carvalho, D. Maria de Assumpção Pires Lages, libertaram 1 escravo (*O SEMANÁRIO*, Teresina, 21 de junho de 1884, ano IX, nº 340, p. 3).

Os membros da Libertadora Barrense, Sesostris José Correia, vice-presidente, Martinho dos Santos Correia, primeiro secretário, Francisco Marcellino de Carvalho, segundo secretário, Francisco Alves do Nascimento, orador, Silvestre Tito Castello Branco, tesoureiro, solicitaram que a notícia de criação desta sociedade fosse noticiada pelo jornal *O Semanário*, pois este prestava relevantes serviços a causa abolicionista e “como obreiros do progresso defenderão causa tão honrosa em suas colunas” (*O SEMANÁRIO*, Teresina, 21 de junho de 1884, ano IX, nº 340, p. 3).

Em contraposição ao jornal *A Época* foi publicada no jornal *O Abolicionista*, em seção particular escrita por Francisco Alves do Nascimento na defesa contra as acusações proferidas. O segundo secretário da Libertadora Barrense “senti-me possuído de profundo e duplo pesar, não só por ver que os autores desses escritos, a quem aliás muito preso, guidos, sem dúvida, por falsas informações”. Em sua declaração afirmou que o doutor Estevão, capitão Manoel Pires e Francisco Marcellino não mandaram aliciar e seduzir os aludidos escravos do coronel José Antonio Rodrigues para fugirem para o Ceará. O certo é que os escravos saíram da feitoria onde residiam para a vila de Barras, “onde entraram publicamente numa noite dos primeiros dias do mês de setembro findo, em procura da proteção da sociedade Libertadora Barrense”, conversaram com alguns membros desta sociedade, porém estes “aconselharam-nos par voltar a casa de seu senhor, oferecendo-lhes cartas, pedindo perdão para eles pela falta cometida” (*O ABOLICIONISTA*, Teresina, 1 de outubro de 1884, ano 1, nº 1, p. 3).

Continuou explicando aos leitores, ao coronel José Antonio Rodrigues e seu genro Valdevino Ribeiro Torres, que se tivessem aliciado e aconselhado os escravos para fugirem para o Ceará, eles sairiam “da feitoria onde estavam seguiram diretamente para aquela Província e não viriam para a vila, como vieram, expondo-se a serem capturados”. Também não existiam escravos ocultos em posse de nenhum sócio da Libertadora, pois sabiam que não tinham fundos para indenização dos valores dos ditos escravos e os que ficaram na cidade estiveram sempre com toda a publicidade, “promovendo os meios de sua libertação, nos termos facultados pelo art.4 §2, da lei

nº 2040 de 28 de setembro de 1871, sendo para notar-se, que todos estes são maiores de 60 anos, baseado não só em informações fidedignas, como no que representa a fisionomia dos mesmos” (O ABOLICIONISTA, Teresina, 1 de outubro de 1884, ano 1, nº 1, p. 3)

O jornal *A Época* e *O Abolicionista* tornaram-se atores políticos na formação da opinião pública sobre a fuga dos escravos e o destinavam-se não apenas ao público leitor, mas aos adversários, articulistas e a outros jornais. Roger Anibal L. da Silva aponta que os jornais do século XIX mantinham um diálogo entre si, com respostas ao outro, reprodução de textos, ampliando o debate e o estímulo à produção de discursos (SILVA, 2017, p. 83). Isso proporciona um sistema de autorreferenciação onde os jornais “citam uns aos outros à exaustão, reproduzindo textos divulgados anteriormente por outro ou comentando aquilo que já fora publicado” (BARBOSA, 2010, p. 62).

Sobre a atitude do delegado foi exposto que o mesmo agiu legalmente, exigindo a documentação que comprovasse a propriedade dos cativos, documento da matrícula, providenciando a procura dos escravos fugidos para o Ceará, negando o uso da força pública para a apreensão e um mandado de busca dos escravos que diziam estar ocultos em casa de diversos cidadãos na vila. O delegado negou a busca e apreensão baseado nas atribuições criminais dos delegados e subdelegados, disposto no artigo 212 do Regimento nº 120 de 31 de janeiro de 1842, que previa desempenhar as mesmas atribuições incumbidas aos chefes de polícia, sejam elas proceder a auto de corpo de delito, e formar culpa aos delinquentes, e aos oficiais que perante eles servirem; conceder fiança, na forma das leis, aos réus que pronunciarem ou prenderem; prender os culpados, ou o sejam no seu, ou em outro Juízo; conceder mandados de busca e formar culpa em toda a Província aos seus delegados, subdelegados e subalternos quando o mereçam (REGULAMENTO Nº 120, de 31 de janeiro de 1842. Regula a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/regulamentos/r120.htm. Acesso: 12/04/2021). Era dever do requerente provar que existia ilicitude para obter um mandado de busca, além disso não seria dever da força pública buscar escravos fugidos no Ceará, “os soldados têm uma missão mais nobre na sociedade de que a de capitão do mato, além de que não conheço lei alguma que imponha as autoridades policiais o dever de mandar capturar escravos fugidos de quem quer que seja” (O

ABOLICIONISTA, Teresina, 1 de outubro de 1884, ano 1, nº 1, p. 3).

A respeito dos pedidos de busca pela força policial, observamos que o delegado responsável pelo inquérito da fuga dos onze escravos em Barras, negou o uso dos soldados alegando que eles não eram capitães do mato e que não existia lei que os obrigasse a cumprir essa função. Até 1887 o exército brasileiro foi obrigado a caçar os escravos fugidos recusando-se a essa prática após reunião no clube militar no Rio de Janeiro, onde concluíram que não cabia o “papel menos decoroso e menos digno”, e redigiram um ofício à Princesa Isabel, regente do império, solicitando a dispensa dessa atribuição:

Esperam que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior com o fim, [...]os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros que fogem à escravidão, ou porque já viviam cansados de sofrer os horrores ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma (BRA-SIL, 2020, p. 1155).

Em publicação subsequente escrita por Leovigildo Belmonte de Carvalho no jornal *O Abolicionista*, foi exposto que mesmo antes da instalação da sociedade libertadora, os escravos da região fugiam para o Ceará: “três escravos do Major João Batista Loes, um dito do capitão Silvestre do Rego, dois de dona Maria d’Assumpção, alguns de D. Genoveva e outros que torna-se desnecessário mencionar, provando-se assim, a não influência da sociedade”. O autor do contraprotesto questionou ainda sobre o direito da liberta Virginia visitar os seus parentes: “Pobre Virginia! Se quando escrava dava-se-lhe essa mesquinha permissão, agora livre, veda-se-lhe-ia de tudo, por entenderem algures, que deva aparecer uma lei privando-a de toda a convivência com os de sua espécie!” (O ABOLICIONISTA, Teresina, 18 de novembro de 1884, ano 1, nº 5, p. 4).

Após a fuga quatro escravos não prosseguiram viagem e ficaram na cidade de Barras, três pela avançada idade e Isidora que estava em adiantado estado de gravidez. Estes foram depositados sob responsabilidade do poder público, aguardando o pedido de restituição de posse do seu senhor ou a liberdade através da sociedade emancipadora. Os abolicionistas defenderam que o arbitramento dos escravos foi praticado com “flagrante violação da lei, trazendo, conseguintemente, grave responsabilidade aos

que a elas deram lugar”. O juiz do feito foi trocado durante o processo demonstrando parcialidade ao caso e incompetência ao relaxar o depósito em que estavam os escravos “mandando entregá-los ao seu senhor”, sem proporcionar a Libertadora oportunidade de alforriar os escravos, pois o valor decidido pelo juiz era incompatível com o praticado na vila das Barras, “onde esse gênero está por demais depreciado” e os escravos serem septuagenários ou sexagenários (*O ABOLICIONISTA*, Teresina, 5 de novembro de 1884, ano 1, nº 4, p. 4).

O primeiro suplente do juiz municipal de Barras, José Raimundo Gomes, manifestou-se sobre o caso no jornal *A Época*, negando as acusações publicadas pelo *O Abolicionista*. Alegou que deturparam os fatos, pois ao reassumir o cargo recebeu o requerimento do coronel Rodrigues para “o levantamento do depósito daqueles escravos de cujo serviço estava ilegalmente privado”. De acordo com José Raimundo Gomes, o depósito era apenas um preparatório para ação contenciosa de liberdade, não se considerando um arbitramento, por isso devolveu a petição do requerente. Na audiência na qual devia proceder-se ao arbitramento dos cativos, foi averbado pelo curador que o juiz era suspeito no processo, sob alegação que este fazia parte da sociedade abolicionista e estava impedido de julgar o arbitramento. O juiz não reconheceu a suspeição dado que “essa suspeição nenhuma razão de ser tinha; porque, além de tudo, nem mesmo fazia eu parte de tal sociedade, a que aliás só prestei um diminuto donativo em princípio, quando me pareceu coisa séria”. Os escravos foram avaliados pelo “arbitro Leovigildo Belmonte de Carvalho por 5\$000 réis a cada um dos escravos e o arbitro tenente Alexandre Carvalho de Almeida por 450\$000 mil réis a primeira, por 200\$ mil réis a segundo e por 40\$ mil réis e a 3^a”. Por fim, afirmou que o coronel Rodrigues estava receoso quanto a posse dos escravos, acreditava que seriam mandados para o Ceará e os seus procuradores, major Valdevino Ribeiro Torres e capitão Raimundo Fernandes Pereira, ofereceram libertá-los sob indenização quando a sociedade abolicionista tivesse fundos” (*A ÉPOCA*, Teresina, 15 de novembro de 1884, ano VII, nº 329, p. 3).

Na mesma edição do jornal *A Época*, o coronel José Antonio Rodrigues e Valdivino Ribeiro Torres, apresentaram ao público sua versão sobre o arbitramento dos cativos, acusando os abolicionistas de tentarem acelerar o processo e conquistar as ovações públicas. Sabiam que Francisco Alves do Nascimento apenas mencionaram os eventos baseados em

presunção, pois mesmo estando na vila quando ocorreu a fuga, não estava do lado de Francisco Marcellino, quando este mandou a liberta Virginia aliciar os cativos e não os aconselhou evadirem-se para o Ceará quando chegaram na vila. Denunciaram que moradores de Barras mantinham escravos em posse ocultos dos proprietários e declararam que não eram escravocratas e tão pouco abolicionistas, mas em menos de três anos libertaram, sem ônus algum, cinco escravos (A ÉPOCA, Teresina, 15 de novembro de 1884, ano VII, nº 329, p. 3). Isso evidencia as formas de encaminhamento para o fim da escravidão gradual, onde os senhores buscavam assegurar seus interesses específicos e meios de emancipação que não atingissem seu patrimônio.

Em reposta os tópicos levantados pelo coronel José Antonio Rodrigues e seu genro Valdevino Ribeiro Torres, Francisco Alves do Nascimento fez publicar *O Abolicionista*, afirmando suas presunções que “aliás fortes e de tanto peso, que geraram em meu espírito a íntima convicção, que ainda tenho, de ter afirmado” e defendendo Estevão Lopes Castello Branco, capitão Manoel Pires e alferes Francisco Marcellino. Os correspondentes acusam Estevão Lopes Castello Branco, “homem reconhecidamente ordeiro e alheio a tudo quanto não está dentro dos limites de seus deveres”, “é abolicionista de coração”, na instalação da sociedade libertadora emancipou doze escravos e contribuía junto com “sua senhora com as quantias correspondentes as joias de sócios”, foi eleito presidente da Libertadora Barrense, mas só aceitou sob a condição de não exigirem dele frequência nas respectivas sessões e atividades.

Em pesquisa aos registros de compra e venda de escravos, de 17 de junho de 1869, encontramos o capitão Estevão Lopes Castello Branco Burlamaque Castello Branco, comprando vinte e cinco escravos, do doutor Cândido Gil Castello Branco e sua esposa D. Lavinia Cesar Burlamaque Castello Branco, no sítio Buqueirão do termo de Campo Maior na província do Piauí.

Fernando, 40 anos, crioulo, seiscentos mil réis.

José, 30 anos, crioulo, um conto de réis.

Justino, 30 anos, crioulo, um conto de réis.

Raimundo, 22 anos, cabra, um conto de réis.

Quitério, 40 anos, crioulo, duzentos mil réis.

Sansão, 14 anos, cabra, oitocentos mil réis.

Matuzalém, 13 anos, crioulo, quatrocentos mil réis.
Bernardo, 14 anos, cabra, oitocentos mil réis.
Malaquias, 2 anos, crioulo, duzentos mil réis.
Ventura, 40 anos, crioulo, seiscentos mil réis.
Um pagão com 3 meses, crioulo, cinquenta mil réis.
Delmira, 35 anos, crioula, quinhentos mil réis.
Marcelina, 35 anos, crioula, quinhentos mil réis.
Sabina, 34 anos, crioula, quinhentos mil réis.
Rita, 30 anos, crioula, quinhentos mil réis.
Custódia, 13 anos, crioula, oitocentos mil réis.
Izabel, digo Custódia, 19 anos, crioula, trezentos mil réis.
Caridade, 9 anos, crioula, quatrocentos mil réis.
Fé, 7 anos, cabra, trezentos mil réis.
Raimunda , 4 anos, crioula, trezentos mil réis.
Maria dos Anjos, 2 anos, cabra, cento e cinquenta mil réis.
Luiza, 4 anos, cabra, duzentos mil réis.
Joana, 3 anos, crioula, duzentos e cinquenta mil réis (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro de escritura de compra e venda. N°12. Cartório de 1º ofício de notas. 1869-1870. Teresina).

O capitão Estevão Lopes Castello Branco Burlamaque Castello Branco, homem do seu tempo, apresentava uma visão curiosa acerca da escravidão, pois, ao mesmo tempo apoiava a existência do regime comprando cativos e combatia a “violência desnecessária e as punições físicas mais cruéis, assumindo diversas vezes um discurso de tom solidário e de defesa dos cativos” (CASTILHO, 2019, p. 53), filiando-se a sociedade emancipadora.

O capitão Manoel Pires e alferes Francisco Marcellino eram abolicionistas ativos e exaltados, mas não cabia a hipótese de deturpar suas convicções, que fossem “capazes de mandar à feitoria do Sr. Coronel aliciar os seus escravos”, e caso tivessem mandado seduzir os escravos não os mandaria para a vila onde moravam, encarregaram-se de fornecer ajuda para a viagem e “fariam todo o possível para que os escravos não aparecessem na vila onde moram muitos parentes do sr. Coronel; já porque arriscavam-se a serem capturados e já porque necessariamente ficar-se-ia sabendo quais os promotores ou aliciadores da fuga dos mesmos” (O ABOLICIONISTA, Teresina, 27 de novembro de 1884, ano 1, nº 6, p. 2 e 3).

As últimas alegações sobre o caso foram publicadas no periódico *O Abolicionista* que se defendeu das queixas do primeiro suplente do juiz municipal das Barras e apresentou as contestações de Sesostris José Correia e

Claudino Gomes de Moraes. Nas alegações contra o juiz, afirmou-se que este reassumiu o exercício da vara municipal quando os processos se achavam em andamento e os escravos estavam depositados por despacho do seu antecessor. Os jornalistas acreditavam que o juiz não tinha competência para levantar o depósito, não tinha conhecimento do feito, o fizera de forma ilegal sem informar as partes dos respectivos termos, “observando depois e fazendo guardar no cumprimento de seu despacho as formalidades legais e substanciais”. O juiz despachou as petições do levantamento do depósito, em segredo de justiça, sem que o depositário tivesse ciência, “autorizou particularmente o senhor destes a conduzi-los para sua feitoria, levantando assim a própria parte, e não os empregados do foro, o depósito em que eles se achavam” (O ABOLICIONISTA, Teresina, 6 de dezembro de 1884, ano 1, nº 7, p. 1).

A forma como os cativos foram tratados após o depósito também foi motivo para reação do periódico *O Abolicionista*. Os escravos foram conduzidos de volta a feitoria Por Enquanto de “modo bárbaro e selvagem”, em especial a escrava Isidora que estava nos últimos meses de gestação. Houve ponderação quanto “a inconveniência que uma tal viagem podia trazer, visto se achar a aludida escrava no último período de sua gravidez, e que o abalo da jornada e o receio que naturalmente devia ela nutrir de ser castigada ao chegar ao termo desta, podiam trazer-lhe um grande choque moral, cuja consequência seria a expulsão do feto”. Os capitães Joaquim Antonio Rodrigues e Domingos José Rodrigues, conduziram-na mesmo assim, no meio de uma carga e tangida por três capangas.

Mal havia caminhado 4 léguas manifestaram-se-lhe as dores que precedem ao parto.

A desgraçada suplicava compaixão, fazia compreender a sua dor, mostrando-se impossibilitada de continuar a derrota, porem os seus rogos, as suas aflições isso nada enterneциam a seus algozes e seus gemidos cheios de angústia e desespero, cortando os ares, perdiam-se nas solidões da sombria mata. Era forçoso marchar e esperar em Deus; entretanto que suas dores a miudavam-se; quando chegando perto do Matto Grande, feitoria da exm^a Sr^a D. Ingez, deu a luz a uma inocente criança, seguindo com esta em uma rede até a casa que já se achava próxima onde foi caridosamente recolhida (O ABOLICIONISTA, Teresina, 6 de dezembro de 1884, ano 1, nº 7, p. 3).

O fato serviu de justificativa para os abolicionistas publicizarem os motivos pelo qual os escravos fugiam da posse do coronel Rodrigues e expor a opinião pública que o proprietário maltratava seus escravos, ato que não deveria ser permitido numa sociedade que buscava o progresso e que a violência era vista como barbárie.

Até às vésperas da Abolição houve fugas entre as províncias do Piauí e do Ceará, conforme pesquisa nos jornais cearenses onde a notícia da evasão de sete escravos da feitoria de Luiz Gonçalves vila de Barras para o Ceará. O juiz municipal Clarindo Lopes reuniu doze homens armados de facões e cassetetes para buscarem os cativos. Ao alcançarem os fugitivos, eles foram vítimas de um tiroteio, no qual seis escaparam e um “depois de lutar desesperadamente, foi por um homem da escolta, varado com um facão, que atravessou-lhe o ventre e o matou” (GAZETA DO NORTE, Fortaleza, 16 de fevereiro de 1888, ano VIII, nº 86, p. 4).

Em mais uma disputa ideológica entre os dois jornais, foi publicado em *A Época* um protesto atacando diretamente os abolicionistas, que promoviam com a vilania e sem reflexão a propaganda abolicionista do governo, além de “implantar no seio da escravatura a insubordinação e o incentivo para o assassinato”. Os autores do protesto disseram estar ameaçados em suas fortunas e suas vidas em razão do “estandarte da libertação dos cativos”, não eram opositores à ideia do governo de emancipação, até porque se consideravam emancipadores, mas queriam “que a solução do problema se faça prudentemente, sem agitações sociais, sempre funestas e perigosas” (A ÉPOCA, Teresina, 11 de outubro de 1884, ano VII, nº 325, p. 2).

O protesto foi firmado por quarenta proprietários, lavradores e fazendeiros residentes em Paulista, comarca de Jaicós. Não eram infensos à emancipação, mas como cidadãos contribuintes deste país libérrimo, julgavam-se no seu direito de propriedade outorgada pela Constituição do Império. Os cidadãos do Império perseguiam os abolicionistas, exigiam que a Câmara e a imprensa tomassem medidas para pôr fim às agitações e usavam sua influência política para remover funcionários públicos, como no caso destacado da vila de Barras.

O contraprotesto foi publicado pelo *O Abolicionista*, afirmando que os signatários da reivindicação contra o movimento estavam “redondamente enganados e são cruelmente injustos” tanto com os abolicionistas como com o gabinete liberal que tentava guiar o país para a solução pacífica da crise do escravismo e “extirpar do solo brasileiro a mácula sombria

que constitui o seu supremo opróbrio”. Foram vários os protestos contra o projeto Dantas e o movimento emancipacionista. Os redatores do jornal afirmavam que o projeto “tem sido tão mal recebido justamente porque não é conhecido por aqueles que, como se honrados signatários do protesto, conhecem-no pelo que dizem dele certo espírito emperrados”, e que o movimento em Barras e Jaicós levaram várias vantagens à região, “ao convergirem todos os espíritos para esse mesmo ponto, digno certamente da atenção de todos os que se interessam pela prosperidade nacional” (O ABOLICIONISTA, Teresina, 16 de outubro de 1884, ano 1, nº 2, p. 2)

Considerações finais

Durante os séculos a escravidão moderna foi praticada e legitimada com base no pensamento aristotélico que considerava natural a subjugação de senhores sobre escravos, na diferenciação da cor entre brancos e negros presente no discurso de Kant, Voltarie e Hume, e na tradição cristã do discurso da maldição de Cam, que forneceu os conceitos utilizados pela Igreja Católica na justificação do sistema escravista e que possivelmente foi interpretado de forma divergente, visto que a escravidão Bíblica pode ser compreendida como servidão/subordinação, portanto, os escritos bíblicos não justificavam a escravidão (ALONSO, 2015, p. 57). Os valores do direito natural pregados a partir do século XVIII, abalaram essas justificativas em decorrência do combate aos antigos privilégios da ordem social europeia e reafirmação dos direitos liberdade, igualdade e propriedade. Os novos valores ressoaram no século seguinte e deles remontam as origens teóricas do abolicionismo, que comprehende a escravidão como criação dos homens e não divina (COSTA, 1982, p. 18).

Mudanças significativas convergiram para o desenvolvimento movimento abolicionista brasileiro. A primeira mudança está ligada ao cenário internacional com um ciclo de abolições que se iniciou no século XVIII e, nos anos 1860, atingiu os dois outros grandes escravismos do continente, Estados Unidos e Cuba. A segunda mudança está atrelada as transformações urbanas e os padrões de civilidade que redefiniu a escravidão de natural em abominável. E a terceira mudança foi a conjuntura política que oportunizou condições para o abolicionismo crescer e se expandir pelas províncias brasileiras (ALONSO, 2015, p. 17-18).

A superação do escravismo foi associada à “imagem de progresso in-

dustrial e tecnológico, expansão de mercados, mobilidade voluntária de trabalhadores, aquisição de direitos civis e políticos, urbanização” (CHALHOUR, 2012, p. 34). A ideia de civilização estava relacionada à perspectiva enganosa de viés ideológico do trabalho livre ligado a assalariamento, à superação da escravidão, ao progresso industrial e tecnológico, expansão de mercados, mobilidade dos trabalhadores e conquista de direitos (CHALHOUR, 2012, p. 47).

A emergência de novas sensibilidades e o antiescravismo, baseado nos valores do iluminismo, progresso e romantismo, estão permeados nos periódicos piauienses. Em escala global, os valores iluministas vão ser inspiração para o ativismo político abolicionista. O iluminismo defendia a liberdade como direito natural do homem, dessa forma, a liberdade era princípio universal e um homem não poderia sujeitar outro por meio da escravidão.

Observamos que a imprensa foi importante tanto no processo de luta contra a escravidão como na sua manutenção. O jornal é um documento que proporciona ao pesquisador a medida mais aproximada do panorama, consciência e problemas que os sujeitos têm de uma época. Mesmo que estas notícias sejam apenas informativas, elas não estão livres de demonstrações críticas, opinativas e omissões deliberadas (CAMARGO, 1971, p. 225). A visão parcial e subjetiva da realidade não significa que ela seja falsa, visto que o pesquisador deve perceber que a concepção de documento se modificou e um documento/notícia/fato visto como “falso” também é relevante do ponto de vista histórico, cabendo averiguar por que e como foi produzido (CAPELATO, 1988, p. 23).

O interessante dessa perspectiva são as contradições inerentes ao momento histórico estudado, pois muitos jornais apresentam, numa mesma edição, a defesa dos direitos à liberdade e a publicação de anúncios de fuga e venda de escravos. Ao trabalhar com jornais, percebemos que não é possível um enquadramento e uma abordagem uníssona (LAPUENTE, 2016, p. 17), pois são fontes de sua própria história, meio de expressão de ideias, cotidiano de uma determinada sociedade e práticas políticas, econômicas e culturais (CAPELATO, 1988, p. 21).

Referências

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro de escritura de compra e venda. Nº 12. Cartório de 1º ofício de notas. 1869-1870. Teresina

A ÉPOCA, Teresina, 20 de setembro de 1884, ano VII, nº322, p.4.

A ÉPOCA, Teresina, 15 de novembro de 1884, ano VII, nº 329, p.3.

A ÉPOCA, Teresina, 11 de outubro de 1884, ano VII, nº 325, p. 2.

O SEMANÁRIO, Teresina, 21 de junho de 1884, ano IX, nº 340, p.3.

O ABOLICIONISTA, Teresina, 1 de outubro de 1884, ano 1, nº 1, p. 3.

O ABOLICIONISTA, Teresina, 16 de outubro de 1884, ano 1, nº 2, p. 2.

O ABOLICIONISTA, Teresina, 5 de novembro de 1884, ano 1, nº 4, p.4

O ABOLICIONISTA, Teresina, 6 de dezembro de 1884, ano 1, nº 7, p.1.

GAZETA DO NORTE, Fortaleza, 16 de fevereiro de 1888, ano VIII, nº 86, p. 4.

Bibliografia

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. A Abolição no Parlamento: 65 anos de luta. -- 3. ed. -- Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, 2020.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte

para a história do Brasil. V Simpósio Nacional do Professores Universitários de História. São Paulo. *Anais...* 1971.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. A representação escrava em O Jornal do Pilar: a crise do escravismo em Alagoas (1874-1876). In: *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 50-70, maio/ago. 2019.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. População e sociedade. In: *A construção nacional: 1830-1889*. 1Vol. 2. 1^a ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

COSTA, Emilia Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Global: 1982.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa com fonte apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. In: *Revista Bilros*, v. 4, n^º 6, p.11-29, jan.-jun. 2016.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PESAVENTO, S. J. Esta história que chamam micro. In: GUAZZELLI, C. A. B.; et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa Piauiense*: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

REGULAMENTO N° 120, DE 31 DE JANEIRO DE 1842. Regula a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261 de 3 de Dezembro de 1841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/regulamentos/r120.htm. Acesso: 12/04/2021.

SILVA, Roger Anibal Lambert da. *Em nome da ordem*: o jornal do Commercio e as batalhas da abolição. Teses. Doutorado em História. Universi-

dade Federal Fluminense. Niterói. Rio de Janeiro. p. 277. 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Jovita ou a heroína de 1865: teatro, política e imaginário republicano

Ronyere Ferreira¹

O teatro é a arte de representar, da qual emergem no palco sociedades, heróis, anti-heróis, vilões e relações sociais dos mais variados feitios, sejam de um mundo real ou de um mundo inventado, metamorfoseado pela criatividade, de forma transparente ou opaca. Essa arte, forjada na cumplicidade entre artistas e espectadores e em relações cotidianas estabelecidas, a partir de convenções cênicas e sociais partilhadas (ORTEGA Y GASSET, 2007), alcançou o ápice de sua popularidade na segunda metade do século XIX, quando se tornou o principal divertimento noturno do ocidente e atraiu o interesse e o envolvimento de distintos grupos sociais. Não obstante a concorrência de outras formas de entretenimento no início do século XX, especialmente o cinema, o teatro continuou a se impor como uma das principais formas de lazer urbano, notadamente multifacetado e multidirecionado, alcançando em uma noite diferentes segmentos sociais e influenciando hábitos, códigos culturais, contextos políticos etc.

Embora idealizado para entreter, o teatro das primeiras décadas do século XX comporta sentidos políticos significativos, preservando assim uma tradição oitocentista e constituindo-se em um refinado mecanismo de ressonância de descontentamentos indizíveis, de enfrentamento político e catalizador de emoções e práticas de contestação (CHARLE, 2012). Nesse contexto, a dramaturgia ganha centralidade enquanto produto de uma atividade intelectual sistematizada, elaborada de maneira mais ou menos in-

1. Doutor em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); graduado e mestre em História pela mesma instituição. Integrante dos grupos de pesquisa “História, teatro, música e estética” e “História social da cultura: imprensa e literatura”, ambos cadastrados no CNPq.

dividual, passível de esconder anseios, ressentimentos, alegorias e ataques a desafetos. Por esses motivos, dentro do contexto de controle cultural do teatro das primeiras décadas do século XX no Brasil, a dramaturgia se tornou o principal alvo dos meios de controle oficiais, entregues geralmente aos agentes policiais dos estados, responsáveis diretos por evitar a transformação do palco em um fórum político.²

Tal preocupação não era sem motivos, afinal, a dramaturgia brasileira desse período se insere, direta ou indiretamente, em um universo intelectual amplo, complexo e notadamente militante, no qual se compreendia a literatura – em meio à exclusão dos literatos da arena decisória do poder – como um mecanismo de intervenção social.³ Os dramaturgos, em linhas gerais, uniam-se aos seus pares a alimentar a imprensa periódica com crônicas, poesias, contos e polêmicas, e para pautar questões sociais da ordem do dia em suas peças. Entretanto, entre os demais gêneros literários e a dramaturgia havia uma diferença fundamental no que concerne ao seu alcance e impacto, ao passo que os demais atingiam um público relativamente limitado e de forma silenciosa e progressiva, a dramaturgia encenada alcançava um público amplo e diversificado, fazendo surgir nos palcos personagens que influenciavam o imaginário dos espectadores, ao ampliar múltiplas vozes e percepções de mundo, ao explicitar as relações de gênero, as transformações sociais, os padrões morais e éticos, as contradições familiares, os vícios cotidianos e os descaminhos políticos.

Esses elementos chamam atenção para um aspecto central do fazer teatral, não só do início do século XX, mas igualmente de outros períodos. Esse aspecto se refere ao seu sentido político, afinal, como oportunamente destacou Adalberto Paranhos (2012, p. 35), o teatro “seja autodenominado político, engajado, revolucionário ou até apolítico, é sempre político, independentemente da consciência que seus autores e protagonistas tenham disso.” A relação entre arte e política atravessa a história do teatro brasileiro, através dos espetáculos se juntam “diferentes expressões, imagens, metáforas, alegorias e outros elementos, que em conjunto compõem um cenário significativo de articulações de um modo de pensar e agir, de uma

2. Estamos nos referindo especificamente à censura policial ao teatro no período, exercida geralmente pela polícia com base em regulamentos aprovados pelos poderes executivos estaduais. Sobre essas experiências consultar Bretas (2000 e 2009), Ferreira e Queiroz (2016) e Ferreira (2019).

3. Sobre a exclusão dos intelectuais e a militância literária desse período, consultar Queiroz (2011; 2015), Sevcenko (2003) e Carvalho (1987).

visão do mundo”, conflitando o que está dentro e o que está fora de sistemas instituídos. (PARANHOS, 2017, p. 192)

Nesses termos, compreendemos o teatro como um produto artístico inserido em uma extensa rede social, jamais suspenso ou plenamente autônomo, mas sim, em maior ou menor grau, exposto a condicionantes e interligado a determinadas experiências individuais ou coletivas. Nesse prisma, esse capítulo se propõe a analisar os sentidos políticos e os significados históricos de *Jovita ou a heroína de 1865*, drama histórico escrito por Jônatas Batista⁴ em 1912. Através da análise de parte do texto da peça e de fontes hemerográficas, buscamos identificar as relações entre a obra e contextos políticos distintos, entre texto, contexto e autoria e as formas de apropriação de seu conteúdo.

Jovita ou a heroína de 1865 foi escrito em 1912 e encenado pela primeira vez no Teatro 4 de Setembro, principal casa de espetáculos de Teresina (PI), em 1914, pelo clube Recreio Teresinense. Desde que Higino Cunha publicou o folheto *O teatro em Teresina* (1922), os pesquisadores do teatro piauiense se referem a essa peça como uma das principais produções dramatúrgicas de Jônatas Batista e um dos principais sucessos teatrais das primeiras décadas do século XX. Seu texto foi publicado parcialmente⁵ na imprensa e possui como enredo a trajetória de Jovita Alves Feitosa, jovem que, em 1865, usou vestes masculinas e se alistou, aos 17 anos, como voluntária da pátria para servir na guerra do Paraguai. Após ter o disfarce descoberto, a jovem foi interrogada e conseguiu convencer o então Presidente da Província a aceitá-la, partindo para o Rio de Janeiro com uniforme militar e uma insígnia de segundo sargento.

O alistamento de Jovita se tornou rapidamente um dos principais assuntos relacionados à guerra, sua história foi noticiada em vários jornais do país e por onde passou recebeu homenagens, nas quais se exaltavam sua coragem, bravura e patriotismo. Apesar da repercussão, em sua maioria positiva, ao chegar ao Rio de Janeiro, surgiram resistências e questionamentos

4. Jônatas Batista nasceu em 1885 no povoado Natal (PI), atual cidade de Monsenhor Gil, e faleceu em 1935, em São Paulo. Foi escrivão, subdelegado de polícia, jornalista, dramaturgo, cronista e poeta, um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras. Publicou os livros de poemas *Sincelos* (1906) e *Alma sem rumo* (1934) e escreveu dezenas de peças teatrais. Consultar Ferreira (2017).

5. Escrita em 3 atos, a peça teve apenas seu primeiro ato publicado na imprensa, restando informações sobre os demais atos na imprensa do período. O primeiro ato pode ser consultado em: BATISTA, jun. 1918, p. 24-32.

à sua conduta, terminando por ser comunicada sobre a impossibilidade de continuar o percurso como combatente, poderia, caso aceitasse, juntar-se às demais mulheres para lavar, passar, cozinar e curar os ferimentos dos soldados (ARAÚJO, 2011, p. 109). Jovita recusou a proposta e decidiu retornar a Teresina, seguindo posteriormente para Jaicós, onde residia anteriormente com sua família. Segundo Monsenhor Chaves (2013, p. 242-43), ao chegar, “sua família a recebeu muito mal. Desgostosa, ela regressou ao Rio e ali desapareceu num anonimato infeliz e de pouca duração”.

O silêncio sobre Jovita prevaleceu até 1867, quando seu nome voltou a circular nos jornais cariocas após morrer tragicamente na Corte. Segundo foi noticiado, Jovita mantinha um relacionamento com o engenheiro inglês William Nott, empregado na companhia de esgotos do Rio de Janeiro. Após o término de seu contrato e necessitando retornar à Inglaterra, Nott escreveu uma carta para Jovita, na qual comunicava sua partida repentina. Sem saber ler, tomou ciência da partida do namorado dias depois, por uma amiga. Em 9 de outubro de 1867, Jovita se dirigiu à casa n. 43 da Praia do Russel, onde residia Nott e pediu permissão para escrever uma carta no quarto que fora habitado pelo engenheiro inglês, onde, posteriormente, foi encontrada morta, com um punhal cravado no peito.⁶

O enredo do drama escrito por Jônatas Batista segue basicamente a história conhecida à época e mencionada anteriormente, contando com poucas alterações e cinco personagens: Jovita Alves Feitosa, a voluntária de 17 anos; Pedro Martins Feitosa, pai de Jovita, 58; Anacleto Ferreira, 25; Henrique, noivo de Jovita; e padre João da Natividade, 46. No enredo, Jovita é apresentada como a filha única de um tímido proprietário de terras da cidade de Jaicós, que via no casamento da filha com Henrique, mancebo residente na região, uma garantia de futuro tranquilo para a moça. No decorrer do drama, enquanto Jovita espera o retorno do noivo, que realiza viagem a Teresina, sofre frequentes assédios de Anacleto, homem apaixonado que, apesar da indiferença com que era tratado, não deixa de procurá-la.

Após dias sem notícias de Henrique, persistentes reclamações do pai e sucessivas investidas de Anacleto, Jovita recebe a visita de padre João, que lhe traz uma carta escrita pelo noivo. Após tomar conhecimento do que era

6. A morte de Jovita foi amplamente divulgada na imprensa carioca, extensas publicações lembravam sua história e informavam detalhes de sua vida anônima no Rio de Janeiro. Consultar: SUICÍDIO, 10 out. 1867, p. 2; SUICÍDIO, 11 out. 1867, p. 2.

dito na correspondência, Jovita comprehende a falta de notícias e se desespera, afinal, descobre que Henrique havia sido capturado em Teresina para servir como voluntário da pátria na guerra do Paraguai. Após ficar sabendo da sorte desfrutada pelo noivo, inicia-se longo diálogo com padre João. Inconformada com o rapto de Henrique, a jovem esbraveja seguidas vezes contra a pátria, ao passo que o sacerdote defende a necessidade dos sacrifícios masculinos. Após longas falas das personagens, expoentes de ângulos diferentes no que concerne à forma de conceber a conjuntura proporcionada pela guerra do Paraguai, o primeiro ato do drama se encerra com Jovita declarando que partiria rumo aos campos de batalha:

– Nada disso, meus senhores. Não estou louca, não deliro e, nem tão pouco, estou maníaca. Serei uma heroína em defesa da minha pátria. Todo o mundo assim me julgará. Todos pensarão que fui levada pelo patriotismo. Que importa? De uma só vez eu cumprirei os dois mais santos deveres (com ênfase): Pelo amor e pela pátria. (BATISTA, jun. 1918, p. 32)

Conforme os periódicos destacaram, o segundo ato ambienta-se nos acontecimentos vivenciados por Jovita em Teresina e durante sua viagem ao Rio de Janeiro, e o terceiro em sua permanência no Rio de Janeiro, onde acabou impedida de seguir viagem, passando a residir na capital federal. Ali morre de forma trágica, após uma desilusão amorosa.

A fala de Jovita, destacada anteriormente, mostra-se emblemática pelos significados implícitos que comporta. A personagem demonstra ampla consciência sobre seu destino e reconhece a polifonia de sua atitude, afinal, como deixa entender, seu alistamento não contaria com apenas uma leitura. Simultaneamente, a voluntária da pátria oferece aos espectadores – ou leitores – a possibilidade de múltiplos significados para a história contada.

Esses significados são de difícil decifração, ainda mais se perseguidos por leitores futuros, como nós, que não partilhamos dos mesmos códigos culturais da época. Por esse motivo, uma leitura em busca dos significados históricos da peça requer atenção para ao menos dois contextos distintos, duas historicidades, a da obra e a do autor (CHALHOUB, 2003, p. 19). Em *Jovita ou a heroína de 1865*, a historicidade da obra encontra-se em meados da década de 1860, em meio ao desenrolar da guerra do Paraguai e ambientada em três espaços delimitados pelos 3 atos da peça: o primeiro passa-se em Jaicós-PI, o segundo em Teresina e o terceiro no Rio de Janeiro. A his-

toricidade do autor, por sua vez, ambienta-se nos primeiros anos da década de 1910, no momento da criação literária, influenciada por experiências políticas, sociais e econômicas, partilhadas por seus contemporâneos e, portanto, relevantes para sua apropriação.

A historicidade da narrativa apresenta-se como uma reflexão sobre os momentos contemporâneos à guerra do Paraguai, emergindo das personagens questões sensíveis, tais como a mentalidade popular em relação ao sentimento de pertencimento a uma nação e os impactos do conflito em meio a uma sociedade rural, de organização familiar economicamente frágil. Observa-se nos diálogos entre Jovita e padre João a exposição de percepções de mundo distintas, de ângulos conjunturais opostos em relação à noção de pátria, à guerra e ao poder político instituído. Nessa perspectiva, a peça apresenta “avaliações a partir do presente do dramaturgo”, proporcionando construções simbólicas vinculadas ao social (COSTA, 2008, p. 98).

No enredo, enquanto a jovem revolta-se contra o Estado, perante a imposição dos serviços militares a seu amado, padre João recorre ao discurso patriótico, frequentemente utilizado no período, e defende a proteção da nação como um dever inerente aos atributos masculinos; a recusa a essa obrigação, segundo expõe o sacerdote, significaria insubordinação e egoísmo. O apego defendido pelo padre, até então um empregado provincial, não se fazia presente em Jovita, que seguia esbravejando contra o sequestro do noivo.

Ao ser acusada de egoísta, Jovita retruca e entona a voz, denuncia o abandono do governo imperial em relação às regiões periféricas que, conforme seu pensamento, sempre exigia esforços em proporção superior ao que retribuía. Segue-se, então, por meio de Jovita, uma exposição do impacto na estrutura social e familiar que aquele conflito provocava, proporcionando o desamparo das famílias, já que seus provedores partiam para os campos de batalha. Segundo a jovem, diante do pedido da pátria, não existia esperança de retorno dos combatentes, significando assim o sacrifício de milhares de vidas, que deixavam mães, irmãs, noivas e filhos desamparados:

Exige o sacrifício de milhares de vidas, pouco lhe importando a falta que, no recesso dos lares enlutados, façam essas mesmas vidas. Que gemam as crianças sem pão, que desfaleçam as mães desamparadas, que morram noivas de dor e de saudade... Que importa! A Pátria assim o exige, a Pátria assim o quer. (BATISTA, jun. 1918, p. 28)

Encontram-se no enredo diferentes compreensões sobre a obrigação popular em relação à pátria. De um lado está Jovita, com uma percepção em que a noção abstrata de pertencimento nacional não está consolidada; de outro, o pároco expressando o discurso oficial, com exigências e argumentos sobre os deveres patrióticos atinentes ao povo, especificamente aos homens. A negação da pátria, feita por Jovita, simboliza o resultado do impacto gerado pela intromissão do Estado no cotidiano social das regiões periféricas para satisfazer seus interesses, causando assim receios, ressentimentos e a rejeição aos poderes instituídos.

Outro aspecto contemplado pelo drama diz respeito ao processo de recrutamento forçado que ocorreu nas províncias, mecanismo amplamente criticado pelos opositores da Monarquia.⁷ Segundo Johny Santana de Araújo, os recrutados compunham um grupo heterogêneo, desde homens que viviam na criminalidade, passando por pessoas de boa índole que estavam fora do sistema produtivo e sujeitos que se encontravam distantes dos domínios de seus padrinhos políticos ou das redes de solidariedade locais, caindo, assim, nas mãos dos recrutadores. Esse mecanismo se intensificou, especialmente, após o prolongamento da guerra e o consequente esgotamento da adesão voluntária, que durante os primeiros anos foi impulsiona-
da pela intensa veiculação de discursos patrióticos:

Quando o período de convocação construído pelo discurso patriótico esgotou, muitas redes de proteção social cuidadosamente construídas por homens pobres honrados ao longo do tempo, que se caracterizavam por apadrinhamento político, tornaram-se sem efeito durante a fase mais aguçada da campanha de alistamento [...] As perseguições políticas se tornaram comuns e indiscriminadas, fossem designando guardas nacionais ou alistando pobres apadrinhados de políticos adversários [...] (ARAÚJO, 2011, p. 105-6).

O recrutamento de Henrique, ocorrido em Teresina, distante de onde residia, justifica-se por se encontrar fora do local em que dispunha de laços

7. Em Teresina, eram veiculados posicionamentos contrários aos recrutamentos forçados, especialmente em jornais oposicionistas. Em *O Amigo do Povo*, periódico redigido por David Caldas, reproduziam-se artigos de outros jornais criticando o recrutamento indiscriminado, assim como denúncias contra os métodos utilizados em regiões rurais do Piauí e a descrição de partidas com os recrutados algemados e cabisbaixos sob a indiferença social. Cf.: FRUTOS da guerra, 14 mar. 1869, p. 3-4; VITÓRIA da ditadura, 21 ago. 1869, p. 4; RECRUTAS, 21 ago. 1869, p. 4.

sociais, e realça os indícios de um possível empenho do dramaturgo em veicular elementos condizentes com as experiências do período da narrativa, método da escrita teatral que Rodrigo de Freitas Costa (2008, p. 99) denomina de “efeitos de realidade sobre o passado”. Ainda que não fosse o objetivo central, através da obra se realizam (re)leituras dos acontecimentos e construções de novas representações, o que se mostra possível pelas características próprias de um drama histórico, gênero teatral marcado pelo romantismo patriótico, pela preferência em pautar o passado nacional e cujos argumentos centrais se baseiam em fatos históricos (VASCONCELOS, 2009, p. 97; FARIA, 2009, p. 128).

Entretanto, vale ressaltar que, embora *Jovita ou a heroína de 1865* estivesse ancorada em narrativas sobre o passado relativamente conhecidas, em meio aos grupos sociais aos quais a peça estava direcionada, trata-se de um produto artístico e, como tal, regido também por princípios estéticos e poéticos que permitiram ao autor revisitar o passado, recriá-lo com sensibilidade, a partir de inquietações do presente (COLLAÇO, 2016, p. 120). Cabe advertir que essa liberdade poética não significa autonomia totalizante ou ausência de condicionamentos, pois, conforme destacou Raymond Williams (1992), inexistem criações artísticas totalmente autônomas, alheias ou suspensas da realidade social. No caso de um drama histórico, o estético e o poético possuem interdependência com uma história viva, cuja memória é partilhada por múltiplos sujeitos.

Embora esse gênero teatral não seja uma narrativa histórica sistemática, possui um fio condutor previamente conhecido pela sociedade e que não pode ser totalmente subvertido, a não ser por opção clara do dramaturgo, escolha geralmente possível por meio de convenções ou rupturas estéticas, como em movimentos de vanguarda, o que não aparenta ter sido o caso de Jônatas Batista. Ainda que o drama possibilite variações narrativas, o gênero ao qual pertence exige certo compromisso intelectual ao retratar no palco uma determinada história conhecida pelo público, como a trajetória de Jovita Alves Feitosa.

Nesse sentido, percebe-se que a historicidade da obra se apresenta como um referencial histórico e cultural indispensável para a compreensão dos significados de *Jovita ou a heroína de 1865*, entretanto, mostra-se igualmente necessário o deslocamento do campo de análise a um contexto posterior, vivenciado pelo dramaturgo e pelo público ao qual o espetáculo estava direcionado.

A partir da historicidade do autor, a peça ganha contornos profundamente políticos, possibilitando uma leitura de seu enredo como uma crítica ao regime monárquico, aproximando-se assim dos posicionamentos expostos por seu criador em outras publicações. Em crônica de 1920, Jônatas Batista se referiu à monarquia como a responsável pela manutenção da escravidão e seus horrores (BATISTA, 4 jan. 1920, p. 3), e em outras ocasiões, como um regime político caracterizado pela pessoalidade e culpada pelo sofrimento e desamparo popular. Termos semelhantes ao se referir à monarquia podem ser observados nas diversas falas de Jovita, que acaba potencializando a exposição de descontentamentos políticos:

Padre João – Mas isso é muito egoísmo de sua parte, minha filha. Os homens têm desses deveres imperiosos.

Jovita (sempre exaltada) – Egoísmo? ... Egoísmo sim; mas egoísmo pelo amor; enquanto que o egoísmo da pátria nada mais é do que o interesse de meia dúzia de ambiciosos. Para que eles subam, para que eles se elevem, felizes e satisfeitos, arrancam os filhos das mães, os irmãos às irmãs, os noivos às noivas. E a recompensa? A morte estúpida e cruel e, logo depois, o esquecimento e a ingratidão. (BATISTA, jun. 1918, p. 28)

Jovita, no decorrer da peça, acusa a monarquia de egoísmo, de não servir ao povo, mas sim aos interesses de uma minoria. Esse vocabulário se assemelha ao utilizado por críticos do regime monárquico, mesmo décadas após sua extinção, bem como ao exposto pelos insatisfeitos com os caminhos trilhados pelos governos republicanos. Dessa forma, ao passo que a peça é ambientada e crítica à Monarquia, pode ser compreendida alegoricamente como uma censura à República e seus dirigentes. Em crônicas de 1909, publicadas na revista *Alvorada*, Jônatas Batista (2015, p. 141) chamou a República de monárquica e egoísta, imersa em decepções causadas “pelos interesses pessoais, pelas camaradagens compadrescas [...] vagando sem rumo, no revolto oceano do egoísmo e dos interesses pessoais” (BATISTA, 15 jul. 1909, p. 3). Egoísmo, pessoalidade, abandono das camadas populares e ausência de rumo são elementos atribuídos simultaneamente aos regimes monárquico e republicano na escrita de Jônatas Batista, assim como na produção de muitos escritores, contemporâneos do autor.

Jovita foi escrito em um período fortemente marcado pela desilusão política dos homens de letras em relação ao regime republicano. Busca-

vam, através da imprensa periódica, denunciar as tiranias, os descasos e os abandonos sociais. Essa desilusão causada pela constatação dos rumos torpes da República e de seus vícios, provocou, entre muitos literatos, o desenvolvimento de uma retórica da indiferença, da qual Jônatas Batista e seu círculo de amizade eram adeptos, grupo formado por escritores atuantes na imprensa e reconhecidos na cidade, tais como Edison Cunha,⁸ Antônio Chaves,⁹ Celso Pinheiro¹⁰ e Zito Batista.¹¹

Esse posicionamento se deve, em certa medida, às experiências vivenciadas por diversos homens de letras em busca da manutenção material durante as primeiras décadas republicanas, inclusive por aqueles que se constituíram em seus “mestres”. Esses literatos, especificamente o grupo ao qual o dramaturgo pertencia, tinham como referências intelectuais consagrados na cidade, como Clodoaldo Freitas e Higino Cunha, sujeitos que amargaram turbulentas trajetórias sociais em decorrência de suas atuações políticas. Segundo Teresinha Queiroz (2011, p. 129), a vida de Clodoaldo Freitas¹² foi marcada pela peregrinação espacial, residindo em alguns estados, entre eles Piauí, Maranhão, Minas Gerais e Pará, essas andanças foram motivadas pelas perseguições políticas e impossibilidades de atuação profissional em razão de se encontrar na oposição aos

8. Edison da Paz Cunha nasceu em 1891 e faleceu em 1973. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, atuou como poeta, jornalista, professor, advogado e promotor. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras. Entre suas obras estão: *Razões finais*, em coautoria (1941), *Correspondência para você* (1943) e *Vozes imortais* (1945). Cf.: ADRIÃO NETO, 1995, p. 97.

9. Antônio Chaves nasceu em 1882 e faleceu em 1938. Foi poeta, jornalista, conferencista e um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras. Entre suas obras estão: *Almas Irmãs* (1907), em parceria com Celso Pinheiro e Zito Batista; *Nebulosas* (1916); e *Poema da mágoa* (1919). Cf.: GONÇALVES, 2000, p. 59-62.

10. Celso Pinheiro nasceu em 1887 e faleceu em 1950. Foi poeta, jornalista e cronista. Integrou a Academia Piauiense de Letras. Entre suas obras estão: *Almas irmãs* (1907), em parceria com Antônio Chaves e Zito Batista; *Flor incógnita* (1912); e *Poesias* (1939). Cf. ADRIÃO NETO, 1995, p. 203.

11. Raimundo Zito Batista nasceu em 1887 e faleceu em 1926. Foi poeta, professor e jornalista, redigiu e colaborou em jornais no Piauí e em outros estados. Entre suas obras estão: *Almas Irmãs* (1907), em parceria com Antônio Chaves e Celso Pinheiro; *Chama Extinta* (1918); *Harmonia dolorosa* (1924); e *Poesias reunidas* (1924). Cf.: GONÇALVES, 2000, p. 423-426.

12. Clodoaldo Severo Conrado de Freitas nasceu em Oeiras em 1855 e faleceu em Teresina em 1924. Foi magistrado, jornalista, político, poeta, historiador, romancista e cronista. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras e entre suas obras encontram-se: *Vultos piauienses* (1903); *Em roda dos fatos* (1911); *Os burgos* (1912); e *História de Teresina* (ADRIÃO NETO, 1995, p. 118-119).

governos estaduais, uma instabilidade justificada à luz de “sua accidentada participação política desde o Império.”

A vida de Higino Cunha,¹³ por sua vez, embora tenha sido menos perturbada, foi igualmente influenciada pela volubilidade financeira e “[...] A partir de 1900, quando suas ocupações principais se definem, só terá um episódio de acintosa perseguição política – a demissão em 1915, por Miguel Rosa, dos cargos vitalícios tanto de Procurador dos Feitos da Fazenda, como de professor do Liceu Piauiense.” (QUEIROZ, 2011, p. 128)

A partir dessas experiências amplamente conhecidas em Teresina, muitos dos jovens escritores se mantiveram numa atuação política supostamente apartidária, sem militância, resguardada pelo escudo semântico de uma suposta indiferença. Edison Cunha, em texto publicado em 1943 na *Revista da Academia Piauiense de Letras*, assim se refere às relações mantidas por seu grupo e a política partidária:

Mas, voltando ao passado, formávamos um grupo tido como indisciplinado, por que não nos acomodávamos às normas e exigências dos partidos políticos, em torno dos quais gravitava a vida social teresinense. Vivíamos a eles indiferentes, ciosos de nossa liberdade de pensamento, do direito de dizer, escrever e gritar o que nos viesse à telha. Embora não vissem com bons olhos essa rebeldia, os dirigentes das agremiações partidárias não lhe opunham obstáculos e limitavam-se a chamar-nos, pejorativamente, **os poetas**. Éramos para eles os poetas, como tal, sem responsabilidade nos conceitos de sonhadores. [Grifo do autor] (CUNHA, dez. 1943, p. 39)

Segundo indicamos em um estudo específico, esses discursos veiculando uma suposta indiferença para com a política partidária tratava-se de tentativas de construção de representações positivas e distanciadas dos embates políticos. Entretanto, uma análise detida das atuações profissionais no setor público, das publicações e das sociabilidades mantidas por esses escritores, sobretudo Jônatas Batista, Antônio Chaves, Edison Cunha, Celso Pinheiro e Zito Batista, indicou não só a existência de uma proximidade com os líderes partidários, sobretudo os situacionistas, como a construção de discursos minimamente sistematizados sobre questões sociais e políticas referentes ao período republicano (FERREIRA; QUEIROZ, 2016).

13. Higino Cícero da Cunha nasceu em 1858 e faleceu em 1943. Foi magistrado, professor, historiador, jornalista, poeta e um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras, entre suas obras encontram-se: *O teatro em Teresina*; *O idealismo filosófico e o ideal artístico*; e *História das religiões no Piauí*. Cf.: ADRIÃO NETO, 1995. p. 97.

Nesse sentido, Jônatas Batista mostra-se um sujeito representativo, em suas crônicas e palestras, defendia uma atuação política altruísta, voltada aos pobres, com representantes qualificados para o exercício do poder. Essa distinção, para o literato, possuía como características a capacidade de conquistar respeito por mérito pessoal e não por apadrinhamentos; dignidade, confiança, prática de boas ações, “inteligência superior e um patriotismo a toda prova” (BATISTA, 30 set. 1909, p. 4). Os políticos detentores desses atributos, segundo destacava, seriam merecedores de aplausos e elogios públicos.

Por meio de seus escritos, Jônatas Batista se aproximava do posicionamento daqueles que defendiam um regime republicano reformado, pois estaria ainda com aspectos característicos de uma monarquia, adjetivada por ele como individualista, excludente e egoísta. Esses posicionamentos, longe de ser exclusividade sua, foram recorrentes na produção de diversos escritores do período, que criticavam o regime republicano consolidado no início do século XX e visavam à retomada dos princípios pregados, que nortearam a propaganda do regime nas décadas finais da monarquia. Sobre essas críticas, Teresinha Queiroz (2015, p. 23) destaca que não se tratava de algo isolado, mas de um fenômeno amplo, que fez surgir

[...] na imprensa brasileira um viés de crítica feita especialmente pelos republicanos históricos aliados dos quadros de mando político, como um dos grupos expurgados visando à consolidação e homogeneidade da proposta de república vitoriosa. Esses críticos, abrigados por vezes nos quadros das oposições oligárquicas locais, usam o espaço da imprensa para a veiculação das propostas políticas a que nos referimos como de republicanização da República.

As críticas de Jônatas Batista ao regime político em vigor continham uma essência semelhante à de republicanos históricos que militavam na imprensa, entre eles, Clodoaldo Freitas, segundo o qual, os governos estabelecidos invertiam o espírito do regime, seja com a negação da cidadania, que ocorria através da exclusão de mulheres e de analfabetos dos processos eleitorais, ou pela impossibilidade de livre escolha dos representantes políticos, pois imperavam as fraudes eleitorais e os diversos estratagemas para amedrontar eleitores da oposição (QUEIROZ, 2015, p. 25-26).

Para Jônatas Batista, a reforma se daria através daqueles que resgatariam a essência republicana, sujeitos que deveriam ser guiados pela sabe-

doria das letras e governar para o povo. Nos anos de 1909 e 1910, devido às eleições presidenciais, esse ideal era personificado na figura do baiano Rui Barbosa, intelectual cuja candidatura era cogitada e defendida na imprensa. Os líderes indiferentes ao povo e às letras, na visão do literato, estariam na “classe de homens vulgares, dos homens que se não preocupam com os problemas máximos e superiores da existência, vivendo vida subalterna, vivendo fora das letras, das artes e da ciência” (BATISTA, 2015, p. 167). Nessa perspectiva, embora Rui Barbosa fosse um representante das oligarquias paulistas, ele se situava em um perímetro de idealização de muitos escritores insatisfeitos, assim como outros políticos também atuantes no campo literário, tais como Abdias Neves, Coelho Neto e Félix Pacheco.

Esses literatos críticos compreendiam que a solução seria a maior inserção de intelectuais nos postos de mando político e, consequentemente, maior poder de interferência efetiva no âmbito social. Sob a alcunha de Durval Júnior,¹⁴ em crônica de 1912, Jônatas Batista destacou que eram passados os tempos de separação entre literatura e política: “São outros, outros muito diferentes os tempos atuais. Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Félix Pacheco e muitos, fazem, hoje em dia, as honras da câmara federal, que se ufana de contá-los em seu recinto, como os legítimos representantes das letras pátrias.” (DURVAL JÚNIOR, 24 fev. 1912, p. 2)

Em síntese, os aspectos monárquicos perpetuados pelos governos republicanos, segundo o vocabulário dos literatos críticos, pautavam-se na constatação do abandono do povo, na recusa da cidadania plena, no egoísmo dos líderes políticos e na inacessibilidade das esferas de poder. Essas críticas emergem de forma significativa na obra de Jônatas Batista, e ganham relevo no drama *Jovita ou a heroína de 1865*, no qual prevalece nas falas da protagonista acusações ao regime monárquico, em termos semelhantes, sobressaindo-se um vocabulário próximo ao utilizado pelos críticos dos descaminhos republicanos. Essa proximidade pode ser observada na fala de Jovita:

14. Segundo a pesquisa empírica possibilitou constatar, Durval Júnior trata-se de um pseudônimo criado por Jônatas Batista ainda em meados da década de 1900. Com essa assinatura, localizamos ao menos uma dúzia de crônicas, um conto e um texto memorialístico em periódicos da cidade. Cf.: SEM COMENTÁRIOS ao Durval Júnior, 8 dez. 1907, p. 1; DURVAL JR, 31 dez. 1912, p. 1; LITERICULTURA, 15 fev. 1912, p. 1; DURVAL JUNIOR, 22 mar. 1912, p. 1; FERREIRA, 2017, p. 71-72.

Ficarei só. Só e ao desamparo, porque a pátria – que terrível ironia! A Pátria, que tinha o dever de amparar-me, porque fico sem nenhuma proteção, arranca-me o noivo e, com ele, as minhas únicas esperanças. (Chorando) É bem triste, padre João; é bem triste o futuro que me aguarda. (BATISTA, jun. 1918, p. 29)

Nesse sentido, os significados históricos de *Jovita* perpassam ao menos dois contextos políticos distintos, evocando insatisfações, tanto em relação à monarquia, quanto, em termos alegóricos, ao regime republicano desvirtuado. Ao compreendermos a peça como uma releitura poética, porém crítica do passado, estamos diante de uma protagonista que utiliza sua fala para denunciar o egoísmo monárquico e o abandono da população. Ao mesmo tempo, à luz das experiências dos homens de letras com os governos republicanos, as expressões de Jovita ganham variações interpretativas e se relacionam com o desencanto político e social das primeiras décadas da República, experiências partilhadas por seus produtores (dramaturgo, diretores, atores) e espectadores.

Em *Jovita* estamos diante de uma característica central do teatro enquanto arte, que é seu caráter polissêmico, sua capacidade de comportar múltiplos significados, que variam conforme os diferentes processos de apropriação de seu conteúdo, afinal, embora o dramaturgo importe ao texto um sentido, este não está definitivamente ligado à obra, pois nela há a incorporação de interpretações, que variam de acordo com as expectativas dos tipos de público, as formas de recepção e suas experiências históricas compartilhadas “enquanto membros de comunidades específicas que compartilham as mesmas habilidades, códigos, hábitos e práticas” (CHARTIER, 2002, p. 62). Na apropriação de produções teatrais, segundo Roger Chartier (2002, p. 53), o que está em questão é a relação entre três elementos que demonstram a negociação entre a arte e o mundo social, que são “a composição social do público, as categorias estéticas e as percepções sociais que moldam as diferentes apropriações da peça, e as diversas modalidades cênicas e performáticas do texto”.

Em meio a essa negociação, surge nos discursos da imprensa outra forma de apropriação da peça, na qual se privilegia um suposto enfoque patriótico na atitude de Jovita. Em 12 de março de 1912, um redator anunciou a conclusão do drama e a promessa de que em breve seria encenado, possivelmente pela Companhia Salvaterra, que então realizava temporada

regular em Teresina (*JOVITA ou a heroína de 1865* [...], 12 mar. 1912, p. 1). Com essa valorização prévia, a imprensa seguia um roteiro preestabelecido para construir expectativas em torno da obra e angariar público “para conhecer, no palco, a história comovente da heroína” (PELO teatro, 18 abr. 1914, p. 3).

A Companhia Salvaterra se despediu da cidade em meados de 1912, sem que o drama fosse apresentado. Em 1913, a peça ainda não havia sido encenada, mas continuava ganhando comentários positivos nos jornais, possibilitando sua manutenção na pauta cultural. João Bizarro, em crônica de 21 de fevereiro de 1913, fez elogios a Jônatas Batista, destacando seu potencial criativo, as reuniões literárias que ocorriam em sua casa e sua desenvoltura em meio à imprensa. Em uma dessas assembleias, segundo o cronista, houve a leitura de *Jovita ou a heroína de 1865*, levando-lhe a concluir:

De certo, está um magnífico trabalho o drama histórico cuja leitura tivemos o prazer de ouvir naquela voluptuosa tarde de verão. É uma peça genuinamente piauiense, em que a alma de uma arrojada patrícia, impulsionada pelo amor, vibra com uma intensidade admirável. A facilidade espontânea das cenas, o conjunto harmonioso dos períodos fazem-nos acreditar que por vezes a pena do jovem dramaturgo teve manejos inspirados de uma palheta maravilhosa. Em verdade, Jônatas Batista foi extraordinário na forma e na concepção dessa obra. (BIZARRO, 21 fev. 1913, p. 2)

Considerada esteticamente agradável, foi destaque na imprensa seu conteúdo emotivo e seu caráter patriótico, “digna de uma epopeia”, segundo apontou um redator (TEATRO, 10 fev. 1913, p. 3). Para um articulista do *Diário do Piauí*, a estreia da peça, que foi encenada pelo Recreio Teresinense em abril de 1914, teria sido um sucesso, atestando se tratar de uma obra com estilo “superior”, e ainda pontuou: “Jovita ou a heroína de 1865 é uma bela peça que, traduzindo um fato emocionante dos tempos da guerra contra o Paraguai, é toda ela pontilhada de lances fortemente dramáticos, ressaltando as frases patrióticas e os gritos dos corações apaixonados.” (PALCOS e telas: Recreio Teresinense, 21 abr. 1914, p.3).

Essa apropriação do conteúdo está relacionada às reminiscências positivas construídas no Piauí em torno do nome de Jovita Alves Feitosa, lembrada como exemplo de patriotismo e coragem, imagem cuja construção data de seu alistamento, quando o governo provincial valorizou ao máximo

sua atitude e fez dela propaganda para incentivar o alistamento popular. Segundo Johny Santana de Araújo (2011, p. 105-108), a imagem de Jovita foi exaustivamente construída pela imprensa da época, “estabelecendo um estereótipo ideal de heroína nacional”, o burburinho de seu alistamento na imprensa de várias províncias serviu para angariar adesão à guerra, conter a dissidência dos apoiadores no Rio de Janeiro e conscientizar sobre a importância da causa.

À época de seu alistamento, Jovita serviu como exemplo pedagógico e instrumento da propaganda oficial, suas fotografias, como a reproduzida a seguir, eram vendidas nas ruas do Rio de Janeiro e difundidas com o objetivo de alastrar o desejo pela guerra. Na imagem, observa-se Jovita com roupas oficiais, símbolo de autoridade que contrasta com sua postura retraída, seu semblante simples que não só estimulava admiração, como também identificação, especialmente por parte dos populares, estes os principais destinatários dos discursos em favor do alistamento voluntário.

A apropriação em termos patrióticos do drama de Jônatas Batista encontra-se igualmente ancorada em experiências sociais de seus contemporâneos, justificando-se ainda pela valorização do patriotismo e do militarismo nas primeiras décadas do século XX, sentimentos considerados por muitos escritores como fundamentais na constituição e salvaguarda da sociedade ocidental. A valorização desses sentimentos dava-se por meio da imprensa, com homenagens a datas patrióticas, mas igualmente em práticas cotidianas, como a anual Festa da Bandeira, os hinos cantados frequentemente em teatros e escolas, as paradas militares que atraíam a atenção nas ruas e a criação de clubes militares.

Deve-se ainda ressaltar que a recepção de *Jovita ou a heroína de 1865* está intimamente ligada ao seu gênero teatral, o drama histórico, fortemente influenciado pelo drama romântico, que na tradição brasileira, desde meados do século XIX, esteve associado ao nacionalismo e seu interesse em evocar acontecimentos e personagens heróicos, cujos protagonistas, assim como se observa com Jovita, são arrastados pela paixão “para os confrontos com a sociedade, suas leis e código moral, gerando enredos de forte impacto sobre a plateia.” (FARIA, 2009, p. 127)

Ao frisar esses aspectos, os redatores de periódicos proporcionaram uma relativa perda dos sentidos políticos existentes na obra, silenciando em suas análises a íntima ligação que a dramaturgia do período estabelecia com seu contexto de produção. Através dessa abordagem, silencia-se

ainda o exemplo até mesmo antipatriótico, negativamente alternativo, no qual Jovita se constitui no enredo, afinal, é uma jovem que esbraveja contra a pátria; contesta uma autoridade sacerdotal; parte para a guerra com o objetivo de exercer uma função até então atribuída aos homens, ludibriando a todos, pois partia em busca do noivo e não por patriotismo; desobedece à família e desemboca posteriormente em seu suicídio, após ser abandonada pelo namorado inglês, com quem mantinha uma relação heterodoxa para os costumes do período, que, ao ser exposta pelos jornais que noticiaram a sua morte, embora de forma contida, deixa transparecer um caminho desonroso.

Se Jovita – na história ou na peça, no mundo real ou no inventado – manifesta patriotismo em sua trajetória “digna de uma epopeia”, o faz de forma singular, manchando o sentimento com seus interesses particulares, de maneira que impacta os espectadores por sua coragem, não por se oferecer para ir aos campos de batalha, mas por confrontar seu tempo, seus contemporâneos e seus códigos morais. Seu patriotismo se ergue em estruturas de vidro, através do qual se vislumbram traços políticos, significados alegóricos que manifestam insatisfações sensíveis e ressentimentos com os rumos da sociedade, discontentamentos aplicáveis à monarquia ou à república.

Referências

BATISTA, Jônatas. Crônica. *Alvorada*, Teresina, ano 1, n. 1, 15 jul. 1909, p. 3.

BATISTA, Jônatas. Crônica. *Alvorada*, Teresina, ano 1, n. 6, 30 set. 1909, p. 4.

BATISTA, Jônatas. Jovita ou a heroína de 1865. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 1, n. 1, jun. 1918, p. 24-32.

BATISTA, Jônatas. Terra da luz. *A Reforma*. Vila Seabra (AC), ano 3, n. 84, 4 jan. 1920, p. 3.

BIZARRO, João. Um drama piauiense. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 3, n. 46, 21 fev. 1913, p. 2.

CUNHA, Edison. Si rite recordor. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 26, n. 20, dez. 1943.

DURVAL JUNIOR [Jônatas Batista]. Da tebaida: cartas e bilhetes íntimos. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 63, 22 mar. 1912, p. 1.

DURVAL JÚNIOR. Da tebaida. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 43, 24 fev. 1912, p. 2.

DURVAL JR [Jônatas Batista]. Violão. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 2, n. 288, 31 dez. 1912, p. 1.

FRUTOS da guerra. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 16, 14 mar. 1869, p. 3-4.

JOVITA ou a heroína de 1865 [...]. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 2, n. 54, 12 mar. 1912, p. 1.

LITERICULTURA. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 2, n. 35, 15 fev. 1912, p. 1.

PALCOS e telas: Recreio Teresinense. *Diário do Piauí*. ano 4, n. 89, 21 abr. 1914, p. 3.

PELO teatro. *Piauí*. Teresina, ano [...], n. 1275, 18 abr. 1914, p. 3.

RECRUTAS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 23, 21 ago. 1869, p. 4.

SEM COMENTÁRIOS ao Durval Júnior. *O Comércio*. Teresina, ano 2, n. 77, 8 dez. 1907, p. 1.

SUICÍDIO. *Diário do Povo*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 35, 10 out. 1867, p. 2.

SUICÍDIO. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 50, n. 265, 11 out. 1867, p. 2.

TEATRO. *Correio de Teresina*. Teresina, ano 1, n. 1, 10 fev. 1913, p. 3.

VITÓRIA da ditadura. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 23, 21 ago. 1869, p. 4.

ADRIÃO NETO. *Dicionário biográfico: escritores piauienses de todos os tempos*. Teresina: Halley, 1995.

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866*. Teresina: EDUFPI, 2011.

BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

BRETTAS, Marcos Luiz. A polícia das Culturas. In: Antonio Herculano Lopes (Org.). *Entre Europa e África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p. 245-259.

BRETTAS, Marcos Luiz. Teatro e cidade no Rio de Janeiro dos anos 1920. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 101-120.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *Jovita Alves Feitosa: voluntária da pátria, voluntária da morte*. São Paulo: Chão Editora, 2019.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARLE, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARTIER, Roger. *Do palco a página: publicar teatro e ler romances na*

época moderna (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CHAVES, Joaquim (Mons.). O Piauí na guerra do Paraguai. In: _____. *Obra completa*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013. 242-3.

COLLAÇO, Vera. Dramaturgia e cena: *Dona Maria I* embarca em delírios e medos. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SILVA, Jaison Castro; FERREIRA, Ronyere (org.). *História e arte: teatro, cinema, literatura*. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 120.

COSTA, Rodrigo de Freitas. Brecht historiador: a elaboração de conhecimentos pelo autor de *Tambores da noite*. In: RAMOS, Alcides Freire; PEIXOTO, Fernando; PATRIOTA, Rosângela. *A história invade a cena*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008. p. 93-112

CUNHA, Higino. *O teatro em Teresina*. Teresina: Tipografia do Correio do Piauí, 1922.

FARIA, João Roberto. Drama Romântico. In: GUINSBURG, J.; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariangela Alves de Lima. *Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 127-128.

FERREIRA, Ronyere. *O teatro em Teresina: produções artísticas e tensões culturais (1890-1925)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

FERREIRA, Ronyere; QUEIROZ, Teresinha. Literatos, política e vida prática em Teresina nas primeiras décadas do século XX. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SILVA, Rodrigo Caetano; FERREIRA, Ronyere (org.). *História e política: problemas e abordagens em contextos brasileiros*. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 211-228.

FERREIRA, Ronyere; QUEIROZ, Teresinha. Teatro, transgressões sociais e censura policial em Teresina no início do século xx. In: NASCIMENTO, Francisco; SILVA, Jaison Castro; FERREIRA, Ronyere. *História e arte: teatro, cinema, literatura*. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 47-64;

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Antologia da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: [s. ed.], 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ORTEGA Y GASSET, José. *A ideia do teatro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PARANHOS, Adalberto. História, política e teatro em três atos. In: PARANHOS, Kátia Rodrigues (org.). *História, teatro e política*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 35-58.

PARANHOS, Kátia. História & teatro, teatro & história: uma relação tão delicada. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 187-205, 2017

QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas e a republicanização da República. In: _____. *História, literatura, sociabilidades*. 2. ed. Teresina: EDUFPI/APL, 2015. p. 23-30.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VASCONCELOS, Luiz Paulo. *Dicionário de teatro*. 6. ed. Porto Alegre: LP&M, 2009.

Ressonâncias do Projeto Nacional de Saneamento no Piauí nas primeiras décadas do século XX

Rafaela Martins Silva¹

Introdução

[...] O abandono em que jazem as populações do Brazil Central e sertanejo, muito contribuiu para aumentar o natural espírito de rotina que os domina; grande numero de habitantes, quiça a maioria, é misoneísta. Praticamente são impermeáveis ao progresso[...] Não se pode, por maior esforço que se dependa, fazer uma idea, do que será dessa gente e de sua prole com o correr dos tempos, a menos que se faça alguma coisa contra as moléstias.

(NEIVA E PENNA, 1912, p. 93)

O trecho que inicia este artigo foi retirado das *memórias manuscritas* dos cientistas brasileiros Arthur Neiva² e Belisário Penna.³ Elas são frutos das viagens destes médicos sanitários, que mapearam regiões do interior do Brasil em busca de diagnosticar os problemas que desencadeavam os males do país. No contexto da inspeção, detectaram que o “atraso” nacional estava correlacionado com a recorrência de doenças graves em regiões localizadas no Centro, Norte e Nordeste brasileiro. O movimento de cunho político e científico que saudava o século XX apresentava uma baliza comum: a solução seria fortalecer o território promovendo a integração nacional e assinalando a tarefa de unificar o Brasil. Para tanto, a ocupação e

1. Universidade Federal do Piauí – UFPI, e-mail: rafaelamartins03@hotmail.com

2. Artur Neiva (1880-1943) foi um cientista, etnógrafo e político brasileiro. Artur Neiva é reconhecido internacionalmente por ter participado de entidades científicas no Brasil, Argentina e Estados Unidos; e deixou notáveis contribuições nos campos da ciência natural, etnografia e linguística.

3. Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939) foi um médico sanitário brasileiro.

povoamento dos vácuos demográficos, principalmente os que constavam no interior da nação constavam metas indispensáveis (MACIEL, 1998).

As missões científicas foram financiadas pela Inspetoria de Obras contra as Secas⁴ e possuíam o objetivo de traçar um perfil nosológico sobre o Brasil ao percorrer o norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí (São Raimundo Nonato, Parnaguá, Caracol do Piauí) e norte a sul de Goiás — regiões por pobreza extrema, onde a população sobrevivia em condições insalubres e permanecia sob a negligência do poder público nacional. Neste contexto, o “interior do Brasil” foi denominado como um “vasto hospital”, tendo em vista que o *mal de chagas*, a *sífilis*, o *impaludismo*, a *tuberculose*, o *tracoma* e as *verminoses* (doenças intestinais) somavam um conjunto de problemas que compunham o quadro das enfermidades mais relatadas pelos médicos. Os cientistas viajantes atribuíram o alto índice de morbidade à má qualidade da água e da alimentação dos habitantes, aos “maus hábitos” da população e à resistência ao progresso, contudo, apontavam a falta de assistência do poder público como causa principal da estagnação do país.⁵

O século XX saudou mudanças na relação entre saúde e doença ao realocar o papel da medicina, que precisou focar no ‘corpo social’ e direcionar esforços para o ângulo preventivo.⁶ As doenças e suas consequências tornaram-se uma questão social e, por conseguinte, motivos de intervenções no âmbito público a partir do momento que os problemas gerados pelo grande número de mortes motivaram a preocupação das autoridades político-administrativas em nações como a França e a Inglaterra. Foi no berço de países em desenvolvimento capitalista que as epidemias somavam agentes correlatos ao atraso socioeconômico das nações, portanto, as elites (principalmente as agrárias) observavam que as enfermidades seguiam debilitando as populações e convertiam-se em entraves para o desempenho positivo do comércio. Assim, a saúde da população e o bom funcionamen-

4. Foi criado pelo Decreto nº 7. 619, em 26 de outubro de 1909, subordinado ao Ministério de Viação e Obras Públicas. Financiou as expedições com o intuito de perceber quais eram as maiores regiões afetadas pelas secas no Brasil e que soluções poderiam ser aventadas a partir da vistoria dos cientistas.

5. KROPF, Simone Petraglia.(2006). Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde, nação (1909-1962). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

6. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 15-21.

to do Estado deveriam estar em consonância.⁷

No Brasil, a salubridade e a higiene pública passaram a ser objeto da atenção das autoridades científicas e políticas na segunda metade do século XIX com o objetivo de “fazer a civilização europeia nos trópicos”⁸. No entanto, a saúde da população entrou para a ementa política brasileira, enquanto um problema sob a égide do Estado, nas primeiras décadas do século XX. No contexto da construção de discursos de intelectuais variados (políticos, literatos, engenheiros, naturalistas, médicos, higienistas e sanitaristas), é possível observar um conjunto de ideias em comum que apontava para as necessidades consequentes de uma dependência mútua entre os indivíduos. Isto significa dizer que o poder público e as elites políticas e sociais reconheciam que os vínculos resultantes dos processos de industrialização e urbanização, incidentes no início do século XX, desencadearam adversidades provocadas pelas doenças, especialmente aquelas que imprimiam risco de contágio. Assim, a proliferação das epidemias e endemias presentes no território nacional denunciava as doenças infeciosas como um problema que transgredia os limites das classes sociais, porque atingia tanto as camadas mais pobres, quanto as mais abastadas da população (HOCHMAN, 2012).⁹

Foi mais precisamente nos primeiros decênios do século XX que ocorreram formulações concretas de programas e serviços nacionais¹⁰ de saúde materializados por meio da fundação do Instituto Manguinhos, em 1900¹¹, e das expedições de médicos sanitaristas pelo interior do Brasil. As interpretações dos viajantes diagnosticaram que as doenças invalidavam braços e ceifavam vidas, contribuindo para gerar improdutividade nos brasileiros,

7. MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 87.

8. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 35

9. HOCHMAN, Gilberto. *A Era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

10. Uma medida importante que data deste período consiste na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), através do decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920.

11. Em 1900, foi criado pela municipalidade do Rio de Janeiro o Instituto Soro Terápico com a finalidade de produzir soros e vacinas contra a peste bubônica que fora detectada no posto de Santos e ameaçava a capital da República, como também, de promover expedições de médicos sanitaristas pelo interior do Brasil. Cf (ALBUQUERQUE; ALVES; BENCHIMOL, 1991).

especialmente dos sertanejos. As populações do sertão¹² brasileiro estiveram sob o signo da inércia retratada na imagem do caipira preguiçoso e débil demonstrado em obras de autores como Monteiro Lobato (1882-1948). Lobato reviu seu posicionamento após as campanhas nacionais sanitaristas do início do século XX, as quais o ajudaram a trocar as lentes do seu discurso, até então direcionadas pelo olhar impregnado de racismo científico, e oportunizaram o engajamento do autor no movimento sanitarista nacional. Ademais, a imagem do Jeca brasileiro foi repensada a partir dos resultados da repercussão dos relatos científicos, que contribuíram para a revisão da figura do sertanejo, apontando-o como uma vítima do abandono do poder público (MILLIET, 2011).

A inaptidão física e intelectual das populações mapeadas passou a ser relacionada à carência de políticas favoráveis ao sistema público de saúde e denunciavam um cenário em que as moléstias “deprimentes” e “aniquiladoras” foram apontadas como os principais motivos de pobreza, improdutividade e atraso nessas regiões. Cumpre-se dizer que o problema direcionou a atenção dos governantes e do olhar médico para os locais investigados, após provocar vários debates nos primeiros decênios do século XX, principalmente nos jornais cariocas, *O País* e *Correio da Manhã*, em 1917-1918, e na primeira fase da *Revista do Brasil*¹³ (1916-1925) (SÁ, 2009).

Saúde e modernização na Primeira República

O início do século XX foi marcado por grandes ebuições sociais nos campos econômico, financeiro e intelectual no Brasil. A intensificação da atividade científica brasileira foi um dos pilares que serviu como base para as interpretações do cenário brasileiro e como norte que direcionava as tentativas de encaminhar o país para o sucesso econômico, social e político. No bojo dessas mudanças, políticos, médicos, jornalistas, literatos e advogados se empenhavam em executar um projeto político baseado em

12. Os cientistas citados aqui consideravam como “interior” do Brasil ou “sertão” brasileiro as regiões distantes do Rio de Janeiro e São Paulo, Estados considerados como grandes centros do país durante a Primeira República. Por exemplo: Brasil Central, norte e nordeste.

13. A Revista do Brasil foi uma revista brasileira, fundada em 1916 pelo advogado, político e jornalista Júlio de Mesquita e pelo escritor Monteiro Lobato como espaço de literatos, promovendo discussões sobre o contexto da Primeira Guerra Mundial. A primeira fase de 1916 a 1925 é quando a revista é dirigida pelo próprio Júlio de Mesquita e por Monteiro Lobato que a comprou em 1918 e, posteriormente, a transformou em espaço de divulgação de suas obras e de outros autores, tais como Artur Neiva e Belisário Penna.

ideais nacionalistas, nos quais predominavam o interesse de modernizar o país aos moldes de cidades europeias como Paris e Londres¹⁴. Tratam-se de medidas que se estabeleceram com base em ideias germinadas através do suporte intelectual advindo do progresso da ciência, da arquitetura e do urbanismo, e materializaram projetos nacionalistas que visavam o progresso da nação (SCHWARCZ, 1993).

Este contexto se refletiu nas cidades brasileiras por meio de intervenções efetuadas nos cenários urbanos, o que tornou evidente que o poder público buscava legitimar as ações políticas sob a ótica de visões de civilização¹⁵ e modernidade, estabelecendo relação direta entre estas transformações com o êxodo de grandes contingentes para as capitais (LANNA, 1996).

À exemplo disto, várias cidades passaram por reformulações físicas priorizando a criação de canais de escoamento de água, o alargamento das ruas e a construção de jardins públicos. São Paulo, Rio de Janeiro e Recife buscaram investir em espaços públicos que privilegiassem o bom funcionamento dos fluxos de pessoas. Em Santos, foi construído um terminal ferroviário com o objetivo de garantir ligação com São Paulo e as avenidas ganhavam um novo contorno nos anos 1920, o que consoava com a agitação social pujante no modo como os cinemas, as danças, o teatro e bondes transformavam o cotidiano paulista (SEVCENKO, 1992).

Os aglomerados urbanos oportunizaram cenários propícios para o aumento do contato entre indivíduos saudáveis e doentes, ao tempo que estabeleceram a expansão das chances da propagação de doenças epidêmicas no Brasil. As metrópoles brasileiras figuravam altos índices de mortalidade causados por episódios epidêmicos figurados por doenças como a tuberculose, a febre amarela, a malária e a varíola. Esta situação favoreceu o empenho de médicos-sanitaristas na busca de soluções que apontassem os problemas da nação e estabeleceu ligações entre atraso e improdutividade econômica não somente em Estados de maior circulação de pessoas, como

14. A maior parte das cidades brasileiras, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Recife, sofreram intervenções aos moldes das grandes avenidas e cafés parisienses. Os teatros ostentadores de luxuoso ecletismo foram também uma afronta ao verdadeiro Brasil, representado pelas regiões onde a pobreza, o analfabetismo e a doença predominavam (cf. WELTMAN, Latmann Wanda *et ali* (Orgs.). *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991).

15. No sentido proposto por Norbert Elias, quando este autor entende a civilização como um processo de eliminação das diferenças e instauração de padrões de comportamento nivelados. Ver: ELIAS, 1994.

o Rio de Janeiro e São Paulo, mas também, em regiões distantes. Ademais, houve, neste momento, a necessidade de diagnosticar os fatores contrapostos à ideologia progressista republicana, bem como a formulação de discursos direcionados às doenças e a pobreza como produto da representação do Brasil (ALBUQUERQUE et al, 1991).

À época, Teresina repercutir as mudanças apontadas no quadro nacional. As ressonâncias desse imaginário progressista seguiam embaladas pelos ritmos da modernidade. Castelo Branco assinala que durante as primeiras décadas do século XX a capital piauiense experimentou novos tipos de vivências sociais traduzidas em formas de lazer que passaram a ser praticadas na cidade, dentre elas, o futebol, o teatro e os passeios nas praças e nos jardins públicos. Segundo o autor, mesmo as festas antigas, como o carnaval, ganharam contornos modernos.¹⁶

Arimathéa Tito Filho afirma que “as grandes festas de inauguração do século XX” espelhavam os costumes sociais regados aos festejos religiosos e da moda à bengala, espartilhos e “flor na lapela” e que a criação do Teatro 4 de Setembro (1894) junto à chegada do Cinematógrafo (1902) também se inscreviam como elementos condutores dos costumes teresinenses.¹⁷

A instrução pública foi outro segmento latente no processo de modernização de Teresina. Mesmo de forma incipiente e não contemplando todas as camadas sociais, o apreço pelo ensino era uma pauta recorrente para os governantes da época, que entendiam a educação como um dos caminhos a serem percorridos em busca do crescimento do Estado. (FONTINELES, 2008)¹⁸

As questões ligadas à saúde pública foram mais uma pauta no bojo dessas mudanças que abraçavam a arquitetura, urbanismo e ensino na capital piauiense. Até o início do século XX, Teresina possuía os serviços de atendimento à saúde centralizados no hospital Santa Casa de Misericórdia¹⁹ e

16. CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Teresina nas primeiras décadas do século XX. (In) *Cadernos de Teresina*. Ano IX- nº 19. Revista informativa e cultural da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, abril, 1995, p. 35.

17. TITO FILHO, José de Arimathéa. *Crônicas da Cidade Amada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 1977b, p. 33.

18. FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Desafiando o olhar de Medusa*: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Centro de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Piauí- UFPI. Teresina, 2008, p. 77.

19. As Santas Casas de Misericórdia são instituições seculares no Brasil. Remontam ao período colonial e nasceram fundamentadas sob a premissa da caridade particular direcionada

direcionados à medicina clínica e curativa. No entanto, as transformações ocorridas no recorte temporal em análise somaram-se aos desdobramentos do projeto político sanitário nacional e contribuíram para inserir o Piauí no movimento sanitarista brasileiro através da criação de novas instituições de saúde. O Posto de Profilaxia Rural de Teresina foi o primeiro passo diferenciado neste sentido, uma vez que prometia um atendimento especializado e focado na prevenção de doenças endêmicas e epidêmicas.

O Posto Sanitário de Teresina

No contexto de reorganização das diretrizes que vieram a intervir em campos variados da sociedade brasileira (economia, cultura, educação e saúde pública) ocorreram as campanhas sanitárias organizadas pelo poder federal e encaminhadas às unidades federativas. No Piauí, é possível observar que as ressonâncias do cenário nacional conduziram ações estatais no Estado no sentido de criar e organizar medidas de saneamento em Teresina. Este raciocínio é visível na fala do médico e governador do Estado, Eurípedes Clementino Aguiar²⁰:

O problema do saneamento dos sertões brasileiros está preocupando seriamente a opinião pública. Delle depende, afirmam médicos hygienistas de renome, a regeneração da nossa raça enfraquecida, o progresso, o engrandecimento da nossa pátria. Ruiu por terra a mentira secular do sertanejo robusto, feliz, cheio de vida, para surgir a verdade triste que a situação desoladora de miséria orgânica em que vivem os habitantes de uma vasta zona do interior do Brasil, flagelados pelo impaludismo, ankylostomias leishmaniose, mal de chagas e outras molestias tropicais [...] os notáveis hygienistas , drs Arthur Neiva e Belisario Penna descrevem em linguagem impressionante a legião de palúdicos empalamados, papudos e chagados que arrastam infeliz existência [...] tracei o quadro triste das desvastações causadas pela malaria e outras molestias tropicais e mostrei a necessidade premente da intervenção dos poderes públicos para remediar tais males [...] a calamidade que tantos prejuízos já nos causou e que se não

àqueles que não podiam pagar por tratamentos médicos. As elites locais brasileiras promoviam quermesses, leilões e outros meios para manter esses hospitais funcionando. No Piauí, o hospital existiu entre 1852 a 1941 e desferia atendimento especialmente aos pobres e indigentes da cidade. Em 1941, foi desativada após a construção do Hospital Getúlio Vargas.

20. Médico e farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia (1902). Nasceu em São José dos Matões, no Maranhão (1880), e faleceu em Teresina, em 1953. Foi governador do Piauí entre 1916 e 1920.

for remediada com urgencia, reduzirá, em breve, a população do Piauhy a uma legião de inválidos (PIAUÍ, 1918, p. 26).

A fala do governador piauiense ressalta as questões que as doenças representavam ao Estado em fins da década de 1910 e como o movimento sanitário já demonstrava protagonizar o debate público naquele momento. Notadamente, Eurípedes Aguiar reforçava a necessidade de intervenção do poder público nos serviços de saúde a fim de atuar com incidência sobre a doenças que possuíam histórico de problemas causados à população. Neste sentido, o final do primeiro decênio do século XX foi um período de fermentação de ideias que desenharam o projeto político sanitário nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

Os desdobramentos desta movimentação vieram a se materializar na década de 1920, período que consistiu na criação de leis institucionais, regulamentos e decretos voltados ao combate das doenças mais comuns à época e acentuou este processo que partiu dos discursos de políticos, médicos e sanitários atuantes na formação da máquina institucional da saúde pública local.

Neste sentido, diante do contexto de epidemias provocadas pelo impaludismo (malária), varíola e outras doenças comuns na capital piauiense e no meio rural, os documentos apresentados ao poder legislativo relatavam a necessidade de um atendimento próprio para lidar com esses problemas de saúde pública. Em 1920, Eurípedes Aguiar insistia na necessidade de organizar um serviço de saneamento que atuasse contra as principais epidemias do Estado e que estivesse direcionado para o controle das enfermidades que assolavam a região: “Lembro que devemos começar pela montagem de um posto sanitário em Theresina, com o pessoal, material e recursos estritamente necessários ao diagnóstico e tratamento dessas entidades mórbidas” (PIAUÍ, 1920, p. 44). Ainda no ano de 1920 foi decretado a criação do posto sanitário em Teresina:

Creado pela lei n. 983 em 24 de julho do anno próximo passado e confiados a esclarecida competencia do dr A. Crysippo de Aguiar os encargos de sua organização e direcção, foram solememente em 6 de janeiro do corrente anno os serviços do Posto Sanitário de Therezina, devidamente installado e convenientemente aparelhado para os fins constantes do art 1º e seu único da referida lei, isto é, combater as verminoses, malaria e outras endemias reinantes no Estado e ocupar-se da vacinação e revacci-

nação contra a varíola. (PIAUÍ, 1921, p. 42)

Além do combate às “verminoses” e à malária, o Posto Sanitário de Teresina realizava vacinações e revacinações contra a varíola e oferecia serviços de profilaxia referentes à lepra, às doenças venéreas e a tuberculose. De maio de 1922 a maio de 1923 haviam sido atendidos no posto: “445 paludados, 606 sifilíticos e 482 portadores de moléstia diversas” (PIAUÍ, 1923, p. 15). A proposta da assistência médica dos postos no Piauí pode ser reconhecida como resultado do movimento sanitarista que ocorreu no Brasil no início do século XX, nos apontando as ressonâncias do plano sanitário nacional, que desejava um caminho para analisar a “descoberta do Brasil que se escondia no interior” (CARVALHO, 1998, p. 103).

Os desdobramentos desta questão foram observados nos discursos políticos da época, onde o diagnóstico dos cientistas deveria ser base para a reformulação do serviço de saúde do Estado e para a criação de um sistema enérgico de combate às doenças mais recorrentes na capital piauiense e no interior do Estado (PIAUÍ, 1919). Portanto, a reforma nacional que provocou a criação de novas instituições de saúde no Piauí foi constituída a partir de ações práticas resultantes dos diagnósticos produzidos a partir das incursões científicas realizadas nos anos 1910.

A década de 1920 demarca a criação de algumas medidas estatais orientadas para o saneamento do Piauí, as quais se diferenciavam do atendimento até então oferecido na Santa Casa de Misericórdia²¹. As ações consistiam principalmente, em propagandas educativas, exames, vacinas e aplicações de remédios nos doentes, somando medidas que possuíam o intuito de melhorar as condições sanitárias do Estado. Assim, os procedimentos estavam voltados não apenas para curar doenças em curso, através de medicações e cirurgias, tal como os serviços até então oferecidos na Santa Casa, mas também, objetivavam prevenir o alastramento de epidemias.

A capital passou a contar com o *Posto Sanitário de Teresina* (1920) para oferecer um serviço de saúde baseado no mapeamento, tratamento e prevenção de doenças como a *sífilis*, *malária*, *varíola*, *tuberculose*, *lepra* e *verminoses*, e atender os indigentes e doentes pobres que necessitassem dos

21. A Santa Casa de Misericórdia concentrava os serviços oferecidos no hospital pautado na medicina clínica, na distribuição de medicamentos e receitas e nas cirurgias realizadas na instituição. O trabalho científico da instituição era focado no tratamento de doenças, sem necessariamente atender á uma pauta preventiva. Esse contexto passou por mudanças em um processo lento, que começou a dar passos nesse sentido a partir da década de 1920.

serviços públicos de saúde. Posteriormente, outros postos e dispensários foram instalados no sentido de cuidar e controlar doenças transmissíveis, quais sejam: O *Posto Moura Brasil* (1928), o *Dispensário de Doenças Venéreas* da Santa Casa de Misericórdia de Teresina (1928) e as *Delegacias Sanitárias* nos demais municípios piauienses²². Abaixo, os procedimentos realizados no Posto Sanitário de Teresina entre 1922 e 1923:

Atividades exercidas

3036 exames de fezes
50 exames de urina
26 exames de escarro (bacilo de Koch)
10 de muco nasal (bacilo de Hansen)
29 exames de sangue
1.160 vacinações e revaccinações contra a varíola
3.881 injecções mercuriais
253 injecções de Elixir 914

Fonte: Arquivo Público do Piauí. *Mensagem apresentada à câmara legislativa pelo exmo. Sr. Dr. João Luís Ferreira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1921, p. 15.*²³

Em relação ao impaludismo, o então governador do Estado, João Luís Ferreira²⁴, reclamava das más condições financeiras do Piauí que, segundo ele, constituíam fator limitante para tratar a doença somente através de injeções de “saes quinino” (medicamento aplicado nos doentes “impaludados” no decorrer das fiscalizações nas casas). O governador também questionava sobre a inconstância da população ao buscar as vacinações e revaccinações contra a varíola somente em tempos de epidemias ou quando precisava viajar. Segundo Ferreira, esta seria uma forma de “adoecer espontaneamente”, característica dos “incrédulos” na atuação preventiva da vacina.

22. As localidades rurais citadas nos livros de registros do Departamento de Saneamento Rural do Piauí (1920) se referem aos municípios de Parnaíba, Floriano, Valença, Picos, Piriápi, Barras, Amarante, Campo Maior, Oeiras, Miguel Alves, Uruçuí, São João do Piauí e São Raimundo Nonato.

23. Arquivo elaborado pela autora. Publicado pela primeira vez na obra “Oficina de Clio: história, cidades e linguagens”, publicada pela EDUFPI em 2016.

24. Engenheiro formado no Rio de Janeiro (1901). Dedicou-se a assuntos relacionados à ensino e saúde no Piauí. Nasceu em Teresina (1881) e faleceu no Rio de Janeiro (1927). Foi governador do Piauí entre 1920 e 1924.

No mesmo relatório, é possível observar a preocupação com os altos índices de diagnósticos de sífilis detectados através de exames de sangue e urina realizados no Posto Sanitário. No entanto, as aplicações de medicamentos (injeções de mercúrio e Elixir 914) realizadas no estabelecimento de saúde não agiam de forma suficiente no combate à sífilis. Segundo Ferreira, havia “uma commovente avalanche de destroços syphiliticos que poderia ser evitada consistindo em propagandas, ensinamentos e publicações” em torno da prevenção da doença (PIAUÍ, 1922, p. 2).

Nesse sentido, é possível observarmos a historicidade das ressonâncias dos discursos científicos provenientes do projeto nacional de saneamento na reorganização do sistema público de saúde no âmbito local a partir de 1920. Destacamos a criação do Posto Sanitário em Teresina, bem como as transformações e permanências das relações de poder enredadas entre doença, pobreza, improdutividade econômica e práticas reguladoras contidas no saber médico.

O plano nacional sanitário chegou ao Piauí através da ampliação nas formas de ofertar tratamento médico à população piauiense. Estas medidas diversas se configuravam como um modelo híbrido oriundo da organização das elites locais, que ajudavam a manter a Santa Casa de Misericórdia, combinadas às iniciativas dos governos estadual e federal. Essas investigações preliminares nos possibilitaram compreender que o Piauí estava inserido no roteiro das mudanças políticas e científicas que conduziram as instituições de saúde com base na medicina preventiva.

O *relatório governamental* de João Luís Ferreira (1922) demonstra que as atividades profiláticas despendidas no Postos Sanitários eram efetuadas por meio de dois serviços: o ambulatório, denominado “da porta”, para os doentes que procuravam espontaneamente o Posto, e o domiciliário, destinado à realização de inspeções domiciliares para o recenseamento das casas e fiscalização dos doentes que não buscavam tratamento por “vontade própria” (PIAUÍ, 1921). Neste sentido, o conceito de saúde pública local foi permeado por mudanças reconhecidas nas práticas médicas diferenciadas que os postos ofereciam e na resistência que elas encontraram.

Considerações finais

A história da saúde pública no Piauí na primeiras décadas do século XX esteve marcada por mudanças que se encaminharam para prática cole-

tivas com base em medidas de combate às doenças epidêmicas em um primeiro momento e, posteriormente foram direcionadas para o tratamento e prevenção das endemias (ancilostomose, febre amarela e malária).

Essa ampliação dos serviços ocorreu após o adensamento do Estado Movimento pelo Saneamento do Brasil Rural. À época as medidas profiláticas eclodiram à luz da repercussão dos relatórios das viagens científicas empreendidas pelo Instituto Manguinhos. Um dos mapeamentos mais detalhados resultaram em diagnósticos relatados pelos sanitaristas Belisário Penna e Arthur Neiva. A repercussão das descrições científicas geraram mudanças que foram, progressivamente, provocando mudanças práticas na saúde pública piauiense.

Nessa conjuntura, as instituições de saúde locais elaboraram planos de intervenção visando combater a insalubridade pública e realizaram ações concretas com base na etiologia das doenças, desinfecções, soroterapia específica e diagnóstico laboratorial.

A conscientização nacional no Brasil, no que se refere aos princípios da transmissibilidade da doença e as consequências externas produzidas por conta dos vínculos de interdependência entre pessoas, regiões e cidades, foram somados aos interesses do sistema capitalista em voltar os olhos para a questão do indivíduo como força de trabalho. Portanto, esse contexto nacional delineia um aspecto importante a ser destacado no Brasil, no diz respeito a relação entre os acontecimentos históricos do Período Republicano. Destacamos o projeto político de saneamento nacional e forma como o combate às doenças epidêmicas e chegou aos doentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marli Brito de; ALVES, Fernando Antônio Pires; BEN-CHIMOL, Larry Jaime; SANTOS, Ricardo Augusto dos; THIELEN, Eduardo Vilela e WELTMAN, Wanda Latman (Orgs.). **A ciência a caminho da roça: imagens e expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

BERMAN, Marschall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade.** [Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriati]. Companhia das Letras: Editora Schwarcz, 1986.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. 5. Ed. São Paulo: Ática, 2011.

CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 1997.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de História e Política. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. [Trad. Maria de Lourdes Menezes]. 3. Ed. Rio de Janeiro: FORENSE, 2013.

CHALLOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeza. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. [Organização e tradução de Roberto Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do saneamento**: as bases da política de Saúde Pública no Brasil. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2012, p. 29.

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre a saúde e doença na América Latina e no Caribe. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004, p. 11-18.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma Cidade na Transição**. Santos: 1870-1913. São Paulo- Santos: Editora HUCITEC, Prefeitura Municipal de Santos, 1996, p. 97-99.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M.. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da comissão rodon. São Paulo: Educ. 1998.

MELO FILHO, Antônio. **Teresina**: a condição da saúde pública em Teresina na Primeira República (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) defendida na Universidade Federal do Piauí, 2000.

MILLIET, S. Jeca Tatu é uma vingança. **Ciência & Trópico**, v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CIT/article/view/202>. Acesso em: 3/11/2012.

NEIVA, Artur; PENNA, Belisário. **Relatório da Viagem Científica de Arthur Neiva e Belisário Penna pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte a sul de Goiás**, 1912. p. 93. Disponível em www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/star.htm?sid=289.

O PIAUÍ, Teresina, 1922. (Arquivo Público do Estado do Piauí).

PIAUÍ, Mensagem apresentada à câmara legislativa no dia 1º de junho de 1917 pelo exmo governador do Estado, Dr Eurípedes Clementino Aguiar. Therezina: Imprensa Official, 1917.

PIAUÍ, Mensagem apresentada à câmara legislativa pelo exmo sr dr João Luís Ferreira, governador do Estado no dia 1º de junho de 1921.

ROSEN, George. **Da polícia médica à medicina social**: ensaios sobre a história da assistência médica. Trad. Ângela Loureiro de Souza. Rio de Janeiro:

ro: Edições Graal, 1979.

SÁ, Dominichi Miranda de. **Uma interpretação do Brasil como doença e rotina:** a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). V.16, supl. 1, jul, 2009, p. 183 – 203.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

A “Fábrica União” e a agricultura as margens do rio Parnaíba, no início do século XX

Jayra Barros Medeiros¹
Marcelo de Sousa Neto²

Nas primeiras décadas do século XX, no Piauí, a agricultura as margens do Rio Parnaíba, era tida como rotineira e embrionária. Paul Walle, viajante francês ao descrever a região contemplada pela rota de navegação a vapor do rio Parnaíba que ia da cidade de Parnaíba a capital Teresina, no ano de 1912. Acrescenta,

[...] ao longo de todo percurso, observam-se com frequência aldeia e pequenas aglomerações. Esta região do baixo Parnaíba não apresenta toda beleza do alto do rio, onde o clima é bem mais ameno e salutar, com florestas mais densas. Em compensação ela possui uma importância agrícola e comercial bem mais considerável graças a sua população mais numerosa e a maior proximidade dos centros de consumo. (WALLE, 2006. p. 241)

Em relação a “importância agrícola e comercial” descrita pelo viajante destacamos a instalação da “Fábrica União”. A referida fábrica foi montada, na zona rural, do município de União, em uma localidade denominada São Mamede. Mais especificamente, as margens do Rio Parnaíba, fazendo fronteira com o estado do Maranhão. Uma localização privilegiada para o período, em questão, que permitia o comércio com os principais polos do

1. Doutoranda em História do PPGHB-UFPI. Pesquisa financiada pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). jayradoutorado@gmail.com

2. Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Associado do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História –ProfHistória/UESPI/UFRJ. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí-PPGHB-UFPI. Líder do Núcleo de pesquisa em História e Educação – NUPEHED/UESPI. marcelo@ccm.uespi.br.

Piauí. Dos quais, destacamos a capital Teresina e cidade de Parnaíba. Além de permitir uma agricultura com o cultivo de fumo, algodão e bananas, produtos indispensáveis para as décadas mencionadas. A localidade de São Mamede, além das características geográficas apontadas. É uma região que faz parte da memória local. Neste sentido, a sede da fazenda São Mamede foi destacada nas memórias de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1993) quando aponta as características históricas do território de União, e a contribuição do Rio Parnaíba para formação da cidade e das vivencias dos seus familiares. O geógrafo desenha a curva feita pelo referido rio na localidade São Mamede. Como podemos perceber, na imagem, a seguir,

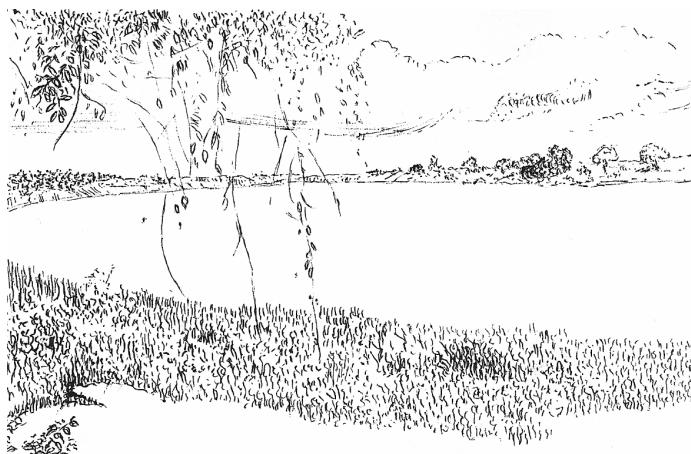


Imagen 1: “O Rio Parnaíba em São Mamede, cerca de 20km a jusante da União, onde faz uma curva”. Fonte: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória 1: Rumo a cidade nascente (1850-1896)*. Edição Restrita do Autor, 1993. p. 103

O termo “jusante”, de acordo com o dicionário da língua portuguesa vem do latim “*jusum*” e significa vazante, para o lado da foz, ou seja, toda a água que desce para a foz do rio é a jusante. Este ponto referencial pode ser uma cidade às margens do rio, uma barragem, uma cachoeira, um afluente, uma ponte, etc. No caso da Imagem 1, a jusante seria o território de União, localizado às margens do Rio Parnaíba. Desta forma, podemos considerar que o geógrafo localiza São Mamede, na zona rural do território de União.

Em suas memórias, destaca a casa da fazenda próxima ao Rio Parnaíba, e nos deixa pistas de como foi percebida a localidade estudada, no período proposto e em períodos posteriores. Já que, para nossas análises, “a

imagem seria também, assim como o texto, uma narrativa ou um discurso sobre o mundo” (PESAVENTO, 2008. p. 108).

Desta forma, destacamos o trabalho de Carlos Monteiro, como um texto sobre São Mamede. Do qual, apontamos, a importância do Rio Parnaíba, para a região estudada. Como podemos perceber, a seguir,



Imagen 2: “São Mamede: a sede da antiga fazenda, próxima ao rio”. Fonte: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória 1: Rumo a cidade nascente* (1850-1896). Edição Restrita do Autor, 1993. p. 104

Baseados na narrativa de Carlos Augusto, percebemos, ainda, o caráter rural e agrário da localidade estudada. Fato que pode ser observado com a “Fábrica União”, percebida em nossas análises como uma instalação agrícola, na zona rural do território de União que foi instalada pelo Sr. Augusto Daniel, descrito pelos jornalistas como “um importante comerciante local” (Diário do Piauhy, 1911, p. 1) que nasceu em “União, no ano de 1868, e faleceu em 1954 aos 86 anos. Era filho de Virgilina Daniel e de Abraão Maria Daniel [...]” (BATISTA; CARNEIRO, 2021. p. 228). De acordo com os pesquisadores, Danilo Reis e José Carneiro, os pais de Augusto Daniel eram franceses que “desembarcaram no Brasil, no século XIX”. Não conseguimos com as fontes consultadas saber da chegada dos mencionados franceses. O que podemos constatar com as memórias de Marc Theophile Jacob,

Em 1873 a casa Marc Jacob já funcionava. Se os tios de meu pai chegaram nesse ano, ou no final de 1872, não há registros. Ao chegarem ao Brasil, já havia em Fortaleza uma colônia de emigrados da Alsácia e da Lorena, ali

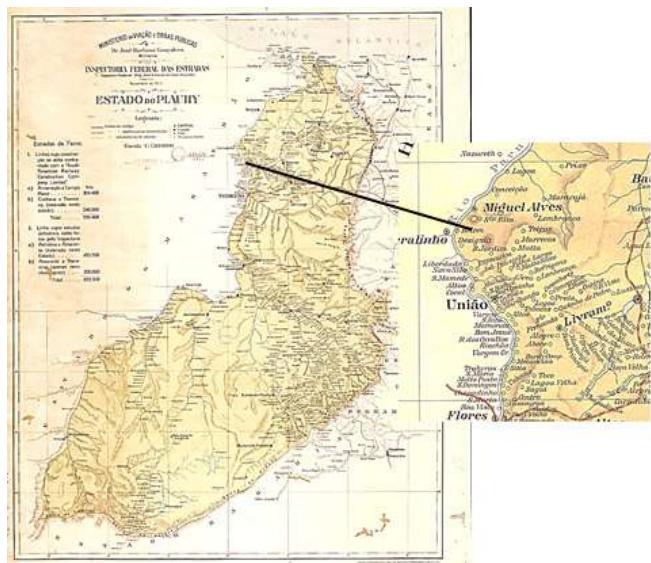
radicados inclusive alguns primos mais distantes como Boris. Talvez os Gradvohl também já tivessem chegado. [...] (JACOB, 2006. p. 285)

Desta forma, não conseguimos consultar fontes primárias sobre a chegada dos pais de Augusto Daniel ao Brasil. No entanto, conseguimos verificar sua descendência francesa através do site de genealogias “*FamilySearch.org*” e pela memória local registrada em livros que contam a História do município baseados na oralidade local (SOUZA, 1997).

Em relação a presença francesa, no Brasil, foi marcada por uma “Invisibilidade’ ou vazio historiográfico” (VIDAL; DE LUCCA, 2009. p. 17). Sendo que, o “referido silencio é compreensível. Afinal, na chamada ‘grande imigração’, cujo o período áureo ocorreu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte, a contribuição francesa foi bastante discreta – ‘quase nula’ [...]” (VIDAL; DE LUCCA, 2009. p. 17). Esta descrição mencionada pelos autores não inviabiliza a presença nos franceses no Brasil do século XIX. Já que, os silêncios também fazem parte da história.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, “a população passou dos 26 mil habitantes em 1872 para 130 mil em 1895, mais da metade desse vigoroso crescimento deve ser creditado a entrada de estrangeiros [...]” (VIDAL; DE LUCCA, 2009. p. 17). No Piauí, os franceses tiveram sua “importância no mercado piauiense e na interação ao comércio internacional afirmada gradativamente, numa expansão agroexportadora e importadora tiveram papel fundamental no Piauí, até pelo menos os anos de 1930” (ROCHA; GANDARA, 2009, p. 291-309)

Os historiadores Leandro Mendes e Gercinair Gandara, ao afirmar a “expansão agroexportadora e importadora” realizada pelos franceses no Piauí, corroboraram com nossas pesquisas sobre a “Fábrica União”. Na medida em que, as instalações da referida fábrica, as margens do rio Parnaíba, facilitavam o escoamento do produto para os estados brasileiros e para os municípios piauienses. Sobre a localidade São Mamede, onde residiu Augusto Daniel. Destacamos o mapa 6, que em consonância com os relatórios do “Ministério da Viação e Obras Públicas”, referente ao ano de 1913. Demonstram a localização do mencionado povoado, e, por conseguinte, da “Fábrica União”. Como podemos perceber, a seguir.



Mapa 1: Localização do povoado São Mamede, zona rural de União, no Piauí, ano de 1913. Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart174296/cart174296.html>

Destacamos, ainda, as análises do geógrafo descrita anteriormente, que associadas as Imagens 1 e 2. Nos fazem concluir que a localidade São Mamede faz parte da zona rural do território de União, no Piauí. A documentação aponta, ainda, a “*ilha da posse*”, localizada nas proximidades de São Mamede, que foi arrematada por Augusto Daniel, no ano de 1912. O objetivo do arrendamento seria aumentar a produção de banana, na região. Como consta no jornal, “*Diário do Piauí*”,

Manuel Raimundo da Paz, diretor interino de agricultura, terras, viação e obras públicas. Faz saber que o presente edital virem tendo decorrido os prazos legais, sem que fosse apresentado constatação alguma para o arredamento da ilha denominada posse requerida pelo cidadão Augusto Daniel, fica marcada, nos termos do artigo 24 do regulamento que baixou com o decreto n. 115 de 14 de março de 1899, o prazo de oito dias, a contar da data desta publicação para ter lugar nesta diretoria, as 12 horas do dia do contrato do arredamento da dita ilha em que hasta pública e por quem maior lance oferecer. Convido, pois, aqueles que quiserem licitar os respectivos arredamentos a virem apresentar no prazo de cinco dias, contados da data da mesma publicação os seus requerimentos, e os que tiverem constatação a opor a apresentarem-nos até a véspera do dia mar-

cado para o dito arredamento. (Diretoria de agricultura, terras, viação e obras públicas em Teresina, 16 de fevereiro de 1912).

Podemos perceber com a citação anterior, que a “*ilha da posse*” eram terras públicas que estavam sendo arrendadas. E ainda que estes arredamentos ocorriam por meio de editais que eram regulamentados pelo Ministério da Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas através do Decreto de n. 115, do ano de 1899. Sobre arrendamentos, no território de União. Destacamos, “era prática, na época, arredamentos destas terras e outros ‘próprios municipais’. Em União, além de terras públicas também eram aforados o Mercado Público, o sistema de iluminação e os referidos portos.” (BATISTA; CARNEIRO, op.cit, p. 211). No mesmo ano de 1912, do arrendamento da “*ilha da posse*”. Mais precisamente, no mês de abril, o jornal, em questão, publica uma matéria com o título, “NOVA INDÚSTRIA” e destaca,

O coronel Augusto Daniel, residente em São Mamede, do município de União, onde é operoso comerciante e agricultor, montou uma Fábrica de excelente farinha de bananas secas, em latas, tendo alcançado já, para os dois produtos um vasto campo de consumo. Da farinha recebemos uma amostra, oferecida pelos senhores *Fonseca Martins e cia*, desta praça agentes do tenente coronel Augusto Daniel, em cuja a casa está exposta a venda, por preço modico, esse excelente produto” (Diário do Piauí, 27 de abril de 1912, p. 1)

As citações anteriores, nos permitem entender a relação dos arrendamentos com os poderes municipais e estaduais e os empreendimentos privados e ainda a relação destas empresas com as esferas administrativas estaduais, no Piauí. Na medida em que, demonstram a venda dos produtos de bananas fabricados, em São Mamede, terras arrendadas pelo empresário Augusto Daniel que recebia incentivos estaduais como isenção de impostos em relação aos produtos por ele fabricado. A este respeito, o jornalista do “Diário do Piauí”, destaca a “Fábrica União” como uma “nova indústria” entre os piauienses. Assim como, apresenta o sr. Augusto Daniel, residente em União, como um “operoso comerciante e agricultor”. Podemos perceber uma associação entre o arrendamento feito por Augusto Daniel e a instalação da referida Fábrica. Entendemos que o empreendimento agrícola se localizava em São Mamede, No entanto, as

terras arrendadas na ilha da posse serviam para plantação e aumento da produção de bananas. Sobre o processo de industrialização, no Piauí, nas primeiras décadas do século XX. Destacamos,

Pesando na realidade do Piauí, então estigmatizado como uma das regiões mais pobres do país, via-se a necessidade de dar novos rumos à economia do Estado. Neste cenário, o extrativismo vegetal ganhou importância significativa no desenvolvimento econômico, pois este permitiu que sua produção alcançasse o mercado internacional, sobretudo por meio da produção de borracha [...]. Por outro, lado percebemos Gil Martins, o homem sobre o qual estudamos a trajetória, viu a industrialização como algo possível de ser realizado, tal como em outras regiões já vinha acontecendo [...] (SILVEIRA, 2019, p. 134-135)

O Historiador ao analisar a industrialização, no Piauí, no período pesquisado, aponta para as peculiaridades do estado e a força do extrativismo vegetal, no período em questão. A matéria do jornal, “Diário do Piauí”, intitulada, “NOVA INDÚSTRIA”, mencionada anteriormente, ao destacar o industrialismo do unionense Augusto Daniel, corrobora com as análises do referido historiador. Na medida em que, destaca a aceitação dos produtos da “Fábrica de bananas” e seu alcance como um “vasto campo de consumo”. Assim como, destaca a firma *Fonseca Martins e cia*³. A referida firma foi de propriedade do industrial Gil Martins, citado pelo referido historiador. Sobre a indústria no Piauí, acrescentamos,

A implantação de indústrias no Estado [...] A política de incentivos fiscais prosseguiu no início do século XX, para estimular a implantação de indústrias de extração e preparo de fibras vegetais por meio de máquinas e aparelhos adequados [...] (MENDES, 2003, p. 96).

Ao analisarmos os “incentivos fiscais” destacado pelo pesquisador, na citação anterior, percebemos que a “Fábrica União” foi completada com liberação de impostos pelo governo do Estado, como discutiremos, mais adiante. Ao apontar, características da referida indústria, no período em questão, o jornal “Diário do Piauí” nos deixa pista do que foi a indústria de banana para o referido Estado. Como podemos perceber, a seguir,

3. Sobre a referida firma encontramos registros como propriedade de Gil Martins como firma exportadora do Estado do Piauí, ano de 1931. Diário do Piauí, 27 de abril de 1912 p. 106

[..] esta fruta contém todos os elementos contidos no pão e encerra mesmo mais matéria nutritiva do que o milho branco; ela tem 133 vezes mais matéria comestível do que o trigo e 44 vezes mais do que batata. Calcula-se que três quartas de um are de trigo bastem para nutri duas pessoas durante um ano ao passo que a mesma extensão plantada de bananeiras pode nutrir cinco pessoas (Diário do Piauí, 27 de abril de 1912, p. 1)

Com a mencionada matéria, o jornal, “Diário do Piauí”, demonstrava um interesse dos administradores estaduais pelos produtos vindos da “Fábrica União”. Na medida em que, o jornal, em questão, era “um órgão oficial do governo” (Diário do Piauhy, 1912, capa) que realizava propagandas para um empreendimento agrícola, instalado em terras arrendadas, com isenção de impostos estaduais. Em outras palavras, o principal órgão da imprensa estadual, no período, publica matérias de publicidade sobre as benfeitorias dos produtos vindos da banana, em especial, a “Farinha de Banana”. Estas propagandas feitas pelo órgão de imprensa, do Estado Piauí, demonstram a ligação do governo com o empreendimento agrícolas particulares realizados, no início do século XX, no Piauí. Sendo que, estes empreendimentos não eram significativos apenas no Piauí. O Brasil se mostrava interessado nos produtos vindos da banana.

A Farinha, por exemplo, era considerada um dos artigos mais “interrogados” pela “comissão de expansão econômica do Brasil” (BRASIL, 1909, p. 244) em relatório do Ministério de Agricultura, em 1909. Como podemos perceber com o trecho, a seguir, “as madeiras, o café, as fibras, o mate, a borracha, as farinhas de bananas e de tapioca e as plantas tanníferas”. Ao mencionar a “farinha de banana” entre os produtos que tiveram destaque, no Brasil. O ministério da agricultura nos falava sobre a importância da banana para agricultura brasileira. E como não se tratava apenas de um interesse do Estado do Piauí. Foi o que podemos concluir com o relatório do Ministério da Agricultura, do ano de 1909, que citava o referido produto como importante para a “expansão” da economia nacional.

Em relação a “Fábrica União” o jornal “Diário do Piauí”, continua descrevendo as propriedades das bananas produzidas em São Mamede, “O tempo suficiente para que as bananas tenham cachos é de 12 meses. As bananas verdes, cortadas as postas a secar e depois a farinha dão um bom pão. A variedade dos empregos da banana é tão admirável, que ela mereceu ser chamada a *Princesa dos trópicos*” (BRASIL, 1909, p. 244). A

farinha mencionada pelo jornalista foi o produto mais destacados pelos jornais do período.

Mais temos destaque também para o “suco” e o “whisky”. Como podemos perceber no trecho, a seguir, “ela substitui o trigo, o centeio, a cevada e o arroz, e pode se obter com o suco uma bebida das mais agradáveis; o cônsul francês em São Tomaz, na Guatemala, conseguiu extraír dela o whisky”. (BRASIL, 1909, p. 244). Ao destacar os produtos e iguarias fabricados, no período, com extração da banana pelo mundo, o referido jornal, acaba nos demonstrando a necessidade e as práticas que comunicavam com o restante do país. No que se refere a agricultura brasileira, o historiador Márcio Both ao traçar uma trajetória do processo de modernização da agricultura brasileira destaca,

[...] indicam um certo padrão de desenvolvimento da agricultura brasileira ao longo do tempo, o qual tem como um de seus principais traços a concentração fundiária, a desigualdade social, o conflito e o papel relevante exercido pela existência de regiões de fronteira agrária no país. [...] No bojo disso tudo, está a execução de medidas e a tomada de providências voltadas, a depender do período (século XIX ou XX), a melhorar ou modernizar a agricultura. Ações que historicamente vem sendo articuladas em torno da premissa de que as mudanças são necessárias, mas desde que executadas de modo a manter esse padrão de desenvolvimento, lento e desigual (BOTH, 2020, p. 73-110)

De acordo com o historiador Marcio Both o desenvolvimento da agricultura sofre mudanças ao longo dos momentos históricos analisados. Nos séculos XIX e XX, por exemplo, “melhorar” ou “modernizar” a agricultura eram conceitos relacionados a vida rural brasileira. Fato que podemos comprovar com a documentação estudada sobre a vila e cidade de União, no Piauí.

Já no século XX, esta denominação é modificada para “modernizar”. No que se refere a “Fábrica” estudada, por se trata do século XX, os jornais e documentos oficiais menciona-a como uma possibilidade de modernização no Piauí. A banana, por exemplo foi mencionada no jornal, “Diário do Piauí” como “uma realidade, o mais útil dos frutos; milhões de pessoas alimentam-se quase que exclusivamente e milhares de outras consideram-na como um luxo”. (BRASIL, 1909, p. 244). Considerada como um luxo, o consumo da banana

[...]aumentava em proporções tais nos Estados Unidos e no Canadá, que grande número de embarcações e um grande exército de pessoas são continuadamente empregadas nessa indústria, iniciada de uma maneira tão humilde por um simples alemão. (BRASIL, 1909, p. 244)

Ao destacar os Estado Unidos, Canadá e Alemanha, no que se refere a Indústria da banana. O jornalista, em questão, aproxima o empreendimento do Sr. Augusto Daniel, em União, a um movimento de “modernização da agricultura brasileira” pregado pelo país e apontado pelo historiador Márcio Both. E nos dar a saber que a “Nova indústria” foi pensada e posta em prática primeiramente por um Alemão. Levando-nos a considerar a entrada de procedimentos agrícolas, no Piauí, vindos do exterior. Discursos e práticas que estavam em consonância com restante do país, no período, em questão.

Sobre a indústria da banana, no Piauí, destacamos, a matéria do “Diário do Piauí”, “A bananeira, o seu fruto e a sua indústria neste estado” (Diário do Piauhy, Sábado, 7 de dezembro de 1912, p. 1). Com este título, o referido jornal, descreve os benefícios do consumo da banana para saúde humana e aponta as principais características da “Fábrica” de produtos de banana, no Estado do Piauí. Como podemos conferir, a seguir,

Segundo Ulpiano Sencial, engenheiro agrônomo, instrutor prático de agricultura do México, devemos denominar a bananeira, “Rainha das herbáceas tropicais”. Até agora não foi possível precisar a procedência da bananeira, pois todos os países tropicais a disputam. É conhecida desde a origem do gênero humano, parecendo, por isso, que fosse contemporânea do homem. [...]. É uma planta de fruto comestível muitíssimo apreciado. A bananeira está incluída no número de alimentos mais completos, isto é, aqueles cuja substância são encontrados componentes azotados e não azotados, como são o leite, o queijo, os ovos, a farinha, a carne e outros. Poucos são os frutos que encerram um conjunto de elementos nutritivos tão favoráveis como a banana. (Diário do Piauhy, Sábado, 7 de dezembro de 1912, p. 1)

O jornalista utiliza as características peculiares e nutricionistas da banana para convencer o leitor piauiense da importância do seu consumo. E ainda, embasa seu texto com ideias de um engenheiro agrônomo autoridade sobre as práticas da agricultura, no período proposto. Em seguida,

encerra a matéria, em questão, com a propaganda sobre a venda de produtos derivados da banana, no Piauí e da “Fábrica União”. Como podemos verificar com o trecho, a seguir,

[...] chamamos a atenção da população em geral do Estado, especialmente da capital e demais cidades e vilas para os constantes depósitos do precioso alimento, em Teresina na acreditada casa comercial dos srs. Oliveira, Pearce & Cia, em Parnaíba na conceituada casa inglesa do sr. James Frederick Clark, onde é vendido a grosso e a retalho por preço reduzido, mais as bananas secas, doces e suco da mesma fruta para limonada, tudo de procedência da “Fábrica União” recentemente instalada com aparelhos modernos importados da América do Norte; tudo a vapor e de propriedade de Augusto Daniel em São Mamede, no município de União. 24-11-1912 (Diário do Piauhy, Sábado, 7 de dezembro de 1912, p. 1)

A citação anterior, nos deixa perceber como produtos vindos da propriedade de Augusto Daniel, na Fábrica União, que foi instalada com aparelhos modernos eram consumidos e propagados pelo estado do Piauí e vendidos nas principais casas comerciais do Estado, “Oliveira, Pearce & Cia, em Parnaíba na conceituada casa inglesa do sr. James Frederick Clark”.

Desta forma, consideramos que as terras localizadas às margens do rio Parnaíba foram alvo de projetos governamentais que tinham como objetivo o desenvolvimento da agricultura piauiense. Estas tentativas de desenvolvimento podem ser percebidas com a instalação da “Fábrica União”. Já que, no início do século XX, as tentativas de modernização passavam por uma parte da elite brasileira que desejava incluir o Piauí, em um *modus operandi* capitalista que circulava nos principais centros brasileiros, sobretudo no que diz respeito agricultura. Isso pôde ser percebido na fabricação da farinha de banana que não se restringia ao Piauí e sim a todo território nacional.

Concluímos com os relatórios do Ministério da Agricultura que as terras piauienses estavam incluídas em projetos que circulavam o território brasileiro na tentativa de instalação de indústrias envolvendo a agricultura. No entanto, essas medidas não condiziam com a forma tradicional com que o trabalhador local mantinha sua relação com terra e com as margens do rio Parnaíba. Desta forma, podemos considerar que as criações, instalações, funcionamentos e extinções do empreendimento analisado ocorreram a partir de um movimento nacional. Este movimento nacional tinha

como motor o projeto de melhoramentos e modernização da agricultura, bem como um desejo de parte da elite piauiense em participar dos projetos modernizadores que circulavam no Brasil e no mundo.

Por fim, consideramos que estes projetos foram iniciados em razão da navegação a vapor que, ao adentrar as águas do rio Parnaíba, em meados do século XIX, inseriram o Piauí em um comércio internacional. As mudanças que ocorreram no transporte fluvial piauiense trouxeram descontinuidades e fizeram com que parte dos piauienses entrassem em contato com mercadorias e ideias antes não conhecidas, provocando tentativas de modernização baseadas em modelos europeus que acomodavam conceitos e ideias antes desconhecidos pela cultura, sociedade e mentalidade piauiense.

Referências

BATISTA, José dos Reis Danilo; CARNEIRO, José Santana. *Narrativas da História política, social, religiosa e econômica do município de União, Piauí*. Teresina: cancioneiro, 2021.

BOTH, Márcio. Mudar para permanecer: o atraso da agricultura brasileira sob perspectiva comparada (séculos XIX e XX). In: *Revista de História Comparada* – Programa de Pós-Graduação em História Comparada-UFRJ. Disponível: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistóriaComparada>-ISSN:1981-383X

JACOB, Marc Theophile. A pequena e brava Família Jacob. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino; EUGÊNIO, João Kennedy. *Gente de Longe: Histórias e Memórias*. Teresina: Halley, 2006.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória 1: Rumo a cidade nascente (1850-1896)*. Edição Restrita do Autor, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.

ROCHA, Leandro Mendes; GANDARA, Gercinair Silvério. A presença Francesa no Piauí do Século XIX. In: *História Revista*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 291-309, jan. /Jun 2009

SOUZA, José Raimundo. Do. Estanhado à União: apontamentos. Teresina: COMEPI, 1997.

SILVEIRA, Thiago Coelho. *Nos Rastro de Gil Martins: comércio, política e industrialização na Primeira República brasileira (1889-1930)*, 2019, p. 134-135

VIDAL, Laurent; DE LUCCA, Tânia Regina, *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo: Editora: UNESP, 2009.

WALLE, Paul. *No Brasil do Rio Francisco ao Amazonas*. Brasília: Senado Federal-vol.71, 2006.

FONTES

Diário do Piauhy, Teresina, terça-feira, 21 de março de 1911.

Diário do Piauhy, Teresina, 27 de abril de 1912.

Diário do Piauhy, Sábado, 7 de dezembro de 1912.

BRASIL, *Decreto de n. 115*, trata sobre arredamentos de terras públicas do ano de 1899

BRASIL, *Relatório do Ministério da Agricultura*, 1909.

DANIEL, Augusto, *Registro Civil*. Disponível em <https://ancestors.family-search.org/pt/LH7X-FFM/cel.-augusto-daniel-1868-1954> Acesso em janeiro de 2023.

Entre aplausos e insatisfações: modernização, nacionalismo e os embates na intervenção de Leônidas de Castro Melo no Piauí (1935-1945)

José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior¹
Pedro Pio Fontineles Filho²

Introdução

Este capítulo busca analisar como se constituiu o projeto de modernização na paisagem urbana piauiense e refletir sobre os mecanismos utilizados pela intervenção de Leônidas de Castro Melo e seus aliados para a divulgação de uma imagem positiva do regime varguista e do governo piauiense em um período de intenso controle político em decorrência do golpe do Estado Novo. A partir desse momento, o presidente Getúlio Vargas e o interventor piauiense passaram a ser representados na imprensa como grandes líderes do progresso do Brasil que tinham a missão de construir um ambiente coeso e de “harmonia” com o que eles consideravam urgente para o momento.

Com o intuito de propiciar a execução da proposta de estudo, utilizaram-se fontes como: o jornal *Diário Oficial*, jornal *Gazeta*, relatórios

1. Doutorando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Esta pesquisa foi financiada por bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: arimateaaguiar@hotmail.com

2. Doutor em História Social (UFC). Mestre em História do Brasil (UFPI). Especialista em História do Brasil (UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em História (UESPI). Graduado em Letras-Inglês (UFPI). Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História da UESPI. (ProfHistória/UESPI). Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Diretor de Departamento de Pós-Graduação, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROP/ UESPI desde 2018. Professor Adjunto - Dedicação Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí. Membro do NUPEHD (UESPI) e do SANA (UESPI/UFPI). E-mail: pedropio@ccm.uespi.br

da Prefeitura Municipal, livros de memórias de intervenientes piauienses e entrevistas com pessoas que vivenciaram o governo Leônidas Melo. A metodologia aplicada neste trabalho foi a análise das fontes hemerográficas bem como a coleta de depoimentos, através de entrevistas temáticas, com pessoas que vivenciaram o contexto social e político da época.

Nas inaugurações de obras e nas conferências realizadas em solenidades patrióticas, destacavam-se as atuações do Presidente Getúlio Vargas e do Interventor Leônidas Melo, que, de acordo com a imprensa oficial, seriam bons condutores nos destinos da nação. A modernização, o embelezamento urbano e a construção de um “homem novo”, muito defendido nas preleções públicas, eram valores considerados prioritários na busca de apoio ao projeto de Vargas e na construção de uma memória nacional coesa e não conflituosa. Sendo que o Estado dava pouco espaço para publicações não oficiais e, além disso, exercia forte controle sobre quem contrariava o projeto getulista.

O historiador Antônio Paulo Rezende apontou que é comum o discurso de modernização³ contagiar o poder público. Os anseios e desejos da elite política de construir uma nova cidade e um novo estado costumam ganhar muito destaque na imprensa e nas solicitações por maiores orçamentos para a edificação de obras públicas, que, para além de inserir intervenções no cenário urbano, contribuem para a mudança de mentalidade da população, que era representada como imatura em decidir suas metas e seu destino. Sendo assim, o governo apareceria como “educador” de um povo inculto e desordenado (REZENDE, 1997).

A busca pela sedução modernizadora aconteceu em inúmeras cidades brasileiras, a partir da década de 1930, inserindo-se em um discurso de legitimação do poder varguista e de fortalecimento da sua imagem como um grande líder do Estado Novo. Neste contexto, dotava-se os espaços com equipamentos urbanos que deveriam ser contemplados pelos cidadãos e pelos visitantes que chegassem pelos diversos recantos do país. Para isso, o

3. Os discursos modernizadores eram recorrentes para representar a cidade de Teresina desde a sua fundação, mas, especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, eles ganharam maior projeção para representar a capital do Piauí como símbolo de um estado que pretendia tornar-se moderno. Pedro Fontineles reflete sobre os discursos modernizadores e os diferentes sentimentos vivenciados pela população teresinense no início do século XX. FONTINELLES FILHO, Pedro Pio. *Desafiando o olhar de medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Teresina: UFPI, 2008.

presidente e os interventores costumavam representar o período anterior com características de atraso, país agrário, cheio de vícios e que causavam entraves para o desenvolvimento nacional.

Michael Pollak, em seu estudo sobre memória, “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POL-LAK, 1989, p. 4) e chama a atenção para as disputas que ocorrem entre a memória constituída pelo Estado e a memória da sociedade civil. Dessa forma, esse estudo analisa a tentativa de construção de uma memória nacional por parte da máquina governamental e de grupos aliados ao governo e também permitirá, através de entrevistas com os contemporâneos do período, pôr em cena outras memórias que se constituíram sobre os acontecimentos, que inclusive foram memórias que causaram tensões e embates entre o governo de Leônidas Melo e diversos piauienses.

Interventoria de Leônidas Melo e o discurso nacionalista no Estado Novo

O piauiense Leônidas de Castro Melo assumiu o governo do estado no dia 3 de maio de 1935, substituindo o capitão do exército, Landri Sales Gonçalves.⁴ Ele já participava do governo de Landri Sales como chefe da Secretaria Geral do Estado e desempenhou as funções de médico e professor em território piauiense. A partir da política nacional de Getúlio Vargas, sobretudo após o golpe do Estado Novo, o interventor e todos os seus auxiliares mais próximos estiveram incumbidos de construir uma representação de um “Piauí Novo” e que se encontrava em uma estrada contínua do progresso. Os governos nacional e estadual utilizaram de fortes mecanismos na construção da imagem do presidente e do interventor local como grandes líderes na busca de consolidação do estado intervencionista.

Entre essas estratégias de poder na Era Vargas, as festividades cívicas passaram a ser amplamente organizadas e executadas na busca de congregar brasileiros em torno das ideias normatizadoras do chefe nacional.⁵ No

4. Por ato do governo provisório de Getúlio Vargas, o então capitão do Exército, Landri Sales Gonçalves, assumiu o governo piauiense no dia 21 de maio de 1931 e permaneceu no cargo até 3 de maio de 1935. Antes de assumir o governo do estado, Landri Sales foi o representante da Revolução de 1930 no estado do Ceará (GONÇALVES, 2003, p. 200).

5. No período do Estado Novo, as festividades patrióticas foram utilizadas para propagar o discurso nacionalista que ditavam as prescrições do regime comandado por Getúlio Vargas. Festividades como: o Dia do Presidente, o Aniversário do Estado Novo e o Dia da Ban-

Piauí, foi muito frequente criar homenagens para louvar o presidente, o Estado Novo e o interventor local. Entre essas homenagens, constam os aniversários de governo do Interventor Leônidas Melo, que aconteciam no dia 3 de maio. Previamente, as autoridades dos municípios, professores e intelectuais organizavam eventos em homenagem ao Governo Estadual.

A comemoração da passagem do 7º aniversário de governo de Leônidas Melo, comemorado no ano de 1942, em Teresina, ganhou amplo destaque no Jornal Diário Oficial. O periódico anunciava, com antecedência, que a edição do 3 de maio de 1942 seria um exemplar especial e com páginas extras, contendo artigos de intelectuais e os trabalhos de todos os departamentos da administração pública piauiense:

A três de maio próximo, este jornal aparecerá em edição especial comemorativa do aniversário de governo do Exmo. Sr. Dr. Leônidas Melo, contendo excelentes artigos de individualidades de alto destaque intelectual e desenvolvidos trabalhos relativos às atividades de cada um dos departamentos da administração pública, nestes últimos sete anos (EDIÇÃO, 1942, p. 12).

Foi publicada uma edição largamente ilustrada que, além de focalizar a figura do interventor piauiense, servia como meio informativo da “evolução” do Piauí durante o governo de Leônidas Melo. O DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – organizou essa edição em torno de cem páginas,⁶ pondo em destaque as ações do governo piauiense e suas realizações de utilidade pública para informar a todos sobre o desenvolvimento e progresso do estado ao longo da interventoria de Leônidas Melo.

Segundo o discurso de autoridades políticas, todos os municípios piauienses recebiam as atenções de Leônidas Melo, porém o Departamento de Municipalidades, representado pelo Diretor Dr. Anísio Martins Maia,

deira foram criadas ou reelaboradas para construir uma imagem positiva do presidente, normatizar comportamentos e como mecanismos de controle do poder varguista. AGUIAR JÚNIOR, José de Arimatéa Freitas; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. “Ardente culto de fé patriótica”: as festas cívicas e os mecanismos normatizadores do Estado Novo no Piauí (1937–1945). In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; BORGES, Cássio de Sousa (Orgs.). *História, sentido e acontecimento: narrativas*. Teresina: Cancioneiro, 2022, p. 163-174.

6. É interessante observar que o Jornal Diário Oficial era publicado diariamente no Piauí e, normalmente, tinha um limite de até 12 páginas, podendo ganhar edições especiais em virtude de algumas datas comemorativas do calendário político local ou nacional.

constatou que o progresso era mais intenso em duas cidades piauienses:

Em 1930, tanto Parnaíba – a metrópole comercial piauiense –, como Teresina – a metrópole política –, não passavam, de fato, de pequenas cidades provincianas, sem avanços de notar. Em 12 anos, o aspecto de uma e outra sofreu radicais transformações, pois, não apenas serviços de utilidade pública, mas de embelezamento lhes deram vida nova e novo pitoresco à primitiva simplicidade natural. A ideia de conforto, como elemento indispensável à convivência urbana, começou a contar com objetivo da administração. Retificação de ruas e praças, calçamento, arborização, ajardinamento, parques, normas sanitárias e estéticas para construções em geral, serviços d’água, luz e telefones – são conquistas reais num e outro dos centros locais. Há uma espantosa transformação nessas duas cidades, que progrediram a um ritmo acelerado (DEPARTAMENTO, 1942, p. 41-53).

Através das notícias veiculadas, os dois núcleos urbanos cresciam em infraestrutura, saíam do atraso e conquistavam notoriedade no caminho do progresso. Crescimento que, segundo o diretor do Departamento de Municipalidades, dava-se em dois níveis: quantitativo, mas, sobretudo, qualitativo. De acordo com Anísio Martins Maia, as duas cidades, a partir de 1930, foram atingidas pelo progresso, reflexo do trabalho orientado pela administração de Leônidas Melo, que possibilitava o “período governativo mais dinâmico da História do Piauí”. Teresina e Parnaíba eram as cidades do estado que representavam os melhoramentos mais significativos para o bem estar coletivo dos piauienses.⁷

Esse embelezamento que a capital do Piauí apresentava pode ser constatado em uma das Avenidas principais da cidade, que recebia atenção na década de 1940:

Avenida Presidente Vargas apresenta aspecto invejável à arborização de nossa grandiosa via. As filas centrais de oitis estão com desenvolvimento extraordinário para a sua idade. Os “fícus”, plantados ao longo dos meios-fios dos passeios, estão bem crescidos e capazes de receber a poda inicial de conformação (DEPARTAMENTO, 1942, p. 41-53).

7. O Diretor das Municipalidades, apesar de ressaltar Teresina e Parnaíba como cidades que recebiam os investimentos mais significativos em infraestrutura do período, fez uma demonstração detalhada das obras realizadas no período de 1935 a 1942, em outros municípios do estado, dando, assim, uma visão de conjunto das atividades desenvolvidas pelo interventor piauiense. Mais detalhes ver: (DEPARTAMENTO, 1942, p. 41-53).

Essa preocupação das autoridades políticas em manter essas vias públicas belas e arborizadas ajudava a fortalecer um dos pilares do Estado Novo, que era sanear. Algumas autoridades do estado construíam suas moradias na Avenida Presidente Vargas.⁸ O senhor Edison Rodrigues de Azevedo recorda a casa do interventor Leônidas Melo naquela avenida. “[...] ele morava ali onde era Avenida Getúlio Vargas, botaram até a estátua do Getúlio Vargas, nem calçada não era, era tudo terra mesmo [risos], deserto. [...] as autoridades moravam ali na Frei Serafim, alguns sobrados, mas era tudo deserto [...]” (AZEVEDO, 2013). Como podemos perceber no depoimento do entrevistado, a Avenida central da cidade carregava, no nome e no busto erguido, uma homenagem ao Chefe Nacional, que foi uma das imagens mais festejadas no Estado Novo.

Antes de 1930, um cronista representou a avenida Frei Serafim com casas de aspectos fúnebres, muito mato e lamaçal, o que causava pouca movimentação de pessoas pela região. Na década de 1930, a avenida Frei Serafim passou a ser denominada de Avenida Getúlio Vargas e teria passado por esse processo de modernização, momento em que recebeu mais iluminação, o busto em bronze do presidente Getúlio Vargas, o suntuoso Hospital Getúlio Vargas, a construção do Convento São Benedito, além de inúmeras residências imponentes de pessoas da alta sociedade de Teresina (GOMES, 1943, p. 4).

Logo que assumiu a prefeitura de Teresina, Lindolfo Monteiro implementou os trabalhos de urbanização da Avenida Getúlio Vargas (PIAUÍ, 1939, p. 16-18). A prefeitura da cidade desejava transformar a Avenida em “cartão de visita” da “nova cidade”, proposta pelo ideário estadonovista. Em 1941, elaboraram uma legislação específica para a avenida (NASCIMENTO, 1998, p. 33-34).

Apesar do esforço das autoridades políticas em manter a cidade de Teresina moderna e higienizada, através do próprio discurso oficial, podemos constatar outras possibilidades para a capital do estado no período. No começo do ano de 1942, a Prefeitura Municipal de Teresina pediu ao jornal Diário Oficial que transcrevesse uma matéria do Jornal “Diário de São Paulo” que tratava sobre a limpeza da cidade:

8. A Avenida Presidente Getúlio Vargas era a maior artéria da cidade na década de quarenta, medindo 44 metros de largura e 1.700 de comprimentos, até a margem do rio Poty. “[...] Com quatro filas, apresenta um soberbo aspecto de grandiosidade e fino gosto urbanístico” (PREFEITURA, 1942, p. 84-86). Atualmente, essa avenida é denominada de Frei Serafim.

Ajude a manter a cidade limpa, cidade limpa é cidade civilizada. Apesar da campanha promovida pela municipalidade, as nossas ruas ainda não são lá muito limpas. Demais, os paulistanos ainda não levaram muito a sério o apelo das autoridades sanitárias da Prefeitura no sentido de que não joguem pedaços de papel nos passeios e, sim, nas caixas que foram disseminadas pelo centro, exatamente com a finalidade de coletar isso tudo que temos o mau hábito de jogar na rua. [...] Muito poderia ser feito aqui, em prol do bom aspecto das nossas ruas. Principalmente das vias públicas do centro. Levemos a sério o apelo que a Prefeitura faz a todos nós.

Do “Diário de São Paulo”, de 25 de dezembro de 1941 (LIMPEZA, 1942, p. 3).

Percebe-se, pela matéria acima, o quanto as prefeituras das cidades brasileiras estavam aflitas com a higiene nas vias públicas no período. Solicitavam a colaboração das pessoas para preservar a cidade limpa. A prefeitura de São Paulo fez um apelo aos seus moradores para não jogarem pedaços de papel, restos de embrulhos e pontas de cigarros pelas ruas da cidade (LIMPEZA, 1942, p. 3). É interessante perceber que a Prefeitura de Teresina chama a atenção para a publicação dessa matéria da cidade de São Paulo porque a capital do Piauí ainda mantinha certos hábitos considerados avessos à ideia de progresso e modernização, tão desenvolvidos pelo Estado Novo. Como prova disso, a fiscalização da Prefeitura alerta os teresinenses para a alínea II, art. 113.^º, Capítulo II do Código de Posturas Municipal, abaixo transcrita:

CAPÍTULO II – DOS COSTUMES E DO ASPECTO DA CIDADE.

Art. 113.^º - Sob pena de multa de 20,000 a 50,000, fica proibido na via pública:

II – Lançar nas ruas, praças ou jardins públicos e terrenos baldios papeis, vidros, lixo, imundícies, águas servidas, objetos imprestáveis, animais doentes ou mortos.

Teresina, 26 de janeiro de 1942 (PREFEITURA, 1942, p. 3).

Percebe-se que, apesar da cidade de Teresina ser retratada como o símbolo de progresso, sobretudo no âmbito da higiene urbana, alguns moradores da cidade, na década de quarenta, ainda tinham hábitos que causavam preocupação à prefeitura. Teresinha Queiroz elenca que as preocupações dos gestores, no início do século XX, estavam relacionadas ao projeto modernizador de Teresina, entre elas estavam a coleta do lixo urbano, a proi-

bição da criação de animais no centro da cidade (como porcos, galináceos e vacas) e as demandas por calçamento de ruas.⁹

A partir da década de 1930, o Piauí é representado como um estado que rompe uma série de barreiras que o mantinham em uma posição de esquecimento e de atraso. Segundo Berilo Neves, Leônidas Melo seria o causador desse rompimento:

Nenhum Estado da Federação lucrou mais com o ambiente do Estado Novo do que o Piauí. [...] Ao edificar-se o Estado Novo – construção oportunista, idealizada e argamassada pelo gênio do Sr. Getúlio Vargas – o Piauí já entrara no caminho da prosperidade, da opulência física da terra e da ventura espiritual da gente. Getúlio Vargas não teve dificuldades em encontrar o homem que convinha ao Piauí porque o Piauí inteiro apontava: Leônidas Melo. Leônidas Melo triplicou-lhe a renda, elevando-a ao índice propiciatório de realizações benfazejas e de conquistas humanitárias, [...] pôs fim à política das negociações pessoais em que todos lucravam, menos o Estado; suprimiu os clãs partidários, que distribuíam condados e sorteavam influências, como se o Piauí fosse “terra de ninguém” ou burgo perdido entre as florestas bravias de um continente escravo; aproveitou as capacidades legítimas, abrindo as portas do serviço público aos mais dignos e aos mais capazes; e apressou o relógio do tempo, dando ao Estado, em sete anos, o que só fora lícito esperar de 30 ou 40 anos de evolução! Este homem simples, cuja porta está sempre aberta aos humildes e cujo coração nunca se fecha aos que tem fome e sede de justiça; este médico, que acode as necessidades de todo um povo; este filantropo, que nunca pode decifrar a palavra maldade ou sua co-irmã rancor [...] (NEVES, 1942, p. 67).

O estado passa a ser mostrado como um grande depositário de realizações concretas, representado por um condutor do progresso que bem servia a seus conterrâneos e tirava o Piauí de uma situação de vícios antigos. Berilo Neves¹⁰ enfatiza que o Piauí, a partir de 1935, poderia representar uma inspiração de desenvolvimento para outros estados da federação. A cidade de Teresina, a partir de 3 de maio de 1935, teria passado por grandes

9. Para a historiadora, Teresina, no início da primeira década do século XX, não possuía qualquer equipamento urbano que a definisse como uma cidade moderna. Entre os problemas estavam a ausência total de calçamento, água tratada, transporte público, luz elétrica, esgoto, entre outros. As pretensões de modernização na estrutura urbana constavam apenas em projetos. A autora aborda, ainda, as primeiras tentativas de implantação do abastecimento d’água, serviço telefônico e iluminação pública (QUEIROZ, 2011, p. 28-31); (QUEIROZ, 1998).

10. Piauiense, farmacêutico e médico. Integrou o Corpo de Saúde do Exército. Foi vice-presidente do Touring Club do Brasil.

modificações que, segundo o discurso de grupos que tinham algum vínculo com o governo estadual, deram-lhe notoriedade de uma cidade que possuía adiantamentos dignos de admiração:

Se fossemos estabelecer um confronto minucioso entre a Prefeitura de hoje e a de 1930, por exemplo, verificaríamos, amplamente, o quanto temos progredido, o quanto temos caminhado para alcançar a fila da vanguarda em que se encontram as outras capitais do país. A nossa capital possui imensos fatores de progresso e adiantamentos outros que bem merecem a nossa admiração [...]. A limpeza pública é perfeita, dando-nos foros de cidade civilizada. Os nossos jardins, sempre floridos, com os seus gramados cuidadosamente reparados e interessantes figuras ornamentais, feitas a capricho, com ficus benjamin e à custa de trevos de colorido variado. A arborização tem sido outra constante preocupação da nossa edilidade. Assim é que já contamos com algumas ruas arborizadas, além de quase todas as praças (PREFEITURA, 1942, p. 84-86).

Nota-se que a Prefeitura de Teresina e a interventoria de Leônidas de Castro Melo buscavam representar a cidade como um local limpo, belo e arborizado. Segundo o discurso da prefeitura, tudo isso só foi possível a partir de 1930 porque a cidade teria despertado para avançar rumo ao progresso.

É interessante analisar que a Prefeitura da cidade tinha um cuidado acentuado com a limpeza, reestruturação e outros melhoramentos nos logradouros públicos, sobretudo nas ruas, praças e avenidas localizadas no centro de Teresina. Em 1942, a Prefeitura ressalta seus cuidados com o Parque da Bandeira:

A prefeitura, que vem se tornando incansável no tratamento dos nossos logradouros públicos, está, no momento, a braços com o “Parque da Bandeira”, situado na área central da Praça Deodoro [...]. O “Parque da Bandeira”, em homenagem a nossa gloriosa bandeira, está reservado também às solenidades do dia 19 de Novembro, como já aconteceu no último ano. No centro de uma área, ao lado do monumento Saraiva, acha-se erguido o belo mastro sobre um importante pedestal (PREFEITURA, 1942, p. 84-86).

Percebe-se que esses logradouros públicos, situados no centro da cidade, eram locais que recebiam atenção por parte dos governos municipal e estadual, sempre preocupados em passar a imagem de uma cidade

desenvolvida e com praças arborizadas e bem cuidadas. Esses cuidados são justificados, entre outros motivos, pelo fato de as solenidades cívicas acontecerem nesses espaços públicos, quando, em dias festivos, como o Dia da Bandeira¹¹, eram feitas homenagens a esse símbolo nacional e à Pátria brasileira.

Sandra Jatahy Pesavento destaca que ser cidadino implica formas variadas de “viver a cidade” ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra escrita ou falada, fosse pela música, por imagens, fosse, ainda, pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitam. Ainda segundo essa pesquisadora, a cidade é também local que “comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Ao analisar a Teresina das décadas de trinta e quarenta do século XX, entendemos que, para além do espaço visível, construído e organizado pelo governo estadual, a cidade tornava-se, ao mesmo tempo, um local de sensibilidades e sociabilidades que comportam as diversas representações sobre o viver urbano.

Os embates no Piauí em tempos de Estado Novo

O Interventor Leônidas Melo recebia diversas homenagens em decrência de seu aniversário de governo, inclusive de pessoas do estado vizinho, o Maranhão. Abaixo, uma dessas expressões de contentamento pelo Interventor:

S. Excia, de par com a cooperação de todos os piauienses devotados às causas de sua terra, muito tem feito pelo Piauí, sua terra natal, para quem ele aspira um brilhante e glorioso porvir. As suas medidas em prol do Estado oferecem ampla probabilidade de êxito na multiplicidade de suas vantagens gerais e patrióticas [...]. O Piauí, na administração de S. Excia., tem tomado verdadeiros impulsos na sua vida material. Voltado para a solução de todos os problemas estaduais, muito tem feito para retemperar todas as fibras do Estado, desde a formação da juventude, a que vem assistindo com desvelo no interesse repetido pela sua formação física, intelectual e

11. O Dia da Bandeira é comemorado no dia 19 de novembro. Durante a Interventoria de Leônidas Melo, a data foi muito festejada no Piauí, sobretudo para celebrar o símbolo nacional naquele momento após o golpe do Estado Novo. Interessante observar que o Dia da Bandeira acontecia muito próximo do Aniversário do Estado Novo, 10 de novembro.

moral, à consolidação de todas as classes, desde as mais representativas até o operariado. Os piauienses têm a plena e confortadora persuasão de que o Piauí tem a presidir os seus altos destinos um homem que reúne no cérebro e no sentimento aquele complexo de dotes reclamados por tamanhas responsabilidades e tão excelsa vocação [...]. Ufanem-se, pois, todos os piauienses do seu grande chefe, confiantes de que ele saberá encaminhar o Piauí, em marcha ascensional, para a conquista dos seus mais puros ideais. Filha do Maranhão, Estado irmão do Piauí, eu me regozijo por me considerar partícipe das manifestações com que será exaltado o 7º Aniversário de ascensão de S. Excia. à suprema magistratura do estado. Dirigindo-lhe estas palavras, a guisa de saudação, eu ofereço ao Dr. Leônidas Melo esta pequenina homenagem [...].

Flores (SIMÃO, 1942, p. 94).

As manifestações ao Interventor partiam até mesmo de pessoas do Maranhão, estado que, pela proximidade geográfica, sempre enviou seus habitantes para estudar, trabalhar ou para construir morada no Piauí. Alzira Simão se sente extremamente satisfeita com os destinos que o Piauí tomou na administração de Leônidas Melo. Percebe-se, também, com esse discurso, que pessoas de estados vizinhos participavam das solenidades cívicas realizadas em Teresina, ajudando na construção do nacionalismo em território piauiense.

Leônidas Melo era representado como um administrador que encontrava um ambiente que favorecia seu trabalho, já que os piauienses “suspiravam” por um governante capaz de realizar investimentos nos diversos setores do estado. O chefe do executivo piauiense seria a pessoa que “conhecia todos os problemas estaduais, resolia a maioria e enfrentava os outros”. Alzira Simão ressalta as obras da interventoria que são importantes e “conhecidíssimas”, não só dos piauienses, mas de todos os que transitam pelo estado, obras que eram colocadas como “selos indestrutíveis” do progresso.

Apesar de Alzira Simão fazer uma exaltação ao governo de Leônidas Melo, encarada, segundo ela, como uma aspiração dos piauienses, em sua homenagem, notam-se outras formas de vivenciar o governo estadual:

Pode haver descontentes, e creio, até, que os haja, embora em número diminuto. Entretanto, esses derrotistas, ainda que servidos de tão minugadas luzes que não lhes permitem distinguir o Piauí de ontem do de hoje, chamados a justificar a sua inconformidade, preferirão capitular pelo

mutismo [...] (SIMÃO, 1942, p. 94).

A partir da citação, pode-se observar que o governo estadual, mesmo em um período de forte controle político, também foi alvo de insatisfação por parte de piauienses contrariados com os rumos que o estado tomava naqueles momentos turbulentos. Se o número chegava a ser diminuto, muito se devia à forma repressiva do regime em silenciar os que não concordassem com as normatizações do governo.

Observa-se que, para além das louvações feitas ao governo de Leônidas Melo, sobretudo por sua comitiva interventorial e por grupos aliados ao regime varguista, o Piauí, especialmente Teresina, mergulhou em um período de perseguições políticas, prisões arbitrárias e agitações diversas que afetaram a vida de diversos moradores da cidade (TAVARES, 2003). Um dos primeiros episódios que gerou desavenças para a interventoria foi o caso dos desembargadores, que ocorreu em 1939. Na ocasião, foram aposentados os desembargadores Esmaragdo de Freitas, Arimathéa Tito e Simplício Mendes, que gozavam de prestígio no estado. O ato de afastá-los sugeriu desrespeito e violência ao poder Judiciário. Após esse episódio, aconteceu a nomeação de Eurípedes de Castro Melo, irmão do interventor, em uma das vagas abertas. Com a atitude, abriu-se um espaço para a oposição ostensiva contra Leônidas Melo (CARVALHO, 2007).

O outro componente que desestabilizou a interventoria, especialmente entre os anos 1941 a 1943, foram os incêndios das casas de palha. Naquela época, Teresina tinha muitas casas de palha, umas próximas das outras. Quando começava um incêndio, rapidamente, o fogo se alastrava, e as vítimas saíam chorando dizendo que haviam perdido tudo.¹² Segundo Francisco Alcides do Nascimento (2002), a população pobre de Teresina passou por inúmeros momentos de tensão em virtude dos incêndios, perderam suas moradias e foram afastadas para bairros periféricos ou deixaram a capital. Todos esses fatores fizeram com que o governo de Leônidas Melo fosse alvo de diversas críticas e com que a oposição tomasse dimensões estrondosas. Os respingos dessa série de acontecimentos refletiram no momento em que a interventoria chegava ao fim em 1945. A depoente Maria Genovefa de Aguiar Moraes Correia, filha do ex-governador Eurípedes de

12. Eurípedes Clementino de Aguiar escreveu muito sobre os incêndios em diversos de seus artigos publicados inicialmente no jornal *O Piauí*, no período de 1946 a 1948, que podem ser consultados na obra: (MORAES; KRUEL, 2011).

Aguiar, considerado um adversário declarado do Leônidas Melo, recorda o momento em que o interventor “passou o governo”¹³ para seu sucessor, Leônicio Ferraz:

[...] Aí meu pai mexia no rádio com a bateria de caminhão. Depois dessa história todinha, veio a notícia que Getúlio tinha caído. Ah, mas foi um dia de euforia [...]. O que acontece? Cai Leônidas Melo. Aí que meu pai fica feliz. [...] Não se chamava aeroporto, se chamava campo de aviação, uma poeira danada, na hora que o avião aterrava era poeira [risos]. Aí nós fomos todos para o aeroporto [recepção de Leônicio Ferraz]. Aí saí, já tinha carro nesse tempo, aí então nós fomos chegando lá... E a dona Lourdes, que era mulher do Petrônio na época, toda chique e tudo, deixamos o carro lá na praça. [...] Gritando, gritando toda na maior animação... fomos para o Palácio. Quando chegamos no Palácio, o Leônidas Melo tinha deixado na porta os soldados com baioneta e tudo, todo mundo parou na porta do Karnak. Meu pai tinha a voz muito forte... aí meu pai entrou com a voz de comando: “Abaixo as baionetas, esse Palácio é do povo”. Aí o Leônidas Melo tava lá dentro com o secretariado dele, aí entra aquela multidão [risos] e aí o Leônicio vai até o terraço. O Leônidas queria fazer um discurso, queria apresentar o secretariado dele, mas não teve foi nada. [...] Então o Leônicio assumiu o governo. O Leônidas saiu, não mandaram nem levar o Leônidas Melo em casa, não teve protocolo, os secretários ficaram por ali com medo de serem alvejados e foram embora (CORREIA, 2013).

Muitos teresinenses assistiram à tumultuada solenidade de passagem do cargo, no qual houve diversos momentos de tensão, os ânimos estavam exaltados, sobretudo quando Leônicio Ferraz¹⁴ chegou ao Palácio de Kar-

13. O interventor Leônidas Melo passou o governo no dia 9 de novembro de 1945. Ele já havia sido destituído no dia 29 de outubro, quando caíram Getúlio Vargas e todos os interventores. Na ocasião, Leônidas interpretou um telegrama do general Eurico Gaspar Dutra solicitando que acolhesse o coronel Leônicio Ferraz, como se isso lhe desse direito de continuar no Palácio até a chegada do substituto para quem faria a transferência do poder. Portanto, Leônidas foi o último dos interventores do país, nomeados por Vargas, a deixar a interventoria. As informações sobre a tumultuada solenidade de passagem do cargo estão em: (CARVALHO, 2007. p. 71 -73) e (MELLO, 1976).

14. Antônio Leônicio Pereira Ferraz ficou pouco tempo no poder. Como ele era brigadeirista, quando o general Dutra venceu as eleições, ele viajou ao Rio de Janeiro e, de lá, não mais voltou. Assumiu, interinamente, em seu lugar, o secretário geral, Martins Napoleão, a 19 de dezembro de 1945. A partir de então, aconteceu uma sucessão de governadores no Karnak, todos passando pouco tempo no poder. Essa situação só mudou com a eleição do médico José da Rocha Furtado, em 19 de janeiro de 1947, empossado no dia 28 de abril do mesmo ano. Era candidato pela UDN e enfrentou, em seu mandato, entre 1947 a janeiro de 1951,

nak e Leônidas Melo retirou-se, a pé, seguido de poucos correligionários. Alguns que estavam presentes ao evento registraram o acontecido: “[...] Leônidas, após entregar o cargo, saiu acompanhado de poucos amigos. Nesse momento, assisti a uma cena muito chocante. Uma dama da alta sociedade deu um pontapé no Interventor. Ele se virou e identificou-a, mas não disse nada” (CHAVES, 2007, p. 114). Após encontrar seus amigos no adro da Igreja São Benedito, partiu para sua residência localizada na avenida Frei Serafim. “[...] A molecada que nos seguiu ficou no meio da avenida a assobiar, gritar e apedrejar a fachada de minha casa [...]” (MELLO, 1976, p. 360).

A partir do exposto, pode-se observar o quanto os anos finais da interventoria de Leônidas Melo foram desafiadores para um governo acostumado, sobretudo no início, a contar sempre com os “aplausos” diante dos melhoramentos que o Piauí engendrava naquele momento. Assim, percebe-se que o interventor deixou o Palácio de Karnak enfrentando uma série de protestos e uma elevada assistência descontente com sua atuação no governo piauiense.

Considerações finais

O ano 1930 assinala a entrada de Getúlio Vargas no cargo de presidente do Brasil. A partir de um Estado forte e centralizador, o chefe do executivo nacional e seus auxiliares de governo buscavam inserir o país na estrada do progresso e construir um “Brasil Novo”, passando por uma série de edificações de obras públicas e de reformas em espaços urbanos nas diversas cidades brasileiras. Essa concepção de desenvolvimento, propalada pelo governo, era um dos pontos fulcrais na busca de consolidação do regime estadonovista, instaurado através do golpe de estado, ocorrido em 10 de novembro de 1937.

O Estado Novo era caracterizado pela forte centralização política na figura de Getúlio Vargas e pelas diversas estratégias de poder exercidas pelo Estado brasileiro. Esse período foi marcado, também, pela construção de uma memória nacional, que buscava a adesão dos brasileiros a tudo que favorecesse o regime implementado pelo presidente, representado como um líder carismático e que sabia interpretar as aspirações coletivas, sobretudo

diversas dificuldades criadas pelo Tribunal de Justiça e pelo Presidente da República, Eurico Dutra. (MORAES; KRUEL, 2011, p. 22-23); (FURTADO, 1990).

em um momento com um elevado número de pessoas analfabetas. Getúlio Vargas tinha como uma de suas metas disseminar o nacionalismo e fortalecer o novo regime pelas diversas regiões do país.

No Piauí, o chefe do executivo estadual era o interventor Leônidas de Castro Melo. Ele esteve responsável por construir a imagem do “Piauí Moderno” e seguir as prescrições do regime estadonovista. Era comum à imprensa piauiense representar o presidente Getúlio Vargas e o interventor como bons condutores no destino do país, do Piauí e como portadores dos anseios de todos os filhos da pátria. Era frequente acontecer solenidades cívicas nas inaugurações de obras e nos aniversários de governo, momentos em que os representantes políticos e aliados entoavam discursos enaltecendo o regime e os rumos que o país ganhava naqueles tempos de euforia modernizadora.

O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Piauí foi um dos grandes cooperadores na divulgação do projeto modernizador varguista e das ações do interventor Leônidas Melo em território piauiense. Nota-se que o discurso de modernização foi muito utilizado para construir uma memória harmoniosa e uníssona do Estado Novo. Apesar do intenso controle exercido pelo regime intervencionista de governo, em que era comum utilizar mecanismo de controle como a imprensa, as festividades patrióticas, as inaugurações de obras públicas, as reformas urbanas, percebe-se, através das fontes consultadas, como os livros de memórias e o uso das entrevistas, a existência de outras experiências que confrontavam o discurso varguista. Pode-se perceber o quanto os piauienses demonstraram insatisfações e se mostraram combatentes ao regime e à interventoria de Leônidas de Castro Melo.

Referências

AGUIAR JÚNIOR, José de Arimatéa Freitas; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. “Ardente culto de fé patriótica”: as festas cívicas e os mecanismos normatizadores do Estado Novo no Piauí (1937 - 1945). In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; BORGES, Cássio de Sousa (Orgs.). *História, sentido e acontecimento: narrativas*. Terezina: Cancioneiro, 2022. p. 163-174.

AZEVEDO, Edison Rodrigues de. *Entrevista concedida a José de Arimatéa*

Freitas Aguiar Júnior. Teresina, 5 out. 2013.

CARVALHO, Afonso Ligório Pires de. *Tempos de Leônidas Mello*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007.

CHAVES, Joaquim. Exemplo de dignidade. In: CARVALHO, Afonso Ligório Pires de. *Tempos de Leônidas Mello*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007. p. 113-115.

CORREIA, Maria Genovefa de Aguiar Moraes. *Entrevista concedida a José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior*. Teresina, 3 jul. 2013.

DEPARTAMENTO de Municipalidades. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 95, p. 41-53, 3 maio 1942.

EDIÇÃO especial de 3 de maio. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 94, p. 12, 30 abr. 1942.

FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Desafiando o olhar de medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Teresina: UFPI, 2008.

FURTADO, José da Rocha. *Memórias e depoimentos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990.

GOMES, Filoceno. O primor de Teresina. *Gazeta*, Teresina, ano XXXII, n. 1373, p. 4, 15 abr. 1943.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário encyclopédico piauiense ilustrado*. Teresina: Halley, 2003.

LIMPEZA da cidade. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 20, p. 3, 26 jan. 1942.

MELLO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho: memórias à feição de autobiografia*. Teresina, COMEPI, 1976.

MORAES, Genu; KRUEL, Kenard (Orgs). *Eurípedes de Aguiar: escritos insurretos – comentários*. Teresina: Zodíaco, 2011.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: FCMC, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina: entre o “real e o desejo” – apontamentos sobre o processo de modernização. *Cadernos de Teresina*. Teresina, n. 29, ano XI, agosto de 1998. p. 33-34.

NEVES, Berilo. As razões de um milagre. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 95, p. 67, 3 maio 1942.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 53. São Paulo, jan-jun. 2007, p. 11-23.

PIAUÍ. Prefeitura 1935-1945. *Relatório apresentado ao Interventor Federal pelo Prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro referente aos anos de 1937 e 1938*. Teresina: Tipografia Popular, 1939. p. 16-18.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PREFEITURA Municipal de Teresina – Serviço de Fiscalização. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 20, p. 3, 26 jan. 1942.

PREFEITURA Municipal de Teresina. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 95, p. 84-86, 3 maio 1942.

QUEIROZ, Teresinha. Notas sobre a modernização de Teresina. In: QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade*

do Recife na década vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

SIMÃO, Alzira. Interventor Leônidas Melo. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 95, p. 94, 3 maio 1942.

TAVARES, Zózimo. *O Piauí no século 20: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.

As fronteiras móveis do Maranhão amazônico

Irisnete Santos de Melo¹

Introdução

Ao mirar na construção de visibilidades e sensibilidades sobre o espaço nacional no decorrer do século XX, cabe interpretar como foi se forjando, em diferentes temporalidades, ideias-imagens que consagraram a preocupação com os espaços internos do País, com destaque para as elaborações sobre a Amazônia. Fronteira por excelência do Brasil contemporâneo, esse referente espacial constituiu-se em palco para um feixe de disputas políticas, sociais, econômicas, ambientais e culturais ao longo do século XX.

Nesse sentido, cartografar esse território vasto e plural é um ato insurgente que exige o esforço de redimensionar a paisagem e os diferentes planos temporais, territoriais e culturais que teimam em se embaralhar. Implica pensar como essa metáfora espacial surge como fruto das disputas de poder em um universo entrecortado por diferentes estratos de tempo e dimensões espaciais.

As histórias dos espaços e tempos que tramam a tapeçaria sob a qual se forja a Amazônia emaranham-se com os muitos fios que tecem uma variedade de territórios e caminhos que se conectam e se dissipam, formando diferentes cartografias. Por entender que o exercício cartográfico pressupõe movimento, pois como afirma Rolnik (2016, p. 23): “É um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem”, risco linhas, construo atalhos, encontro encruzilhadas, revejo mapas e refaço percursos que me ajudem na composição desse(s) território(s) que foram sendo montados durante o caminhar dessa pesquisa.

1. Doutoranda em História pela Universidade Federal do Piauí e professora do Instituto Federal de Educação do Maranhão – Campus Timon. E-mail: irisnete.melo@ifma.edu.br.

Em meio à desordem dos caminhos que se interconectam criando diferentes atalhos e itinerários, nesse artigo proponho-me a refletir sobre o modo como o Maranhão foi sendo tramado como território amazônico, a partir de narrativas geográficas da primeira metade do século XX.

O Maranhão entre o sertão e a Amazônia

Em 1916, Raimundo Lopes publicou sua obra inaugural em razão da originalidade e da prodigalidade com que produziu uma *síntese geográfica das regiões ou zonas* que constituíam o espaço maranhense (MARTINS, 2006).²

O caráter autoral e inovador desse estudo, ao introduzir conceitos ainda pouco em uso na época, como o de *antropogeografia*, de Ratzel, e o de *síntese geográfica*, de Vidal de La Blache, tornaram a obra uma referência na introdução da *geografia moderna* no Brasil. Lopes (1970, p. 91-92) propunha-se a construir uma *Geografia do Todo*. Para isso, recorria à ideia de *síntese geográfica*, buscando “as interdependências entre o ambiente, a vida geral e o homem” (LOPES, 1970, p. 91-92).

Além disso, chamo atenção para o modo como esse livro ampliou e difundiu o discurso sobre a ideia de que o Maranhão é um espaço de transição entre a Amazônia e o sertão, discurso que no século XX pautou o debate sobre a criação da chamada região “Meio Norte”.

No conjunto das grandes regiões brasileiras, o Maranhão faz parte da complexa transição entre o extremo norte (a Amazônia) e o Nordeste, entre a baixada e o planalto, sob o ponto de vista do relevo, como entre a mata e o sertão sob o ponto de vista da flora. Mas estaria permanentemente iludido quem quisesse atribuir à tão vasta região uma uniformidade de que seria simplesmente fictícia (LOPES, 1970, p. 111).

O relato do autor borda a topografia e o processo de ocupação do território do Maranhão com refinado lirismo e melancolia. O olhar dele sobre a paisagem é de quem está distante no tempo e no espaço, é de quem, ao procurar os elementos constitutivos da natureza e da presença

2. Raimundo Lopes (1894-1941) compõe a cena intelectual maranhense da primeira metade do século XX, tendo sido membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Maranhense de Letras, da secção de Antropologia e Etnologia do Museu Nacional e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Sobre Raimundo Lopes e sua produção, ver Martins (2006) e Almeida; Domingues (2010).

humana, encontra na condição fronteiriça uma chave interpretativa de um território representado por sua singularidade. Em outras produções, como *Entre a Amazônia e o Sertão* (1931), ele chega a problematizar a tentativa de divisão regional que procurava inserir esses territórios na região Nordeste. Lopes (2017) via essa divisão regional, já presente em alguns compêndios escolares, como “antididática e anticientífica”, e defendia que esses estados tinham “mais afinidades” com as áreas centrais do País, como as de Goiás e Mato Grosso.

É preciso considerar que nas primeiras décadas do século XX ainda não havia uma política de ocupação territorial planejada e os métodos existentes revelaram-se falhos. Um exemplo disso é que até 1920, Norte e Nordeste eram vistos como sinônimos. Apenas posteriormente a ideia de dividir o Norte entre a área amazônica e a “ocidental” é acionada, sobretudo, pelo receio da migração nordestina em direção aos seringais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

Discursividades que focalizavam a modernização e o ordenamento espacial só se efetivaram durante o governo Vargas (1930-1945). Nesse âmbito, a institucionalização da ciência geográfica foi crucial na produção de um tipo de saber técnico e controlado pelo aparelho de Estado, cujo foco era a gestão do território e o inventário dos recursos naturais. As várias instituições criadas e/ou reformuladas nesse período, como o Conselho Nacional de Estatística (1936) e o Conselho Nacional de Geografia – CNG (1937), que posteriormente se fundiram ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1938), foram fundamentais no estriamento do espaço por meio de técnicas como a de monitoramento, de controle de informações, de planejamento e de gerenciamento.

Somava-se ao saber geográfico o conhecimento estatístico e cartográfico, que por meio da pesquisa de campo, do recenseamento, da coleta de dados, da criação de perfis da população, da projeção de diagnósticos, da produção de políticas cartográficas (que definia metodologias, escalas e representações) e da normatização das divisões territoriais (estabelecer limites municipais e estaduais), foram algumas das tecnologias de poder empregadas pelo aparelho de Estado para “administrar populações” e territórios.

Tais práticas inserem-se no que Foucault (2008) chamou de “governamentalidade”, em referência aos discursos que constituem as engrenagens e dispositivos políticos da arte de governar, por meio de uma série de táticas, técnicas e saberes.

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma serie de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma serie de saberes. (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

A análise de Foucault aponta ferramentas conceituais importantes para pensar as rationalidades que constituem as formas de governo, as tecnologias difusas de poder na modernidade e os processos de subjetivação (controle, normalização e moldagem das condutas dos sujeitos). Nessa “administração do saber”, os órgãos que gravitavam em torno do IBGE produziram um rastro documental significativo para se pensar nas disputas em torno das representações e nomeações das referências espaciais e nas estratégias de controle político.

Levando-se em conta que os cursos de graduação em geografia atuavam na formação docente, o Conselho Nacional de Geografia se destacaria como um dos mais relevantes órgãos de pesquisa e de divulgação do pensamento geográfico no Brasil. Fundado em 1937, pelo Decreto nº 1.527, a instituição logo assumiu centralidade nos principais debates políticos sobre a interiorização do País, o reconhecimento e o ordenamento do território. Dentre as várias iniciativas do CNG, uma das bem-sucedidas foi a Revista Brasileira de Geografia (RBG), periódico de publicação trimestral, criado em 1939. A revista organizou o campo geográfico e demarcou o lugar social do geógrafo na intervenção do espaço nacional. Possuía a dupla “missão” de “contribuir para um melhor conhecimento do território pátrio” e “difundir no país o sentido moderno da metodologia geográfica, promover o intercâmbio cultural com as instituições congêneres” (SOARES, 1939, p.05-06). Assim, a antiga geografia descritiva cederia lugar a um modelo de pensamento interpretativo e empírico.

No afã de conhecer a realidade brasileira e de construir um arsenal técnico e metodológico das diversas partes que constituíam o Brasil, o CNG

orientou diversas ações governamentais voltadas para o ordenamento territorial. Ao intervir no espaço, o saber geográfico procurou esquadrinhar e decifrar áreas pouco conhecidas, por meio do estudo do meio ambiente em seus aspectos fisiográficos, da sua relação com os habitantes e as estruturas econômicas e sociais. Foi o caso da Amazônia Brasileira, especialmente a partir da criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, coordenado pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que deu origem a uma nova região, a Amazônia Legal, através da Lei nº 1.806, de 6/1/1953 (BRASIL, 1957).

Lançava-se o desafio de conceituar cientificamente e delimitar juridicamente esse território. O dispositivo Amazônia Legal, ao reinventar geograficamente e politicamente a *região* pelo signo do planejamento econômico, inseriu o Maranhão, em quase toda sua extensão, em sua cartografia. Desse modo, nesse artigo procuro apontar como alguns textos publicados na RBG pautaram essa discussão sobre a configuração da Amazônia Legal (1953), e do Maranhão como espaço amazônico.

O primeiro desses relatos é o de Lúcio de Castro Soares, chefe da Secção Norte do CNG, publicado na revista em 1948. Sua proposta era fazer um estudo preliminar do território a ser contemplado com os incentivos do Plano de Valorização da Amazônia, feito a pedido da Comissão Especial de Valorização da Amazônia, do Congresso Nacional. De início, o geógrafo demarca que “o domínio clássico da região amazônica, em território brasileiro, é o da própria Hiléia, pois à floresta equatorial está relacionada as principais características físicas e humanas desta grande região” (SOARES, 1948, p. 165).³

Ao nomear e delimitar a região com base nas dimensões da floresta tropical, visão muito aceita no meio geográfico, ele se distanciava dos limites definidos no artigo 2º da Lei nº 1.806:

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá,

3. Conforme Soares (1948, p. 164), esse território abrangia “metade do Território do Guaporé, partes do noroeste e norte de Mato Grosso, o Estado do Pará, excetuando-se a sua parte sul, a extremidade setentrional de Goiás e porções do oeste e noroeste do Maranhão. Nos Estados de Mato Grosso, Pará e Goiás o limite da Hiléia é comumente representado por uma linha puramente esquemática, que corta os seus prolongamentos para o sul, ao longo dos vales dos afluentes do Amazonas que têm as suas nascentes no Planalto Central.”

Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16°, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44° (BRASIL, 1953).

No olhar de Soares (1948), a região que surgia pela força da lei, distanciava-se dos preceitos *naturais* e se apoiava em critérios frágeis e simplistas, tanto do ponto de vista que situava a bacia amazônica como fronteira demarcatória quanto no que fixava uma linha mista de meridianos, paralelos e divisas administrativas. Para ele, esses critérios incorporavam territórios completamente distintos dos que se entendiam por Amazônia, era o caso de Mato Grosso, de Goiás e de parte do Maranhão.

No Maranhão, o limite amazônico pelo meridiano de 45 graus estaria correndo muito para leste, incluindo assim na Amazônia todo o sul do Estado, de características puramente da Região Centro-Oeste, chegando mesmo ao extremo de fazer com que o limite da Amazônia passasse a ser o próprio rio Parnaíba, em seu alto curso, o que seria um absurdo geográfico, pois o vale dêste rio já apresenta características físicas e humanas típicas do Nordeste brasileiro (SOARES, 1948, p. 166).

A tríade rica/vazia/vulnerável, que sustentou uma multiplicidade de olhares sobre a Amazônia, conforme elucida Jose dos Reis Santos (2006), agenciava as formações discursivas que engendram o Plano de Valorização da Amazônia. Nesse sentido, a leitura de Soares (1948) propunha outras versões e recortes na configuração do novo referente espacial. Seu argumento era de que o alargamento das margens que desenhavam a *região natural* em prol de uma ideia de planejamento, conforme a retórica desenvolvimentista, deveria considerar critérios geográficos, históricos, econômicos e sociais. Para ele, a composição de uma *região de planejamento* deveria facilitar a aplicação de políticas locais de efeito regional, combatendo a prática do extrativismo, o problema sanitário, a dispersão e o isolamento (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). O alargamento das fronteiras ensejava uma ação combativa, “luta, dura, lenta e heroica, de desbravamento e de ocupação do chamado ‘deserto verde’”, através da inserção da chamada “terra de ninguém”, espaço “que separa a Amazônia da área do planalto brasileiro”, as zonas “que se encontram atualmente sem desenvolvimento ou em decadência” e aquelas cujas vivências estivessem diretamente ligadas à Amazônia (SOARES, 1948, p. 203).

Cabe frisar que o olhar dos geógrafos sobre a Amazônia, desde os anos 1930, é o de uma *fronteira de recursos* incalculáveis e inexplorados (OLIVEIRA, 1984; SANTOS FILHO, 2008), daí a necessidade de fiscalizar, de planejar, de controlar e de demarcar ser atravessada por disputas políticas e econômicas. O geógrafo Eidorfe Moreira, em *Amazônia: o conceito e a paisagem* (1960), fez uma síntese do diagrama de forças que se formou em torno da fabricação da Amazônia Legal, destacando três critérios que nortearam o debate: o dos “pontos geodésicos”, proposto pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres⁴; o “fisiográfico”, baseado nas bacias hidrográficas, do Conselho Nacional de Geografia; e o da cobertura botânica, proposto no relatório do senador A. Adolpho. Conforme Moreira (1960, p. 4), vigorou o geodésico, que “sob o ponto de vista geográfico, não foi certamente o mais acertado. Além de precário, como todo critério abstrato, él oferece o inconveniente de projetar arbitrariamente os limites da Amazônia além das raias naturais de sua bacia hidrográfica”.

Assim, as fronteiras jurídicas, políticas e econômicas se chocavam com as fronteiras naturais. Os discursos que engendravam a ideia de uma *região de planejamento* se sobreponeram aos discursos geográfico e botânico. Nesse cenário de disputa, as linhas que delineavam o território amazônico foram alargadas em direção ao Nordeste e ao Centro-Oeste.

A nova geopolítica da Amazônia emergia em meio a uma série de divergências conceituais, políticas e econômicas, que se acentuaram durante o regime civil-militar (1964-1985). Nesse período, foram várias as intervenções governamentais, tendo sido a área em estudo refundada várias vezes: em 1966, a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguiu a SPVEA e criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, a Amazônia Legal teve seu perímetro expandido, com a incorporação de todo o Estado de Mato Grosso; em 1968, o Decreto-Lei nº 356, de 15/8/1968, divide a Amazônia na parte Ocidental (Amazonas e Acre e os territórios federais Roraima e Rondônia) e na parte oriental (Pará; Maranhão; Amapá; norte de Goiás, atual Tocantins; e Mato Grosso).

4. O jurista carioca Alberto Torres foi um dos percussores no Brasil de um movimento de cunho ambientalista. Sua visão sobre Ecologia e a preocupação com o meio ambiente inspiraram a criação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em 1932, no Rio de Janeiro. Essa sociedade civil se propunha a discutir os problemas nacionais, com base no pensamento desse intelectual. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-dos-amigos-de-alberto-torres>. Acesso em: 6 fev.2022.

Diante da complexidade dos embates travados na elaboração do recorte espacial amazônico, a problemática que atravessa essa pesquisa é de como o Maranhão foi sendo inserido na múltipla e elástica cartografia amazônica. Devo frisar que ao longo do século XX, nas várias divisões regionais coordenadas pelo IBGE, o Maranhão ocupou posições distintas: em 1940, na primeira divisão regional executada pelo órgão, situava-se na região Norte, juntamente com o território do Acre, Pará, Amazonas e Piauí. Na reestruturação espacial de 1947, insere-se no Nordeste Ocidental; em 1950 e 1970, na região Nordeste (FERREIRA, 2008).

Ao que parece, a principal estratégia discursiva utilizada para explicar a mobilidade dos limites fronteiriços do Maranhão se dava na construção da ideia/imagem de “Meio Norte”. Na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (1957), o “meio norte” é entendido como uma “área-problema” de difícil definição: “O geógrafo que, ao buscar a representação dos limites, se vê a braços com o problema de sintetizar a faixa de transição numa linha singela, bastante convencional, subjetiva.” Situado entre “o Nordeste propriamente dito, a Amazônia e as chapadas do Brasil Central” desenhava-se um território marcado pela diversidade geográfica e pelo caráter intersticial, que devido à falta de estudos mais concretos, havia muitas interpretações divergentes sobre a localização mais acertada no mapa das regiões brasileiras (BRASIL, 1957, p. 21-24)⁵.

Em 1967, o geógrafo Manuel Correia de Andrade, em artigo publicado no Boletim Geográfico, reatualizava esse discurso, ao defender que o espaço maranhense constituía um território à parte.⁶ Em *Paisagens e Problemas do Brasil*, de 1968, ele reforça e aprofunda o discurso da “transição entre a Amazônia, o Brasil Central e o Nordeste”, e acrescenta que o “Conselho de geografia que considerava essa região como nordestina” já admitia “extraoficialmente que o Maranhão e o Piauí são regiões geográficas autônomas,” sendo a paisagem maranhense, na sua maior parte,

5. É importante assinalar que as conceituações e metodologias empregadas pelo IBGE para estabelecer a divisão regional do Brasil teve várias mudanças ao longo do século XX: na década de 1940, o país foi dividido em cinco Grandes Regiões ou zonas fisiográficas. Essa divisão, pautada no conceito de região natural e na análise do meio físico, manteve-se até meados de 1960. Nas décadas seguintes, adotaram-se nomenclaturas distintas: 1968, Microrregiões Homogêneas; 1976, Mesorregiões homogêneas; 1990, Mesorregiões e Microrregiões; e em 2017, Regiões Geográficas (BRASIL, 1957).

6. Os Boletins Geográficos foram criados em 1941 (Resolução nº 91, de 23 de julho de 1941), mas só começaram a ser publicados em 1943, e em 1979 foram incorporados à Revista Brasileira de Geografia (BRASIL, nº 146, jan./fev., ano 26, de 1967).

amazônica (ANDRADE, 1969, p. 65-66).

Ainda na perspectiva geográfica, José Ribamar Trovão (1989) salientava que “o Maranhão não é nordestino”, pois “a maior parte do Estado apresenta características tipicamente amazônicas”. Em sua perspectiva, a paisagem fisicamente amazônica (relevo, hidrografia e clima) ia se espraiando “do centro ao oeste” em meio à abertura dos vales do rio Tocantins e Gurupi, enquanto a paisagem nordestina era, sobretudo, humana (hábitos, costumes, alimentação, linguagem, arquitetura (rural), traçado urbano dos povoados), herança da migração nordestina (TROVÃO, 1989, p. 24-26).

A *hileia* maranhense: “um rendado de saliências e de recortes”

No âmbito da problemática apontada, a construção do espaço geográfico maranhense vai se inserir em outro cenário de disputa, ao ser instituído como território amazônico, a partir da criação da Amazônia Legal, em 1953. Temática pouco estudada, sobretudo na historiografia, o Maranhão amazônico configura-se em um cenário complexo, cerzido entre mundos e corpos diversos, que se embaralham e constituem uma extensa tapeçaria entrecortada por múltiplos territórios, territorialidades e experiências de tempo.

Preciso frisar que o conceito de território é aqui entendido como uma noção que amalgama tanto uma dimensão simbólica e cultural, visto como produto da apropriação dos grupos sociais, quanto uma dimensão política em que está em disputa à apropriação e ordenação como estratégia de dominação e disciplinarização dos sujeitos. Conforme sugere Rogério Haesbaert (2002, p. 121),

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concorrentemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios.

Nessa prefiguração da Amazônia como espaço-região entrelaçam-se novos territórios de poder e novos agenciamentos. De forma exemplar, Al-

buquerque Júnior (2001) diz que o conceito de *região* esteve no centro dos embates entre grupos políticos, legisladores e geógrafos, de modo que a noção de região, antes de remeter a um discurso geográfico (divisão natural do espaço), remete a uma noção fiscal, administrativa, econômica, ou seja, “liga diretamente as relações de poder a sua espacialização.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 25). Região, seria, segundo ele, uma palavra que remete a comando, a domínio e a poder, que implica controle e soberania, e que, além disso, consagra-se em espaço de lutas políticas, econômicas, epistêmicas e culturais.

Dentre os textos publicados na RBG até a década de 1960, que versaram sobre o Maranhão, chamo atenção ao artigo de Roberto Galvão⁷, intitulado “*Introdução ao Conhecimento da Área Maranhense Abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia*”, de 1955. O cerne da narrativa é mapear os limites amazônicos e explicar o processo de ocupação da área maranhense contemplada com o Plano de Valorização da Amazônia. De início, Galvão (1955) argumenta que devido à rarefeita bibliografia sobre o tema e as escassas pesquisas de campo não foi possível realizar um mapeamento mais crível do território. Chama atenção para a necessidade do “reconhecimento *in loco*” da área ainda não incursionada pelo CNG, deixando entrever a importância das excursões e das viagens de reconhecimento (com uso de métodos e técnicas de trabalho de campo e de instrumentos de medição científica) para o ofício dos novos geógrafos, e o papel do conselho como agência capaz de levantar recursos para organizar expedições e incursões que visassem interpretar e sistematizar com precisão os dados territoriais (CAMARGO, 2009, p. 26).

Nessas condições, a leitura de Galvão (1955) acerca do espaço foi feita à luz dos relatos escritos de geógrafos, botânicos, geólogos e outros cientistas que estiveram no Maranhão na primeira metade do século XX e deixaram registradas suas impressões. Em geral, pode-se ressaltar que sua definição do espaço é atravessada primordialmente pelo olhar de Raimundo Lopes, ainda que aponte outros autores que também deixaram contribuições sobre o espaço natural maranhense. Nas palavras de Roberto Galvão (1955, p. 239), *O Torrão Maranhense* é “uma preciosa fonte de informações” e que

7. O geógrafo carioca Roberto Galvão era membro do Conselho Nacional de Geografia e atuava como técnico da Divisão Regional Secção Norte. Deixou relevantes contribuição sobre a região Tocantins-Araguaia até sua morte, em 1957, em um acidente nas corredeiras do rio Tocantins (BRASIL, 1958, v. 20, n. 4.).

tendo sido “republicado em 1937, sofreu o mesmo anotações e comentários do autor que, todavia, não alteram a obra em sua estrutura nem modificam substancialmente os conceitos emitidos na edição primitiva”.

O autor apresenta um compêndio de textos e mapas que o ajudaram a configurar seu entendimento sobre a pouco conhecida geografia maranhense. Seu texto é repleto de descrições que representam o espaço natural pelo viés da exuberância e, principalmente, da dificuldade de estabelecer limites exatos, compondo um cenário onde as florestas, as matas, os rios, as monções, os igarapés, as várzeas, os igapós e os campos se enlaçam e desenham “um rendado de saliências e de recortes” (GALVÃO, 1955).

Atento ao olhar de Raimundo Lopes sobre o Maranhão, Galvão (1955) tece a topografia amazônica pelo signo do movimento, especialmente, através das representações da *hileia* e dos rios que cortam o espaço maranhense. A floresta tropical, o maior de todos os símbolos do mundo amazônico, é identificada em um reticulado de lugares em “tôda a porção noroeste e oeste do estado e parte da sua região central, abrangendo as bacias dos rios Gurupi, Turiaçu, Pindaré, os vales médio e inferior do rio Grajaú e a porção ocidental do vale médio do Mearim” (GALVÃO, 1955, p. 257). Lopes guia Galvão por uma geografia de contrastes, por um território de fronteiras porosas “entre a hileia grandiosa e as áridas catingas”, “entre a baixada e o planalto, sob o ponto de vista do relevo, [...] entre a mata e o sertão, sob o ponto de vista da flora” (LOPES, 1970, p. 115).

Nesse sentido, a floresta tropical vai sendo esquadinhada e emergindo pelo signo da dificuldade de nomear e de penetrar. Paisagem em transmutação, fixar seus limites era algo que gerava divergências. Ao longo do texto, Galvão chama atenção para visões que divergiam sobre as demarcações constituídas pelos intelectuais que escreveram sobre a paisagem natural maranhense. A imprecisão dos limites florestais fixados por Raimundo Lopes, que situava a floresta amazônica de oeste a noroeste do Estado, divergia da visão de Galvão de que “este limite era bastante impreciso”, pois havia “uma transição entre a floresta úmida e as formações xerófilas do Nordeste”, “inter penetrações da floresta com os campos firmes do litoral” (GALVÃO, 1955, p. 254).

Vale lembrar que as projeções cartográficas da primeira metade do século XX, no Brasil, eram atravessadas por erros e imprecisões, tanto pelas dificuldades de penetrar o vasto território nacional quanto pelas dificuldades técnicas, que exigiam a qualificação dos profissionais no uso de no-

vas tecnologias e práticas metodológicas. Desse modo, estabelecer limites e caracterizar divisões regionais engendravam lutas e confrontamentos no interior das instituições responsáveis pelo planejamento. Desse modo, os saberes geográfico, estatístico e cartográfico se interligaram para aperfeiçoar a qualidade da informação sobre municípios e estados.

Com efeito, as áreas florestais de *hileia* eram representadas como barreiras naturais a serem transpostas pela ação humana, enquanto os rios, com seus labirintos de afluentes e igarapés, configuravam-se em elos de penetração nos espaços mais remotos. Rogério Galvão destacou que “as correntes povoadoras” deram “desmesurado rodeio pelo Mearim e, mais ainda, pelo Itapecuru” para se fixarem nesse território ou em suas proximidades, de modo que o espaço urbano se forjou “em locais estratégicos, em pontos de trânsito fluvial e terrestre mais intenso; à margem de um lago que conduz a um ou mais rios, no limite de navegação ou nos pontos de encontro das estradas com os rios” (GALVÃO, 1955, p. 263). É preciso frisar que na configuração socioespacial do Maranhão a navegação fluvial foi o principal elo entre os núcleos urbanos espalhados na hinterlândia maranhense até a abertura das rodovias federais, entre as décadas de 1960 e 1970. Foi por meio das artérias fluviais que o processo de ocupação pelos não índios foi se dando.

Lopes (2017) evidenciou em seus textos o protagonismo dos rios na tessitura do espaço através de imagens como a do rio que surge selvagem como o Gurupi, dos rios que abrem campos risonhos como o Pindaré e o Mearim, do rio que projeta gargantas pitorescas como o Grajaú, dos rios que se revelam em magnitude como o Tocantins e o Parnaíba, do rio que surge imponente e rude como o Turi, e do rio “sem juízo” como o Itapecuru (LOPES, 2017).

Na feitura do espaço amazônico, a natureza vista como selvagem e exótica ganha significados culturais, nos quais os rios e a floresta são partícipes da história. O Mearim surge como rio de fronteira, como mostra Galvão (1955, p. 254): “Levando-se em conta as características fisiográficas diversas nas duas margens. A margem esquerda desse rio apresenta topografia suave e “vegetação amazônica [...] enquanto a margem oriental, mais escarpada, já tem revestimento vegetal típico do Nordeste.”

Fronteira líquida e botânica, o Mearim é representado como a grande linha que limitava a floresta amazônica no Maranhão. Conforme aponta Rita Ayres Silva (1944), de um lado (occidental) ele apresenta “muitas espé-

cies típicas da Hyloea [...] como a paxiúba, a castanha, a copaíba, o cumaru, o cravo, e até mesmo a hévea”, e do outro (lado oriental), “os espécimes propriamente amazônicos desaparecem por encanto; não mais castanheiros ou seringueiras do Carú, não mais cumaru ou cravos do Alto Grajaú; o panorama começa a ser outro” (GALVÃO, 1955, p. 256).

Outro texto importante citado por Roberto Galvão e que também foi publicado na Revista Brasileira de Geografia, em 1939, é o de Sylvio Fróes Abreu, um dos fundadores e consultor técnico do CNG, intitulado *Observações sobre a Guiana maranhense*. O artigo foi fruto da viagem de campo de Froes Abreu ao oeste do Maranhão⁸, em 1935, na qual incursionou pelo território do Gurupi, entre as cidades de Turiaçu (MA) a Viseu (PA). Seu relato é importante, pois aponta indícios de uma parte do Maranhão em que se identificavam as maiores características da hileia amazônica e era vista como impenetrável, devido à floresta e à presença indígena, mas que atraiu diversos grupos sociais em deslocamento, atraídos pela “febre do ouro”, nos anos 1930.

Fróes Abreu (1939, p. 26) registrou o cotidiano do garimpo e definiu essa parte do Maranhão como “uma das que tem mais baixo índice de civilização no Brasil”, e que somente por conta do garimpo veio a vivenciar curto e intenso processo de crescimento.

O movimento de trabalho que se iniciou na zona com a expansão da exploração aurífera nos últimos anos provocou um povoamento, embora temporário; criou um comércio, atraiu estrangeiros de várias raças, mantendo, em suma, uma nova paisagem cultural, mais viva, mais movimentada que o antigo panorama apático e selvagem, do tempo em que restos das tribus *urubús* segregavam a região à penetração do homem branco (ABREU, 1939, p. 26, grifo do autor).

Sabe-se que o interesse pelo território do Gurupi vinha de longa data. O autor menciona que desde o século XVII já havia tentativas de colonizar essa zona através dos rios Turi e Gurupi, porém, a floresta foi o grande obstáculo: “A fraqueza da massa colonizadora diante da resistência áspera da floresta foi patente; o homem não conseguiu dominar as dificuldades e não conseguiu criar ali um centro permanente de trabalho e de progresso” (ABREU, 1939, p. 47). No começo do século, Raimundo Lopes (1970) já

8. De acordo com o IBGE, a Mesorregião Oeste está subdividida em três microrregiões: Gurupi, Pindaré e Imperatriz.

tinha enfatizado que a floresta do Gurupi obstruía “a marcha avassaladora da civilização”. Segundo ele, “a densidade das matas, as dificuldades de navegação, a hostilidade dos índios (até 1930) tem impedido não só o povoamento como o simples reconhecimento da terra” (ABREU, 1939, 47-49). Esse autor observa que mesmo na fase aurífera, quando se estabeleceram núcleos provisórios, a exemplo do povoado *Inglês*, que era um centro de negociação do ouro, a hostilidade dos indígenas, o isolamento, as dificuldades climáticas e as endemias foram fatores que acarretaram a mobilidade humana.

“Deserto florestal”, “área-problema” são imagens evocadas por Galvão (1955, p. 279) para representar o problema da baixa densidade populacional nas “zonas de floresta”. Dentre tantas trincheiras demarcatórias, as narrativas geográficas de meados do século XX criam discursivamente a Amazônia como um espaço vazio, inserindo os povos indígenas e a floresta como parte de um mesmo mundo selvagem, perigoso e fonte de recursos inesgotáveis. Para Almeida (2008), os discursos pautados na ideia de racionalidade e que serviram de esquemas interpretativos para as formas de intervenção no espaço amazônico sustentavam-se em abordagens bio-organicistas e em um modelo dual de pensamento. Em outras palavras, mostra que vigorava nos discursos de geógrafos e planejadores a visão da sociedade como organismo natural, em que os processos sociais são semelhantes aos biológicos, onde povos indígenas e comunidades tradicionais são entendidas como parte da natureza. Justificando-se diferentes oposições civilização/vida selvagem, modernidade e primitivismo, racional/nativo, harmonia/desequilíbrio, progresso/atrás.

Daí o peso dado a tentativas de explicar a natureza/sociedade pelo prisma da geografia, da topografia, da biologia etc., a partir de noções como a dos “tipos antropogeográficos”, “figuras típicas” e “populações” que balizaram programas e projetos governamentais para a natureza amazônica. Almeida (2008, p. 32-33) argumenta que o discurso do “vazio demográfico”, da “insuficiência demográfica” e/ou da “baixa densidade populacional” deram embasamento a “programas e projetos desenvolvimentistas, contrariando a representação de espaço social e de territorialidade específica de diferentes etnias e comunidades e provocando conflitos sociais.”

Considerações finais

Ao tomar o espaço amazônico como campo discursivo, nota-se que são muitas as texturas que o delineiam. No caso do Maranhão, nas narrativas aqui enfeixadas, observa-se que mesmo com sua inserção ao dispositivo Amazônia Legal, em 1953, o território ainda era um enigma para toda uma geração de geógrafos que modernizaram o saber geográfico entre os anos 1940 e 1960. Portanto, definir o espaço como “faixa de transição” entre o sertão e a Amazônia, conforme preconizou Raimundo Lopes, em 1916, foi um dos caminhos trilhados pelos intelectuais ligados ao Conselho Nacional de Geografia, que procuraram conhecer, valorizar e divulgar às áreas internas do País.

No entanto, o caráter fronteiriço da região, preconizado pelo saber geográfico, ganhou contornos ainda mais acentuados nos discursos das elites regionais, a partir da década de 1960, que sob a égide do nacional-desenvolvimentismo se beneficiaram dos incentivos fiscais, da reestruturação fundiária e dos recursos financeiros provenientes tanto da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) quanto da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Significa dizer que na configuração espacial sobre a qual me desloco, a dimensão política dos espaços constitui-se em tema nuclear. O que implica pensar como a metáfora espacial Amazônia surge como fruto dessas disputas de poder, de estratégias e táticas que atuam na construção dos recortes espaciais. No esforço de ordenar, de nomear e de controlar esse território engendraram-se uma série de confrontamentos que, de meados do século XX até hoje, vem sendo travado sob a mira de diferentes grupos (políticos, empresariais, ambientais, indígenas, comunidades tradicionais, migrantes, movimentos sociais) que passam a interferir e demarcar novas fronteiras internas, frequentemente desfeitas e refeitas, em meio a uma batalha discursiva.

Referências

ABREU, Silvio Fróis de. *Observações sobre a Guiana maranhense*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 4, outubro de 1939.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*.

Recife: FJN: Massagana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____ *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALMEIDA, A. W. B de. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo W. B; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Raimundo Lopes: dois estudos resgatados*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

ALMEIDA, Roberto Schimidt de. *A Geografia do IBGE: um esboço histórico*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 164, n. 418, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. O Meio-Norte. In: *Paisagens e problemas do Brasil*. 5^a edição rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1977.

BRASIL, *Encyclopédia dos Municípios Brasileiros*: grande região Nordeste (Meio Norte). Volume III. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1957.

BRASIL, *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, 1943.

BRASIL. *Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953*. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Rio de Janeiro: Brasil, 1953.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Apresentação*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 1, n1, jan, 1939.

BRASIL, *Vultos da geografia do Brasil: Roberto Galvão*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 20, n 4, out-dez 1958.

BRASIL, *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, nº04, 1958.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. *A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980)*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39, jan | jun 2009.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. *Políticas territoriais e reorganização do espaço maranhense*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michael. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALVÃO, Roberto. *Introdução ao Conhecimento da Área Maranhense Abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 17, n 3, jul-set, 1955.

LOPES, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970.

_____. *Seletas de dispersos*. São Luís: Edições AML, 2017.

MACHADO, L. O. “Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)” in CASTRO, I. E. et alii (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *Operários da saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2006.

MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Conselho Nacional de Pesquisa de Belém, 1958.

OLIVEIRA JR, Antônio. *Amazônia: o nascimento de uma região de planejamento*. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.15, n.37, jan./abr. de 2021. p. 25-42.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SANTOS FILHO. José dos Reis. *A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais*. Revista Nera, ano 9, nº 9, jul/dez de 2006.

SOARES, Lúcio de Castro. *Delimitação da Amazônia para Fins de Planejamento econômico*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 10, n. 2, abr/jun. 1948.

TROVÃO, José Ribamar. “Ilha” latifundiária na Amazônia Maranhense. Estudo da expansão da fronteira agrícola no Médio Vale do Pindaré: o caso de Santa Inês. São Luís, UFMA, PPPG, 1989.

Modernizar o campo: o Projeto Sertanejo no Ceará com ênfase no núcleo de Sobral

Luciane Azevedo Chaves¹

Francisco Gleison da Costa Monteiro²

Introdução

Este artigo realiza um diálogo com questões discutidas no primeiro capítulo da pesquisa de doutorado, intitulada “O Projeto Sertanejo no Ceará: Memórias e Histórias de Trabalhadores Rurais nos Núcleos de Prestação de Serviços Cearenses (1976 a 1983). A referida pesquisa se encontra em andamento, caminhando para a fase de escrita da tese.

No primeiro subtítulo, faremos um diálogo com os objetivos e abrangências do Programa, tentando entender quais eram suas finalidades para o Nordeste. Ao longo das discussões serão pontuadas a sua implantação e área de abrangência da região nordestina e do Núcleo de Sobral, localizado no Estado do Ceará, bem como quais as instituições envolvidas e suas atribuições.

No segundo subtítulo, discutiremos acerca dos Beneficiários do Projeto Sertanejo, atentando para os critérios de seleção. No terceiro e último subtítulo, iremos tratar das Estratégias de Ação: Assistência técnica e Crédito Rural, tentando perceber como aconteceu a modernização agrícola e sua relação com a assistência técnica e o financiamento de crédito.

Sendo assim, a proposta deste artigo é entender alguns pontos norteadores da pesquisa que estão sendo construídos e desconstruídos a par-

1. Doutoranda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (UFPI). E professora de História no Centro Universitário (INTA-UNINTA). e-mail: lucianeazechaves@gmail.com.

2. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor Adjunto, da Universidade Federal do Piauí – UFPI. gleison.monteiro@ufpi.edu.br.

tir da análise das fontes e das leituras realizadas que permitiram essas reflexões, ainda tímidas em torno do objeto de estudo proposto na tese de doutoramento.

Modernizar o campo e fixação dos sertanejos: o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste

O Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste, conhecido como Projeto Sertanejo, foi criado a partir do decreto 78. 299, tendo como objetivo “[...] fortalecer a economia das unidades de produção agropecuária, sobretudo pequenas e médias, do semiárido nordestino tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de núcleos de prestação de serviços e de assistência técnica [...]” (Decreto nº 78. 299 de 23/08/1976).

Desse modo, as propostas apresentadas nos documentos levantados para a construção dessa pesquisa apontam a preocupação do Governo Federal em tornar o Nordeste agrícola uma região resistente às secas. Para isso, foram pensados programas de governo capazes de viabilizarem condições de modernizar o campo para que os trabalhadores rurais pudessem permanecer em suas terras também em períodos de estiagem.

Na execução desse programa foram envolvidas algumas instituições vinculadas ao Estado, entre elas: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER's) e a Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária (EMBRAPA)³.

A cada um desses órgãos coube à responsabilidade de executar uma função específica. Foram atribuídos A SUDENE, ao DNOCS e a CODEVASF exercerem funções administrativas. As EMATER's e a EMBRAPA couberam à competência de prestar assistência técnica. Ao INCRA e, novamente, a SUDENE, às questões de natureza fundiária.

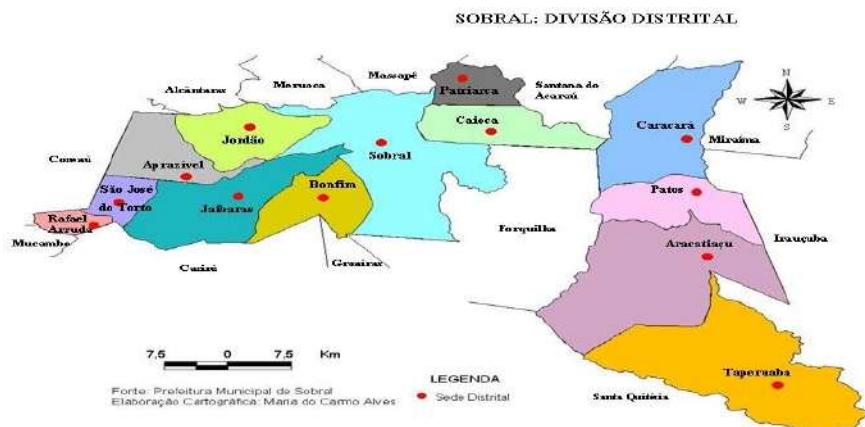
Até o momento temos a evidência de que o Projeto Sertanejo deveria contemplar a região correspondente ao polígono das secas. Mas até onde, exatamente, estender-se-ia a sua área de abrangência? No livro intitulado

3. Respectivamente, doravante, SUDENE, DNOCS, CODEVASF, INCRA, EMATER's e EMBRAPA.

Avaliação do Polonordeste e do Projeto Sertanejo, publicado pelo Banco do Nordeste, constata-se que a área de abrangência do Programa se estenderia desde a Zona semiárida do Nordeste: Sertões do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e região mineira (BANCO DO NORDESTE, 1985, p. 221).

A área de abrangência do Núcleo Sobral, por sua vez, contemplaria seis cidades: Cariré, Groaíras, Massapê, Meruoca, Santana do Acaraú, Forquilha e Sobral. Conforme o mapa a seguir.

Neste mapa, identificarmos a cidade de Sobral e as demais cidades contempladas pelo Núcleo do Projeto Sertanejo, bem como os distritos sobralenses que também deveriam ser assistidos pelo programa. Conforme consta no Livro de Tomo I (MIRALES; LOPEZ, 1981), documento levantado no DNOCS durante a pesquisa, além da sede de Sobral, seriam atendidos onze distritos: Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jordão, Olho d' Água (atual Rafael Arruda), Patriarca, Taperuaba, Trapiá e Forquilha, hoje elevada à categoria de cidade. Por se tratar de um documento elaborado em 1981, alguns distritos não constam no mapa, como Trapiá, e, outros, como São José do Torto, Aprazível e Patos, já se encontram registrados, porém não constam no documento do DNOCS. Essas diferenças de informações serão averiguadas no decorrer da pesquisa.



Fonte: ALVES, Maria do Carmo. Mapa Sobral: Divisão Distrital, 1981.

As razões pelas quais a cidade de Sobral teria sido escolhida para sediar um dos núcleos do Projeto Sertanejo no Estado do Ceará de acordo com o Livro de Tomo I, aponta que foi “[...] escolhido o Núcleo de Sobral, basean-

do-se na existência de um Plano Diretor que serviria como fonte de dados” (MIRALES; LOPEZ, 1981).

Os documentos analisados, como Livros de Tomo, Relatórios da Embrapa, jornal Correio do Ceará e jornal Tribuna do Ceará, evidenciam os motivos pelos quais levaram à criação do Programa Sertanejo. Mas, na prática, será que o público para quem ele se destinava foi beneficiado? O economista Gilvan Braz de Macêdo, ao propor uma pesquisa sobre o Projeto Sertanejo no Nordeste semiárido, analisa o seguinte:

O Projeto Sertanejo não estaria beneficiando a maioria das populações dessa região. Pois estimula a criação de médios empresários rurais, capacitando-os a participarem do mercado consumidor de produtos alimentares, insumos agrícolas e máquinas e equipamentos de origem industrial, por um lado, e ao fornecimento de matérias-primas e alimentos de baixo custo originados da produção agrícola e destinados a agroindústrias e aos centros urbanos mais desenvolvidos, por outro lado, propiciando a eles uma elevação significativa da taxa de lucros e uma redução do custo de produção da força de trabalho, enquanto que os pequenos produtores sem terra e os minifundistas não recebem nenhum benefício (MACÊDO, 1984).

Para Macêdo (1984), esse programa de governo foi uma política de desenvolvimento pensada para o Nordeste semiárido com o intuito de proporcionar a resistência à seca, mas os benefícios prometidos não teriam chegado aos minifundistas e aos pequenos produtores rurais desprovidos de terras. Uma das propostas do Programa Sertanejo visava justamente dar condições àqueles trabalhadores rurais que possuíam pequenas porções de terras, bem como aos que não possuíam condições de conseguirem através de financiamentos de crédito ampliar ou adquirir lotes rurais com a finalidade de investirem na agricultura e na pecuária.

Beneficiários do Projeto Sertanejo e estratégias de ação: assistência técnica e crédito rural

Para compreendermos quem eram os beneficiários do programa, é importante esclarecer que o Projeto Sertanejo foi construído para atender a quatro estratos. Estrato I: trabalhadores sem-terra sendo arrendatários, ocupantes, parceiros e assalariados, entre outros; Estrato II: pequenos proprietários; Estrato III: médios proprietários com área de até 500 hectares e Estrato IV: proprietários de terra com mais de 500 hectares.

O historiador Alexandre Black de Albuquerque, com base em pesquisa realizada em documentos do Banco Mundial e SUDENE, afirma que o Projeto Sertanejo, em sua proposta inicial, “[...] parecia assumir uma posição contrária a ‘modernização conservadora’ ao apoiar o pequeno agricultor e os agricultores sem terra [...]” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 97).

Desse modo, esses agricultores não teriam sido beneficiados. Outras questões apontadas pelo historiador também não se efetivaram na prática, a saber, as que diz respeito aos investimentos por meio do crédito para dar suporte à reestruturação agrária, os quais possibilitariam a resistência das pequenas propriedades em épocas de estiagem.

Diante das ações de órgãos executores como DNOCS e CODEVASF, Albuquerque (2011) constata que eles teriam sido atuantes e tido um bom desempenho. De acordo com dados do Ministério do Interior e SUDENE apresentados pelo historiador, o DNOCS, com 27 núcleos, teve em Projetos de Investimentos 46,8% e Plano de Custo 44,3 %. A CODEVASF possuía apenas 2 núcleos, mas teve um bom desempenho, com média de 348 em investimentos e de 336 em planos de custo. Vale ressaltar que alguns projetos demoraram para serem executados e outros, como do DNOCS, por exemplo, foram os primeiros a iniciarem sua execução (ALBUQUERQUE, 2011, p. 99).

Antes da execução de tais projetos construídos pelos órgãos executores do Programa Sertanejo, houve um estudo preliminar denominado de “estudos básicos”, “estudos a nível de campo experimental” e “estudos a nível de produtor”. Cada um com suas especificidades.

Em um folheto da EMBRAPA, datado do ano de 1978, constam informações sobre os critérios estabelecidos para a pré-seleção de propriedades e proprietários aptos a participarem do Programa. Vejamos a seguir os critérios mencionados no documento:

- a) O proprietário deve viver exclusivamente da agropecuária.
- b) O proprietário e a propriedade deve atender as condições exigidas pelo Projeto Sertanejo.
- c) A propriedade deve possuir fácil acesso durante todo o ano.
- d) O proprietário deve ter receptividade com a tecnologia.
- e) O proprietário deve ser trabalhador e interessado pelas atividades de sua propriedade, estando diariamente nos trabalhos do campo. (EMBRAPA, 1978).

Os estudos realizados e documentados pela EMBRAPA estavam relacionados com as ações de pesquisa a serem desenvolvidas dentro das propriedades escolhidas nos núcleos do Projeto Sertanejo. Esta instituição atuou no plano de trabalho referente à pesquisa de experimentação, elaborando e executando o referido plano voltado para a agropecuária. (EMBRAPA, 1978).

Diante da função atribuída, coube a EMBRAPA, após a realização da pré-seleção, escolher duas propriedades para cada Núcleo do Projeto Sertanejo. Diante disso, algumas questões nos inquietam com relação aos critérios estabelecidos, pois, a partir do momento em que era necessário ser proprietário para fazer parte de uma pré-seleção, havia uma condição para determinar quem deveria participar do projeto e, assim, acabava excluindo aqueles que não possuíam terras. Outro fator capaz de acarretar uma exclusão era o fato de ser necessário ter domínio das tecnologias antes mesmo de ser implementados os projetos no campo.

Isso contradiz a proposta do programa que era pensado para beneficiar os trabalhadores rurais sem-terra, bem como aqueles que não tinham condições de terem maquinário e tão pouco acesso a essas tecnologias do campo. Essa análise vai de encontro com as reflexões realizadas por Macêdo (1984) sobre as políticas de desenvolvimento no Semiárido nordestino caírem na contradição quando executadas na prática.

É importante lembrarmos que o objetivo do programa Sertanejo era dar condições ao trabalhador rural de resistir à seca, mas, até o presente momento, os documentos analisados nos fazem refletir sobre alguns critérios de seleção dos beneficiários, possibilitando indagações sobre quem de fato seria beneficiado. Alguns noticiários legitimavam essas promessas de melhorias para o campo. A reportagem do jornal Tribuna do Ceará noticia a chegada de recursos financeiros “para resistir melhor à seca”.

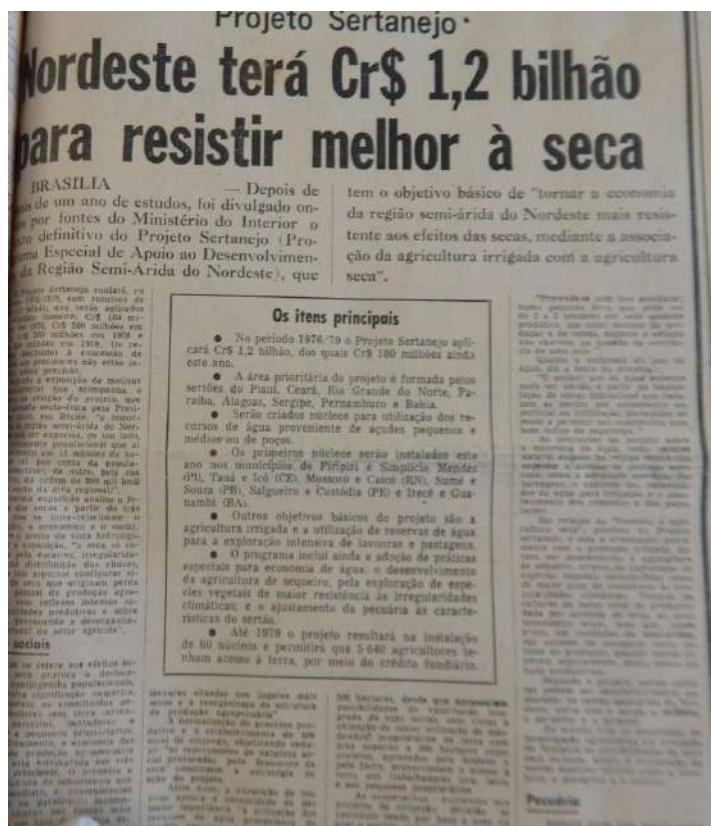


Figura 1: Nordeste terá Cr\$ 1,2 bilhão para resistir melhor à seca. Fonte: Tribuna do Ceará, Fortaleza, 18 ago. 1976.

Segundo a reportagem, a proposta do programa seria de trabalhar com agricultura de sequeiro⁴. Até o ano de 1979, o projeto pretendia instalar 60 núcleos no Nordeste na estimativa de possibilitar o acesso à terra a 5.640 agricultores através do crédito fundiário (TRIBUNA DO CEARÁ, 1976).

Albuquerque (2011, p. 97-98) coloca que, na prática, as áreas a serem assistidas não necessariamente atenderam aos critérios de “menor resistência à seca”. Outra questão diz respeito à reestruturação agrária e à assistência técnica, pois teriam sido desassistidas pelo menos durante os dois primeiros anos de implantação do programa.

4. Agricultura de sequeiro é uma técnica agrícola para cultivar terrenos onde a pluviosidade é diminuta. A expressão sequeiro deriva da palavra seco e refere-se a uma plantação em solo firme. Mas isso não impede que o plantio seja irrigado em época de seca. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/sequeiro>. Acesso em: 26 jun. 2021.

Durante as décadas de 1970 e 1980 não havia a preocupação por parte do regime militar de priorizar as políticas regionais de desenvolvimento. A questão regional estava incluída nos planos de desenvolvimento nacional a partir da lógica da integração nacional. Os programas criados durante essas duas décadas visaram à modernização agrícola através, por exemplo, da implantação de projetos de irrigação e da ampliação de reservatórios de água no interior do Nordeste (SILVA, 2008, p. 56).

Esta modernização agrícola é considerada por alguns estudiosos sobre o assunto, entre eles destaco Roberto Marinho Alves da Silva e Alexandre Albuquerque, de modernização conservadora. Nessa perspectiva “[...] o Estado busca viabilizar novas formas de acumulação de capital, preservando as antigas estruturas socioeconômicas e políticas regionais por meio da modernização da grande propriedade agrícola” (SILVA, 2008, p. 57).

Com a modernização das propriedades agrícolas, surgiram os denominados “novos instrumentos de intervenção programada”, como o crédito, a assistência técnica, a infraestrutura, entre outros. A proposta desses instrumentos, segundo documentos da EMBRAPA e do DNOCS, era de possibilitar aos pequenos e médios produtores rurais e trabalhadores sem posses de terras (meeiros, parceiros e assalariados) condições de viver em suas terras durante os anos chuvosos e de estiagem, conforme já colocado anteriormente quando nos referimos aos objetivos do Projeto Sertanejo. Vejamos como aconteceria a assistência técnica nas áreas rurais do Projeto Sertanejo.

A assistência técnica do Projeto Sertanejo começa, na realidade, com os primeiros levantamentos que antecedem a fase de elaboração dos projetos de crédito. Todavia, para efeito de acompanhamento do Programa, a Coordenadoria Regional considera que essa atividade se inicia com a implantação dos projetos e se estende até após o funcionamento normal das empresas. As ações desse segmento têm como objetivo geral “orientar os beneficiários do Programa na exploração de suas unidades de produção, visando a uma maior produtividade, produção de renda, e a promoção econômica e social dos produtores” (BANCO DO NORDESTE, 1985, p. 257).

Como percebemos, a assistência técnica iniciava-se com o levantamento de informações acerca das propriedades rurais, percebendo suas potencialidades para a construção e implantação de projetos que deveriam ser

financiados, principalmente pelo Banco do Nordeste e do Brasil. Abria-se, com isso, linhas de crédito rurais dos tipos fixo e semifixo. Mas essa assistência só era oficializada com a implantação dos projetos.

Será que essas técnicas de modernização agrícola foram satisfatórias para os trabalhadores rurais? Como eles a percebiam? Segundo o economista Gilvan Macêdo, a modernização no campo não teria dado o suporte necessário aos “trabalhadores rurais em geral”, tendo sido beneficiado apenas uma pequena parcela da população. Havia também resistência dos agricultores, uma vez que estavam desacreditados nessa modernização por acharem que, “[...] por mais bem idealizada que seja tende naturalmente a privilegiar uma minoria [...]” (MACÊDO, 1984, p.5).

Conforme Albuquerque, o crédito era um instrumento no processo de modernização da agricultura, mas isso não trouxe mudanças nas estruturas, aumentando a “[...] concentração de terra e renda ao excluir os pequenos agricultores e os não proprietários [...]” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 56).

A análise desses estudiosos contraria a notícia do jornal Tribuna do Ceará, de 21 de agosto de 1976. Vejamos o que nos informa esse periódico.

Com o Projeto Sertanejo, o Governo completa a integração da filosofia desenvolvimentista para o setor primário Nordestino, dando-lhe maior conotação social, pela abrangência de pequenos e médios proprietários rurais camponeses, que poderão ter acesso a terra e contar com assistência técnica e financeira para utilizá-la adequadamente [...]. O Projeto Sertanejo é mais uma demonstração irrefutável do carinho com que o Presidente trata o Nordeste (TRIBUNA DO CEARÁ, 1976).

Gostaríamos de pontuar sobre esta notícia duas questões que fazem parte da proposta do programa e que são destacadas nos documentos do DNOCS e da EMBRAPA, são elas: o acesso a terra e assistência técnica. Percebemos nesses documentos um registro de levantamento de informações acerca das áreas a serem assistidas pelo Programa do Sertanejo, realizando estudos experimentais para que assim pudessem construir projetos a serem implementados nos núcleos de prestação de serviço.

Dentro desses estudos estavam inclusos os tipos de crédito e a assistência técnica. E como o periódico apresenta essa notícia? Legitimando o discurso do Governo se estar sendo executado a chamada “filosofia desenvolvimentista” de integração nacional representada pelo Projeto Sertanejo. O jornal procura também enaltecer a imagem do Governo diante

da região Nordeste, atribuindo esta atitude como “uma demonstração irrefutável de carinho”.

Partindo do entendimento de que o jornal é um documento que se constrói a partir do social e de um período determinado, é preciso questioná-lo, pois está envolvido de uma intencionalidade histórica que o constitui. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 268). Isso implica em interrogar o documento para chegarmos às questões norteadoras, nossas inquietações enquanto pesquisadores. “O que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento” (THOMPSON, 1981, p.195). Enquanto esses silêncios vão sendo aprofundados, neste caso, na medida em que vamos interrogando os documentos, estaremos construindo e reordenando os conceitos.

É importante retomarmos as reflexões de Silva (2008) sobre o significado da implantação do Projeto Sertanejo para o Nordeste. O Projeto deveria realizar uma reformulação da estrutura fundiária, mas retornando a refletir sobre crédito e assistência técnica, “[...] Constatase, mais uma vez, que os recursos do Projeto Sertanejo foram canalizados para o segmento dos grandes proprietários rurais” (SILVA, 2008, p. 59).

Sendo assim, o Programa havia excluído os trabalhadores rurais desprovidos de terras (meeiros, arrendatários e ocupantes), beneficiando com os créditos financeiros apenas os grandes proprietários com mais de 500 hectares.

Conclusão

Diante do exposto, as reflexões sobre os pontos abordados aqui, percebidos através das leituras, da análise e do cruzamento de fontes, bem como o diálogo com autores que também abordam essa temática, proporcionaram o entendimento de algumas questões consideradas norteadoras da tese em construção, como por exemplo, os objetivos do Programa Sertanejo e sua relação com o processo de modernização do campo.

Reiteramos, a pesquisa se encontra em andamento e por isso ainda há muito para analisar, tanto no que diz respeito ao acervo documental como acerca dos referenciais teóricos historiográficos que deverão dialogar com outras áreas do conhecimento, entre elas destacamos a Economia e a Geografia.

Fontes

EMBRAPA. Projeto Sertanejo: Diretrizes de Pesquisa. Petrolina, 1979.

MIRALLES, Rafael Vilaplana; LOPEZ, Dionisio Del Moral. Estudo Preliminar sobre as Possibilidades de Desenvolvimento Rural do Núcleo do Projeto Sertanejo de Sobral na Bacia do Rio Acaraú – (Estado Ceará). Tomo I, V. I, Fortaleza, out. 1981.

Tribuna do Ceará. Fortaleza, agos. 1976.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. *As políticas de desenvolvimento econômico e social para o semiárido durante o regime militar (1964-1985)*. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo*. V. 15, Fortaleza, 1985.

CHAVES, Luciane Azevedo. *Imprensa, políticas públicas e experiências de agricultores sertanejos em períodos de estiagem*. Sobral-CE, década de 1970. 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.

MACÊDO, Gilvan Braz de. *O Projeto Sertanejo no Nordeste Semiárido (Núcleo de Sumé-Paraíba)*. 1984. 83f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1984.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. *Reestruturação socioespacial do Ceará: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Baixo Acaraú*. 188f. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

VERAS, Edmilson Correia. *A SUDENE e o desenvolvimento agrícola do Nordeste no período 1960 a 1980*. 1993. 337f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

“O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe”: os parlamentares e a democracia no Brasil

Nathiely de Araújo Silva¹

Cláudia Cristina da Silva Fontineles²

Introdução

O Brasil vive um golpe de Estado (...) Nenhum golpista admite que se denomine sua ação em português claro: golpe de Estado. Em 2016 isso se repete no país.

(Ivana Jinkings, 2016).

Este artigo é fruto da pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq, intitulada “Os parlamentares e a democracia no Brasil”, que faz parte do projeto “Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil Republicano (a partir da década de 1960)” desenvolvida entre 2020 e 2021 na Universidade Federal do Piauí (UFPI)³. A partir das discussões possibilitadas pela pesquisa,

1. Bolsista em Iniciação Científica – PIBIC/CNPq do projeto “Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil Republicano (a partir da década de 1960)”, com o Plano de Trabalho “Os parlamentares e a democracia no Brasil”, desenvolvido entre 2020 e 2021, na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda em História do Brasil pelo Programa de Pós Graduação em História do Brasil (UFPI). Professora de rede privada de ensino de Teresina - PI. E-mail: nathielyaraujo52@gmail.com.

2. Bolsista em Produtividade Científica do CNPq. Doutora em História pela UFPE. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Departamento de História. Professora do Quadro Permanente da Pós-Graduação em História da UFPI (Doutorado e Mestrado) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Coordenadora de área voluntária do PIBID/HISTÓRIA/CAPES/UFPI. E-mail: cfontinelles@gmail.com.

3. Pesquisa coordenada pela Profª Drª Cláudia Fontineles. Nossa pesquisa visava analisar os discursos dos deputados federais e senadores durante o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Nossa pesquisa também voltou-se para o registro e análise da

elencamos dois objetivos a serem alcançados nesse trabalho. O primeiro deles é analisar o discurso dos deputados federais (favoráveis e contrários) ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorrido na Câmara Federal em abril de 2016, através da documentação das notas taquigráficas do processo disponibilizada no site da Câmara Federal⁴. Como segundo objetivo, propomo-nos a investigar os pronunciamentos dos senadores durante a sessão ocorrida no Senado Federal⁵, em agosto de 2016 - quando ocorreu o afastamento definitivo da presidente.

Destacamos ainda que, além da análise dos pronunciamentos dos parlamentares, examinaremos algumas matérias jornalísticas dos jornais *G1* e *Terra* durante o período. Haja vista que, de acordo com o cientista político Luiz Felipe Miguel (2018), o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, foi um golpe parlamentar, jurídico e midiático⁶, concepção com a qual concordamos.

Dessa forma, para a compreensão do “golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe” (JIKINGS, 2016, p.11) e por isso mesmo, foi realizado por meio de um *impeachment*; faz-se necessário que teçamos considerações sobre as três dimensões⁷ desse emblemático episódio em nossa jovem

participação midiática, antes e durante o rito do julgamento. Dentre os jornais das matérias registradas estão *G1*, *Folha de São Paulo*, *Estadão*, *Revista Veja*, *Carta Capital* e *Brasil 247*. Escolhemos, pois, estes veículos de comunicação por serem os de maior circulação nacional e pelos quatro primeiros contraporem-se aos dois últimos - no que diz respeito à linha editorial.

4. Ver em: BRASIL. Câmara dos Deputados. *Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016*. Documentação disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagen/d/pdf/DCD0020160318S00350000.PDF#page=1>. Acessado em 12 de nov. de 2022.

5. Ver documentação em: BRASIL. Senado Federal. *Veja os principais documentos do processo de impeachment de Dilma Rousseff*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff>. Acessado em 27 de abril de 2023.

6. MIGUEL, Luiz Felipe. Apresentação. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016: razões, atores e consequências*. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 18.

7. Há, ainda, uma quarta perspectiva que, alinhada às demais mencionadas há pouco, busca compreender a deposição da presidente Dilma Rousseff à luz dos estudos de gênero, uma vez que Dilma Rousseff foi a primeira mulher a ser eleita e reeleita presidente da República, e consideramos ser difícil entender o golpe de 2016 sem levar em consideração os artifícies misóginos que foram lançados para desestabilizar o seu governo. Um exemplo disso foi o que ocorreu em abril de 2016 quando a revista *IstoÉ* pôs em circulação a edição nº 2417, que trazia como capa uma foto da presidente Dilma Rousseff com a boca aberta – como se estivesse gritando, e com subtítulo “as explosões nervosas da presidente”. Mas esse não foi um evento isolado, outras publicações em redes sociais e jornais impressos também reduziram a presidente à sua aparência, sexualidade, sanidade mental e capacidade intelectual para gerir

democracia.

O que nos interessa, por certo, é analisar estes discursos parlamentares e midiáticos, levando em consideração a cultura política do país, ou seja;

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro⁸.

Para tanto, este trabalho está estruturado em duas seções. Na primeira delas, analisamos os discursos dos deputados federais na Câmara Federal (durante a sessão ocorrida em 17 de abril de 2016), relacionando-os com as matérias jornalísticas do período e as manifestações ocorridas em entre 2013 e 2015; e na segunda parte, discorremos sobre o processo de oitivas ocorridas no Senado Federal, em agosto de 2016, depois de aprovado na Câmara Federal por 367 votos favoráveis contra 137 contrários à admissibilidade do processo de *impeachment*.

“A história do Brasil não se repete, mas rima”: interseções e clivagens entre 1964 e 2016

O historiador Sidney Chalhoub (2020), durante o colóquio “Desafios do Brasil contemporâneo”⁹, afirmou que a história do Brasil não se repete, mas rima. A cada vez que há algum avanço do Estado, no sentido de

o país. Dessa forma, a historiografia do tempo presente também tem realizado pesquisas no sentido de entender em que medida foram utilizados mecanismos e discursos misóginos, sobretudo pela imprensa, para mobilizar simpatizantes em relação à destituição da presidente e por vezes, até desviar as reais questões que importavam naquele momento: se houve ou não crime de responsabilidade.: LEMOS, Beatriz Monteiro. Misoginia, feminismo e representações sociais: o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-2016). 2017, p.02. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18894/1/2017_BeatrizMonteiroLemos.pdf. Acessado em 14 de ago. de 2020; BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018; GERALDES, Elen Cristina et al. *Mídia, misoginia e golpe*. Brasília: FAC-UnB, 2016 ARGOLO, Fernanda e RUBIM, Linda Silva Oliveira (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Edufba, 2018.

8. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, p. 21.

9. Colóquio realizado pela Pontifícia Universidade Católica – Puc de Minas Gerais no dia 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/JyMMYnAmBdA>. Acessado em 16 de junho de 2020.

reconhecer direitos, há uma contra revolução violenta, promovida pelos grupos detentores do poder no país. Foi assim em 1889, na proclamação da República; foi assim em 1964, quando do golpe civil-militar, e é isso que assistimos também no Brasil contemporâneo (CHALHOUB, 2020). Para compreendermos o processo de *impeachment* que destituiu a presidente Dilma Rousseff, em 2016, faz-se necessário que olhemos o contexto anti-democrático para o qual se direcionava o país durante os dois últimos anos que antecederam o golpe.

Dentre as linhas de pesquisa analisadas por intelectuais que têm se dedicado a estudar História Política do Brasil no tempo presente, como os que compõem os livros “*Historiadores pela democracia*” (2016) e “*Por que gritamos golpe?*” (2016), as manifestações de junho de 2013 têm sido o ponto de partida para a pesquisa sobre a atual conjuntura do país, pois diferentemente de outras manifestações ocorridas no Brasil, as daquele ano foram viabilizadas pelas redes sociais e o que pareciam ser protestos contra o aumento de tarifas nos transportes públicos, logo tornaram-se manifestações multifacetadas e com proposições evasivas - desde as bandeiras contra a “roubalheira” e contra “tudo isso que está aí” – uma declaração escusa dita por muitos dos manifestantes que participavam dos protestos na ocasião - até serem paulatinamente substituídos por gritos de “Fora PT”, cada vez mais frequentes nos atos, em franca oposição ao governo do Partido dos Trabalhadores, que tinha como expoente a presidência de Dilma (AMARAL, 2016, p.44).

Um desses movimentos, Movimento Brasil Livre (MBL), liderados pelo então estudante de economia, Kim Kataguiri, já apresentava a base ideológica de extrema direita no Brasil. Segundo a jornalista Marina Amaral (2018), na época, grande parte da imprensa não questionou a origem do movimento, embora algumas informações comprometedoras sobre o grupo já circulassem nas redes sociais. Em 2015, a jornalista, na reportagem “A nova roupa da direita”¹⁰, evidenciava os laços entre o MBL e os irmãos Koch - megaempresários americanos. Através de entrevistas e documentos, a pesquisadora revela que:

o MBL havia sido gerado por uma rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network, da qual fazem parte onze organizações

10. AMARAL, Marina. *A nova roupa da direita*, Publica, 23 de jun. de 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acessado em 22 de jun. de 2020.

ligadas aos irmãos Koch, como a Charles G. Koch Charitable Foundation, o Institute of Human Studies (IHS) e o Cato Institute. Em duas décadas, essas fundações haviam despejado 800 milhões de dólares na Atlas Network, conforme informações obtidas na série de Formulários 990 entregues ao IRS (Receita Federal americana). Isso sem contar as despesas com os *fellowships* e os cursos para formação de lideranças de estudantes, principalmente da América Latina e da Europa Oriental, nos Estados Unidos, realizados em parceria entre a Atlas e as fundações “liberais ou libertárias” que compõem a rede. Nos Estados Unidos, os *libertarians* têm posições mais avançadas em relação aos costumes do que a direita tradicional e são ainda mais radicais na defesa do livre mercado (AMARAL, 2016, p.45).

Segundo Vera Chaia e Fabrício Brugnago (2018), essa polarização entre esquerda e direita teria aflorado após as manifestações de junho de 2013 e se mantido até as eleições nacionais de 2014:

A declarada esquerda se mobilizou contra o suposto projeto neoliberal do PSDB, e a direita conservadora desenvolveu sua ideologia em torno de um forte antipetismo declarado antipartidária, com discussões radicalizadas para os extremos dos valores considerados da direita (BRUGNAGO e CHAIA, 2014, p. 102).

Polarização esta que demonstra os primeiros sinais do risco que corria nossa democracia em 2014. Nas eleições presidenciais daquele ano, quando a presidente Dilma Rousseff (PT) venceu Aécio Neves (PSDB), com 51,64 % dos votos válidos, o assessor jurídico da campanha eleitoral de Aécio Neves questionou o resultado das eleições presidenciais. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-SP) sugeriu uma comissão para averiguação do sistema que apura a contagem de votos, justificando que o objetivo seria “evitar que o sentimento de fraude continue a ser alimentado nas redes sociais”¹¹. Segundo Luiz Antônio Dias e Rafael Lopes de Souza (2018), levando em consideração este evento, o segundo mandato de Dilma Rousseff já nascia debilitado:

O novo governo já nascia fragilizado e com pouca margem para negociação. No início de 2015, as primeiras manifestações começam a tomar as ruas com uma exigência ainda genérica de afastamento da presidente

11. PSDB pede ao TSE auditoria para verificar “lisura” da eleição. G1, 30 de out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acessado em 17 de junho de 2020.

eleita. Assim, utilizando-se dos mesmos artifícios utilizados em 1964, em 2015 os manifestantes saíram novamente às ruas a fim de questionar a legitimidade e legalidade de uma presidente eleita democraticamente (DIAS e SOUZA, 2018, p.51).

Nessa mesma pesquisa, Luiz Antônio Dias e Rafael Lopes de Souza (2018), ao compararem e analisarem as narrativas dos editoriais *Folha de São Paulo* e *Estadão* em 1964 – quando houve a implantação de uma ditadura civil-militar, e o período que antecedeu o golpe em 2016, apontam posturas negativistas por parte da imprensa nos dois períodos. Discursos como “governo mais corrupto da história”, “pior crise do país” ou ainda falácias sobre a necessidade de se combater a implementação de um regime comunista em nome de um discurso nacionalista, moveram setores da sociedade que ocuparam as ruas supostamente para salvar o país dos corruptos e de comunistas (DIAS e SOUZA, 2018).

O historiador Rodrigo Patto de Sá Motta (2009) explica que essas reminiscências discursivas dão indícios dos fatores estruturais de cultura política, quando representações e comportamentos políticos arraigados, são reappropriados e utilizados novamente entre os atores que disputam o poder. Defendemos que essas reminiscências são referentes à cultura política baseada no autoritarismo e na manutenção dos privilégios dos grupos pertencentes à elite política e econômica do país.

A História Política, quando analisada pelo viés da longa duração, também nos ajuda a entender as permanências discursivas na linha editorial dos jornais mencionados, pois tratam-se de grandes e tradicionais grupos empresariais de comunicação do país, de propriedade das mesmas famílias que apoiaram o golpe ocorrido no Brasil na década de 1960, que têm suas bases associadas aos privilégios econômicos, sociais e políticos do Brasil patrimonialista, escravocrata e defensor da concentração de renda.

Ressaltamos que, embora os dois grupos de comunicação tenham interesses próprios, conforme suas especificidades, e que, apesar de atenderem a públicos diferentes, uniram-se no combate ao “inimigo” em comum: o governo que estava no poder (DIAS e SOUZA, 2018). Segundo Luiz Antônio Dias e Rafael Lopes de Souza (2018), durante a crise política de 2016, o grupo *Folha de São Paulo* optou por uma narrativa antipetista mais velada, enquanto o *Estadão* posicionou-se de forma mais explícita no combate ao governo de Dilma Rousseff. Cabe ressaltar que, na conjuntura pesquisada,

o “antipetismo” assumiu o lugar que fora do anticomunismo em 1960, isso porque os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) implementaram programas de distribuição de rendas e política públicas de inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados, como o Bolsa Família e a expansão de universidade federais (MOTTA, 2018).

Apesar das semelhanças com o golpe de Estado ocorrido em 1964, vários setores da sociedade civil relutam em admitir o caráter golpista do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016. Isso porque a partir de então “inaugurou-se uma nova modalidade de golpe político, alicerçado na aparente legalidade jurídica e institucional”, como salienta a historiadora Cláudia Cristina da Silva Fontineles (2019).

Segundo Luiz Antonio Dias e Rafael Lopes Souza, nesse sentido que logo após o afastamento de Dilma Rousseff, a palavra golpe e suas interpretações ganham maior visibilidade nos debates públicos:

do trabalhador ao patrão, do estudante ao professor, do feirante ao consumidor, do jornalista ao leitor, do pastor ao obreiro, do advogado ao cliente, enfim, em todos e em cada um dos espaços da sociedade – seja ele público, seja ele privado, de letreados ou semiletrados – a palavra golpe se fez presente e dividiu as opiniões dos brasileiros (DIAS e SOUZA, 2018, p. 36).

Por isso, é necessário reiterar o caráter do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, como um golpe parlamentar, jurídico e midiático (MIGUEL, 2018, p.12). Parlamentar, pois não atendeu o que é preconizado pela Constituição Federal de 1988 em relação à crime de responsabilidade da presidente da República, o que permitiu a fratura da democracia no Brasil, por ocasião da sessão número 91.2.55¹² na Câmara Federal, em 17 de abril de 2016 – que aceitou a instauração do processo contra a presidente. Tendo obtido a maioria dos votos a favor, o processo foi encaminhado a uma nova sessão parlamentar, desta vez no Senado Federal, quando foram contabilizados 61 votos de senadores a favor da perda de mandato da petista.

12. BRASIL. Câmara dos Deputados. *Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016*. Documentação disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discurso/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>. Acessado em 12 de nov. de 2022.

Segundo o relatório de sentença assinado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski (FIGURA 1) – que presidiu o processo de *impeachment* contra a gestora do país, que estava sendo acusada de cometer crime de responsabilidade, conforme apresentavam os autores do pedido: Miguel Reale Júnior, Hélio Pereira Bicudo e Janaina Conceição Paschoal.

De acordo com a acusação constante do documento¹³, a presidenta teria cometido crimes de responsabilidade tipificados no art.85, V, VI e VII da Constituição Federal, em relação à, respectivamente: probidade na administração, lei orçamentária e guarda e legal emprego dos dinheiros públicos. Porém, as ações apresentadas (“pedaladas fiscais” e créditos suplementares) não se configuraram como crimes e se fossem consideradas, deveriam ter sido aplicadas a presidentes anteriores e a governadores em exercício que adotaram ações semelhantes em suas gestões públicas (MOTTA, 2018).

Nesse sentido, defendemos que embora tenha havido o processo e o julgamento do *impeachment*, pois formalizaram o rito de afastamento da presidenta Dilma Rousseff, este afastamento não atendeu às exigências preconizadas na Constituição Federal. Por isso, endossamos o grupo dos que defendem que o afastamento de Rousseff constituiu-se em um golpe, pois a acusação a que lhe imputaram não foi confirmada.

Isso fica mais evidenciado quando analisamos os discursos dos 367 votos a favor da admissibilidade do *impeachment* na Câmara Federal. Segundo a pesquisa realizada pelos sociólogos Reginaldo Prandi e João Luís Carneiro (2018), a justificativa pela base eleitoral do deputado correspondeu à maior parte dos discursos proferidos, sendo citada por 321 deputados, a exemplo do pronunciamento do então deputado Flaviano Melo filiado ao partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-AC), ao declarar: “Pelo meu querido Estado do Acre; pelos peemedebistas, que sempre me acompanharam; pela democracia; pelo futuro deste País para nossos filhos e nossos netos, eu voto ‘sim’” (MELO, 2016, p. 173).

Para o historiador Renan Quinalha (2016), o golpe de 2016 tem três facetas: a corrupção, o neoliberalismo e o conservadorismo. Pela exposição

13. BRASIL. Senado Federal. *Veja os principais documentos do processo de impeachment de Dilma Rousseff*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff>. Acessado em 21 de fev. de 2021.

dos pronunciamentos dos parlamentares, percebemos que o combate da “nação contra a corrupção” era predominante nos pronunciamentos dos parlamentares. Porém, é preciso que também lembremos das gravações de Sérgio Machado, segundo Quinalha (2016), em que foram revelados os motivos pelos quais Dilma estaria sofrendo processo de *impeachment*: “porque era a única sem disposição para negociar um pacto capaz de travar a operação Lava Jato, como a classe política esperava e exigia de uma presidente” (QUINALHA, 2016, p.133).

O advogado, professor de Direito e político brasileiro Ciro Gomes (2016) também concorda que o golpe de 2016 fora resultado das eleições de 2014, aliado à tentativa de barrar as investigações da operação Lava Jato e da Polícia Federal com interesses do capital especulativo e internacional. No período, havia várias denúncias de corrupção contra diferentes autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive o próprio presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha¹⁴ – que liderou o processo a favor do *impeachment* no Parlamento, embora ele próprio estivesse sendo processado por corrupção, o que levou a seu afastamento e prisão, logo após ter presidido o processo de afastamento da presidente.

A respeito da suspeição do presidente da Câmara Federal dos Deputados, o deputado Ivan Valente, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL – SP) lembrou, como líder do partido, que Eduardo Cunha era réu do Supremo Tribunal Federal e que, portanto, “o espetáculo degradante deslegitima o processo de impeachment e degrada o Congresso Nacional” (VALENTE, 2016, p. 59). Pronunciamento semelhante também teve Alessandro Molon, do partido Rede – RJ, também como líder, expressando-se contra o *impeachment* pois, segundo ele, mesmo que houvessem sido confirmados crimes de responsabilidade, a sessão não poderia ser presidida por Eduardo Cunha, pois:

É réu por corrupção e lavagem de dinheiro. Isso mostra que o que está acontecendo, nesta tarde, nada tem a ver com combate à corrupção. Se isso aqui tivesse alguma coisa a ver com combate à corrupção, o líder deste processo não seria, certamente, o Deputado Eduardo Cunha. Esse processo tem a ver com uma chantagem não atendida, que levou a uma vingança. Portanto, a vingança é esse processo (MOLON, 2016, p. 59).

14. Na época era, então, investigado por desviar mais de R\$ 500 milhões do orçamento público em contas na Suíça. Ver em GOMES, Ciro. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

O deputado do partido Rede - RJ, ainda lembrou que o processo de *impeachment* foi uma “vingança” de Cunha – mencionando o fato do Partido dos Trabalhadores (PT) ter-se recusado a apoiar o deputado carioca em sua pretensão de reeleição à presidência da Câmara Federal, em 2015.

O deputado federal de Minas Gerais, Weliton Prado do Partido da Mulher Brasileira (PMB) fez uma leitura de conjuntura e esclareceu os vários interesses e ódios que alimentavam os opositores de Rousseff e dos governos do Partido dos Trabalhadores, ao afirmar que:

Temos sempre que ter discernimento para reconhecer o que representaram para o Brasil os dois primeiros mandatos do Presidente Lula, assim como o primeiro mandato da Presidente Dilma. As conquistas foram inegáveis. O Presidente Lula tirou 40 milhões de pessoas da linha da pobreza. No nosso País, passamos mais de 20 anos sem a construção de nenhuma universidade pública federal, inclusive durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que chegou a fechar cursos técnicos profissionalizantes, o que aconteceu durante o período do Governo do Presidente Lula? Foram abertas várias universidades federais. As pessoas passaram a ter acesso à universidade. Aumentou-se o número de vagas nas escolas públicas. Foram criados o PROUNI, o PRONATEC, o Bolsa Família, bem como o Programa Minha Casa, Minha Vida, que garantiu que as pessoas mais simples tivessem acesso à casa própria (PRADO, 2016, p. 103).

Apesar disso, o deputado do PMDB termina por se posicionar a favor do afastamento, e afirmar que o segundo “governo de Dilma é indefensável e que os avanços e o legado dos três primeiros mandatos” (PRADO, 2016, p.103) estariam retroagindo. Por fim, conclui dizendo que dá “cartão vermelho para a Presidente Dilma, cartão vermelho para o Vice-Presidente Michel Temer, cartão vermelho para o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha — que não deveria, inclusive, estar presidindo esta sessão” (PRADO, 2016, p. 103).

Esses discursos são significativos quando lembramos que dezoito dias após o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff (em 31 de agosto de 2016), Eduardo Cunha foi afastado do cargo pelo Supremo Tribunal Federal, condenado a quinze anos de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas¹⁵.

15. Ver matéria completa do site G1: Eduardo Cunha é condenado a mais de 15 anos de prisão

Além dos pronunciamentos “contra a corrupção”, várias foram as temáticas abordadas durante os votos dos parlamentares, inclusive discursos que homenageavam e saudavam os militares torturadores e as forças armadas, demonstrando que muitos parlamentares ensejavam apologia à ditadura militar - como ocorreu durante o discurso do então deputado Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Cristão (PSC- RJ):

Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de São Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é “sim”! (BOLSONARO, 2016, p. 233).

A homenagem explícita ao militar condenado participação direta nas ações arbitrárias promovida pelo governo dos generais, responsável inclusive pela opressão sofrida por Dilma Rousseff, é muito simbólica, pois o ex-parlamentar representava o discurso reacionário – e defensor dos governos militares. Ele apoiou explicitamente a cassação do mandato de uma presidente mulher, eleita e reeleita pelo voto direto durante o período democrático, pelo principal partido de esquerda do país criado após a redemocratização. Presidenta que fora integrante da luta contra a ditadura civil-militar e fora aprisionada pelo regime autoritário no Brasil, e que em 2016 enfrentava um processo irregular da cassação de seu mandato.

O discurso do deputado muito se assemelha às narrativas que moveram setores civis em 1964: construindo uma narrativa de acusação de que o país estava em crise, acusando a aguda corrupção e incompetência do governo para dar legitimidade ao golpe. Durante a realização da pesquisa, podemos verificar que pelo menos desde as manifestações de 2013, vários setores da sociedade civil saíram às ruas pedindo o retorno das forças armadas:

na Lava Jato. G1, 31 de março de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/03/eduardo-cunha-e-condenado-mais-de-15-anos-de-prisao-na-lava-jato.html>. Acessado em 27 de abril de 2023.

SP: marcha 'em defesa da liberdade' pede volta dos militares ao poder

Manifestação organizada pelo Facebook pede intervenção das Forças Armadas diante de suposta ameaça de implantação do comunismo no País

 10 JUL 2013  20h04 Atualizado em 22/03/2014 20h44

Figura 1: “SP: Marcha ‘em defesa da liberdade’ pede volta dos militares ao poder”.
Fonte: Terra.¹⁶

22/03/2014 15h45 - Atualizado em 22/03/2014 20h44

Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP

Major diz que mil pessoas participaram da caminhada até a Sé.
Manifestantes pedem retorno dos militares ao poder.

Figura 2: “Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP”. Fonte: G1.¹⁷

Para que possamos compreender um outro tipo de pronunciamento reiterado durante a votação faz-se necessário que retomemos às pesquisas de Sérgio Buarque de Holanda (1968), que em “Raízes do Brasil” expõe que o Estado não é, ou não deveria ser, uma expansão do círculo familiar; onde certas vontades particulares moveriam a conduta destes membros que integram a esfera política. No entanto, segundo o autor:

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrá-

16. SP: marcha ‘em defesa da liberdade’ pede volta dos militares ao poder. *Terra*, 10 de jul. de 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder,e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acessado em 8 de Abr. de 2020.

17. PINHO, Márcio; SANTIAGO Tatiana. Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP. *G1*, São Paulo, 22 de mar. de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/saopaulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>. Acessado em 8 de Abr. de 2020.

tico, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (HOLANDA, 1968, p. 146).

Por mais que o conceito de patrimonialismo tenha sido cunhado ainda no século XIX, e pensado por historiadores brasileiros para explicar a formação do Brasil e do Estado brasileiro¹⁸, ele nos interessa enquanto reminiscências de práticas passadas que nos revelam indícios de nossa cultura política. Ao lançar luz desses conceitos, não estamos de forma alguma enxergando a “história imóvel, na qual nada muda e tudo é eterna repetição” (MOTTA, 2009, p.33). Longe disso. Por isso, utilizamos a palavra “reminiscência”, entendendo que tais justificativas nos fornecem fios e rastros (GINZBURG, 2007) para compreendermos o presente através das experiências passadas.

Pois bem, onde então encontrar os resquícios de patrimonialismo? Nas falas de 136 deputados, ao justificarem seus votos pelo processo de admissibilidade de instauração do *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, eles adotaram as justificativas pautadas na “família e por parentes”, como se o núcleo familiar se sobreponesse aos interesses coletivos e pudesse legitimar a sua conduta. Assim, foi o caso da declaração do deputado Josué Bengtson do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB- PA): “Sr. Presidente, por minha família, pela família quadrangular e evangélica em todo o Brasil, pelo Pará, eu voto ‘sim’” (BENGTON, 2016, p.142).

Com um pronunciamento semelhante, o deputado Toninho Wandscheer, ligado ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS), também recorreu a temas pouco públicos e republicanos:

Em memória do meu pai, Paulo Wandscheer, que, tenho certeza, estaria mandando — ele nem pediria; ele mandaria — eu votar pela minha cidade, Fazenda Rio Grande, pelo meu Estado do Paraná, pela minha família e pelo meu Brasil querido, eu voto “sim” (WANDSCHEER, 2016, p. 154).

Se levarmos em consideração um total de 511 parlamentares presentes, esta amostra representa 26,6% das justificativas apresentadas (CARNEIRO e PRANDI, 2018). Nesse sentido, o que podemos depreender das justificativas em “nome da família” é que há uma certa confusão, fruto de

18. Para saber mais, ver em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968 e FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Editora Globo, 1958.

nossa raiz patrimonialista, entre os interesses de bem comum e particular.

Influenciada por Sérgio Buarque de Holanda, a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019) expressa que tais práticas evidenciam aquilo que o autor chamou de cordialidade, qual seja, “a maneira como os brasileiros usam o afeto em vez de se aplicarem do exercício da razão” (SCHWARCZ, 2019, p.66). Isso, por conseguinte, resulta na “frouxidão das instituições” (SCHWARCZ, 2019, p.66) e empecilhos para o exercício da república e democracia (RIOS, 2020).

Em um estudo semelhante, realizado pelo linguista brasileiro Frederico Rios Cury dos Santos, em 2020, revela que as justificativas em alusão à família, foram mais expressivas entre parlamentares ligados a partidos políticos considerados de direita (RIOS, 2020). Se utilizando do linguista francês já aqui mencionado, Patrick Charadeau, Frederico dos Santos argumenta que “a matriz de direita tende, em sua lógica segundo a qual as desigualdades sociais são naturais, a defender o valor da família, porque, em sua ótica, o indivíduo é determinado pelo grupo que, por sua vez, depende da filiação. Isto implica a opinião comum de que as relações hierárquicas e patriarcais devem ser conservadas” (RIOS, 2020, p.6).

Como nos elucida o gráfico a seguir, entre os partidos de matriz ideológica considerados de esquerda, quase não houve menções à família. Vale destacar também que estes partidos mantiveram-se contra, em sua grande maioria dos parlamentares, à abertura do processo de *impeachment*.

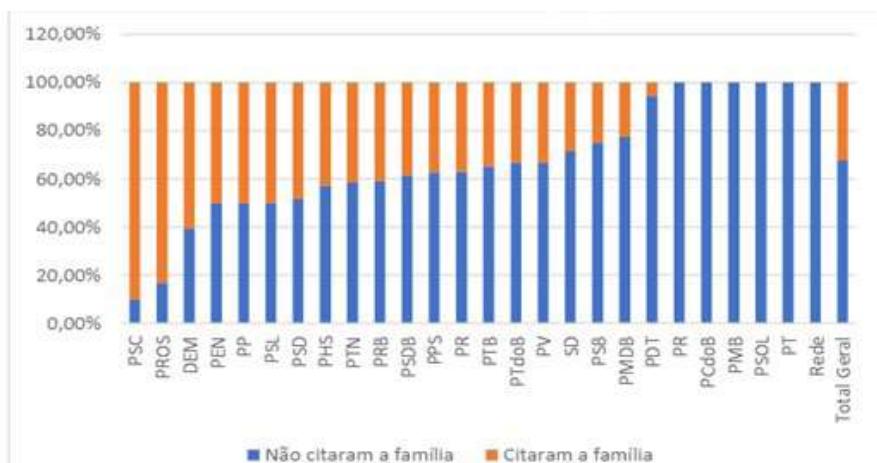


Gráfico 1: Menção à família por partido. Fonte: Frederico Rios Cury dos Santos (2020)

O linguista também expressa que, ao citar a família como justificativa para abertura da instauração do *impeachment*, os parlamentares “não necessariamente tomam uma atitude patrimonialista, mas sua fala pode ser reflexo de uma *doxa* que vê no espaço público a extensão de seus direitos particulares, ou então, em outros casos, de imposição de um modelo familiar tradicional a todos os integrantes da República” (RIOS, 2020, p. 12).

Ademais, é importante mencionar que os “valores e tradições da família” já apareciam em cartazes desde, pelo menos, as manifestações de junho de 2013, como fora discutido anteriormente. Portanto, as justificativas dos deputados federais também expressam, em certa medida, aspirações de interesse familiar da sociedade civil, demonstrando que esses resquícios não dizem respeito somente aos discursos político-partidários.

Assim, ao analisarmos os pronunciamentos dos parlamentares - que deveriam justificar seus votos pelos supostos crimes de responsabilidade - constatamos uma série de justificativas que em nada se referem à lei prevista na Constituição Federal. Esse episódio marca uma fratura na experiência democrática que o país vinha tendo desde 1985, o que faz com que muitos pesquisadores passem a afirmar que a derrubada da presidente, sem provas de crime de responsabilidade, demonstra que essas instituições (poderes Legislativo e Judiciário) deixaram de operar conforme o prescrito na Constituição de 1988, e por consequência, a partir do afastamento de Dilma, o Brasil já não vivia uma democracia plena, e sim, um estado de exceção (FONSECA, 2018).

Concordamos que a democracia fora fortemente abalada nesse processo arbitrário de cassação do mandato de Rousseff, contudo, consideramos que a força da sociedade – em sua expressão democrática – ainda apresenta força e poder suficientes de reagir a esta série de ataques ao regime democrático no Brasil.

Os senadores e aparente legalidade do processo de *impeachment*

Com a maioria dos parlamentares tendo votado a favor do afastamento de Dilma Rousseff na Câmara Federal (367 votos favoráveis e 137 contrários)¹⁹, o processo seguiu para o Senado – quando 61 parlamentares

19. BRASIL. Câmara dos Deputados. *Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de*

votaram a favor do impedimento da presidenta.

Esse processo ocorreu em três momentos. Primeiro, a formação da comissão especial que analisou o caso. Os indicados pelo Senado no dia 25 de abril foram Raimundo Lira, do PMDB²⁰ – apontado para presidir a comissão no Senado, Rose de Freitas (PMDB²¹ – ES), Simone Tebet (PMDB²² – MS), Davi Berger (PMDB²³ – SC), Waldmir Moka (PMDB²⁴ – MS), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB²⁵ – SP), Antonio Anastasia (PSDB²⁶ – MG), Cássio Cunha Lima (PSDB – PB), Ronaldo Caiado (DEM²⁷ – GO), Gleisi Hoffmann (PT²⁸ – PR), Lindberg Farias (PT²⁹ – RJ), José Pimentel (PT³⁰ – CE), Telmário Mota (PDT³¹ – RR), Fernando Bezerra Coelho (PSB³² – PE), Romário (PSB³³ – RJ), Vanessa Grazziotin (PCdoB³⁴ – AM), Ana Amélia (PP³⁵ – RS), José Medeiros (PSD³⁶ – MT), Gladson Cameli (PP³⁷ – AC), Wellington Fagundes (PR³⁸ – MT) e Zezé Perella (PTB³⁹ – MG).

Segundo ainda o site do Senado, a comissão aprovou o relatório do relator, Antonio Anastasia, em 6 de maio de 2016, por 15 votos a favor e

abril de 2016. Documentação disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>, p. 106. Acessado em 12 de nov. de 2022

20. Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

21. Idem.

22. Idem.

23. Idem.

24. Idem.

25. Partido da Social Democracia (PSD).

26. Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

27. Partido Democratas (DEM).

28. Partido dos Trabalhadores (PT).

29. Idem.

30. Idem.

31. Partido Democrático Trabalhista (PDT).

32. Partido Socialista Brasileiro (PSB).

33. Idem.

34. Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

35. Partido O Progressistas (PP).

36. Partido Social Democrático (PSD).

37. Partido O Progressistas (PP).

38. Partido Republicano da Ordem Social (PR).

39. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

5 contra. Em 12 de maio decidiu pela abertura do processo e a presidente Dilma foi afastada. Em junho, foram ouvidos no Senado 44 testemunhas: 38 da defesa, 2 de acusação e 4 elencados pelos senadores. No primeiro dia do mês, o advogado José Eduardo Cardozo encaminhou ao ministro Ricardo Lewandowisk a resposta da defesa à acusação. O documento⁴⁰ expressa uma manifestação de defesa acerca da ilegitimidade, do caráter abusivo, injusto e ofensivo aos princípios democráticos deste processo de *impeachment*.

Além de reafirmar o oportunismo e golpismo por trás da tentativa de deposição da presidenta, o documento apresentado pela defesa traz como epígrafe partes da gravação da conversa “vazada” entre Romério Jucá (PMDB – RJ) e o então ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado - qual Jucá sugere que para “resolver essa porra... Tem que mudar o governo para poder estancar a sangria” (JUCÁ apud CARDOSO, 2016, p. 3). O áudio faz referência às investigações da Lava Jato – em que várias autoridades do Executivo e do Legislativo estavam envolvidas, inclusive os dois interlocutores, o que ajuda a entender como partes dos parlamentares acusados acreditaram e arquitetaram o golpe para a derrubada de Dilma na investida de conter as investigações anticorrupção e proteger-se (MOTTA, 2018) assim como aconteceu com Eduardo Cunha que, ao aceitar o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, explica o cientista político Fernando Limongi:

[...] o fato de Cunha ser evangélico e defender uma pauta conservadora não deve obscurecer sua real motivação para deslanchar o processo. Cunha nunca escondeu sua real motivação. O que ele buscava era proteção contra a Lava Jato, proteção que o governo não quis ou não pôde lhe assegurar (LIMONGI, 2017, p. 5).

Ou seja, ao perceberem que a presidenta Dilma Rousseff não faria negociações no sentido de barrar as investigações da Operação Lava Jato, os parlamentares que até o início de 2015 apoiavam a presidenta, começaram, aos poucos, a abandonar o governo, numa tentativa de manter o pres-

40. BRASIL. Senado Federal. *Veja os principais documentos do processo de impeachment de Dilma Rousseff*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff> Acessado em 2 de ago. de 2020.

tígio diante da possibilidade de um governo de Michel Temer, como de fato ocorreu. Basta lembrar que “doze partidos que a apoiavam, nove passaram a integrar o governo Temer. Dos ministros do novo governo, uma parcela significativa havia servido aos governos do PT” (LIMONGI, 2017, p.5).

Ainda de acordo ainda com Fernando Limongi, ao discorrer sobre o impedimento da presidente, após a sua reeleição em 2015, Dilma Rousseff ainda contava com ampla maioria parlamentar nas Casas Legislativas e que somente após as ameaças da operação Lava Jato e das “investidas sensíveis esquemas de corrupção” (LIMONGI, 2017, p.8) é que se verifica a evasão de partidos aliados. Nesse sentido, o autor faz um balanço: dos doze partidos que integravam o governo de Rousseff, em 2015, nove passaram a integrar o governo Temer.

Durante toda a sessão no plenário do Senado Federal, as discussões foram em torno de questões de ordem apresentadas pela defesa da presidente e contraditas pela oposição. O senador Lindberg Farias (PT-RJ) ainda advertiu que ao votar a favor do impeachment de Dilma, a casa estaria blindando Temer e PMDB de possíveis investigações, haja vista que “várias acusações dirigidas ao Partido não poderiam ser investigadas” (LINDBERG, 2016, p. 21).

A maior parte das perguntas feitas a testemunha foram levantadas por senadores que defendiam a presidente, e, portanto, contra o prosseguimento do *impeachment*. Os senadores da oposição, como Cidinho Santos (PR – MT), renunciou a sua pergunta para que a sessão fosse agilizada. É necessário reiterar também que alguns dos senadores se retiraram da sessão e, portanto, não ouviram (ou não de forma presencial) as oitivas da testemunha em questão. Essa ausência dos parlamentares foi incisivamente questionada pelo senador Lindbergh Farias. Segundo o senador do Rio de Janeiro, sendo a sessão análoga ao Tribunal do Júri, não poderia ocorrer tamanha ausência de jurados durante a fala da testemunha:

Há uma ausência enorme aqui de Senadores. Isso, no Tribunal do Júri, não pode acontecer. No Tribunal do Júri, todos os jurados têm que escutar as testemunhas. Este não é um processo meramente formal! Sumiram, como se tudo estivesse decidido, Sr. Presidente. Esta questão aqui é uma questão gravíssima. Eu peço a V. Ex^a que determine a presença dos Srs. Senadores para escutara oitiva das testemunhas (LINDBERG, 2016, p. 222).

No entanto, o presidente da sessão, Ricardo Lewandowski, respondeu

que estava informado que os Senadores acompanham as sessões de seus gabinetes. “Portanto, a ausência física nem sempre significava a ausência do plenário” (LEWANDOWSKI, 2016, p.222).

Depois das oitivas das testemunhas, deu-se início à fase de depoimento da presidente Dilma Rousseff no Senado, iniciada no dia 29 de agosto de 2016. Em sua defesa, a presidente reiterou o compromisso de manter, defender e cumprir com a Constituição Federal. Dilma lembrou- se dos anos de tortura que enfrentou no período de ditadura militar e fez paralelos com a atual conjuntura:

Na luta contra a ditadura, recebi, no meu corpo, as marcas da tortura. Amarguei, por anos, o sofrimento da prisão. Vi companheiros e compa- nheiras sendo violentados e até assassinados. Na época, eu era muito jovem. Tinha muito a esperar da vida. Tinha medo da morte, das sequelas da tortura no meu corpo e na minha alma, mas não cedi. Resistí. Resistí à tempestade de terror que começava a me engolir, na escuridão dos tempos amargos em que o País vivia. Não mudei dela. Apesar de receber o peso da injustiça nos meus ombros, continuei lutando pela democracia. Dedi- quei todos esses anos da minha vida à luta por uma sociedade sem ódios e intolerância. Lutei por uma sociedade livre de preconceitos e de discrimi- nações. Lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou excluídos. Lutei por um Brasil soberano, mais igual e onde houvesse justiça. Disso tenho orgulho. Quem acredita luta. o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio. E por isso, como no passado, resisto. Não esperem de mim o obséquioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e o Estado de direito (ROUSSEFF, 2016, p. 386).

É interessante lembrarmos que essa relação feita pela presidenta diz muito sobre as reverberações em manifestações públicas pela implemen- tação de um regime militar (apresentado na seção sobre os deputados), bem como falas com autoridade política como do deputado Jair Messias Bolsonaro (PSL) – que discursou a favor do *impeachment*, citando Carlos Alberto Brilhante Ustra. A presidenta mencionou ainda que ao longo de todo o processo, sua defesa havia mostrado a insustentabilidade das acu- sações sofridas.

No dia 31 de agosto de 2016, a sessão que julgou o processo de impea- chment contra a presidenta Dilma Rousseff chegou ao fim. Por 61 votos favoráveis e 20 votos contrários, o plenário do Senado aprovou o afasta-

mento definitivo da primeira mulher eleita e reeleita presidente do Brasil. Na sessão, julgava-se ainda a inabilitação da presidente para cargos públicos e para novas eleições. Para tanto, seria necessário o voto favorável de 54 senadores. No entanto, dos 81 senadores, 42 votaram a favor e 36 foram contra – além de 3 abstenções, o que impediu que os direitos políticos de Dilma fossem suspensos

Considerações finais

A partir do registro e análise dos pronunciamentos dos deputados federais na Câmara Federal, identificamos narrativas que ajudam a entender o cenário político em que se encontrava o país no período. Como foi demonstrado, grande parte dos deputados justificaram seus votos contra a corrupção como se o governo de Dilma houvesse inventado tal prática ou a tivesse defendido, o que não foi confirmado pelas fontes consultadas. Observamos que esses argumentos assemelham-se aos adotados em outros períodos da história do Brasil, sobretudo, aqueles que anteciparam golpes de Estado, como golpe civil-militar, 1964. Essa justificativa torna-se ainda mais vazia quando identificamos os sujeitos e grupos políticos que apoiaram o processo de impeachment. que o próprio presidente da Câmara, Eduardo Cunha foi preso dias depois após a sessão na Casa Legislativa por corrupção e lavagem de dinheiro.

Analisamos que parte dos deputados federais estavam sendo investigados por corrupção – aquilo que afirmavam combater. E, de acordo com as fontes consultadas, como a presidente Dilma Rousseff não barrou investigações como as da Operação Lava Jato, foi perdendo aos poucos os parlamentares que antes compunham sua base já que, o novo governo lhes pareciam mais vantajoso.

Verificamos também que os deputados legitimaram seu voto mencionando a família (filhos, netos, pais e parentes em geral), ou seja, inferimos que o patrimonialismo – enquanto apropriação do interesse comum em benefício particular, esteve presente na fala dos deputados. Ademais, não só por estes discursos, como também pelos motivos que teriam levado os deputados a apoiarem o processo de destituição da presidente, comprehendemos que se faz presente a cultura de usufruto do bem público com interesses e aspirações pessoais.

Quanto aos senadores, além de discursos que reiteravam a narrativa de

“contra a corrupção”, “pior crise do país” identificamos também intensos debates quanto à interpretação da Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dos seis créditos suplementares apontados pela Acusação, três foram descartados ainda na Comissão Especial do Impeachment. Consoante ao que fora demonstrado por juristas e economistas arroladas pela Defesa, bem como pelos intelectuais com quem dialogamos, demonstramos ao longo do trabalho que a prática, pejorativamente chamada de “pedaladas fiscais”, não se configura como Crime de Responsabilidade – e se assim fosse, deveria ter penalizado governos anteriores, assim como atuais prefeitos e governadores que a utilizam.

Outro ponto que chamamos a atenção diz respeito à “fuga” de debates por grande parte dos senadores ligados a acusação da presidente Dilma Rousseff. Evidenciamos na pesquisa relatada que as testemunhas elencadas pela Defesa foram mais interrogadas pelos próprios senadores a ela alinhados que pelos da oposição. Postura essa, que como observou o presidente da sessão; Ricardo Lewandowski prejudicou o grupo aliado à presidenta, uma vez que os parlamentares se recusaram a realizarem perguntas que pudesse ensejar o debate acerca dos crimes pelos quais Dilma Rousseff estava sendo julgada.

Assim sendo, entendemos que a democracia no Brasil, entre 2015 e 2016, a natureza dos pronunciamentos dos parlamentares tornou-se indispensáveis para a compreensão do teor e das conjunturas políticas contemporâneas.

Referências

Fontes hemerográficas e digitais

AMARAL, Marina. *A nova roupa da direita*, Publica, 23 de jun. de 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acessado em 22 de jun. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016*. Documentação disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente>

-dilma/sessao-091-de-170416.. Acessado em 12 de nov. de 2022.

BRASIL. Senado Federal. *Veja os principais documentos do processo de impeachment de Dilma Rousseff*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff>. Acessado em 21 de fev. de 2021. Colóquio realizado pela Pontifícia Universidade Católica – Puc de Minas Gerais no dia 16 de jun. de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/JyMMY-nAmBdA>. Acessado em 16 de jun. de 2020.

PINHO, Márcio; SANTIAGO Tatiana. Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP. *G1*, São Paulo, 22 de mar. de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/saopaulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>. Acessado em 8 de Abr. de 2020.

Senado Federal. *Notas Taquigráficas*. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/3885#Quarto_2237, p. 386. Acessado em 2 de ago. de 2020.

SP: marcha ‘em defesa da liberdade’ pede volta dos militares ao poder. *Terra*, 10 de jul. de 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pedevolta-dos-militares-ao-poder,e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acessado em 8 de Abr. de 2020.

Bibliografia

AMARAL, Marina. Jabuti não nasce em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOTELHO, André. Patrimonialismo brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. *Dicionário da República: 51 textos críticos*. Companhia das Letras, 2019.

CHAIA, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabricio. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no

mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora Revista de Arte, Mídia e Política*, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014.

DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016: razões, atores e consequências*. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

DIAS, Luiz Antonio; SOUZA, Rafael Lopes. *Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016*. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016: razões, atores e consequências*. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

FONSECA, Francisco. O contexto do golpe de estado. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016: razões, atores e consequências*. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

FONTINELES, Claudia Cristina. A vitalidade da história em um tempo em ebulação. *História Unisinos*, v. 23, n. 2, p. 317-321, 2019.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Editora Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. *Novos Estudos*, p. 5 – 13, 2017.

MIGUEL, Luiz Felipe. Apresentação. In: DIAS, Luiz Antonio; SOUZA, Rafael Lopes. *Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016*. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016: razões, atores e consequências*. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (org.) *Culturas políticas na história: novos estudos*. Argumentum, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo da Nova República*-vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. *Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In: SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

RIOS, Frederico C. dos Santos. (2020). A relação entre o público e o privado no impeachment de Dilma Rousseff. *Cadernos De Linguagem E Sociedade*, 21(1).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras, 2019.

HISTÓRIA, CULTURA
E SOCIEDADE

Reforma Católica no (Meio) Norte do Brasil: a atuação de Dom Manoel Joaquim da Silveira (1851-1861) através do jornal *O Ecclesiastico*¹

João Vitor Araújo Sales²

Marcelo de Sousa Neto³

As produções historiográficas têm evidenciado o papel de destaque dos bispos católicos na História.⁴ No Brasil, esses sujeitos atuaram em diversas questões relevantes, inclusive políticas, e serviram ao projeto colonizador de Portugal, que se utilizou do discurso religioso da Igreja para justificar sua ação exploratória e, pela persuasão desse, reduzir a resistência a sua lógica predatória e eurocêntrica (SÁ, 2010). Neste sentido, o poder brando exercido pelas autoridades religiosas amansou os colonizados e, pela sua catequese “civilizadora”, inculcou-lhes a virtude da obediência a Deus e às autoridades por Ele instituídas para o governo do mundo temporal (El Rei) e das coisas espirituais (a Igreja, através de seus ministros).

Mas, se predominava no Brasil a barbárie e o paganismo, ao olhar dos invasores europeus, não se poderia, ainda, tirar do meio daqueles homens

1. Este capítulo é fruto da tese de doutorado em desenvolvimento: *Sursum Corda: A Interiorização do Ultramontanismo no Piauí (1851-1910)*.

2. Discente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, à nível de doutorado, na Universidade Federal do Piauí. Email: vitorjhon7@gmail.com.

3. Professor Associado de História, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI e do PRO-FHISTÓRIA/UESPI-UFRJ. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: marcelo@ccm.uespi.br.

4. Limitando-se ao Brasil, destacam-se trabalhos sobre os bispos nas regiões de Minas Gerais e de São Paulo, como os de Alcilene Oliveira (2001), Zanon (1999), Lustosa (1977), Wernet (1987), nos períodos da Colônia e do Império. Na República, também se evidenciam participações dos bispos na ação social da Igreja, sua relação com o Estado laico, bem como, sua dinâmica com as oligarquias, com a democracia e os regimes autoritários, como demonstram os trabalhos de Azzi (1978), Silva (2002), Paulo Gomes (2014) e Aquino (2012).

vocações aptas ao ministério sacerdotal, quanto mais à nível episcopal. Além disso, não se preocupou a Coroa em destinar bispos de imediato para esta colônia, cabendo ao encargo das Ordens religiosas a evangelização nos rincões do “novo mundo”. Portanto, os primeiros bispos a atuarem no Brasil remetem à temporalidade tardia e de atuação precária, de origem portuguesa ou de alguma de suas colônias mais antigas, cujos frutos já rendiam vocações à Igreja. Estes ocupariam a titularidade dos primeiros bispados criados: o de Salvador (Bahia), em 1551, o de Olinda (Pernambuco), em 1676, o do Rio de Janeiro, em 1676 (prelazia desde 1575) e o de São Luís (Maranhão) em 1677.

No século XVIII, conforme oportunidade e, principalmente, conveniência, foram criados novos bispados e prelazias, marcando a terceira grande reorganização destes territórios diocesanos com a fundação, desmembrado do de São Luís, do bispado de Belém (Pará), em 1720; São Paulo; Mariana (Minas Gerais); e as prelazias de Goiás e Cuiabá (Mato Grosso), todos erigidos em 1745, a partir da diocese do Rio de Janeiro (ROSENDAHL; CORRÊA, 2006. MATOS, 2011).

A tomar por referência o bispado de São Luís, responsável, até 1720, por todo território ao Norte, predominaram bispos vinculados a Ordens religiosas, parte deles com formação na Universidade de Coimbra, o que lhes influenciou na sua atuação pública.⁵ Esta tendência predominou enquanto o Brasil permaneceu sob domínio português, e até que se colhessem os frutos dos institutos formativos do país. Dedicados ao ensino dos futuros membros do clero, estes, ditos, Seminários, apresentaram seus primeiros prelados ao longo do século XIX, o que coincide com a Independência do Brasil de Portugal, estabelecido como Império.

Estes membros da alta hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana, religião oficial do Estado Imperial, consagrado na Constituição brasileira de 1824 que, pelas suas amplas atribuições no governo religioso e secular – por ocasião do regime do Padroado – foram ativos defensores da Igreja nos espaços de poder que ocuparam. A ala considerada conservadora, propunha-se a rebater os críticos à religião e as ideias progressistas, principalmente, por meio da Imprensa e da educação, como o fez Dom

5. As informações biográficas dos bispos do Maranhão partem, basicamente, da mesma obra: Roteiro dos bispados do Brazil e dos seos respectivos bispos, desde os tempos coloniaes até o presente, do pe. Carlos Augusto Peixoto de Alencar. Esta afirmação baseia-se, portanto, da consulta à referida obra cruzadas ao banco de dados da Universidade de Coimbra

Manoel Joaquim da Silveira, enquanto bispo de São Luís que, no século XIX, jurisdicionava, além do Maranhão, o Piauí.

Para compreender a importância destes instrumentos de gestão, consolidação e expansão diocesana, no contexto oitocentista, é necessário saber quem foram os indivíduos que nortearam esses processos, em que ou em quem se fundamentavam, e qual sua trajetória até a temporalidade delimitada para este capítulo. Neste aspecto, o periódico *O Ecclesiastico* é perscrutado como fonte principal, no intuito de problematizar o sujeito histórico Manoel Joaquim da Silveira, circunscrito no contexto de mudanças da Igreja Católica no Brasil, particularmente, enquanto bispo da diocese de São Luís do Maranhão, que ora se apresenta.

O caminho modelo ao episcopado

Manuel Joaquim da Silveira, era natural da freguesia de Santa Rita, localizada no Rio de Janeiro, nascido no ano de 1807. Segundo César Augusto Marques, “Não teve berço de ouro, nem cortinas de seda”, mas seu pai era empregado vitalício da antiga casa da moeda, e não se revela se sua mãe exercia alguma atividade profissional. Manoel percorreu seu caminho intelectual no Seminário Episcopal de São José (RJ), primeiro com os estudos de humanidades (concluída nas aulas públicas na mesma cidade), depois com os teológicos.

Quando ainda diácono, ficou encarregado pela secretaria da Câmara Episcopal do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, que saiu em Visita Pastoral levando consigo o titular desta repartição. Aos 23 anos (1830), foi ordenado sacerdote secular. Conforme Conduru Pacheco⁶ (1968, p. 180), foi preterido por motivos políticos em duas oportunidades para vigararias de freguesias em que foi aprovado (1834 e 1836), foi convidado à docência, dedicando-se ao ensino de Teologia Moral e Dogmática do Seminário que foi egresso, regendo-a de novembro de 1837 a dezembro de 1851.

No mesmo Seminário, já em 1838, ocupou o importantíssimo cargo de

6. Neste trabalho, utilizou-se extensivamente a obra do maranhense Felipe Benício Condurú Pacheco História Eclesiástica do Maranhão. Publicada em forma de escorço cronológico, em quesitos (151 perguntas e respostas), não se conhece obra mais soberba sobre a Igreja no Maranhão ao longo de suas 846 páginas. Apropriando-se do trabalho de Dom Francisco de Paula e Silva, Condurú Pacheco teve acesso a diversas fontes, dentre elas, às edições, hoje indisponíveis, do *Ecclesiastico*, fazendo-se interlocutor privilegiado na construção deste capítulo, servindo tanto como fonte, quanto como literatura obrigatória ao tema.

Reitor, “e sem empregar meios vexatórios, duplicou a renda do Seminário , do que aproveitou-se para reparar todo o edifício e a capela, e construir um dormitório” (O ECCLESIASTICO, N. 233, p. 139), demonstrando, portanto, sua capacidade de bom administrador, característica apreciada para ocupar cargos proeminentes na Igreja.

Nos anos 40, sua carreira eclesiástica teve verdadeira ascensão, a começar pela sua elevação à categoria de cônego da capela imperial (1839) pelo regente Pedro de Araujo Lima; em 1840, D. Manoel do Monte, bispo do Rio de Janeiro, aprovou sua nomeação para examinador sinodal. Foi ainda nomeado capelão da Imperatriz no Brasil, e condecorado pelo rei das duas Sicílias cavaleiro de Francisco I (1843). Em uma de suas viagens, visitou o Papa Pio IX e diversos países da Europa (PACHECO, 1968, p. 180); e do Imperador, recebeu a comenda da Ordem de Cristo (1844). No ano seguinte, foi nomeado Promotor do bispado do Rio de Janeiro, e em 1847 recebeu a carta do título do Conselho. Finalmente, em 1849, foi nomeado Inspetor da capela imperial e fabriqueiro da catedral.

Estava, pois, bem construída a carreira eclesiástica de Manoel Joaquim da Silveira. Trajetórias como essa, marcada pela boa gestão de recursos, o tino intelectual e pedagógico, o serviço em prol da instrução do clero como lente e reitor, e a boa relação com os poderes constituídos (PACHECO, 1968, p. 257) era um caminho seguro para a mitra, como assim aconteceu, em 1851, com sua indicação para a diocese das províncias do Maranhão e Piauí.

Faltava-lhe, porém, um último quesito para localizá-lo entre os típicos bispos reformadores, ditos Ultramontanos, do século XIX: reservar-se das atividades profanas – especificamente, da política –, ainda que essas lhe pudessem beneficiar e ao seu projeto reformista, e se dedicar exclusivamente aos deveres eclesiásticos, como aconteceu tão logo chegou à província maranhense:

Desejando, como lhe cumpria, só servir a Deus e a sua causa, não quis tomar assento como membro da Assembleia Legislativa provincial, para que fora espontaneamente eleito, nem aceitar a administração da província, como seu primeiro vice-presidente, para cujo lugar fora nomeado por carta imperial, deixando assim de anuir às instantes recomendações do governo, no sentido somente de se não envolver em negócios políticos e alheios a sua sagrada missão.” (O ECCLESIASTICO, N. 233, p. 140)

Esta postura de se resguardar da atividade política eletiva⁷, principalmente dos bispos, foi um diferencial na atuação reformista oitocentista. Sob este paradigma, uma cadeia de ministros do sagrado imitaria seu exemplo, e o reproduziriam nas suas produções escriturísticas, especialmente nos jornais declaradamente católicos.

Isto não significa um caminho pela antipolítica, do contrário, refugiar-se, deliberadamente, nos ambientes religiosos era uma atitude política, e não excluía, mas exponenciava o poder de crítica dos agentes clericais sobre os poderes temporais, pois deles participavam de forma diminuta a partir da segunda metade do século XIX. Além disso, a Igreja esperava contar com o auxílio de seus diletos filhos, leigos católicos atuantes no cenário político nacional; com a circulação e pressão de suas ideias pelos jornais católicos que se difundiam de norte a sul do Império; e com a formação de uma inteligência católica a partir da instrução da mocidade e de seus ministros em formação nos Seminários.

Jornal *O Ecclesiastico*: informar para instruir, instruir para informar

É nesta linha de raciocínio que surgiu, contemporaneamente ao governo diocesano de D. Manoel Joaquim da Silveira – segundo Pacheco (1968, p. 183), criado pelo próprio bispo – o periódico *O Ecclesiastico*, um dos mais longevos e, provavelmente, o mais completo jornal católico do Maranhão no dezenove⁸. Tendo seu primeiro número em 1º de outubro de 1851, auto explicava-se como “dedicado aos interesses da religião, sob os auspícios do excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. Manoel Joaquim da Silveira, bispo do Maranhão”⁹. Em outras palavras, o periódico quinzenal explicitava sua coesão ao projeto da autoridade episcopal, o que não significa que se tratava de um órgão oficial da diocese, nem que suas publicações passavam diretamente pelo filtro do prelado maranhense, como explicaram seus redatores em 1854 que “auspícios” referia-se à auxílio, proteção, e não censura ou direção (*O ECCLESIASTICO*, N. 50, p. 13).

7. Também havia sido eleito Deputado Provincial do Maranhão. (PACHECO, 1968, p. 256)

8. Normalmente, com 8 folhas, alcançou 240 edições em 1862, quando deixou de ser publicado. Nossos agradecimentos à Biblioteca Pública Benedito Leite pelo envio das edições digitalizadas disponíveis entre os anos de 1852 a 1857 e os de 1860 a 1862.

9. Com a transferência de D. Manoel para o arcebispado da Bahia, passou a constar como “sob os auspícios do clero maranhense”, e com a chegada do novo bispo, D. Fr. Saraiva, novamente modificou seu subtítulo.

Apesar de não se identificar como órgão oficial de propaganda da diocese, deixando claro que “Todos os artigos de fundo que tem aparecido no nosso jornal são de nossa lava, e exprimem unicamente as nossas ideias, assim que eles não podem constituir, e jamais constituirão regra para a diocese, visto que não tem força administrativa.” (O ECCLESIASTICO, N. 50, p. 13), o jornal publicava todos os atos e correspondência oficial do governo eclesiástico, além daqueles do governo secular relativos à Igreja, tomando ares, portanto, de um diário oficial que publicizava as ações da diocese¹⁰.

Ao relevante serviço de publicação dos atos oficiais, somavam-se a divulgação de artigos eclesiás ou folhetins sobre a doutrina, a disciplina eclesiástica, a vida dos santos e regras gerais e explicativas da liturgia (O ECCLESIASTICO, N. 97, p. 2). Todos esses elementos formavam um programa editorial muito claro: “disseminar na massa da população ideias puras de moral, noções do justo e do injusto, os princípios e [ilegível] da santa religião que professamos” (O ECCLESIASTICO, N. 1, p. 1).

Ao longo do tempo, consorte ao bispado de D. Manoel, O Ecclesiastico revela outros elementos de seu programa editorial, como seu papel disseminador, especialmente, entre a “classe proletária” e ao “povo do interior das províncias” o conhecimento ao “movimento científico, moral e religioso que ocupa a sociedade em geral”, pouco acessível pelos “livros competentes”, pela difícil circulação e aquisição desses entre este público (O ECCLESIASTICO, N. 73, p. 2). O periódico, portanto, faria este papel informativo de viés católico, sem tomar parte em discussões político-partidárias – à exemplo do próprio bispo, que se recusou a ocupar cargo eletivo – ou em conflitos particulares.¹¹

A informação, para imprensa católica que se gestava¹² na antiga Atenas brasileira, não intencionava apenas dar ciência dos fatos, nem se arrogava imparcial ideologicamente. Sua narrativa visava atingir a instituição que consideravam central à manutenção da ordem social: a família, isto é:

10. Segundo Pacheco (1968, p. 185), a primeira vez que a sociedade tomou conhecimento da aprovação ou reprovação em exames sinodais por concurso foi pelo Ecclesiastico.

11. O Ecclesiastico fez da sua imparcialidade política um mantra, reiterando sempre que possível sua posição de indiferença às contendas partidárias, frisando tratar de matérias “puremente religiosas” (N. 1, p. 1), “consagrado aos interesses da religião e dos seus ministros” (N. 25, p. 1), que “nada ofende os interesses públicos ou particulares” (N. 120, p. 185) ou dizendo que seu programa era “inteiramente livre da política” (N. 25, p. 2). Isso, entretanto, não lhe impediu de fazer duras críticas às diversas autoridades públicas.

12. Antes dO Ecclesiastico, foi presente no Maranhão o jornal o Diário Eclesiástico Independente (MEIRELES, 1977, p. 236)

[...] entendemos que não há perigo algum moral resultante da leitura de um jornal religioso, cuja missão é não ofender os costumes, ao mesmo tempo que lhes estranha os vícios e defeitos – é um jornal que pode ao menos servir para os serões de uma família.(O ECCLESIASTICO, N. 73, p. 2)

Para o periódico, portanto, a informação veiculada é destinada à formação, ou seja, à instrução católica dos leigos, que fomentaria a participação na vida em comunidade. Tal ideia é síncrona ao projeto reformista de D. Manoel que, por sua vez, se esforçava para atingir as vocações sacerdotais por meio do Seminário, sobretudo. Convergiam, então, lares católicos e a entrega de seus filhos ao serviço confessional, sendo reforçado pelo jornal seu caráter formativo para vivência deste estado de vida, pois, “[a instrução é] mais que necessária ao estado eclesiástico”. (O ECCLESIASTICO, N. 25, p. 1)

Não obstante o foco na educação dos candidatos ao sacerdócio, é evidenciado pelo jornal a tentativa de integrar o clero ignorante e indisciplinado ao projeto reformista:

[resta] Dirigir-se toda ela [a família eclesiástica] para o inteiro complemento da origem da força – para a união – e só destarte, e por meio da instrução é que a classe eclesiástica fará sentir todo o seu vulto no meio do grande espaço da nação, sendo admitida à mesa da sua munificência. Este pensamento que aí deixamos registrado, faz a nossa convicção íntima, e cremos que assim acontecerá para com toda a classe [do clero]. É esta a grande ideia a pôr-se em prática para a inteira regeneração do clero. (O ECCLESIASTICO, N. 25, p. 1)

Portanto, pretendia-se recuperar os ministros talhados à revelia de uma formação específica e, genuinamente católica e romana, de sacerdotes distantes geograficamente e espiritualmente de seu bispo, desalinhados à cultura Ultramontana, de moral duvidosa ou vida escandalosa, o que se podia aplicar, também, ao povo. Como, então, aproximar-se do homem rude, na sua maioria, longe do mundo das letras, que pouco via seus pastores, enfurnados sertões adentro? A estratégia é justamente aproximar-se do clero na sua zona de atuação, através de Visitas e Cartas do próprio bispo, o que também ressoaria entre os leigos.

Pelas águas e pelas letras: visitas pastorais e cartas apostólicas

Uma das estratégias utilizadas pelos bispos para se comunicar com a sociedade era pelas Cartas Pastorais (REIS, 2011). Estas destinavam-se às unidades territoriais católicas subscritas na diocese, as paróquias, que deveriam ser lidas por seus párocos para o povo. Analisando as Cartas emitidas por D. Manoel Joaquim da Silveira, publicadas no Ecclesiastico, percebe-se uma diversidade de temas abordados.

Nas Cartas, encaminhava-se documentos papais, anunciava-se jubileus, dispensava-se os fiéis da abstinência de carne no período litúrgico da Quaresma, ordenava aos padres que fizessem preces públicas contra a seca e epidemias e suplicando um bom inverno e boa colheita, dispendo de aspectos cotidianos. Não obstante, poderiam também ter um alto teor filosófico e teológico, como quando D. Manuel saúda seus diocesanos e confere orientações para instrução religiosa da mocidade. Estas últimas são as mais reveladoras do pensamento reformista do bispo.

No início de sua gestão, o bispo escreveu, ainda, da Corte, em 25 de Janeiro de 1852, que aceitava a missão que lhe foi confiada apesar de saber da dificuldade de “dirigir as consciências” (O ECCLESIASTICO, N. 9, p. 8), e da obrigação de responder pelos outros, pela natureza de seu cargo, o que era dificultado por um contexto que considerava hostil, isto é, em “tempos de ceticismo universal, e de incredulidade, e o que ainda é pior, de indiferença religiosa” (O ECCLESIASTICO, N. 9, p. 8). O bispo, portanto, entendia que contra a atuação religiosa havia forças contrárias muito claras: o ceticismo, a incredulidade e a indiferença religiosa.

Para contraditar essas ideias que permeavam seu tempo, utilizou-se de autores católicos e não católicos para defender a necessidade da religião nas sociedades ditas civilizadas. Citando o Contrato Social de Rousseau, por exemplo, parafraseia-o dizendo que “jamais se fundou um Estado em que a religião lhe não lhe tenha servido de base” (O ECCLESIASTICO, N. 23, p. 6). Utilizando-se da obra Da Tolerância, de Voltaire – o “nunca suspeito”, destaca que “onde quer que haja uma sociedade estabelecida, é necessária a religião” (O ECCLESIASTICO, N. 23, p. 6).

Todo este esforço em ler e selecionar ideias convergentes na paradigmática filosofia francesa visavam ratificar o papel indispensável da religião na sociedade, pois, dentre outras serventias, funcionaria como o amálgama da sociedade, como agente moralizador que apaziguava as relações sociais,

a partir dos poderes instituídos, ou seja:

Quem é que estabelece entre os grandes e os pequenos essa comunicação estreita de recíprocos serviços? Quem se não ela liga os governantes aos governados, e obriga a estes a obedecer a aqueles, ensinando-lhes que são representantes de Deus na terra, e que por isso merecem os nossos respeitos, e a nossa submissão (O ECCLESIASTICO, N. 23, p. 6)

Ao ato da escrita, da leitura e da escuta, isto é, por meio das Cartas, o outro mecanismo utilizado pelo bispo foi pela sua própria presença. Neste aspecto, é cauteloso em delegar representantes, preferindo percorrer seu bispado e experienciar o trajeto e o encontro com o povo, legando um dos mais ricos registros da passagem de um bispo pelo território do Maranhão e Piauí.

Segundo O Ecclesiastico (N. 233, p. 140), o bispo realizou 6 Visitas Pastorais ao seu bispado, estabelecendo-se, provavelmente, como o prelado do Maranhão que mais vezes saiu de sua sede para missionar no interior. Mesmo Alcântara, muito próxima de São Luís, estava há 22 anos sem receber Visitas, “assim como todas as vilas e paróquias do litoral até a vila de Tury-assú, cuja freguesia é a última deste bispado, ao norte, e por onde ele entesta com o do Pará” (O ECCLESIASTICO, N. 15, p. 2). Para D. Manoel, aquilo se configurava como situação de abandono (O ECCLESIASTICO, N. 15, p. 4).

É para amenizar esta realidade incômoda que o bispo lançava-se constantemente em Visita, tão logo chegou a São Luís, 10 de abril de 1852, por onde iniciou a inspecionar suas, então, 2 paróquias. Embora não se saiba o período em que esta Visita teria sido realizada, sabe-se que foi a primeira e, certamente, realizou-se antes de setembro de 1852, quando realizou a segunda Visita à região litorânea mais ao Norte, passando, entre 24 de setembro de 1852 e 11 de março de 1853 por Turiassú, Cururupu, Guimarães, Jussara (por delegação), S. João das Cortes e Alcântara (por delegação).

Ainda em 1853, o bispo visitaria as freguesias do distrito da vila do Rosário, passando pela Olaria dos Carmelitas (fazenda), S. Miguel dos Índios, Rosário e Itapecuru-Mirim, no ínterim de 19 de setembro de 1853 a 27 de outubro de 1853.

No final do ano seguinte, entre 27 de dezembro de 1854 e 8 de janeiro de 1855, o bispo Visita às freguesias da chamada ilha do Maranhão: Vi-

nhais, Paço do Lumiar, S. José dos Índios, S. José do Ribamar, S. Joaquim de Bacanga. Após intensa atividade missionário pela província, o bispo reservou-se aos cuidados administrativos que se melhor cumpriam de sua sede, como o Seminário Santo Antônio que sofreu grandes mudanças pelo Decreto Nº 1221, do Ministério da Justiça, de 24 de agosto de 1853, dotando-o de cadeiras, ordenamento de lentes, dentre outras reformas.¹³

Apenas em 10 de outubro de 1859 o bispo retomou seu ímpeto de percorrer seu bispado. Não era algo simples, quase sempre pelo caminho dos rios, o bispo e seus acompanhantes formavam uma verdadeira comitiva que se devia auto sustentar, apesar de quase sempre receber o acolhimento das autoridades locais e do próprio povo que, na sua pobreza, não dispensava ofertar o melhor que tinham ao alto representante da Igreja. Assim, passa em Visita por: Viana, Monção, Arari, Vitória do Mearim, Anajatuba, Arapapahy, findando em 27 de janeiro de 1869.

A última viagem de D. Manoel, antes de ser alçado a arcebispo metropolitano da Bahia, cargo de maior responsabilidade eclesiástica do Brasil até 1892, quando a diocese do Rio de Janeiro foi elevada à condição de arquidiocese, igualando-se em hierarquia, foi destinada a Caxias, uma das principais cidades do Maranhão, e Teresina, capital da província do Piauí, criada há menos de 10 anos, porém, com protagonismo político e em ascensão aos demais aspectos sociais.

Iniciando sua Visita a 10 de outubro de 1859, passa, inicialmente, por Itapecuru, Coroatá, Codó e Caxias, cuja intenção era Visitar esta última

13. O citado Decreto criou as “cadeiras” de: Gramática e Língua Latina, Retórica, Poética e Geografia, Francês, Filosofia Racional e Moral, História Sagrada e Eclesiástica, Instituições Canônicas, Teologia Dogmática, Teologia Moral, Liturgia e Canto Plano. Além disso, foi fixado o ordenado anual a ser pago pelos cofres gerais (Art. 2º) para os professores (lentes). Estes seriam propostos pelo bispo e aprovados pelo governo, aprovação prévia que também se faria aos compêndios a serem usados (Art. 3º). (BRASIL, 1853). O Seminário Santo Antônio existe desde 17 de abril de 1838 por criação de D. Marcos Antonio de Sousa (O ECCLESIASTICO, N. 26, p. 10), primeiro bispo do Maranhão indicado pelo governo imperial, com participação da Assembleia Legislativa da província do Maranhão, que sancionou a Lei Nº 49, de 4 de agosto de 1837, destinando 2 contos de réis da Fazenda provincial em prestações mensais para manutenção do Seminário, que funcionaria em parte do convento de Santo Antônio de São Luís. (MARANHÃO, 1837). No primeiro Estatuto do Seminário, feito em 29 de janeiro de 1838, mas aprovado apenas em 1841, estavam previstos as cadeiras de Teologia Moral e Dogmática, Latim, Lógica e História, Retórica e Geografia, e os cofres provinciais destinavam uma gratificação anual para seus lentes, que eram nomeados diretamente pelo Diretor do Seminário. (MARANHÃO, 1841). Em 1850, por “capricho” (MARQUES, 1864, p. 333) a Assembleia suprimiu as cadeiras de Latim, Retórica e Filosofia do Seminário, “cujas matérias se ensinam no Liceu” (Art. 1º, §2º). (MARANHÃO, 1850), reduzindo o Seminário à cadeira de Teologia Moral (O ECCLESIASTICO, N. 52, p. 30)

apenas no retorno para São Luís. No seu deslocamento para Teresina, D. Manoel é acolhido por muitos povoados e fazendas, revelando seu percurso ao passar por Bonfim, Buriti do Padre, Espadão, Estiva, Buriti Grande, fazenda dos Cupins, Luiz Dias, fazenda Flores e, a última no Maranhão, São José. Enfim, em 17 de novembro de 1859, mais de um mês saído de São Luís, o bispo chega a Teresina, de onde parte dia 10 de dezembro de 1859. (O ECCLESIASTICO, n. 197, p. 34-40)

O bispo é generoso ao narrar suas viagens pelo bispado, destacando seus acompanhantes de viagem – normalmente um padre de sua confiança que o secretariava – e aqueles que o acompanham por cordialidade em alguns trechos da Visita – normalmente, autoridades civis e religiosas locais –, os nomes e tipos de embarcações que os transportaram, as famílias e residências que o acolhiam ao longo da viagem, a situação dos templos, alfaias e objetos litúrgica, o desenvolvimento material, e até mesmo sua própria condição de saúde e a natureza foram observadas pelo bispo. Contudo, a maior ênfase dada é quanto a recepção do povo a sua presença, como é descrito pelo próprio bispo em 17 de novembro de 1859, quando chegou para sua Visita à capital da província do Piauí, Teresina:

Era extraordinário o concurso de povo de um e outro sexo, todos a porfia queriam ser os primeiros a cumprimentar-me, mas enfim, conseguimos chegar ao plano, aonde me esperava com o palio a Irmandade do SS. Sacramento, e tive de estar aí considerável tempo demorado, abençoando pessoa por pessoa, a todos os meus amados filhos, que tão prazenteiros me dirigiam suas felicitações [...].

Vencido este primeiro encontro, começou a procissão a desfilar lentamente, era-me necessário corresponder às felicitações do povo, que cada vez mais crescia, e chegava para mim, e o meu coração sofria uma comoção tão forte, que não posso explicar; as girandolas de foguetes, que de espaço em espaço subiam ao ar, os sons festivais da música do corpo dos Educandos artífices da província, o repique dos sinos, esse afã do povo, que em roda de mim se aglomerava, ansioso por me dar provas de seu respeito e seu amor, e se congratulava por me ver, sobremaneira aumentava o abalo, que experimentava, e mais de uma vez de meus olhos correram lágrimas expressivas das afeições, de que estava dominado o meu espírito. (O ECCLESIASTICO, N. 197, p. 36-37)

A propósito, um dos indicativos de mudanças na mentalidade diocesana foi a lógica invertida de D. Manoel. No Brasil, era comum que os bispos

se preservassem no conforto de sua sede, e delegassem a Visita a sacerdotes de sua confiança, tomando providências a partir de faculdades que lhes concediam, ou a partir dos relatos destes prepostos. Os bispos considerados reformadores, de viés Ultramontano, inverteram esta lógica: preferiam delegar sacerdotes de sua confiança para gerir a diocese e iam aos interiores em Visita Pastoral.

Ao longo da descrição da Visita, é possível identificar três elementos centrais destas incursões: fiscal-disciplinar, orante-sacramental e o de conhecer e se tornar conhecido.

Sobre o último aspecto, por exemplo, à ocasião de sua visita à Vila de Tury-assu destaca que “o povo me ouviu com um silêncio profundo e respeito, era a primeira vez que se ouvia, por essas regiões, a voz do pastor!” (O ECCLESIASTICO, N. 15, p. 2). Dar-se a conhecer ao povo é menos ingênuo do que se possa pensar. De fato, conhecer e se dar a conhecer é um ato gerador de vínculo nas relações sociais, de modo que, esta ligação pode desencadear um compromisso mútuo que dá coesão e estabilidade ao tecido social, pois o bispo se mostra acessível e solícito, estabelecendo uma reciprocidade que permite o exercício do poder a partir da intimidade reverente entre bispo e povo.

É por esta relação de confiança que o bispo dissemina a doutrina que considera legítima, e a raridade de sua aparição, em contraste com sua presença momentânea, confere solenidade aos seus atos e palavras, que se somam a sua indumentária e liturgia, como é narrado pelo próprio D. Manoel, por ocasião de seu trajeto de Caxias a Teresina¹⁴, por passagem no povoado Buriti Grande, província do Maranhão, em 14 de Novembro de 1859:

Apenas correu a nova da minha chegada pelos arredores do povoado, corre a gente para ele, e era para ver, como essa boa gente vinha para mim tão satisfeita, nem erravam a pessoa, a minha cruz me distingua dos outros sacerdotes, eis que se ajoelham, pedem a bênção, e de mim não tiram os olhos, e é para eles uma maravilha o que estão vendo; as mulheres sentam-se pelo chão, os homens ficam em pé. Por toda a parte é isto sempre: o sentimento religioso, radicado no coração dos povos os anima e conforta, desde o berço até o túmulo a religião não desampara o homem, e ela o guia em todos os atos de sua vida. Apenas aparece um bispo em um

14. Sobre esta Visita é dito que o bispo percorreu “192 léguas e ida e volta”, fazendo “39 sermões quaresmais” e crismando 16.830 pessoas, “em uma temperatura sempre superior a 90° (Fahrenheit)”, isto é, 32° celsius (PACHECO, 1968, p. 258).

lugar, o anjo de uma Igreja, e logo rodeado, todos querem ver o homem de Deus, pregoeiro da sua lei, e dispensador dos seus mistérios, querem todos receber a sua benção, tem fé nessa benção, e para a receber até se vem arrastando os velhos alquebrados pelo peso dos anos, e os enfermos levantam-se trêmulos de seus leitos: os pobres são os primeiros que a ele correm, oprimidos pela miséria e pela necessidade, uma só palavra que o bispo lhes dirija já é para eles uma consolação, sabem que são filhos e não se vexam [...] (O ECCLESIASTICO, N. 197, p. 35).

No que se refere ao componente fiscal-disciplinar, pode-se observar o ocorrido na Visita a Alcântara em que “põe interdito na capela de Santa Quitéria por se achar execrada, e proibiu aos religiosos Mercedários o uso do sacrário pela revoltante indecência em que foi achado” (O ECCLESIASTICO, N. 3, s/p.). Nesta ocasião, havia claros responsáveis a fazer responder pela falta de zelo. Em outras situações, contudo, restava ao bispo apenas lamentar, como na Visita à vila de S. Francisco Xavier do Turiassú, que é o marco inicial da visitação do norte do bispado rumo a Alcântara, no final do ano de 1852, também no que se refere ao templo:

[Turiassú] é pequena, está situada em uma península cercada de mangues, não tem má casaria, alguns prédios de sobrado nobres; mas a casa de Deus? Oh! Com mágoa o digo, é indigna do que nela habita, Senhor do céu e da terra, tem o pavimento térreo e o teto coberto de pindobas, palha. Que desgraça! E se fosse a única, mas eu estava reservado para ver coisa pior, mais que pior, uma miséria completa em S. João das Cortes. (O ECCLESIASTICO, N. 15, p. 5).

O olhar fiscalizador, todavia, poderia ser de perspectiva positiva, como em Visita à vila de S. João de Carurupú destaca que a matriz é a melhor que viu e que “é pena que seja [de] pau, que está muito asseada, e tem boas alfaias e paramentos” (O ECCLESIASTICO, N. 16, p. 5).

Ciente das condições precárias da diocese, o bispo não adotou uma postura intransigente, sob o risco de inviabilizar o culto em parte do território diocesano. Em S. João das Cortes, em 26 de janeiro de 1853, descreve o contraste entre a penúria e a necessidade de se flexibilizar o cumprimento normativo, isto é:

[...] de caminho visitei logo sem a menor formalidade a mísera palhoça que serve de igreja matriz, cuja inspeção me deixou bem consternado:

ao menos não há no arraial casa de telha, mas quem comprehende quanto o exterior influi no interior, a formalidade na realidade poderá avaliar o grau de respeito que este povo poderá ter a um santuário tão indigno, e aos mistérios que nele se celebram. (O ECCLESIASTICO, N. 18, p. 9).

Se ao norte do bispado havia esta realidade, que se encontra circunscrito à mesma província, no resto do bispado, nos lugares mais distantes da sede episcopal, e mesmo fora da província do Maranhão, a situação poderia ser ainda pior, como no Piauí. Sobre isso, pode-se dizer que o Piauí foi objeto de preocupação de D. Manoel Joaquim da Silveira, pois, tendo tomado posse, um dos seus primeiros atos foi conceder maior possibilidade de atendimento aquele rebanho, isto é, por Portaria de 12 de Junho de 1852, nomeou o vigário colado de Oeiras, o cônego João de Souza Martins, vigário geral forense da Província, ampliando seus poderes. Isso não significou, entretanto, a autonomia daquela província do bispado do Maranhão, pois, o supracitado vigário estava obrigado a, trimestralmente, remeter um relatório à Câmara Eclesiástica e os proventos à diocese, discriminando-os (PACHECO, 1968, p. 185-186).

Na dimensão orante-sacramental, pode-se destacar as orações particulares, mas, principalmente públicas, que se davam pelas missas e realizações de sacramentos com destaque para o Crisma, que era, por assim dizer, o sacramento do bispo, pois era a quem cabia conferi-lo aos fiéis. Os números de fiéis crismados pelo bispo durante sua Visita evidenciam a carência desta autoridade no interior do bispado, sendo um quantitativo sempre expressivo por onde o prelado passou, como os 1657 crismados durante 5 dias que passou em Carurupú (O ECCLESIASTICO, n. 16, p. 5), em Janeiro de 1853, dando uma média de mais de 300 pessoas crismadas por dia.

Nos ritos públicos da Visita, em que os olhos e ouvidos dos fiéis estavam voltados para o bispo, havia a oportunidade de utilizar aquele evento memorável a favor da doutrina católica. A vocalização da “sã” doutrina, como era tida pelo topo da hierarquia eclesiástica, de quem se pouco sabia suas misérias – diferentemente, dos padres locais – também integrava o que se chama neste capítulo de dimensão orante-sacramental das Visitas Pastorais. Na abertura da Visita à vila de Guimarães, por exemplo, em 13 de janeiro de 1853, o bispo, recebido com festa e reverências, tratou da instituição divina dos sacramentos e da “reforma dos costumes” (O ECCLESIASTICO, n. 18, p. 7).

Os costumes do povo foi uma das principais áreas de atuação dos bispos reformistas. Sempre que possível, diferenciavam a cultura ortodoxa da tradição popular heterodoxa, normalmente de caráter sincrético. Cibia ao bispo exaltar e perpetuar a devoção legítima e condenar as manifestações que entendia irreverentes à doutrina católica, como por ocasião da visita ao Arary, em 26 de janeiro de 1858:

Condenei o uso dos ‘bailes de São Gonçalo’, tão frequentes por toda esta ribeira, acreditando o povo que eles são não só coisa muito lícita, mas até agradável a Deus. Fiz-lhe ver que não há inimigos mais perigosos do que os divertimentos noturnos, como essas danças imodestas que obrigam a tantas despesas ruinosas. Disse-lhe que tais bailes não são de S. Gonçalo, mas do diabo, e só próprios para perverter os costumes, e fazer-nos perder a salvação eterna, lançando-nos no abismo do pecado. Em Vitória, eu comutara o voto de uma mulher que não tinha cem mil reis para pagar os gastos de tal baile”. (PACHECO, 1968, p. 254).

Para a Igreja, moldar a cultura foi um desafio constante e, para tanto, fazia necessário reprimir quaisquer manifestações que ameaçasse a boa tradição. Quando não se conseguia incorporar e mudar seu sentido “pagão”, usava-se do poderoso recurso da autoridade de quem detém “as chaves do reino dos céus”, invocando o medo da condenação eterna como estratégia de coerção. Estes recursos fizeram presentes na formação dos agentes eclesiástico e a sua aplicação foi disciplinada pelos bispos, sobretudo, que se faliam do seu conhecimento e autoridade para tentar reformar aquilo que estava deformado, segundo a concepção da época.

Considerações finais

A biografia e os feitos de D. Manoel Joaquim da Silveira são reflexos de um tempo de mudanças. Essas transformações, vindas de fora, aqui criadas ou fruto desta conjugação evidenciam um período marcado por tentativas de se garantir uma religiosidade mais alinhada ao que normatizava a Igreja de então, num território marcado por uma organicidade própria de vida social, na qual a religião estava inherentemente inserida. As reformas maulininas, por assim dizer, apontam nesta direção.

Seja pela sua carreira eclesiástica até o episcopado, sejam pelas suas ações no exercício do cargo bispal, D. Manoel fez da diocese que primeira

lhe foi confiada um “laboratório” de aprendizagem para sua própria vida e vocação, uma vez que, na Bahia continuou imprimindo sua praxe administrativa-eclesial, e fez do território episcopal do Piauí e Maranhão seu espaço de aplicação das ideias Ultramontanas que ventilavam no Brasil.

Sabemos que a atuação reformista foi muito além do que se possa expressar neste texto e, talvez, a maior delas tenha sido na instrução do clero, através do Seminário Episcopal Santo Antônio. Entretanto, sua complexidade ofuscaria três elementos fulcrais para fixação da reforma católica brasileira: circulação de ideias católicas pela Imprensa e as Visitas Pastorais.

Foi através desses elementos que as palavras do bispo, escritas ou faladas, tiveram efetiva reação na sociedade. Não obstante a importante e antiquíssima tradição oral de locução e escuta, foi pela palavra escrita, divulgada e discutida que se buscou fixar os ensinamentos doutrinários dos pastores católicos, em disputa por espaço na Imprensa, que se configurou como arena de atrito entre católicos, livre pensadores e todos mais pensamentos destoantes que emergiram e se autodenominaram inimigos uns dos outros.

As Visitas, por sua vez, era sempre uma oportunidade de fiscalizar e mensurar a adesão de todos aqueles que compunham a Igreja. Além disso, força simbólica dos ritos da Visita tem a capacidade de impactar e criar vínculos, memórias e afetos, enfim, relações sociais fortes o suficiente para despertar mudanças, ainda que fugazmente. É nesta perspectiva que se justificam os atos de D. Manoel Joaquim da Silveira ao longo de sua atuação gestão.

Referências

ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto de. *Roteiro dos bispados do Brazil e dos seus respectivos bispos, desde os tempos coloniaes até o presente*. Ceará: Typ. Cearense, 1864.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*, v. 32, p. 143-170, 2012.

AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930. *Síntese*: Revista de Filosofia, v. 5, n. 12, 1978.

BRASIL, Decreto Nº 1.221, de 24 de agosto de 1853 (criando cadeiras de ensino no Seminário do Maranhão). *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1853*. Tomo XVI, Parte II, Seção 44. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 300-301.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Reformistas na Igreja do Brasil-Império*. São Paulo: Boletim, n.17, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1977. (Nova Série, n. 10).

MARANHÃO. Assembleia Legislativa da Província do Maranhão. Lei Nº 102, de 5 de agosto de 1841. *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da província do Maranhão, 1841*. p. 3-4.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa da Província do Maranhão. Lei Nº 49, de 4 de agosto de 1837. *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da província do Maranhão, 1837*. p. 25-26.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa da Província do Maranhão. Lei Nº 282, de 28 de novembro de 1850. *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da província do Maranhão, 1850*. Maranhão: Typografia Cont. De. J. Ferreira., 1851. p. 18-20.

MARQUES, Cezar Augusto. *Apontamentos para o Diccionario Historico, Geographico, Topographico e Estatistico da Provincia do Maranhão*. Maranhão: Typ. José Maria Correa de Frias, 1864.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2011 (Coleção Igreja na história).

MEIRELES, Mário Martins. *História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão* (no tricentenário de criação da diocese). São Luís: Universidade do Maranhão/ SIOGE, 1977.

O ECCLESIASTICO. São Luís-MA. 1851-1862.

OLIVEIRA, A. C. de. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças Social do e permanências – 1784-1793*, Campinas, 2001. Disser-

tação (Mestrado em História social do Trabalho), Campinas, 2001.

PACHECO, Felipe Condurú (Dom). *História Eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1968.

REIS, Edilberto Cavalcante. Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH – Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>.

ROSENDALH, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Difusão e territórios diocesanos no Brasil, 1551–1930. Scripta Nova. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 10, n. 218 (65), ago. 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn218-65.htm>. Acesso em: 18 jun. 2018

SÁ, Isabel dos Guimarães. Estruturas Eclesiásticas e Acção Religiosa. In.: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Org.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 265-292.

SILVA, S. V. da. (2002). Dom Helder: um sopro progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 62(245), 133-149. <https://doi.org/10.29386/reb.v62i245.1990>

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

ZANON, D. *A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)*. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Unicamp.

Entre o medo e a doença: reflexões sobre a raiva e a varíola na província do Piauí na segunda metade do século XIX¹

Marcus Pierre de Carvalho Baptista²
Francisco de Assis de Sousa Nascimento³
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista⁴

Introdução

Em 1865, foi publicado, na cidade de Teresina, a então nova capital da província do Piauí,⁵ o seu segundo código de posturas que regulamentaria

1. Artigo publicado originalmente na *Revista Latino-Americana de História* em 2021, com o título Do “assombro” à morte: possibilidades de se pensar o medo, varíola e raiva no Piauí na segunda metade do século XIX tendo sido revisado e corrigido para esta publicação.

2. Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em História do Brasil pela UFPI (2019). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI (2016). Integra o Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí – NEZCPI (UESPI) e o grupo de pesquisa: História Política, Teatro e Música (UFPI). E-mail: marcus_pierre@hotmail.com

3. Professor Associado II da UFPI. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF (2009). Mestre em História do Brasil pela UFPI (2005). Graduado em História pela UESPI (2003). Graduado em Pedagogia pela UFPI (2000). Líder do Grupo de Pesquisa “História Política, Teatro e Música” (UFPI). E-mail: franciscoufpi@gmail.com

4. Professora Adjunta IV do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da UESPI. Realizou estágio de Pós-doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI (2019). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2010). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFPI (2004). Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela UFPI (1985). Líder do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado Piauí – NEZCPI / UESPI, desde sua criação em 2010. E-mail: baptistaeli@gmail.com

5. De acordo com Andrade (2016), nas décadas que antecedem a mudança da sede político-administrativa da capital piauiense criou-se um discurso político de necessidade desta última em função de uma suposta situação de atraso, e isolamento geográfico, bem como estagnação econômica e impossibilidade da modernização e desenvolvimento do Piauí. Este discurso, apontado pela historiografia piauiense e construído a partir de fontes produzidas na época, como memórias, relatórios de presidentes da província, sustentou a necessidade

as normas para utilização do espaço público da cidade pelos seus residentes. Dentre os elementos presentes no documento, destaca-se um conjunto de cinco artigos que se propõem a normatizar a situação dos cães de rua que, porventura, pudessem ser encontrados nas dependências dos logradouros públicos da cidade.

Em um contexto de Império marcado por diversas enfermidades tanto de caráter endêmico como epidêmico (CHALHOUB, 1996; PIMENTA, 2003; DEL PRIORE, 2016), a preocupação com a situação destes animais logo resvala, possivelmente, não apenas em um perigo físico que estes representariam para os habitantes desta cidade, mas também na probabilidade de disseminação de uma doença que tem como um de seus principais vetores de transmissão o cachorro, isto é, a raiva.

Embora o documento não cite diretamente a doença, esta interpretação não seria impossível, tendo em vista que nos anos 1860 os piauienses enfrentaram diversas doenças que marcaram o seu imaginário, a exemplo da febre amarela, sarampo, sífilis, cólera e varíola, podendo encontrar registros acerca destas e seus efeitos nos documentos produzidos pelo poder executivo, bem como na imprensa piauiense da época.

Deste modo, o objetivo deste capítulo foi discutir sobre os possíveis reflexos que a presença destas enfermidades, especialmente a varíola e a raiva, teve no imaginário dos piauienses na segunda metade do século XIX, enfatizando questões referentes ao medo que estas provocaram no território provincial. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica para compreensão do contexto histórico brasileiro e do Piauí no tocante a salubridade pública na segunda metade do século XIX, com destaque para autores como Chalhoub (1996), Pimenta (2003), Nunes (2007), Del Priore (2016), Santana (2017), Marinho (2018), Nery (2021) e Baptista, Nascimento e Baptista (2021), bem como obras que ajudassem a dialogar com o conceito de medo, trabalhado nesta narrativa, utilizando-se Tuan (2005) e Delumeau (2009).

de mudança da capital da província do Piauí de Oeiras para Teresina. Esta, por sua vez, se sucedeu em 1852 e se tratou de uma estratégia política em que se acreditava que através desta seria possível uma maior integração da economia piauiense à conjuntura econômica nacional e, assim, modernizar a província. Na época, isto tornar-se-ia possível através da comunicação e transporte de mercadorias com a nova capital às margens do rio Parnaíba, maior via fluvial piauiense, conectando o Piauí de norte a sul através da navegação a vapor, bem como fortalecendo a cidade de Parnaíba no litoral piauiense como espaço para comercialização das mercadorias da província e escoamento através do oceano Atlântico.

Com relação a fontes utilizamos, ao longo do estudo, dois tipos de documentos: documentos do poder legislativo, no caso, o código de posturas da cidade de Teresina de 1865, e os relatórios dos presidentes da província do Piauí de 1856, 1862, 1863, 1865, 1866, 1867, 1876, 1877, 1878 e 1879.

Deste modo, a partir do acervo documental trabalhado, o fio condutor da construção desta narrativa sustentou-se nas possibilidades de reflexão acerca de como as doenças transformaram não apenas o cotidiano dos espaços que se inseriram, seja modificando hábitos ou paisagens, mas também de que maneira marcaram o imaginário social da época.

Possibilidades para pensar a Raiva e a Varíola no Piauí na segunda metade do século XIX

A segunda metade do século XIX, especialmente as primeiras décadas, marca, no contexto do Brasil oitocentista, um momento de discussão profícua entre a legitimação do saber médico científico em detrimento de outras práticas de cura que existiam no momento. Tratou-se de um período em que o poder público buscou relacionar uma ideia do ser “moderno” com questões voltadas ao progresso, modernização dos espaços, bem como a necessidade de higienização destes últimos (CHALHOUB, 1996; PIMENTA, 2003; DEL PRIORE, 2016).

Foram diversas⁶ as enfermidades que se instalaram de norte a sul do Brasil, provocando não apenas milhares de vítimas, mas modificando significativamente o cotidiano, bem como o imaginário social das pessoas. Pode-se citar o caso da epidemia do cólera que nesta época afetou diversas províncias, dentre elas a do Pará (BELTRÃO, 1999), Bahia (DAVID, 1993), Rio de Janeiro (PIMENTA, 2003), Pernambuco (FARIAS, 2007), Ceará (LEMOS, 2016), Espírito Santo (FRANCO, 2015), Minas Gerais (FONSECA; SILVEIRA, 2019), São Paulo (CAMARGO, 2007), Santa Catarina (DEL PRIORE, 2016), Rio Grande do Sul (WITTER, 2007), e Mato Grosso (RÜCKERT; MOTTA, 2021).

O Piauí também foi afetado por esta conjuntura, tendo sido uma das

6. É possível citar ainda neste contexto a nível de Brasil a presença de enfermidades tanto de caráter epidêmico como endêmico, a exemplo dos casos da febre amarela (CHALHOUB, 1996), varíola (CHALHOUB, 1996; SEVCENKO, 2010), tuberculose (BERTOLI FILHO, 2001; NASCIMENTO, 2005), e malária (GURGEL, 2010; NERY; CARDOSO, 2021), além de doenças que afetavam o trato digestivo (DEL PRIORE, 2016; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

províncias brasileiras marcada de forma similar por diversas enfermidades⁷ na segunda metade do século XIX, sendo o cólera uma das que se fez presente em seu território entre os anos de 1862 e 1863. Sobre este, Nunes (2007) e Baptista, Nascimento e Baptista (2021) indicam que em solo piauiense a doença modificou o cotidiano das localidades supostamente ameaçadas pela enfermidade, especialmente naquelas em situação limítrofe com o Ceará ou mais próximas desta província, como Parnaíba e vitimando dezenas de pessoas nos termos e vilas atingidos, principalmente em Independência e Príncipe Imperial (atual Crateús).

Deste modo, ao observarmos o registro dos efeitos que estas enfermidades produziram na província piauiense e que pode ser encontrado nos documentos produzidos na época, é pertinente notar as citações no tocante ao horror, pânico e medo⁸ que algumas destas provocaram ao grassar entre a população piauiense, como é o caso do cólera⁹. Seria possível, no entanto, inferir que outras doenças, ainda que já conhecidas e que vez ou outra tornavam-se epidêmicas nas províncias, tiveram efeitos similares quanto ao medo provocado na população?

Assim, ao nos depararmos com documentos que registram a varíola no Piauí nesta época, bem como a possibilidade da raiva, consideramos os ensinamentos de Albuquerque Jr. (2017), isto é, que a narrativa histórica

7. Sobre a salubridade pública e a presença de enfermidades na província do Piauí neste contexto, a exemplo da febre amarela, varíola, impaludismo, dentre outros ver autores como Nunes (2007), Alvarenga (2011), Santana (2017), Marinho (2018) e Nery e Cardoso (2021).

8. O sentir medo faz parte da experiência humana. Este, por sua vez, transforma-se de acordo com a sociedade, isto é, os sujeitos sentem medos de maneiras e formas distintas, podendo ser diferentes elementos a constituir seu imaginário e criarem paisagens do medo (TUAN, 2005). A morte, por exemplo, a partir do momento em que o ser humano toma consciência que sua existência é finita, teme-se o seu fim, tendo-se então o medo da morte. As doenças, deste modo, tornam-se mais um dos aspectos que não apenas modificam o cotidiano dos sujeitos, mas marcam o seu imaginário, em função do fim último que podem levar o indivíduo: a morte. Ao historiador, então, cabem os cuidados ao se analisar e refletir sobre o medo, especialmente ao se considerar a relação entre os temores individuais e aqueles coletivos (DELUMEAU, 2009). No caso do Piauí, na segunda metade do século XIX, doenças, medo e morte, em momentos de surtos epidêmicos, fizeram parte do imaginário dos sujeitos.

9. É possível encontrar registros do medo que o cólera ou mesmo a possibilidade de sua chegada provocou na província piauiense nos relatórios de presidente da província de 1855 (PIAUHY, 1855), 1856 (PIAUHY, 1856), 1862 (PIAUHY, 1862a; PIAUHY, 1862b), 1863 (PIAUHY, 1863a) e 1866 (PIAUHY, 1866a). Além disso, em 1884, a possibilidade de a doença voltar a se tornar epidêmica no Piauí através do porto de Amarração novamente é motivo para medo e cobrança de medidas por parte da imprensa às autoridades públicas (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018).

não tem a liberdade criativa de um enredo ficcional, no entanto, não deixa de ser uma narrativa inventada atrelada a documentos. Ao historiador cabe produzir os conflitos, recortar seus objetos, o que aproxima seu fazer às produções artísticas.

Tendo isso em vista, utilizaremos os documentos neste artigo no sentido de indicar possíveis caminhos de pesquisa e modos que a varíola e a raiva afetaram as sensibilidades dos sujeitos que viviam no Piauí no período em tela, contribuindo para os estudos de história da saúde, das doenças e das ciências no Piauí.

Cabe dizer também que nosso interesse aqui não é em analisar ações profiláticas ou medidas tomadas (embora iremos comentar eventualmente sobre estas) para controle da raiva e varíola, mas sim indicar, do mesmo modo que no caso do cólera, como estas doenças possivelmente impactaram o imaginário dos sujeitos que viviam na província na segunda metade do século XIX e a necessidade de refletirmos sobre outros aspectos no contexto piauiense, nesse caso sobre o medo da doença.

O caso da raiva e varíola, a partir das fontes trabalhadas, permite-nos inferir mais sugestões do que afirmações, indicando algumas narrativas que podemos criar a partir dos documentos que tivemos acesso e que outras fontes mais próximas das sensibilidades podem permitir discutir de maneira mais incisiva essa questão do medo destas doenças na segunda metade do século XIX no Piauí.

Deste modo, dois documentos nos chamaram a atenção pelas narrativas possíveis a partir destes e os caminhos para outras análises, sendo: o código de postura de Teresina de 1865 e o relatório do chefe de polícia presente no relatório do presidente da província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire apresentado à Assembleia Legislativa em 1867.

O primeiro documento, isto é, o código de postura de Teresina de 1865, delibera sobre diversos regulamentos para a cidade naquele momento, dentre estes alguns acerca da higiene¹⁰ pública do espaço urbano,

10. Com relação ao movimento higienista, foi na segunda metade do século XIX e início do século XX que esta ideologia passou a influenciar significativamente o poder público, especialmente nas políticas adotadas para a manutenção da salubridade dos espaços. A proposta higienista referia-se à importância de se ter espaços bem higienizados, assim como uma população bem-educada no tocante às suas práticas higiênicas, principalmente porque através da manutenção da saúde coletiva protegia-se as elites. Assim, durante esta temporalidade esta ideologia passa a modificar diretamente as vidas dos sujeitos, bem como a política, ao tempo em que influencia as ações tomadas na sociedade (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013).

discussões que se inseriram no cotidiano das populações e nos espaços de poder durante o período oitocentista.

Nestes artigos, era comum a regulamentação sobre a presença de animais nos logradouros públicos da cidade, bem como tratamento do consumo e acerca dos espaços para abatimento, como os matadouros. Alguns destes regulamentos, por sua vez, referentes a salubridade pública da cidade, inferem diretamente acerca da situação dos cães que eram possíveis de serem encontrados nas ruas e praças do espaço urbano de Teresina, como segue:

Posturas sobre os cães que vagam nas praças e ruas da Capital.

Art. 1º Prohibi-se expressamente que vaguem cães nas praças e ruas desta cidade.

Art. 2º O cão que assim for encontrado será imediatamente morto pelos Guardas da Comarca, ou por quem for para isso encarregado pelo respectivo fiscal.

Art. 3º Não terá lugar a disposição do artigo antecedente nos casos seguintes:

§. 1º Se antes da execução da morte de qualquer cão aparecer seu dono ou dona que reclame a suspenção da mesma execução e pague a multa estabelecida pelo art. 4º.

§. 2º Se a pessoa a quem pertencer o cão for conhecida e não for indigente.

Art. 4º Os cães que estiverem compreendidos nas disposições dos §§. antecedentes, não deverão serem mortos; impondo-se a seus donos a multa de 5\$000 reis e o duplo nas reincidencias.

Art. 5º A Comarca fornecerá ao Fiscal o modo mais conveniente para a distriuição dos cães.

Art. 6º Tanto o Fiscal, como os guardas, da Comarca ficão sujeitos a multa de quinze mil reis por qualquer das infrações das presentes posturas.

Art. 7º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço da Camara Municipal de Theresina 24 de julho de 1865 (THERESINA, 1865).¹¹

Ao ler essa regulamentação no código de posturas de Teresina, a pergunta que fica é: Por quê? Por que proibir a presença de cães vagando pelas ruas e praças? A situação era tão complicada que foi necessária uma lei para regulamentar a morte de cachorros de rua? E quais os motivos? O perigo

11. No documento consta ainda, após os artigos, a assinatura dos responsáveis pela elaboração dos códigos de postura. No entanto, os nomes não estão completamente legíveis.

que representavam à vida dos habitantes em função da possibilidade de ataques? Ou estaria relacionado à salubridade pública?

Acreditamos que a última inferência possa ter sido o motivo mais provável que levou à criação dessa regulamentação. No entanto, não encontramos documentação que permita inferir se a capital vivenciava problemas sanitários em função dos cães, especialmente no tocante a raiva, doença transmitida por estes animais.

Não obstante, não seria a primeira vez no Brasil que animais, como cães de rua, seriam mortos por questões de salubridade pública. Na década anterior, entre 1855 e 1856, quando a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, isto é, Porto Alegre, vivenciava um surto de cólera, foram tomadas medidas rigorosas no tocante a higiene pública. Na ocasião, uma das medidas tomadas pelas autoridades públicas foi a matança de cães (MOREIRA, 2019).

Certamente, como já abordado ao longo deste artigo, os cães não são vetores de transmissão do cólera, mas na época em que essas medidas foram tomadas não se tinha esse conhecimento. Embora o autor não aprofunde acerca do motivo que levou o poder público a matar cães, provavelmente tratou-se de uma medida desesperada para tentar conter a epidemia. Tendo em vista ainda que já se tinha ciência de outras doenças transmitidas por cães, como a raiva, pode ser que tenham considerado a possibilidade deste animal também transmitir o cólera.

O caso de Teresina, por sua vez, enquadraria-se em uma conjuntura similar, embora não possamos afirmar ao certo o que levou à aprovação desse código. Assim como no Rio Grande do Sul, o Piauí também vivenciava há pouco a epidemia do cólera, isto é, entre os anos de 1862 e 1863 (NUNES, 2007; BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021). No entanto, não encontramos registros da capital ter sido afetada, ainda que não fosse improvável que isso tenha se sucedido.

A aprovação do documento em 1865, dois anos após o término do surto epidêmico na província, não necessariamente significa dizer que não esteve atrelado à conjuntura anterior. Isto é, caso essas ações tenham sido efetuadas podem ter sido relacionadas ao medo do cólera ou mesmo ao receio deste ressurgir e ser transmissível a partir de cães.

Outra possibilidade que também pode ser explorada em trabalhos futuros e que merece ser mencionada se trata do medo da raiva. A raiva trata-se de uma doença transmitida pela mordida de animais que estejam

infetados com o vírus da enfermidade, “[...] que não só se aloja na saliva de um cão contaminado mas também provoca no animal um furor de morder e, assim, infectar muitas vítimas novas [...]” (DIAMOND, 2020, p. 199).

Além de ter uma letalidade elevada ao manifestar-se em humanos, é uma zoonose conhecida pela humanidade há milênios, tendo como um de seus primeiros registros “[...] um decreto no código de Eshnunna da Mesopotâmia, que definia as penalidades para os donos de um cão raivoso cuja mordida resultasse na morte de alguma pessoa [...]” (BABBONI; MODOLO, 2011, p. 350). É também descrita em diversos contextos espaço-temporais, tanto no Oriente como no Ocidente, sendo comumente considerada uma doença de caráter endêmico no Brasil (BABBONI; MODOLO, 2011).

Sobre esta doença no Piauí, Nery (2021) aponta que no século XX, a partir de 1930, foi possível encontrar nos relatórios do governo do estado ações profiláticas contra a raiva, especificamente no interior piauiense, não tendo encontrado registros anteriores da existência da doença ou mesmo de medidas preventivas.

Deste modo, segundo a autora, nos anos 1930 o estado piauiense cria institutos específicos para lidar com enfermidades, dentre estes o Instituto Alvarenga que, ao ser criado, estabeleceu um local específico para os cuidados da enfermidade (NERY, 2021), tratando aqueles acometidos pela raiva, bem como produzindo vacinas e aplicando estas em cães presentes em Teresina e no interior.

No contexto da segunda metade do século XIX, ainda que não tenhamos encontrado registros da doença nesta época, o mais provável, considerando a própria historicidade da enfermidade, é que a população piauiense já convivesse com esta doença de forma endêmica. Portanto, a regulamentação de destruição de cães em situação de rua poderia estar vinculada a necessidade de higienização da cidade, considerando a epidemia de cólera de anos anteriores e a existência da raiva, ou mesmo poderia ser uma reação a algum caso recente de ataque. O documento em si levanta mais dúvidas do que respostas e torna-se necessário outras fontes e novos estudos acerca da questão.

Outro caso interessante, e que também merece ser mencionado nesta discussão do medo de doenças durante o período oitocentista, refere-se à questão da varíola¹². No caso do Piauí, na segunda metade do século XIX,

12. A varíola tornou-se doença comum no cotidiano americano a partir do contexto de conquista das populações nativas que viviam no território que posteriormente denominou-se

a existência de surtos epidêmicos periódicos era situação comum entre a população. Ao tratar sobre a saúde pública da província em 1866, o relatório do presidente da província Dr. Franklin Americo de Menezes Doria traz o seguinte:

Saude Publica

Em setembro do anno passado, a variola discreta ou varicella, que de vez em quando invadia esta província, tomou caracter serio, e então começou por atacar os habitantes da capital. Seus estragos naturalmente teriam sido mais consideraveis, se não fôra o preservativo da vaccina; assim como, além do lazareto militar a que anteriormente me referi, uma enfermaria especial para variolicos, creada pela mesa administrativa da sancta casa de misericordia.

Esta enfermaria, cujo custeio foi auxiliado pelos cofres geraes, teve o seguinte movimento de doentes, a contar de 24 de outubro até 16 de junho último, salvo um pequeno intervallo, em que deixou de funcinar:

Entraram	72
Sairam curarados	54
Falleceram	18

Em summa, o obituario geral dos bexiguentos na capital, calculado pelas inhumações feitas no cemiterio publico, comprehende, até o fim de junho, 118 pessoas, das quaes 83 falleceram o anno passado e as mais no corrente anno, e pertenciam ao sexo masculino 61 e ao feminino 57. Para uma cidade, como esta, cuja população se avalia em cerca de 8:000 almas, parece que semelhante obituario não é excessivo, ainda quando não estejam incluidos n'ele, o que é muito possível, alguns obitos provenientes da epidemia, ocorridos nos suburbios.

Na cidade da Parnahyba, á vista de officio que em foram dirigidos, a va-

América. No momento anterior à conquista “[...] a população indígena – numericamente fraca, dispersa geograficamente e sem manter convívio com animais domésticos, tais como bovinos, equinos, ovinos, **cães** e galináceos, todos esses responsáveis pela transmissão de inúmeras doenças, – estava mais resguardada da invasão dos micróbios. De uma forma geral, antes da chegada dos europeus, os índios apresentavam poucos problemas de saúde, os quais geralmente eram decorrentes de picadas de cobras e de outros animais peçonhentos, de ferimentos provocados pelas frequentes lutas intertribais, da presença de algumas verminoses ou de doenças de pele, como a sarna” (MIRANDA, 2017, p.160) (grifo nosso). A América Portuguesa neste contexto, isto é, séculos XVI, XVII e XVIII, passou a caracterizar-se pelo surgimento de surtos de doenças infectocontagiosas de caráter epidêmico, como o sarampo, disenterias, **varíolas** e gripes, bem como endêmicos, a exemplo da lepra, sífilis e tuberculose, além de doenças carenciais, tais como o raquitismo, pelagra, anemia e escorbuto, existindo ainda a presença da malária e febre amarela. Além disso, através dos registros feitos pelos jesuítas, é possível indicar o horror das populações nativas que vivenciavam essas epidemias, bem como a terapêutica empregada para a tentativa de curar (MIRANDA, 2017).

riola tornou-se perniciosa em dias de março. No intuito de attenuar seus efeitos sobre a classe dos indigentes, de preferencia accometida, foi por mim nomeada uma commissão composta do juiz de direito Francisco d'Araujo Lima, do medico Joaquim Eduardo da Costa Sampaio e do reverendo vigario Francisco de Oliveira Gomes, e á disposição d'ella, para melhor desempenho da sua humanitaria tarefa, foram postos os necessarios recursos pecuniarios.

Na cidade de Oeiras, o mal epidemico revelou-se em abril, segundo communicações officiaes que d'allí tive. [...]

Quasi ao mesmo tempo a variola reinava, porém com intensidade menor, na villa de S. Gonçalo e logo depois na das Barras, sendo que pela presidencia tambem lhes foram promptamente ministrados os devidos socorros.

Em outras localidades consta-me que a variola ceifára uma ou outra vida, bem que nada chegasse oficialmente ao meu conhecimento.

Nas que mencionei, além da capital, não posso por falta de esclarecimentos positivos fomrar juizo seguro acerca da mortalidade dos bexiguentos; creio, porém, que não foi crescida.

Como quer que, o mal tem declinado muito e se diria extinto, se não fossem alguns casos de variola confluente que ainda aparecem, mesmo aqui, onde ultimamente tambem tem grassado o sarampo mas sem consequencia (PIAUHY, 1866a, p. 20).

Entre 1865 e 1866, a varíola havia se tornado novamente epidêmica na província do Piauí, provocando óbitos em Teresina e, provavelmente, nos outros espaços citados pelo documento (ainda que o presidente da província por ausência de dados tenha evitado afirmar), como Parnaíba, Oeiras, São Gonçalo (atual São Gonçalo do Piauí), Barras, além de outras localidades não mencionadas.

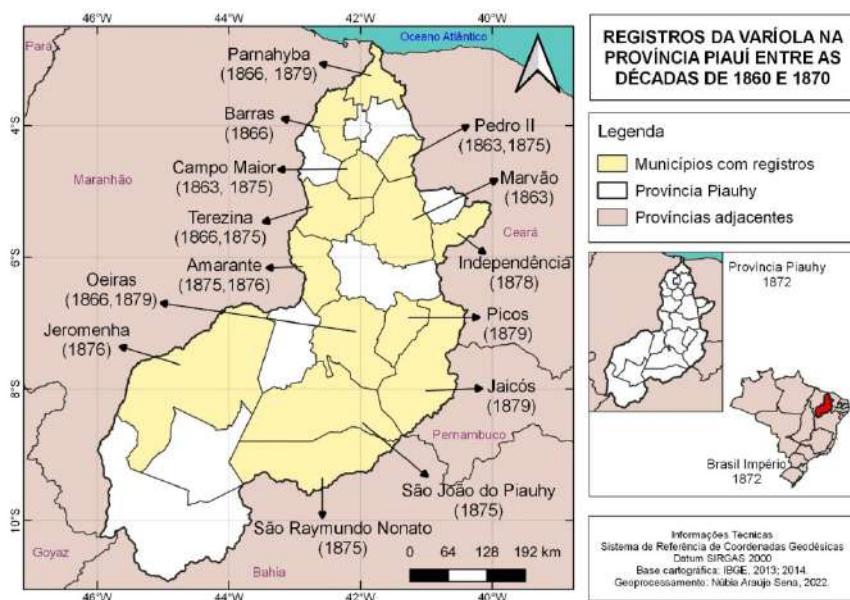
Interessante destacar ainda que, em agosto de 1866, o relatório do presidente da província Dr. Franklin Americo de Menezes Doria ao Dr. José Manoel de Freitas indica que apenas em São Gonçalo e Oeiras a epidemia de varíola havia retornado (PIAUHY, 1866b). Dois meses depois, em outubro de 1866, no relatório do presidente da província, Dr. José Manoel de Freitas, para o Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, há o registro de que a epidemia de varíola e sarampo havia terminado (PIAUHY, 1866c).

Nunes (2007) também registra outros dois surtos epidêmicos da varíola: um em 1867 atingindo Teresina, Parnaíba, Amarante e outros locais na província também não mencionados; outro em 1875, acometendo especial-

mente Teresina, que chegou a mais de 500 óbitos, além de Campo Maior, Pedro II, Regeneração, São Raimundo, São João, dentre outras localidades,

A varíola, ao que tudo indica, tratava-se de uma enfermidade comum no dia a dia da população piauiense, assumindo caráter epidêmico em diversos momentos e, nos relatórios dos presidentes da província entre 1863 e 1879, foi possível encontrar registros da doença nesta, às vezes tratando-se de surtos epidêmicos e outras vezes de casos isolados. Assim, o mapa 1 permite, por meio de uma representação cartográfica, visualizar de modo melhor os registros que tivemos acesso da presença da varíola na província do Piauí nesta época.

Mapa 1 – Registros da Varíola na Província do Piauí entre as décadas de 1860 e 1870



Fonte: dos autores (2022)

É possível observar como a enfermidade se fez presente ou foi registrada em boa parte do território piauiense nesta época e, dependendo do ano e dos efeitos provocados pela doença, os relatórios traziam uma maior ou menor quantidade de informações, sendo que quanto maior a quantidade de locais acometidos e vítimas provocadas, mais espaço do documento acerca do estado da saúde ou salubridade pública da província era destinado a tratar sobre a enfermidade.

Em 1863, a doença torna-se epidêmica em Pedro II, tendo aparecido também em Marvão (atual Castelo do Piauí) e Campo Maior, embora nestas duas últimas localidades, supostamente, não tenha atingido níveis epidêmicos (PIAUHY, 1863b). Dois anos depois, em 1865, há apenas um pequeno registro de que a varíola assumia um caráter benigno, ou seja, no ano em questão não havia provocado nenhum surto epidêmico (PIAUHY, 1865).

No ano de 1866, a doença atinge caráter epidêmico levando ao óbito centenas de pessoas (PIAUHY, 1866a), e no ano seguinte, em 1867, registrou-se que esta estaria controlada e que o número de vítimas era bem reduzido ao comparar-se com o ano anterior (PIAUHY, 1867).

Nos anos 1870, por sua vez, especialmente entre 1875 e 1876, tem-se um novo surto epidêmico na província do Piauí que afetou Amarante, Pedro II, São João do Piauí, Campo Maior e, principalmente, a capital da província, Teresina, levando ao óbito mais de 800 pessoas nesta última. No ano de 1876, apenas em Amarante a varíola continuava a provocar vítimas (PIAUHY, 1876). No ano seguinte, em 1877, registrou-se que o surto em Amarante, bem como em Jerumenha, havia terminado, destacando-se a relevância da vacinação e da atuação médica no enfrentamento à epidemia (PIAUHY, 1877).

Em 1878, a varíola torna a assustar as autoridades públicas, com o registro de casos oriundos do Ceará através de Independência, vila piauiense localizada no limite da província com a cearense, ressaltando a necessidade de vacinar a população em Teresina, tendo em vista que, naquele momento, o Maranhão e o Ceará enfrentavam novos surtos epidêmicos. Destaca ainda a importância de se vacinar os migrantes cearenses decorrentes da seca de 1877-79¹³ que chegassem à província (PIAUHY, 1879b).

Por fim, no ano de 1879, a varíola volta a assumir um caráter epidêmico, grassando em Jaicós, Picos, Oeiras e Parnaíba. Quanto a este surto, foram tomadas medidas profiláticas, a exemplo do envio de vacinas para as cidades e vilas acometidas pela enfermidade, bem como a construção de um lazareto na capital para receber, isolar e cuidar dos enfermos, caso esta cidade também fosse afetada pela doença (PIAUHY, 1879a).

13. Santana (2017) indica os problemas causados pela seca de 1877-1879, destacando a situação vivenciada pelos migrantes que adentravam no Piauí e as ações tomadas pelo poder público para tentar lidar com a conjuntura e com o surto de varíola que se descontinava na província naquele momento, dentre elas a criação de uma enfermaria específica para atender estes sujeitos.

No entanto, é no relatório de polícia, presente no relatório do Presidente da Província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, de 9 de setembro de 1867, dirigido à Assembleia Legislativa, que um caso curioso de incêndio, ocorrido no povoado do Poti, nos arredores de Teresina, nos chamou atenção. Segue o trecho transscrito:

Factos Accidentaes

Na povoação do Poti, perto desta capital, na noite de 1º de fevereiro do anno passado, pereceram queimados, dentro de uma casa de palha, que incendiou-se, 3 inocentes crianças, menores de oito annos, que ali dormiam na ausencia de sua mãe, a qual fôra para outra casa em razão de estarem estas infelizes com bexigas¹⁴!

Por mais diligencias que fez a polícia para descobrir a causa do incêndio, não o pôde conseguir, apenas conjecturas de que a luz de um candieiro, que existia na referida casa, foi que ateou o incêndio que causou tais desgraças (PIAUHY, 1867, p. 4).

O acontecimento em si traz mais dúvidas do que respostas. O que teria causado o incêndio? A conjectura acerca de ter sido um incêndio accidental estaria correta? Ou seria possível que outro fator tivesse provocado o incêndio?

Observemos, inicialmente, que o evento se sucedeu no ano anterior ao relatório, isto é, em fevereiro de 1866. Na mesma época, entre setembro de 1865 e junho de 1866, a cidade de Teresina, na qual a povoação do Poti encontrava-se geograficamente próxima, vivenciou uma epidemia intensa de varíola. Isto posto, seria possível inferir que o incêndio não teria sido um acidente, mas sim uma reação de vizinhos que, por medo de se infectarem com a varíola, resolveram atear fogo na casa e matar as crianças que carregavam a enfermidade?

Certamente é uma possibilidade que se descortina a partir da documentação trabalhada. No entanto, falta-nos outras fontes que possam apontar neste caminho. Contudo, considerando as reações diversas que o ser humano pode ter frente ao medo e à morte, e tendo em vista, ainda, a conjuntura do Piauí enfermo na década de 1860, trata-se de uma narrativa que não nos parece improvável de ter se sucedido.

Não seria a primeira vez que esta doença teria provocado o medo nos sujeitos e levado a reações adversas. Ao rememorarmos os efeitos da varíola

14. Nome popular comumente associado à Varíola (SANTANA, 2017).

la nas populações americanas durante o período da conquista, é pertinente indicar que a doença levou a óbito dezenas de milhares de indivíduos, induzindo pânico e medo decorrente de uma enfermidade que era desconhecida por estes povos e que tinha um grau elevado de letalidade (TODO-ROV, 2003; MIRANDA, 2017).

Ainda que no contexto do Piauí oitocentista, diferentemente da conjuntura da conquista da América, a varíola já fosse uma doença conhecida, tratava-se de uma enfermidade contagiosa e que provocava um número elevado de óbitos pelos espaços em que grassava. Além disso, mesmo com a vacina já existindo neste período, não havia campanhas de vacinação em massa¹⁵.

Considerando, então, que a situação posta ocorreu num povoado em uma casa de palha, o mais provável era que se tratasse de sujeitos pobres e que, portanto, não teriam acesso à vacina ou mesmo a outras medidas profiláticas que foram tomadas em espaços mais urbanizados, como Teresina, conforme o relatório do presidente da província Dr. Franklin Americo de Menezes Doria já citado neste artigo (PIAUHY, 1866a).

Por fim, ainda que não possamos inferir sobre a questão do medo das doenças suscitadas através dos documentos analisados, é pertinente lembrar que o medo é algo inerente ao ser humano, fazendo parte das experiências que os sujeitos tiveram e têm ao longo das diferentes temporalidades e espacialidades. Trata-se, assim, de “[...] uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte” (DELUMEAU, 2009, p. 24), portanto, uma possibilidade, ao considerarmos a varíola e a raiva no Piauí provincial.

Conclusão

Findado esta narrativa, podemos nos deparar com a seguinte pergunta: qual a utilidade de se pensar a possibilidade do medo de doenças como a varíola ou mesmo a raiva na segunda metade do século XIX no Piauí?

15. Os estudos sobre a vacina da varíola foram publicados pela primeira vez em 1798 por Edward Jenner na Inglaterra “[...] considerado o pai da imunologia –, após anos de pesquisas, reproduziu cientificamente uma prática comum entre os camponeses ingleses da região de Gloucester: inocular, deliberadamente, o pus encontrado nas pústulas das tetas das vacas doentes para adquirir imunidade contra a varíola. Em suas pesquisas, Jenner percebeu que os camponeses que assim procediam ficavam imunes à varíola nos períodos de grandes surtos da doença na Inglaterra” (MIRANDA, 2017, p. 334).

A História, que recorta seus objetos, e que preenche lacunas ao produzir narrativas sobre um passado, continua tendo sentido no tempo presente?

Em tempos de pandemia, de enfrentamento de uma doença que provoca dúvidas e incertezas a respeito de medidas profiláticas e tratamentos, que provoca o receio e o medo de morrer ou de contaminar um ente querido, bem como a própria transformação do cotidiano, um novo dia a dia no qual o medo de se tornar doente está presente no imaginário dos sujeitos nos espaços mais afetados, talvez dê sentido e legitime a narrativa do historiador de pensar sobre esses aspectos em outros tempos e as maneiras como as sociedades humanas foram afetadas por estas experiências.

Deste modo, o medo, especialmente o medo de doenças, leva os sujeitos a tomarem atitudes extremas, “[...] pode ainda conduzir a comportamentos aberrantes e suicidas, nos quais a apreensão correta da realidade desaparece” (DELUMEAU, 2009, p. 27) e, certamente, não seria impossível ter conduzido ao incêndio que levou à morte de algumas crianças acometidas pela varíola no povoado do Poti, ou mesmo à criação de leis específicas para controle dos cães de rua em Teresina. Importa indicar ainda que, no caso da varíola e raiva no Piauí, é necessário que novas pesquisas e novos documentos sejam utilizados para que as perguntas não respondidas e possibilidades elencadas ao longo deste trabalho possam ser exploradas.

Assim, se pensamos sobre o medo, sobre os efeitos que as doenças têm no imaginário do ser humano, são essas questões que dão significado a esta narrativa. Deste modo, ao mesmo tempo em que o historiador dá sentido a estas temporalidades, inventa narrativas distintas a partir de fontes diferentes, produzindo certa inteligibilidade deste passado a partir do presente. Isto só se torna possível enquanto a humanidade continuar precisando conhecer o passado para se situar em seu presente (ALBUQUERQUE JR., 2017). Ao historiador, então, para exercer o seu ofício, fica a importância da capacidade de ver além do que está apresentado nas fontes e de fabricar novas interpretações a partir destas, produzindo uma história que atenda às necessidades de seu lugar social (CERTEAU, 1982).

Referências

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Desenvolvimento e segregação: políticas de modernização e isolamento compulsório de famílias afetadas pela lepra no Piauí (1930 – 1960)*. 2011. 357 f. Tese (Doutorado em História),

Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ANDRADE, Andreia Rodrigues. *Entre o sertão e as margens do rio Parnaíba*: a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. 2016. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina., 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaio de teoria da história. Curitiba: Prismas, 2017.

BABBONI, Selene Daniela.; MODOLO, José Rafael. Raiva: Origem, Importância e Aspectos Históricos. *UNOPAR Científica. Ciências Biológicas e da Saúde*, Londrina, v. 13, p. 349-356, 2011.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. “De todos os pontos partirão reclamações: cólera e medo no Piauí (1862 – 1866). *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 128-146, set./dez. 2021.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. O Inimigo vem do Mar: Cólera, Medo e Morte no Litoral Piauiense no Final do Século XIX. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* (UniEVANGÉLICA), Anápolis, v.7, n.2, p. 12-28, maio/ago. 2018.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. 1999. 216 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BERTOLLI FILHO, Claudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e Morrer em São Paulo*: a vida, as doenças e a morte na cidade no século XIX. 2007. 545 f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAVID, Onildo Reis. *O Inimigo Invisível: A epidemia do cólera na Bahia em 1855-56*. 1993. 177 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: v.2 – Império*. São Paulo: LeYa, 2016.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FARIAS, Rosilene Gomes. *O khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856)*. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FONSECA, Ana Carolina Rezende; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Uma breve história da epidemia de cólera na província de Minas Gerais. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 214-249.

FRANCO, Sebastião Pimentel. *O terrível mal do Oriente: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856)*. Vitória: EDUFES, 2015.

GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.

LEMOS, Mayara de Almeida. *Terror no sertão do Ceará: o cólera e seus flagelos*. Fortaleza: EdUECE, 2016.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter Sadia a Criança Sã*”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jun-

diaí: Paco Editorial, 2018.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. 3. ed. Recife: UFPE, 2017.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Cólera, bexiga, disenteria: epidemias e morte entre a população escrava e a formação social escravista meridional (Porto Alegre). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado e MOTA, André (Org.) *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 347-385.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

NERY, Ana Karoline de Freitas. *Políticas Públicas de Saúde, Doenças e Medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940*. 2021. 228 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

NERY, Ana Karoline de Freitas; CARDOSO, Elizangela Barbosa. O Impaludismo/ Malária no Piauí: medidas profiláticas e ações terapêuticas para o tratamento entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 15, n. 29, p. 135-154, dez. 2021.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí v.4*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 210-235, 2013.

PIMENTA, Tânia Salgado. *O Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. 2003. 256 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RÜCKERT, Fabiano Quadros; MOTTA, Juliana Aguiar da. O estado sanitário no Mato Grosso Imperial: uma leitura a partir dos Relatórios dos

Presidentes da Província (1840 – 1889). *Contraponto*, Teresina, v. 10, n. 1, p. 111-130, jan./jun. 2021.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. *Asilo de alienados de Teresina: história da assistência e da institucionalização dos loucos[as] no Piauí (1880 a 1920)*. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do Medo*. São Paulo: UNESP, 2005.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. 2007. 292 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Fontes

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Piauhy na abertura de sua sessão ordinaria no dia 1º de novembro de 1855 pelo Excellentissimo Senhor Vice-Presidente da Província Baldoino José Coelho*. São Luiz: Typographia do Progresso, 1855.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio do Presidente do Piauhy o commendador Frederico D'Almeida e Albuquerque appresentado á respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 1856*. São Luiz: Typographia do Progresso, 1856.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo passou a administração da provincia do Piauhy*

ao Exm. Sr. Prezidente Dr. José Fernandes Moreira no dia 13 de junho de 1862. Therezina: Tipographia Conservadora, 1862a.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio que o Exm. Prezidente da Provincia do Piauhy Dr. José Fernandes Moreira apresentou á Assembleia Legislativa Provincial por occasião de sua installação no dia 10 de novembro de 1862.* Therezina: Tipographia Conservadora, 1862b.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. José Fernandes Moreira passou a Administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Dr. Pedro Leão Vellozo no dia 1 de julho de 1863.* Therezina: Typographia Progressista, 1863a.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a Administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendra no dia 4 de dezembro de 1863.* Therezina: Typographia Progressista, 1863b.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria.* San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1865.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de julho de 1866 pelo Presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria.* San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1866a.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Dr. Franklin A. de Menezes Doria entregou a Administração ao Excellentissimo 2º Vice-Presidente Dr. José Manoel de Freitas no dia 3 de agosto de 1866.* San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1866b.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Excm. Vice-Presidente da Provincia do Piauhy Dr. José Manoel de Freitas passou a Administração ao Excellentissimo Presidente Dr. Adelino Antonio de Luna Freire no dia 5 de outubro de 1866.* San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1866c.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de setembro de 1867 pelo Presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire.* San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1867.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Exm. Sr. Desembargador Delfino Augusto Cavalcanti D'Albuquerque passou a Administração da Provincia do Piauhy, em 4 de agosto de 1876 ao Exm. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa.* Theresina: Typ. do Piauhy, 1876.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa do Piauhy, em sua sessão extraordinaria de 13 de abril de 1877 pelo Exm. Senr. Dr. Gracilliano de Paula Baptista Presidente da mesma Provincia.* Theresina: Typ. da Moderação, 1877.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Provincia do Piauhy, Excellentissimo Senhor Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º Vice-Presidente da mesma Província no dia 11 de dezembro de 1879.* Theresina: Typ. do Semanario, 1879a.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Sanchez de Barros Pimentel passou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm.º Sr. 4º Vice-Presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura no dia 13 de dezembro de 1878.* Theresina: Typographia da Imprensa, 1879b.

THERESINA. Camara Municipal. *Posturas de 24 de julho de 1865.* Theresina: [s.n], 1865.

Percursos de Tobias Barreto: contribuição ao estudo de sua formação e experiências culturais¹

Eduardo Albuquerque Rodrigues Diniz²
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz³

Em 1862, Tobias Barreto de Meneses ingressou na Faculdade de Direito do Recife como estudante e em 1882 tornou-se seu professor. Vale destacar sua trajetória antes de passar a frequentar os bancos do curso jurídico pernambucano, considerando que esse caminho o preparou para que se tornasse um acadêmico destacado e assumisse o protagonismo do movimento que seria denominado Escola do Recife.

Nascido em 7 de junho de 1839, Tobias passou a infância em sua terra natal, Vila de Campos, no sertão do Rio Real, interior da Província de Sergipe, fronteira com a Bahia. Filho do major Pedro Barreto de Menezes e D. Emerenciana Maria de Jesus,⁴ ambos naturais da mesma vila. Seu pai era escrivão de órfãos e ausentes da localidade (LIMA, 1939), entretanto, mesmo desempenhando uma função relevante, o cartório não conseguia render mais que o suficiente para sobreviver com limitações financeiras, pois a região tinha população reduzida e muito pobre (ROMERO, 1903a).

1. Este artigo é derivado de pesquisa desenvolvida na preparação da Tese de Doutorado intitulada *A influência da Escola de Recife sob a liderança de Tobias Barreto na formação dos bacharéis piauienses e na estruturação da Faculdade de Direito do Piauí*, do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí.

2. Eduardo Albuquerque Rodrigues Diniz, Universidade Estadual do Piauí, diniz.eduardo@uol.com.br.

3. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI). E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br.

4. Para Sebrão Sobrinho, a mãe de Tobias Barreto chamava-se Emereciana Maria de Jesus, não sendo correto denominá-la Emereciana Francisca ou Barreto de Menezes. Cf.: CARVALHO SOBRINHO, 1941, p. 27.

Entre 1846 e 1849, recebeu os primeiros ensinamentos de sua mãe, uma mulher descrita como meiga, reservada e religiosa, excelente dona de casa, chamava atenção pelo seu refinamento, aproximando-se das mulheres da aristocracia sergipana pela sua beleza e pele branca. Fato interessante na construção da personalidade de Tobias Barreto, pois tendo a mestiçagem como característica corporal, teve que lidar com o preconceito ao longo de sua trajetória. Ainda em Campos foi Tobias aluno de ensino elementar de Manuel Joaquim de Oliveira Campos,⁵ notável professor de Sergipe (GUARANÁ, 1925).

Não mais podendo ser acompanhado pela mãe, foi estudar em Estância em 1850 e depois em Lagarto, duas cidades próximas da Vila de Campos, tendo início o segundo período de sua vida. Em Estância, cidade localizada a 87 Km de Vila de Campos, Tobias estudou latim com o padre Domingos Quirino de Sousa, bem como recebeu lições de Música do maestro Marcello Santa Fé (ROMERO, 1903a). Seguindo para Lagarto em 1853, localidade mais próxima de Campos, a apenas 55 km, foi morar na casa do padre José Alves Pitangueira, “famoso professor” (ROMERO, 1903b), onde continuou seu aprendizado de latinidade, bem como “se aperfeiçoando em português com o capitão Miguel Tenório de Castro, professor público primário” até outubro de 1854 (CARVALHO SOBRINHO, 1941).

No início de 1855, com apenas 15 anos, passa a lecionar Latim nas vilas do interior de Sergipe, quando foi aprovado no concurso de Gramática Latina para receber o título de professor substituto com habilitação para lecionar em qualquer parte da província de Sergipe (LIMA, 1939), mas não foi nomeado na cidade de Maruim,⁶ onde realizou o concurso, provavelmente por causa de sua tenra idade (MEIRA, 2013), ficando condicionada sua nomeação ao surgimento de outra vaga para a matéria (CARVALHO SOBRINHO, 1941). Ficou lecionando como professor particular de primeiras letras e latim principalmente em Lagarto e Campos, mas sem obter bons rendimentos, pois havia docentes públicos na região, que tinham a preferência das famílias locais para evitar dispêndios.

Quando o padre Pitangueira se afastou do magistério, surgiu a vaga em

5. Depois de ter se aposentado como professor, foi advogado e político, tendo sido eleito deputado para a Assembleia Legislativa da Província de Sergipe, nas legislaturas de 1880 a 1885 e 1888 a 1889.

6. Após a morte do titular da cadeira de Gramática Latina, professor Manoel Felipe de Carvalho, na vila de Maruim, província de Sergipe.

Lagarto e que naturalmente seria de Tobias Barreto. Ainda com dezesseis anos, ele providenciou sua emancipação,⁷ entretanto a nomeação não se efetivou, pois a vaga de Lagarto não seria mais preenchida, e continuou ministrando aulas privadas.

Com a morte do padre Alexandre Pinto de Mendonça, professor de latim de vila de Itabaiana, a 95 Km de Campos, Tobias prestou concurso para a cadeira de Gramática Latina, por incentivo do promotor de Lagarto, Salustiano Orlando de Araújo Costa.⁸ Tobias foi aprovado e nomeado em 1856 para lecionar latim em Itabaiana, iniciando no ano seguinte e permanecendo até o final de 1860 (ROMERO, 1903a). Antes, em 1859, Tobias recebeu da Assembleia Provincial licença de seis anos (TELLES apud LIMA, 1939, p. 309) para frequentar curso jurídico fora de Sergipe (BARRETO, 1989), na época, o Brasil possuía apenas duas alternativas: a Faculdade de Direito do Recife e a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo.

Questões anteriores levam a crer que a escolha de Tobias pela ciência jurídica teve como influência sua atuação forense em Vila de Campos, naquele tempo termo da comarca de Laranjeiras, como “Promotor *ad hoc* ou, mais comumente, como Defensor Dativo” (MEIRA, 2013, p. 39). José de Castro Meira informa, citando o historiador Sebrão Sobrinho, que Tobias entre seus dezessete e vinte anos atuou em processos criminais, sendo “duas vezes na acusação e dez outras na defesa”, bem como também funcionou como árbitro em processos cíveis por nomeação pelo juiz da comarca. Para o citado autor “é provável que essa experiência, aliada ao seu espírito irrequieto e inclinado às grandes polêmicas, tenha-o levado a cursar Direito” (MEIRA, 2013, p. 39), motivando requerer a licença governamental mencionada.

De Itabaiana seguiu para Salvador (BA) em março de 1861 para ingressar no Seminário de Santa Tereza (PRATA, 1939), “com a intenção de fazer o curso teológico e receber ordens sacras” (ROMERO, 1903a, p. 6). Para Passos (2016), o objetivo inicial da ida de Tobias para Salvador era para

7. O pai de Tobias, Pedro Barreto, emancipou o filho em 19 de julho de 1856, no cartório do tabelião interino Francisco da Silva César, por escritura pública testemunhada por Francisco do Lago Adorno e Manuel Maria da Costa Ferreira. Cf.: CARVALHO SOBRINHO, 1941, p. 81.

8. Desembargador das relações do Pará e do Rio Grande do Sul, deputado provincial em Sergipe, conselheiro do Império e deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul para elaboração da primeira Constituição republicana. Cf.: GUARANÁ, 1925, p. 472.

cursar Medicina, o que não se concretizou. Na capital baiana permaneceu por dez meses, quando teve oportunidade de estudar filosofia, língua francesa e poetas românticos, como Edgar Quinet⁹ e Victor Hugo,¹⁰ segundo Sylvio Romero (1903a).

Lembra Hermes Lima (1939, p. 6) que Victor Hugo despertou no “rapaz humilde e sonhador do sertão de Sergipe” a disposição de participar do “drama do mundo, dos seus anseios, da sua inquietação”, apresentou romantismo “na exaltação da personalidade e do espírito de liberdade, as resistências conservadoras do meio” e lançou em seu “coração a semente das futuras estrofes condoreiras”.

A permanência no seminário foi “de uma única noite” (LIMA, 1939, p. 5). As referências biográficas relatam que Tobias ao experimentar a clausura de seminário, “cometera a imprudência de começar a cantar no silêncio do dormitório uma modinha de seu repertório sergipense”, culminando em uma inesperada expulsão, “por infringir a norma de horário de silêncio, quebrada noturnamente pela cantoria” (NUNES; BERGER, 2010), acompanhada do som de um violão.¹¹

Segundo Regina Ataíde, Maria Adélia de Melo e Vera Borges de Sá (2015), Sylvio Romero encontrou-se com Tobias Barreto no seminário baiano, iniciando uma aproximação que culminaria na amizade desenvolvida na Faculdade de Direito de Recife, tornando-se o primeiro divulgador do trabalho do segundo na província do Rio de Janeiro. Ambos eram sergipanos, Sylvio nasceu em Lagarto, em 1851, e se tornou o maior organizador da obra de Tobias.

No terceiro dia em Salvador, sem ter onde ficar, Tobias encontra alguns conhecidos, dentre eles um parente, Francisco Moniz Barreto,¹² passando a

9. Historiador, poeta, filósofo e político francês. Atraído pela filosofia alemã, foi republicano e anticlerical. Escreveu o poema em prosa *Ahasverus* em 1833, tratando do progresso da humanidade tomando como sujeito um judeu errante e sua lenda, e *Le génie des religions* (1842) onde demonstrou tolerância e respeito por todas as religiões sem adotar nenhuma delas. Cf.: BRITANNICA, 2022.

10. Tobias Barreto produziu um poema denominado Victor Hugo, inserido na obra *Dias e noites*, diante da influência que recebeu do dramaturgo, artista, poeta, romancista, estadista e ativista político francês no romantismo e no desenvolvimento do condoreirismo.

11. O instrumento foi perdido no incêndio de uma pensão na madrugada da segunda noite de estada em Salvador, conseguindo salvar apenas seu saco de roupas, depois de passar o dia procurando conhecidos.

12. O rabequista Muniz Barreto e Ainda Muniz Barreto foram poemas produzidos em 1865 em homenagem ao parente que o acolheu em Salvador. Cf.: ROMERO, 1903a, p. 197, 208.

viver com eles em uma república. Merece destacar a amizade desenvolvida por Tobias com seu parente Moniz e seus filhos, Rosendo Moniz Barreto e Francisco Moniz Barreto Filho, os três eram literatos. Moniz era considerado famoso repentista.¹³ Rosendo foi médico militar, poeta, escritor e professor de filosofia (INSTITUTO DE LETRAS E ARTES, 2022) e Francisco Filho¹⁴ era renomado violinista e poeta (FRANCISCO MONIZ...1986, p. 117). Não se pode negar que o contato com a família Moniz Barreto na Bahia aguçou mais ainda o interesse do sergipano pelas atividades intelectuais por eles desenvolvidas, a poesia e a música, além da vida noturna. De acordo com Lima (1939, p. 4), Tobias “era boêmio, gostava de bailes e serenatas, cantava e tocava violão admiravelmente, vivia desinteressado de coisas práticas e a veia satírica do pai nele refloria com seiva nova”.

Segundo Luiz Antonio Barreto (1994) e Aruanã Passos (2016), Tobias teve seu primeiro contato com a língua e cultura germânicas em Salvador com o parente Francisco Moniz Barreto de Aragão, que era formado em Direito e em Filosofia pela Universidade de Heidelberg e com seu filho Egas Moniz Barreto, poeta e professor de alemão do Ginásio da Bahia.

Os autores fazem referências a Francisco Moniz Barreto de Aragão e a Francisco Muniz Barreto Filho como se tratasse de uma única pessoa, citando-os apenas por Muniz,¹⁵ entretanto pelos relatos distintos dos contatos de Tobias com seus parentes constata-se que eles pertenciam a dois grupos familiares distintos. O grupo de Chico Moniz e seus filhos era ligado a música, e o núcleo da nobreza, com o Barão e Visconde de Paraguassú (Francisco) e o Barão de Aragão (Egas), germanófonos.

Das várias atividades de Tobias em Salvador, destaca-se o fato de ter sido aluno de Filosofia do frei Antônio Itaparica.¹⁶ Nas aulas com o clérigo

13. O filho faz um estudo sobre Francisco Moniz Barreto e o denomina como o príncipe aclamado dos repentistas brasileiros. Cf.: MONIZ, 1886.

14. Francisco Muniz Barreto Filho, também chamado de Chico Moniz, recebeu auxílio do governo da Bahia no valor de 200 francos mensais durante quatro anos para estudar na Europa música e pintura. Cf.: ÍNDICE DAS LEIS SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DA BAHIA: 1835-1889. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/2_Pombalino/1_indice_leis_assembleia_legislativa_bahia_1835_1838.htm. Acesso em: 1 set. 2022.

15. Usa-se Moniz ou Muniz.

16. O frei franciscano Itaparica foi lente de Teologia, professor ilustre e orador eloquente, com vasto conhecimento do pensamento filosófico em desenvolvimento no século XIX, mas sem se afastar dos clássicos, como São Tomás e Santo Agostinho. Cf.: LIMA JÚNIOR; CASTRO, 2006.

franciscano teve oportunidade de receber os ensinamentos sobre o espiritualismo eclético “à-la Cousin, frágil e superficial”, e que recebeu importantes lições com um teólogo “metafísico da escola de Kant ou de Hegel” (BEIRÓ apud LIMA JÚNIOR; CASTRO, 2006, p. 637).

Mesmo recebendo as aulas de filosofia, Tobias era autodidata, e passou a frequentar a biblioteca de Salvador debruçando-se, segundo Nunes e Berger (2010), “nas profundas meditações filosóficas”. Conforme Hermes Lima (1939, p. 5), Tobias “preferia a Biblioteca Pública aos professores”, sendo o local onde passava o “melhor do seu tempo”.

Tobias não se dedicou somente a filosofia e ao direito antes de chegar à Faculdade de Direito do Recife, pois “desde os quinze anos de idade começou a poesar e a escrever trechos musicais” (ROMERO, 1903a, p. 6). Romero (1881, p. 443) em sua análise das obras poéticas do amigo sergipano, afirmou que “Tobias Barreto foi e é, antes e acima de tudo, um poeta”, e dividiu sua produção nesse gênero em dois períodos: “a sergipana (1854-1862) e a pernambucana (1862-1870)”. Em *Dias e noites*, Romero especifica melhor a fase em Pernambuco, subdividindo em mais três ciclos poéticos: a de Recife I (1862-1870); a de Escada (1871-1881), cidade em que Tobias viveu depois de se formar em Direito; e a de Recife II, quando passou a exercer o magistério na Faculdade de Direito do Recife (1882-1889).

Tobias não teve o cuidado de arquivar sua produção poética antes de chegar a Recife em 1862, por isso boa parte de seus trabalhos se perdeu. Romero (1881, p. 445) lista as únicas obras encontradas da primeira fase: “*Cena Sergipana, Guerra holandeza, Anelos, Beija-flor, Mãe e filho* e fragmentos do *Juízo final*” e acrescenta na produção desta fase o poema *Dois de Julho* no livro *Dias e noites*.

Na mesma obra, Romero (1881) relaciona a produção literária do amigo na fase pernambucana, lembrando o fato de Tobias ter praticamente abandonado a poesia a partir de 1870, para dedicar-se ao “estudo da crítica, filosofia e do direito”, e quando o fazia abordava temáticas sociais.

Já suas manifestações ligadas à música se davam na crítica. Graça Aranha (19[...], p. 121) informa que Tobias “foi o primeiro brasileiro que definiu Wagner” e lhe rendeu a supremacia musical moderna. Como representação dessa veia de crítico musical do sergipano pode-se citar: *Carlos Gomes e a sua ópera Salvador Rosa, As últimas representações de Fausto, Bellini e a Norma, Alguma coisa também sobre Meyerbeer* (BEVILÁQUA, 2012, p. 552). Esse gênero artístico se manifestou mais na boemia.

Lima narra que, além do violão, Tobias tinha destreza também com a flauta, e fazia parte de uma charanga, tendo chamado atenção do magistrado da comarca de Lagarto, em Sergipe, Herculano Circundes de Carvalho, durante as festividades de janeiro de 1855, não só pelo talento musical, mas por ter escrito uma composição no momento deste encontro. O juiz de Direito aconselhou o “moço acabulado, de cabeleira basta, modestamente vestido”, a sair de Lagarto para estudar e seguir a carreira na Medicina ou no Direito reconhecendo seu talento.

Outros autores divergem dessa narrativa, informando que Tobias fora incentivado por um juiz de Direito de Itabaiana, que impressionado com a sua eloquência ao recitar poesias na boemia das noites na cidade, conferiu-lhe uma carta de recomendação para que cursasse Direito (LIMA; BARRETO, 2014). Certo é que foi em Itabaiana que Tobias recebeu autorização para se afastar do magistério e fazer um curso jurídico.

Independentemente dos incentivos e da certeza na ocorrência desses episódios, resta claro que Tobias recebeu muita influência e orientações dos seus primeiros admiradores exatamente pelas habilidades que demonstrava ter desde adolescente. Sem saber ao certo qual a verdadeira intenção de Tobias encontraria na Bahia, além da vocação eclesiástica, a Faculdade de Medicina.

Tobias não ficou em Salvador, pois no final de 1861 fica sem recursos, e sem conseguir financiamento familiar, tem que retornar para Vila de Campos “sem prestar exames”, permanecendo todo o ano de 1862 (LIMA, 1939, p. 7). Em carta contendo suas informações biográficas, Tobias relata ao amigo Carvalho Lima Júnior que refeitas suas economias, seguiu para Recife em dezembro, com 95\$000 (noventa e cinco mil réis)¹⁷ planejando ingressar no curso de Direito. Assim, no final de outubro de 1862¹⁸ foi para Estâncio, onde permaneceu demoradamente até partir de barco com destino à capital de Pernambuco, cronologia confirmada por Luiz Antonio Barreto (1989).

Relatando sua biografia, informa que cruzou o litoral das províncias

17. O valor foi declarado por Tobias Barreto em carta a Carvalho Lima Júnior. Cf.: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO, 2023, p. 80.

18. Registra-se um equívoco de Tobias Barreto na escrita da carta a Carvalho Lima Júnior, considerando que ele mesmo afirma que foi para a Bahia em março de 1861, permanecendo em Salvador até dezembro do mesmo ano. A seguir informa que esteve em Campos até o final de outubro e que chegou a Recife no dia 1º de dezembro de 1861, quando o correto seria 1862. Cf.: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO, 2023, p. 80.

de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, antes de chegar a Recife, passando por São Cristóvão, Aracajú e Maceió, onde realizou algumas paradas, como a que fez na capital alagoana nos dias 28 e 29 de novembro de 1862, destacando-a. Nesta localidade, no primeiro dia, fez publicar no jornal *Diário do Comércio* um extenso poema com quinze estrofes intitulado *Veni de Libano, sponsa mea*, apresentando-se à imprensa como professor de latim e “bolsista do governo da Província” do Sergipe, a caminho do Recife para estudar ciências jurídicas. No dia seguinte, após assistir uma peça teatral baseada na obra de Burgain sobre Luiz de Camões apresentado pela Sociedade Dramática particular de Maceió, Tobias grita da plateia – Camões à cena – e sobe no palco requisitando a presença do ator que interpretara o poeta lusitano para declamar um poema em homenagem ao representado.

Tobias chega a Recife em 1º de dezembro de 1862, mas sua chegada não foi agradável, pois, segundo Antonio Carlos Klein, sofreu um violento coice de um burro tão logo desceu da embarcação que o trazia, necessitando de tratamento por dias (KLEIN, 2005).

Com base em Luiz Antonio Barreto, Tobias denomina Recife de “cabocla civilizada”, e elabora um poema em homenagem à cidade intitulada de *À Vista do Recife*, já no estilo do condoreirismo,¹⁹ ainda a bordo do paquête que o trazia para sua nova morada como estudante, com reverência e conexão do presente com o passado.

A poesia de Tobias Barreto é inflamada e exalta o amor à pátria, convocando o povo para a luta tendo como foco o conflito do Império do Brasil contra o Paraguai, fazendo recuperar nos pernambucanos a verve para o combate depois das derrotas na Revolução Pernambucana (1817), na Confederação do Equador (1824), na Revolta Liberal (1842) e na Insurreição Praieira (1848), tendo sido muito bem recepcionadas pelas populações com “aplauso nas ruas, nos teatros, pelos locais públicos, a consagração literária, afirmando um talento que rivaliza com Castro Alves, poeta da Bahia, Vitoriano Palhares, poeta de Pernambuco, e outros jovens embriagados na beleza a arte poética” (BARRETO, 1989, p. 7).

No início do ano seguinte, como relata Lima (1939, p. 7), Tobias “caiu atacado de varíola. Desconhecido, baldo de recursos, era natural que o ano

19. Nome do estilo atribuído à última e terceira geração do romantismo poético, que faz da produção literária um meio para denunciar as injustiças sociais, principalmente a escravidão, e que foi incorporado pelos abolicionistas, bem como uma conlamação do povo para a luta e exercício do patriotismo.

de 1863 lhe tivesse ficado na memória como o mais cruel de sua existência”, uma doença cruel, de difícil tratamento e estava sozinho em Recife, tendo “escapado milagrosamente à morte” (ROMERO, 1969, p. 168). Com 22 anos, sua juventude o ajudou na recuperação, e finalmente o sergipano inicia sua vida de intelectual no Recife, passando a sobreviver com aulas particulares de várias disciplinas, e dando início aos preparatórios para realizar os exames do fim do ano no Colégio das Artes e ingressar na Faculdade de Direito do Recife.

Tobias Barreto ingressa na Faculdade de Direito do Recife em 1864 e começa seus estudos jurídicos juntamente com Castro Alves. Em 1866 ingressa Rui Barbosa e Sylvio Romero inicia seus estudos somente em 1869, quando Tobias estava se formando.²⁰ Eloquente e excelente orador, em pouco tempo se relaciona com seus colegas de faculdade, que formam um círculo de amizade em torno dele, atraídos pela sua poesia e pela popularidade gerada pelo violão. Além disso, ele participou da edição de vários periódicos estudantis, mas infelizmente o acesso a esse material é difícil por não estarem disponíveis física ou digitalmente, como o *Acadêmico*, como redator, em 1865; o jornal *Ensaio Literário*, publicado entre 15 de dezembro de 1864 e 30 de maio de 1865, colaborando com a parte poética; e a *Revista Ilustrada*, periódico de política e literatura humorística, da qual fez parte de seu grupo redacional (ATAÍDE; MELO; SÁ, 2015).

Merece considerar que o jornal *Acadêmico* foi produzido por alunos segundanistas da Faculdade de Direito do Recife e Tobias era responsável pela parte literária e científica; já a *Revista Ilustrada* foi palco da polêmica entre o sergipano e o baiano Castro Alves que culminou no afastamento dos dois poetas.²¹

Castro Alves, Palhares, Luiz Guimarães, Plínio de Lima, José Jorge e Tobias foram expoentes da geração hugoana, influenciados pelo poeta e escritor francês Victor Hugo (LIMA, 1939, p. 201). Como mencionado, o mote dessa fase do romantismo no Brasil foi o patriotismo, favorecido

20. Os piauienses que ingressaram no mesmo ano foram: Anfrisio José de Carvalho, Elpidio José de Carvalho e Souza, Simplicio Coelho de Rezende Filho, Manoel Pinheiro de Miranda Osório, Joaquim Newton de Carvalho, Agesilau Pereira da Silva e Ricardo José Teixeira Junior. Informações colhidas na Lista Geral dos estudantes matriculados na Faculdade de Direito do Recife entre os anos de 1854 e 1877. Nesta lista consta ainda o nome de Sylvio Vasconcelos da Silveira Ramos, que passaria a chamar-se Sylvio Romero. Cf.: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO, 2023.

21. Castro Alves respondia aos ataques poéticos em seu periódico *A Luz*.

pelas grandes discussões, crítica ao regime monárquico e movimentos políticos e sociais do final da década de sessenta e início da seguinte, com a guerra do Paraguai e as lutas abolicionistas.

Os principais condoreiros, denominação daqueles que seguiram nessa corrente literária no final do romantismo, foram Tobias e Castro Alves. Eles foram amigos, mas falatórios sobre ambos e uma disputa por causa de duas atrizes, Eugênia Câmara e Adelaide do Amaral, levaram os dois a se enfrentarem no campo poético, criando dois grupos de apoiadores em torno deles.

Essa foi uma das várias polêmicas em que se envolvera Tobias Barreto, seja como poeta, estudante, como advogado e defensor, como filósofo e jurista, como político e ativista, como genro ou como docente. Entretanto, por mais brilhante que fosse e forte sua argumentação, sua condição de homem de origem humilde e desalinhado ao padrão físico do período histórico em que viveu, sempre lhe causaram reveses, como quando tentou trabalhar como docente e foi preterido nos concursos públicos mesmo tendo alcançado a primeira posição.

Em março de 1868, Tobias Barreto (1977, p. 58-66) escreveu Guizot e a escola espiritualista do século XIX, considerado seu primeiro artigo filosófico, em que defendeu o ecletismo espiritualista de Cousin em relação às críticas de François Guizot, que tinha como base o pensamento de São Tomás de Aquino, que buscava manter a hegemonia das ideias escolásticas e sustentáculo do estado religioso. Inicialmente, se filia ao ecletismo espiritualista de Cousin e Jouffroy, mas depois abraça o positivismo comteano e de Littré, para finalmente se aproximar de Haekel e do germanismo.

Merece considerar que já se construía a base teórica para a futura Escola do Recife, o que Antônio Paim (1997, p. 12 e 49) chama de sua primeira fase, que recepcionará o ecletismo espiritualista e o positivismo como uma das pilares do movimento acadêmico, e renderia a Tobias o conflito com os clérigos, especialmente os do Maranhão, quando já estava no cargo de lente da Faculdade de Direito.

Outro episódio em que Tobias foi afastado por sua condição social e étnica foi o rompimento com Leocádia Cavalcanti, que pode ser resumida nas palavras de Lima (1939, p. 13):

A primeira, dolorosa humilhação que sua condição social lhe reservava ocorreu em 1868. Havia algum tempo, apaixonara-se por Leocádia Ca-

valcanti, flor da aristocracia pernambucana, e a quem conhecera como professor de um dos seus irmãos. Fora um grande amor que lhe encherá a alma de sonhos e de poesia. Mas a oposição da família de Leocádia acabou cortando a Tobias toda a esperança de casamento, porque ele era pobre e mestiço.

Passos (2018) faz uma observação que revela a paixão sentida pelo poeta condoreiro de Sergipe pela amada aristocrata no número de vinte e dois poemas dedicados a ela reunidos na obra *Dias e noites*, sempre colocando a designação A L. C., dentre as quais *Súplica*, *Não faleis em mim*, *Porque me feriste*, *Malévola*, *Fatalidade e Lutas d'alma*. O romance teve início em 1865 e foi até 1867, e sobre esse envolvimento sério entre Tobias e Leocádia, Sylvio Romero (1903c, p. 513) também deixou sua percepção:

Pondo de parte pequenos e inofensivos galanteios, dirigidas a diversas belezas pernambucanas, teve ele dois profundíssimos amores, que o dominaram por completo. O primeiro com a lindíssima Leocádia Cavalcanti e levou-o quase às portas do suicídio. Desde que a viu, sentiu-se subjugado. Na qualidade de professor dum dos irmãos da encantadora moça, travou relações com a sua família, frequentou-lhe a casa e teve repetidos ensejos de a ver, de a conversar e deixar-se submeter de todo ao jugo de cruel paixão.

Animado pela grande consideração pessoal de que era cercado, pensou em casar-se com a aristocrática donzela. O pai desta opôs-se tenazmente. Prejuízos de nobreza foram a causa principal da má vontade paterna.

Esse doloroso idílio durou uns três ou quatro anos. Durante todo ele, até o desenlace final, o poeta sergipano andou ofuscado e preso de uma verdadeira adoração. Falou sempre e continuamente a essa mulher em tom de cándida submissão, como se se dirigisse a uma santa, a um ser superior e sobrenatural.

Ainda em 1868 assisti, no Recife, ao final desse encantamento.

Apesar do sofrimento e frustração pelo injusto e cruel impedimento, que se somaram aos diversos reveses que a vida lhe tinha feito experimentar, e cravaram sua “personalidade com o azedume, o pessimismo e a agressividade” (LIMA, 1939, p. 13) não se deixou abater e superou também essa desilusão com trabalho dedicado e tenaz, e que de certa forma estava se precavendo desde cedo, como bem considera Lima (1939, p. 13):

Graças à exuberância de temperamento, à sua prodigiosa seiva, à fantasia, à capacidade criadora de imaginação, prontamente se refazia dos sofrimentos, derrotas e humilhações. Seus estados de alma sucediam-se com a rapidez das mutações no céu tropical. Da melancolia mais profunda, do ceticismo mais displicente passava às expansões mais calorosas. Sua atividade pontilhava-se de ímpetos e recuos. Aos transportes de entusiasmo sucediam-se crises de depressão. Silvio Romero viu-o, muitas vezes, rir e chorar como uma criança, entregue ao drama da própria sensibilidade.

Sylvio Romero (1903c, p. 534) relata ainda uma segunda paixão de Tobias, quando já residente na cidade de Escada, uma “bela morena” de nome Maria d’Albuquerque, aproximados pela música, já que ela tinha talento para o canto e o piano, “começaram cantando e tocando juntos e acabaram namorados. Teve esse complicado convívio fases várias; mas nunca passou as raias das conveniências”. Nesse período ele já era casado, mas o envolvimento extraconjugal rendeu algumas poesias como *Por brincadeira*, *Que mimo!...*, *Incrédula...*, *Nada...* e *Ainda e sempre*, todos de 1874 e destinados A M. de A.

Tobias casou-se com Grata Mafalda dos Santos, filha de um coronel João Félix dos Santos, senhor de engenho e político tradicional em Escada, cidade próxima a Recife, em 11 de fevereiro de 1869, com quem teve os filhos João, Pedro, Maria, Francisco, Eros, Aspásia, Manuel, Targélia e Calíope. À esposa, Tobias dedicou apenas seis poemas reunidos no livro *Dias e noites*, conforme Passos (2018).

Em 1869 colou grau como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 15 de novembro. Poderia ter se formado antes, mas atrasou o curso por excesso de faltas em 1866, tendo que repetir o terceiro ano. Casado e formado, continua a manter-se com as aulas particulares na capital pernambucana, bem como a publicar artigos sobre filosofia e religião em periódicos como *Jornal do Recife*, *Correio Pernambucano*, *A Regeneração* e *O Vesúvio* (DINIZ; QUEIROZ, 2020, p. 162).

No ano de 1870 filia-se ao Partido Liberal e passa a defendê-lo nos jornais *O Liberal* e *O Americano*, combatendo os opositores do Partido Conservador. No mesmo ano funda o Colégio 25 de Março com a proposta de lecionar Latim, Francês, Filosofia, Retórica, História e Matemática Elementar, fazendo publicar no *Jornal de Recife* em duas edições o seguinte anúncio:

COLÉGIO 25 DE MARÇO

Com este título e sob a direção do abaixo assinado acha-se aberto, para ensino de preparatórios, na praça do conde D’Eu n. 21, o internato que já foi previamente anunciado neste jornal. Como uma garantia de melhores resultados no ensino, o diretor se compromete para com os interessados a admitir somente até o numero de 30 alunos.

Recife, 2 de abril de 1870

Tobias Barreto de Menezes (MENEZES, 1870, p. 3).

Em 1871 foi buscar em Aracaju sua mãe, D. Emerenciana, já viúva, que veio juntamente com prima, um sobrinho, dois escravos e uma criada, fato registrado no *Jornal do Recife* como passageiros do vapor Potengi (GAZETILHA, 1870, p. 2).

Na mesma época muda-se com a família para Escada onde exerceu a advocacia e as funções de curador de órfãos e escravos e de juiz substituto (DINIZ; QUEIROZ, 2021). Com o casamento ingressa para a elite de Escada e guiado pelo sogro, envolve-se com a política local (ALONSO, 2002) e elege-se deputado provincial pelo Partido Liberal para a legislatura de 1878 a 1880. Por uma década manteve um jornal em alemão *Deutscher Kampfer* para divulgar o pensamento germânico.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ARANHA, Graça. *O milagre de Tobias Barreto*. 19[...], p. 120-123. In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Tobias Barreto (1839-1889): bibliografia e estudos críticos*. 19[...]. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/12926860/tobias-barreto-centro-de-documentacao-do-pensamento-brasileiro>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

ATAÍDE, Regina Alves; MELO, Maria Adélia Gomes Correia de; SÁ, Vera Borges de. Jornais de bacharéis da Escola do Recife como espaço de sociabilidade no século XIX: a produção de Tobias Barreto. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 17., 2015. *Anais do XVII Congresso de Ciências da Computação da Região Nordeste*. Natal, 2015.

Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-0899-1.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BARRETO, Luiz Antonio. Tobias Barreto: uma bio-bibliografia. 1989. p. 3-8. In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Tobias Barreto (1839-1889): bibliografia e estudos críticos*. 19[...]. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/12926860/tobias-barreto-centro-de-documentacao-do-pensamento-brasileiro>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BARRETO, Luiz Antonio. *Tobias Barreto*. Aracajú: Sociedade Editorial do Sergipe, 1994.

BARRETO, Tobias. *Estudos de Filosofia*: parte I e II. 2. ed. Rio de Janeiro: Grijalbo, 1977.

BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 3. ed. Recife: UFPE, 2012.

BRITANNICA. *Os editores da Encyclopédia*. 23 mar. 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Edgar-Quinet>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CARVALHO SOBRINHO, José de Sebrão. *Tobias Barreto, o desconhecido: gênio e desgraça*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1941.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Tobias Barreto (1839-1889): bibliografia e estudos críticos*. 19[...]. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/12926860/tobias-barreto-centro-de-documentacao-do-pensamento-brasileiro>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

DINIZ, Eduardo A. R.; QUEIROZ, Teresinha. *A ação parlamentar de Tobias Barreto na Assembleia da Província de Pernambuco*. In: Encontro Estadual de História – ANPUH-PI, 6., 2021. Anais do VI Encontro Estadual de História – ANPUH-PI. Profissionalização das historiadoras: desafios contemporâneos. v. 1. – Teresina: ANPUH, 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1j5a6qhQMqlevC7U2RCtLkTHO9uiJvfo8/view>>.

Acesso em: 11 fev. 2023.

DINIZ, Eduardo Albuquerque.; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Polêmicas ideológicas entre Tobias Barreto e os padres do Maranhão em 1883 nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Civilização*. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho.; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita (org.). *Páginas impressas: história, imprensa e política no Brasil*. São Paulo: Mentes Abertas, 2020.

GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925. Disponível em: <https://doce-ru.com/doc/ceee8>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ÍNDICE das leis sobre instrução pública na Província da Bahia: 1835-1889. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/2_Pombalino/1 indice_leis_assembleia_legislativa_bahia_1835_1838.htm. Acesso em: 1 set. 2022.

INSTITUTO DE LETRAS E ARTES. *Rosendo Moniz Barreto*. Disponível em: <https://ecodosul.furg.br/porautor?id=30:rozendo-moniz-barreto&catid=2>. Acesso em: 11 ago. 2022.

KLEIN, Antonio Carlos. Farias Brito: uma vida extremamente rica. In: BRITO, Raimundo de Farias. *A verdade como regra das ações*: ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do direito. Brasília: Senado Federal, 2005.

LIMA, Hermes. *Tobias Barreto*: a época e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

LIMA JÚNIOR, Francisco Pinheiro; DE CASTRO, Dinorah d'Araújo Berbert (org.). *História das ideias filosóficas na Bahia (séculos XVI a XIX)*. Salvador: CDPB, 2006.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; BARRETO NETO, Cândido Alexandre. Tobias Barreto e sua crítica ao Ativismo Judicial. In: WOLK-MER, Antonio Carlos; FONSECA, Ricardo Marcelo; SIQUEIRA, Gustavo Silveira. *História do Direito*. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

MEIRA, José de Castro. Breves anotações sobre Tobias Barreto e sua obra. *Justiça e cidadania*, Rio de Janeiro, ed. 153, 2013. Disponível em: https://www.editorajc.com.br/wp-content/uploads/2017/11/Ed_153.pdf. Acesso em: 10 de jan. 2023.

MONIZ, Rosendo. *Moniz Barreto, o repentista*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1886.

NUNES, José Ricardo Freitas; BERGER, Miguel André. A educação no pensamento de Tobias Barreto. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 4., 2010, São Cristóvão. *Anais eletrônicos*. São Cristóvão: EDUCON, 2010. Disponível em: <http://educonse.com.br/2010/>. Acesso em: 23 maio 2022.

PAIM, Antônio. A escola do Recife: estudos complementares às ideias filosóficas no Brasil. 3 ed. São Paulo: UEL, 1997. v. 5, p. 12 e 49.

PASSOS, Aruanã Antônio dos. *Pensamento em combate*: Tobias Barreto na aurora da República (1869-1889). 2016. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

PASSOS, Aruanã Antonio dos. Do Império à República: escrita poética e biografia em Tobias Barreto (1869-1889). *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, p. 77-94, 2018.

PRATA, Gervásio de Carvalho. Discurso. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Imprensa Oficial: Aracajú, 1939.

ROMERO, Sylvio. Tobias Barreto de Menezes como poeta. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, abr./jun. 1881.

ROMERO, Sylvio. *Tobias Barreto*: Dias e noites. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & Cia; Livreiros-Editores, 1903a.-

ROMERO, Sylvio. Tobias Barreto: breve notícia de sua vida. 1903b. p. 103-109. In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Tobias Barreto (1839-1889)*: bibliografia e estudos críticos. 19[...].

Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/12926860/tobias-barreto-centro-de-documentacao-do-pensamento-brasileiro>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

ROMERO, Sylvio. *História da literatura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903c.

ROMERO, Sylvio. *Obra filosófica*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Acervo*. Arquivo do Centro de Ciências Jurídicas. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>. Acesso em 30 jan. 2023.

JORNais

GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 12, n. 19, p. 2, 25 jan. 1870.

MENEZES, Tobias Barreto de. Colégio 25 de Março. *Jornal do Recife*. Recife, ano 12, n. 85, p. 8, 14 abr. 1870.

Lima Barreto e Domingos Ribeiro Filho entre a camaradagem e a crítica¹

Denilson Botelho²

Juliana Amorim da Cruz³

As trajetórias de Lima Barreto (1881-1922) e Domingos Ribeiro Filho (1875-1942) foram profundamente marcadas pelo processo – e todo o trabalho nisso envolvido - de tornar-se literato no Brasil da Primeira República. Superado o mito do “artista romântico”⁴, erigido no âmbito do romantismo no século XIX, sabemos que a figura do escritor como “gênio criador” tornou-se insustentável. Longe de recolher-se ao pedestal da criação literária, distante da realidade concreta da vida no seu tempo, inúmeros indivíduos suaram bastante a camisa para dar corpo a suas obras, envolvendo-se em diversas iniciativas que lhes permitissem sobreviver das letras. Para além do glamour e da fama – poucas vezes alcançados -, escreviam para garantir o pão de cada dia, pagar o aluguel e as contas sempre à espreita.

É sob essa perspectiva que abordamos nesse texto a relação entre os dois literatos supracitados. Entendendo que os mesmos não se fizeram escritores solitariamente, de forma isolada e individual, examina-se aqui em que medida o “capital social”⁵ urdido por ambos foi decisivo para via-

1. Dedicamos este artigo a Renato Cláudio Alves Ribeiro, neto de Domingos Ribeiro Filho, que tanto tem nos estimulado a investigar a trajetória desse importante - e ainda tão pouco conhecido - literato brasileiro.

2. Professor de História do Brasil da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp.

3. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (PPGH/Unifesp), com bolsa CAPES.

4. WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, pp. 54-72.

5. BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche em Sciences*

bilizar suas trajetórias no mundo das letras. Trata-se de analisar o teor e os significados de algumas iniciativas das quais participaram conjuntamente, as alianças tecidas entre ambos, bem como os enfrentamentos que marcaram essa relação.

O tema da relação entre ambos torna-se ainda mais relevante pelo fato de que, se por um lado, Lima Barreto conquistou o reconhecimento dos leitores – especialmente após a sua morte -, por outro, Domingos Ribeiro Filho foi mergulhado no mais completo esquecimento, à despeito de sua extensa e diversificada produção literária. Não é muito difícil encontrar referências aos romances e outros textos de Lima Barreto contemporaneamente, entretanto sobre Ribeiro Filho recai ainda um surpreendente silenciamento. Afinal, poucos são os que já ouviram falar sobre os seus romances ou mesmo sobre sua destacada atuação - de colaborador à redator-principal - numa das mais importantes revistas ilustradas publicada no Rio de Janeiro, a *Careta*⁶.

O fato é que os dois se constituíram no ofício da literatura simultaneamente, frequentemente percorrendo os mesmos caminhos ou circuitos muito próximos - elementos que esse texto pretende ressaltar, contribuindo para o debate em torno dos atributos que definem o sucesso e o fracasso de uma carreira literária. Afinal, o que garante o êxito nesse campo de atuação? Ora, obviamente não se pretende aqui contrapor uma trajetória bem-sucedida à outra fracassada, visto que não é disso que se trata. Até porque, em vida, em determinados momentos, ambos foram tidos como derrotados. E se Lima Barreto, décadas após a sua morte, teve seu talento literário devidamente reconhecido, o que falta para que aconteça o mesmo com Domingos Ribeiro Filho é a reedição dos seus romances e demais textos que precisam circular e ser conhecidos.

Vejamos então algumas das iniciativas responsáveis por tecer as alianças entre os dois escritores, seja no plano da vida pessoal, seja nas páginas da imprensa carioca do início do século XX.

Sociales, n. 31, p. 2-3, 1980. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069 Acesso em: 5 abr. 2023.

6. Revista ilustrada semanal, publicada no Rio de Janeiro, que circulou entre os anos 1908 e 1960. Fundada por Jorge Schmidt, contava com J. Carlos como ilustrador e tinha como uma de suas características principais a charge inicial que compunha a capa do semanário. Fazia amplo uso de ilustrações e fotografias. Publicava crônicas, artigos avulsos, piadas, críticas e sátiras políticas.

Encontros

Se a condição de literato não se mostrava das mais promissoras para Lima e Domingos, sendo incapaz de lhes assegurar a sobrevivência com o mínimo de estabilidade, foi na Secretaria da Guerra que encontraram um porto seguro - repartição pública que ambos trabalharam, após o ingresso por concurso público. Ali compartilharam a função de amanuense e encontravam-se regularmente pelos seus corredores e salas. Lima Barreto foi admitido em outubro de 1903⁷ e Domingos Ribeiro Filho em dezembro de 1907⁸. Jamais demonstraram entusiasmo pela carreira ou pela convivência estreita com os militares, contudo administraram o quanto foi possível o exercício da função, de modo a garantir um salário com que viver.

Lima Barreto acabou se aposentando precocemente em dezembro de 1918, em decorrência dos problemas de saúde que se acumulavam, alguns deles decorrentes da fragilidade imposta pelo alcoolismo. Já Domingos Ribeiro Filho teve uma trajetória funcional mais extensa, aposentando-se, muito provavelmente, em 1934⁹. O fato é que o convívio no serviço público levou-os a participarem da “confraria dos amanuenses”, frequentando muitas vezes os mesmos bares, como o Café Papagaio¹⁰. Nessas rodas em que a literatura e a bebida se faziam presentes, também se articulavam redes de relacionamento importantes, com nomes como Bastos Tigre, Calixto, Amorim Júnior, Carlos Lenior (o “Gil”), João Rangel, entre outros.¹¹

Ainda na primeira década do século XX, quando serviam na Secretaria da Guerra, participaram conjuntamente de uma iniciativa no campo das letras que foi marcante na trajetória de ambos. Num tempo em que as portas dos grandes jornais e revistas ainda não lhes estavam franqueadas e lidando com as dificuldades para encontrar quem publicasse seus textos, entenderam que só lhes restava se publicar. Daí surgiu, em outubro de 1907, a revista *Floreal*. Embora o periódico tivesse Lima como diretor, a revista foi uma empreitada coletiva, fruto de uma associação entre amigos confiantes

7. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 7^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 297.

8. Domingos Ribeiro Filho trabalhou no Arsenal de Guerra entre 1900 e 1907, antes de iniciar carreira na Secretaria da Guerra. Ver *Relatórios do Ministério da Guerra (RJ) - 1891-1923*. Rio de Janeiro, 1921, p. 453

9. BARRETO, Lima. *Correspondência*. 1º Tomo. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 212.

10. BARBOSA, Francisco de Assis. *Op. cit.*, p. 110.

11. BARBOSA, Francisco de Assis. *Op. cit.*, p. 112.

no reconhecimento literário que estaria por vir.

Logo no número de estreia da revista, juntos, ambos ocupam quase metade das 39 páginas da publicação, levando a público textos de ficção de suas lavras. O que se lê entre as páginas 12 e 27, é um conto de Domingos (da página 12 a 20) seguido da primeira parte de um romance de Lima (da página 20 a 27). Enquanto Ribeiro Filho trazia a público a terceira e última parte do conto intitulado “Dia de amor”, que vinha sendo publicado no jornal *Correio da Manhã*, mas teve a continuidade de sua publicação censurada por ser considerado ofensivo à moral da época, Lima Barreto tentava começar a publicar em formato folhetim o seu primeiro romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

Floreal teve vida curta, não passou do quarto número publicado ainda em 1907. A revista foi um retumbante fracasso editorial e comercial. O distribuidor reclamara da falta de atributos capazes de atrair leitores e seduzi-los a ponto de percorrer suas páginas. A revista não tinha sequer uma imagem, ilustração ou fotografia, nem mesmo na capa, passando despercebida em meio a tantas outras publicações que já utilizavam tais recursos. Mas o conteúdo dos seus quatro números pode ser lido como um documento desse processo de fazer-se escritor no qual Lima e Domingos estavam empenhados.

Cabe considerar que “Dia de amor” descreve um encontro entre dois adúlteros, um homem e uma mulher casados que se entregam por amor a uma tarde de prazeres sexuais. Não há descrições detalhadas das cenas de sexo, pois bastava o encontro em si para alcançar o objetivo almejado pelo autor: questionar a moral burguesa que valorizava a família e a instituição do casamento. Enquanto isso, Lima Barreto pretendia desnudar e atacar o racismo e os modos de fazer jornalismo naquela sociedade ao apresentar a trajetória de Isaías Caminha, o protagonista do seu folhetim. Ou seja, os dois autores buscavam sacudir o mundo das letras com suas penas afiadas e aguçado senso crítico. Lamentavelmente, nessa iniciativa quase não obtiveram leitores e fracassaram.

A relação entre os dois autores fez deles, a certa altura, vizinhos no distante subúrbio de Todos os Santos. Consta que durante algum tempo ambos moraram na rua Major Mascarenhas, Lima na casa de número 42 e Domingos na de número 46¹². Possivelmente, isso fez com que compar-

12. Sobre o endereço de Domingos Ribeiro Filho, ver *Almanack Laemmert*. Seção sobre o Ministério da Guerra, anno 71, 1915, p. 596. Disponível em: *Almanak Laemmert : Adminis-*

tilhassem por algum tempo os vagões dos trens da Central do Brasil, seja para ir ou voltar da repartição pública na qual labutavam no centro da Capital Federal.

Pouco tempo depois do fracasso de *Floreal*, parte da roda do “Esplendor dos Amanuenses”¹³ viria a partilhar outra iniciativa na imprensa. Lançada em 2 de julho de 1910, *A Estação Teatral*, de Renato Alvim, reunia novamente os colegas Lima Barreto e Domingos Ribeiro Filho, somando-se a eles Bastos Tigre. Fizeram da revista um espaço de reflexão sobre os rumos do teatro no país que, à época, entendiam viver uma forte crise, fruto de uma expressão artística ligeira, supostamente desprovida da necessária complexidade. Velha companheira, a ousadia insistia em fazer-se presente em mais uma de suas empreitadas, como anunciava o primeiro número: o objetivo dos autores da revista era o de “reerguer o teatro nacional a partir da regeneração do gosto do público”¹⁴. Entre críticas teatrais e artigos diversos, Lima e Domingos publicaram seus textos entre os anos 1910 e 1912, expressando preocupação com os rumos da música, da literatura e do teatro no Brasil.

Mas *A Estação Teatral* acabaria por mostrar a complexidade daquele universo das letras. Para além da amizade e companheirismo, algumas dessas iniciativas coletivas continham também um sentido mais pragmático: o de *fazer* seu nome, à despeito do programa editorial da revista ou mesmo de seus colaboradores. No caso em questão, *A Estação Teatral* foi palco de um embate revelador dos diferentes entendimentos sobre a função da literatura na sociedade.

No quarto número da revista, aparecia a “Opinião de Domingos Ribeiro Filho sobre a personalidade artística de Bastos Tigre”, assinada pelo próprio Domingos, conformada em um pequeno texto na terceira página¹⁵. Ali, por trás do pretenso elogio ao colega e seu trabalho literário, dizendo ser o escritor repleto da “nobre coragem de sua alegria em uma terra onde toda a gente é triste, e em que a sua literatura está ornamentada de goivos”, o

trativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940 - DocReader Web (bn.br)

13. Denominação do grupo que se reunia nos cafés Papagaio e Java, composto por alguns amanuenses.

14. BALABAN, Marcelo. *Musa Travessa: Bastos Tigre e a literatura da belle époque carioca*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000, p. 116.

15. “O que dizem uns dos outros: A opinião de Domingos Ribeiro Filho sobre a personalidade artística de Bastos Tigre”. *A Estação Teatral*, n. 4, 23/07/1910, p. 3.

tom demasiado elogioso de Domingos, na verdade, expressava justamente o contrário. Isto porque o trabalho literário de Bastos Tigre era, curiosamente, o que a própria revista buscava combater: a expressão artística leve e ligeira, ligada à novidade desmedida. Nesse sentido, Marcelo Balaban chama atenção sobre a presença de Tigre na revista, que só teria sido possível porque o caráter do trabalho literário desenvolvido pelo escritor seria aquele reconhecido e admirado na imprensa daquele momento. Ora, isto significava uma estratégia muito pragmática: ter esse tipo de literato como colaborador poderia viabilizar um maior alcance do conteúdo veiculado no impresso.

Este episódio é expressivo das disputas e divergências que também compunham as rodas literárias e as redações das revistas, bem como do uso estratégico na formação pontual de alianças nos veículos de imprensa. Dedicado às letras militantes, à “literatura útil”¹⁶ e combatente, Domingos estaria longe de se “encaixar” nesse projeto de literatura leve, que se ligava à novidade, produzida por Tigre, e que fazia tanto sucesso pelas páginas das revistas ilustradas. Tampouco Lima Barreto, que ao longo de toda sua trajetória como literato não se furtou de fazer da literatura um instrumento de crítica e denúncia das mazelas e dilemas sociais, as quais sentira na própria pele.

Anos mais tarde, entretanto, Lima e Domingos viriam a colaborar novamente com Tigre numa revista lançada pelo mesmo, em 1917, intitulada *D. Quixote*. E dos desencontros dessa empreitada, resultaria uma correspondência enviada por Ribeiro Filho a Barreto, na qual confidenciaria ao amigo:

Vivo espantado de como ainda me publicam a mim, um boicotado e um insubmissô.

No *Dom Quixote* sinto-me *gauche* e sob uma vaga ameaça que se agrava pela minha acentuada aversão pela pilhérica inócuâ. Fiz algumas tentativas junto ao Tigre para darmos ao *Dom Quixote* uma feição mais combativa, uma face impetuosa e um espírito capaz de ferir de frente. Mas a revista tem uma botica e não vive sem a receita. O Tigre é o avesso do apóstolo e um documento atualíssimo do talento egocêntrico, utilitário e oportunista.¹⁷

16. Expressão utilizada por Manuel Curvelo de Mendonça. Ver: LUIZETTO, Flávio. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional (1900-1920)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984, p. 99.

17. BARRETO, Lima. *Correspondência*. 1º T. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 214-5.

Se n'A *Estação Teatral* Domingos lançara mão, publicamente, da ironia para expressar discordância ao *tipo* de produção literária de Bastos Tigre, sete anos depois do episódio viria a desabafar com Lima Barreto sobre a condição em que encontrava-se: insistia em colaborar na revista de Tigre - fosse pelo dinheiro, fosse pela constante busca por espaço -, mas sentia-se “boicotado” num periódico que em nada condizia com a produção de uma literatura para “ferir de frente”, isto é, para ele, comprometida com um projeto de transformação social. E finalizava assegurando ao amigo:

(...) o *Dom Quixote* guarda a tua colaboração para poupar-te e não comprometer a velha pilhória que garante a edição, e publica a minha para me comprometer com a burguesia assinante. Ao primeiro sinal do leitor constante, eu serei alijado como do *Filhote*, da *Careta* e da grande imprensa. Contigo não se dará o mesmo mas nem por isso os patrõezinhos te *lock-outam* menos.
Do teu futuro colaborador

Domingos Ribeiro Filho¹⁸

Lima Barreto, segundo o amigo, também encontrava dificuldades dentro da *D. Quixote*. Ambos insistiam em levar a cabo um projeto de literatura comprometido com a mudança, que se refletiu em suas colaborações na imprensa. Mas isso podia significar, em alguns momentos, encontrar-se frente a uma série de contrariedades e desafios dentro das redações. Segundo Domingos, os textos de Lima eram guardados, isto é, poupadados da publicação na revista para não arriscar o programa editorial do impresso - a “velha pilhória”. Já os textos de Domingos continuariam a ser publicados, segundo o mesmo, não porque estivessem em sintonia com o programa da revista, mas porque, assim, a possibilidade de o comprometer com a “burguesia assinante” estava sempre à espreita. Afinal de contas, era de conhecimento público sua orientação política e ideológica vinculada ao anarquismo.

Tamanha proximidade certamente refletiu-se, mais tarde, em outro periódico no qual viriam a compartilhar a publicação de seus escritos. Domingos Ribeiro Filho foi, durante cerca de quase duas décadas, figura de destaque na redação da renomada e bem sucedida revista *Careta* - a mesma da qual teria sido “alijado” durante algum tempo. Além de redator-princi-

18. Ibidem.

pal, assinou por anos a fio a coluna de abertura da revista, intitulada “Looping the Loop”, na qual deitava suas crônicas com inteira liberdade e, com extrema habilidade, destilava o ideário anarquista ao qual se filiava.

O papel de Domingos Ribeiro Filho na *Careta* talvez explique e justifique o fato de que foi nesta revista que Lima Barreto publicou de forma mais regular a maior quantidade de crônicas que escreveu entre 1916 e 1922, ano de seu falecimento. Ao que tudo indica, Domingos fora colaborador da revista desde o seu surgimento, em 1908. Curiosamente, entretanto, recaiu um silenciamento sob sua importante atuação nesta revista, na qual publicou mais de 600 crônicas em sua principal coluna.

Embates

Apesar das variadas iniciativas conjuntas, as desavenças sempre se fizeram presentes nesta relação. A forma como Lima Barreto descreve Domingos Ribeiro Filho em trecho de seu *Diário Íntimo*, por exemplo, evidencia a ambiguidade com que enxergava seu colega:

Ia aos Democráticos com o Domingo, que é também literato, e daqueles que pensa que o literato deve ser o inimigo do casamento, da moral, das coisas estabelecidas (...) velhíssimas coisas que ele pensa novas, escreveu um romance rebarbativo e idiota, para fazer constar que é um voluptuoso, um lascivo, e põe-se nas ruas a fazer os mais baixos comentários sobre as mulheres que passam: ‘Que peixão! Que bunda! Oh! A carne!’ Isso! Aquilo!¹⁹

O comentário de Lima é expressivo da relação conflituosa entre ambos. Ainda que, embora de formas diferentes, ambos fossem contrários às “coisas estabelecidas”, à moral e ordem vigentes. E cabe ressaltar a menção feita por Lima ao romance “rebarbativo e idiota” de Domingos. Trata-se, possivelmente, de seu primeiro romance, publicado em folhetim n’*Avenida*, no ano de 1904, e intitulado *Sé Feliz*. A menção não só nos indica a leitura e conhecimento da obra, como também a impressão de Lima sobre o texto, no qual destacaria o tom “lascivo” que enxergava no colega.

Mas seria mais tarde, na *Floreal*, que veríamos um primeiro embate público entre ambos que, mais uma vez, tinha a literatura como elemen-

19. BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 90. O comentário foi registrado no diário em janeiro de 1905.

to central. Ainda no segundo número da revista, em 12 de novembro de 1907, em *Protocolos*, ganhava espaço o anúncio da publicação do romance *O Cravo Vermelho*, ao lado de notícias sobre a circulação da revista e o lançamento de outros textos:

A Livraria Luso-Brasileira, desta cidade, acaba de editar um romance de Domingos Ribeiro Filho - *O Cravo Vermelho*. É o primeiro de uma série de estudos sociais e morais, a que o autor denominou - *Estudo de uma moral*. É um livro de ideias, angustiado por esse problema que as religiões e as filosofias, com os seus messias e utopistas, têm procurado resolver. A mola interior do livro é aquela questão de todas as morais: o estabelecimento de uma regra para a nossa conduta à felicidade. Escrito com vigor, sem os arrebiques de estilo dessa nossa literatura de *a propósito*, o livro de Domingos merece ser lido por aqueles que não guiam as suas leituras pelas receitas de jornais.²⁰

Possivelmente a nota fora escrita por Lima Barreto, diretor da revista, uma vez que não há autoria assinalada na seção supracitada. A notícia sobre o novo romance que começava a circular vinha junto de maiores informações sobre o que este pretendia, a saber, o estudo de uma moral, bem como o estímulo à leitura do livro por todos aqueles que “não guiam as suas leituras pelas receitas de jornais”. A seção não deixava de ser uma forma de fazer circular o que os autores da revista estavam publicando, anunciando seus textos e as iniciativas nas quais lançavam-se.

Duas semanas depois do primeiro número da revista, ao passo que Domingos retornava à *Floreal* com um texto em defesa de uma “educação negativa”, a qual entendia como livre e anárquica, Lima Barreto trazia não só a continuação da história de Isaías Caminha como também uma detalhada crítica do romance *O Cravo Vermelho*. Publicado em 1907, *O Cravo Vermelho* de Domingos Ribeiro Filho discutia as mesmas temáticas presentes no conto *Dia de Amor*, a exemplo da crítica ao casamento, à construção da família burguesa e aos costumes da época.

A crítica de Lima ao romance de Domingos é reveladora das nuances que atravessaram a amizade e parceria entre os dois. Ao passo em que Lima Barreto reconhece os méritos do romance, não poupa críticas ao mesmo. E é interessante observar uma informação generosa que o próprio Lima nos dá já no início de seu texto: a amizade entre eles remonta ainda aos tempos

20. *Floreal*, 12 de novembro de 1907.

em que Ribeiro Filho era secretário n'Avenida, revista crítica e satírica que circulou entre 1903 e 1905. Desde que suas trajetórias se cruzaram no mundo das letras, Lima afirmava:

Encontramo-nos eu e o Domingos, discutindo. Dali em diante temos dis-
cutido sempre. Vale a pena, portanto, ter em mãos obra sua, já por ser um
livro de opiniões acentuadas e, em geral, de opiniões contrárias às minhas,
já por ser meu amigo o seu autor e não haver nesse antagonismo de opi-
niões nenhum perigo de inimizade virulenta.²¹

Segundo Lima, o romance contava com um enredo por demais simples e de poucos personagens a figurar na trama. Trata-se da história do casamento entre Leonel, bacharel em direito e afeito a ideais libertários, e Laura, sua prima vinda do interior, descrita como uma moça atraente, fútil e ambiciosa, a quem o autor confere as características de uma mulher burguesa. Antes de casar-se, Leonel estava sempre a frequentar a casa de D. Olympia, onde nutriu sincera amizade com Carolina - filha de D. Olympia. Carolina e Leonel despendiam horas a fio a conversar sobre temas como amor e liberdade, sempre à luz de ideias libertárias.

A amiga, que nutria paixão por Leonel, o viu casar-se com Laura, mas sem perder a esperança naquele amor. Já Leonel, embora inicialmente satisfeito e contente com os laços firmados com Laura, pouco tempo depois encontrava-se angustiado e infeliz com os gastos e futilidades de sua mulher. Numa já abalada união, Laura viria a ser procurada pelo antigo namorado, tenente Nelson, com quem viria a traer seu companheiro Leonel. Contrariamente ao que era comum observar-se à época, o marido traído não cometaria um uxoricídio nem qualquer tipo de julgamento da então esposa. Ao entender a situação à sua volta, ele a deixaria livre para viver seu amor e, posteriormente, acabaria procurando por Carolina. O romance de Domingos Ribeiro Filho, portanto, questionava as normas sociais burguesas sobre temas como amor, casamento e o papel que se entendia como destinado à mulher.

Em sua crítica, Lima Barreto não hesitou em apontar as aparentes contradições no enredo de Ribeiro Filho. Ainda que Domingos desenvolvesse a história com a “eloquência e brilho verbal” seduzentes, de “ironia impiedosa”, o romance contava com “frases de mau gosto evidente”, o que prejudicava o ritmo da leitura.

21. *Floreal*, 12 de novembro de 1907, p. 35.

Ao final da crítica, Lima lamentava ainda que Domingos não “tenha posto o máximo cuidado no estudo do temperamento do Tenente Nelson, do Comandante Romeiro e sua filha Beatriz”, personagens secundários. Ademais, prosseguia sua avaliação apontando a ausência de uma escrita poética no lugar do tom “intelectual e doutrinário, destinado a rebater certas infâmias que andam por aí”. E assim finalizava:

Tal me pareceram ser as qualidades e defeitos, no meu ponto de vista, do *Cravo Vermelho*, que me trouxe grande satisfação de ver condensadas em linhas de topografia as ideias originais e inesperadas que o Domingos vinha gastando nos cafés.

E o público, se o ler, terá nele um motivo de grande alegria intelectual, por ir encontrar entre nós um autor tão próprio e tão diferencial.²²

Lima não poupou o amigo das críticas, as quais entendia como pertinentes ao romance, como vimos. Mas o ponto central de sua crítica literária consistiu no equívoco – a seu ver – de fundamentá-lo no cientificismo:

Domingos, por exemplo, acredita na Ciência (...). Galante, essa milagrosa concepção dos nossos dias, capaz de nos dar a felicidade que as religiões não nos deram; acredita, *ipso facto*, que ela é a expressão exata de uma ordem externa imutável e constante. Eu não. Tenho as mais sagradas dúvidas a ambos os respeitos.

Seu livro está cheio dessa sua cândida crença.²³

Dedicando quatro longas páginas naquele número da *Floreal* à apresentação e análise das ideias e da trama d'*O Cravo Vermelho*, a crítica de Lima exemplifica a empreitada coletiva que significou a revista, isto é, uma iniciativa que buscou viabilizar o ingresso desses autores no mundo das letras, que muitas vezes parecia inacessível.

Domingos não só leria como responderia a crítica de Lima ainda na edição seguinte da *Floreal*. O diretor da revista reproduziria, já ao final da quarta edição, a resposta de Ribeiro Filho, que ocuparia duas longas páginas. O autor do romance *O Cravo Vermelho* iniciava informando que havia lido com atenção o que o amigo escrevera na última edição, mas que não havia de ser possível concordar plenamente com o que lera. Segundo Domingos, seu romance propunha ser o estudo de uma moral. Isto é, como

22. Ibidem.

23. Ibidem.

anarquista, punha em xeque a moral a burguesa, ao passo em que defendia a construção de uma nova, erguida e formulada em outros moldes:

Estudando uma moral, eu, que detesto a nossa moral, tive que traçar um paradigma novo, diferente do que nos enquadra a atividade nervosa e social. Nesse modelo fiz agir os personagens, forjei-lhes o caráter, preparei-lhes as situações e encaminhei os resultados (...)²⁴

Nesse sentido, a crítica de Lima sobre uma insistente fundamentação no cientificismo, segundo Domingos, não se sustentaria, porque os seus personagens não tinham qualquer tipo de orientação, ao passo que não havia fórmulas pré-concebidas. Afinal de contas, tratava-se apenas de curiosidade e afeição em relação aos propósitos da ciência, argumentava Ribeiro Filho.

Domingos seguia questionando a crítica do companheiro em relação a supostas convicções demonstradas pelo autor na trama e na evolução dos personagens. Afirma que esperava que o amigo não confundisse a forma com que escrevia com a de outros escritores contemporâneos, como Coelho Neto:

Oh! Eu seria imperdoável! Eu quis ser coerente (é uma tolice? seja!) e foi-me impossível fazer um romance onde não vazasse a serenidade e coragem todas as minhas conquistas intelectuais e morais. Tê-lo ia conseguido? Vamos, Barreto, fala.

E outro por que: Tu achaste que eu não fui bastante poeta... Oh! Barreto! Eu não sou um poeta? Não o fui o bastante? Que desgraça haveres lido o Alencar antes do *Cravo Vermelho!* O Alencar tornou impossível o romance no Brasil!²⁵

Há ainda outro episódio expressivo das nuances e ambiguidades que marcaram essa amizade e que merece atenção. Como de costume, era comum que se escrevesse e publicassem textos póstumos, uma espécie de obituário, no qual as qualidades e contribuições do falecido em questão eram devidamente exaltadas. Em razão da homenagem feita por amigos e familiares ao autor de *Isaías Caminha* dezesseis anos após sua morte, no ano de 1938, Ribeiro Filho acaba escrevendo um texto publicado no tercei-

24. *Floreal*, 31 de dezembro de 1907, p. 46.

25. *Floreal*, 31 de dezembro de 1907, p. 48.

ro número da revista *Visão Brasileira*, no qual questionava enfaticamente o desejo que via em seus contemporâneos de fazerem de Lima “um gênio”. E aqui pedimos licença ao leitor para reproduzir integralmente o que Domingos escreveu sobre seu companheiro:

Lima Barreto não foi um revolucionário, não foi um acomodado, não foi um cabotino; tinha os pés, as mãos e a cabeça amarrados ao liame de um terrível complexo. Tinha - coisa interessante - caráter e coração: um e outro, podendo impeli-lo para um melhor destino, serviram para ponderar e equilibrar as suas ambições. É que ele via, arrepiado, a ascensão de uns tantos escritores, por uma escada de frases feitas, versos frouxos e conceitos de tonelada e meia, até a consagração acadêmica. Entretanto - terrível complexo - a revolta de Lima Barreto nunca passou da ironia. E a felicidade notável dos impostores letRADOS e de seus patRôes e patronos consistiu precisamente em não ter contra eles um revolucionário disPONDO do talento, da cultura e do caráter do autor de *Isaías Caminha*.²⁶

Ao contrário do que seus companheiros estavam a escrever sobre Lima Barreto após a sua morte, Ribeiro Filho não endossou apreciações como a de um escritor à frente de seu tempo, uma espécie de gênio criador - como já mencionado no início deste texto -, mas escreveu sobre um autor que conviveu com suas próprias contradições e conflitos, inescapável para qualquer indivíduo.

Outro ponto merece destaque nesta caracterização feita por Domingos. Ali, ainda que sutilmente, ele busca marcar uma diferença em relação à literatura de seu falecido companheiro e a sua. Se, ao tomar a pena, Lima Barreto não fora um cabotino ou um sujeito acomodado dentro do universo das letras, tampouco poderia ser tomado como um revolucionário.

“Terrível complexo, a revolta de Lima Barreto nunca passou da ironia”. Para Domingos, o caráter e coração de seu amigo, somado ao inegável talento, acabaram “por equilibrar as suas ambições”. Em outras palavras, ao passo em que Lima foi um sujeito inconformado e crítico das mazelas e desigualdades que conformavam a sociedade em que vivia, tampouco teria encarnado o revolucionário típico. Afinal de contas, embora tenha escrito e colaborado em jornais e revistas libertários e anarquistas, não é possível identificá-lo como tal. O traço predominante da sua identidade política foi

26. Extraído do *Diário Íntimo*, visto que o periódico *Visão Brasileira* não foi localizado. BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 90.

sobretudo o ecletismo.

Astrojildo Pereira não está enganado quando observa que Lima Barreto não foi rigorosamente um marxista, [Antonio Arnoni] Prado não se equivoca ao detectar o voluntarismo de suas ideias e nem [Maurício] Silva está errado em atribuir ao escritor a defesa renhida do maximalismo. O autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* foi de fato tudo isso e algo mais.²⁷

Mas é no mínimo curioso que um literato que tenha participado a vida toda de jornais e revistas da chamada imprensa comercial, pondo sua pena a serviço de iniciativas de grupos comerciais, tente fazer esse julgamento do companheiro. Afinal de contas, Domingos Ribeiro Filho não fez o mesmo que Lima Barreto, na imprensa? É inegável o compromisso e ligação de Domingos com ideais libertários em sua trajetória na imprensa e no mundo das letras. São incontáveis os textos em que o autor defendia a formação de consciências libertárias, isto é, fez da literatura um instrumento de luta e intervenção na realidade em que vivia. Mas também precisava sobreviver, pagar as contas e prover a família. E isso explica em grande parte a sua inserção e colaboração na grande imprensa, que defendia outros interesses nada parecidos com os seus.

Para finalizar, reproduzimos aqui parte da descrição de Domingos Ribeiro Filho feita por Francisco de Assis Barbosa:

Colega de repartição de Lima Barreto, tomou parte do grupo Esplendor dos Amanuenses, que frequentava o Café Papagaio, retratado no *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Além de colegas, amigos, e até mesmo vizinhos, em certa época, houve entre os dois invencível incompatibilidade literária, desde os primeiros tempos.²⁸

Talvez a incompatibilidade literária não tenha sido tão invencível assim, mas apenas parte dos embates inerentes ao processo em que ambos se envolveram em busca do reconhecimento da arte que produziam. Ou seja, foram amigos, mas não hesitaram em trocar farpas ao examinarem os escritos e a conduta um do outro.

27. BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: história, literatura e política em Lima Barreto*. 3^a ed. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, 2021, p. 118.

28. BARRETO, Lima. *Correspondência*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 211.

Referências

- BALABAN, Marcelo. *Musa Travessa: Bastos Tigre e a literatura da belle époque carioca*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 7^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- BARRETO, Lima. *Correspondência*. 1º Tomo. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: história, literatura e política em Lima Barreto*. 3. ed. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, 2021.
- BOTELHO, Denilson. “Sob o signo da Floreal: uma perspectiva histórica da iniciação literária de Lima Barreto” in *Itinerários*, Araraquara, n. 23, pp. 149-174, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3, 1980. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069 Acesso em: 5 abr. 2023.
- CRUZ, Juliana A. *A crônica militante de Domingos Ribeiro Filho na revista Careta: história, literatura e política na Primeira República*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo (EFLCH), 2022.
- LUIZETTO, Flávio. *Presença do anarquismo no Brasil*: um estudo dos episódios literário e educacional (1900-1920). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- MARTINS, Angela Roberti. “O romance libertário Vãs Torturas como forma de luta e resistência: uma proposta preliminar de leitura” in MARTINS,

Angela R. (Org.). *Escritores e Textos Libertários*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Aryan, 2020.

MARTINS, Angela Roberti. “Domingos Ribeiro Filho: literatura e espírito libertário na Belle Époque carioca”. In: (Org.) AZEVEDO, André Nunes de. *A Cidadela das Letras: história e literatura no Rio de Janeiro da virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2019.

LIMA, Mariana S. R.; MARTINS, Angela Roberti. “Uma voz libertária na revista Careta: Domingos Ribeiro Filho e a crônica como literatura útil”. *Revista de História da UEG*. V. 9, N. 1, jan.-jun./2020. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/index>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Mortalidade infantil no Brasil: medicina, pobreza e doença (1870-1920)

Gisele Sanglard¹

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as transformações pelas quais a pobreza passa no Brasil na virada do século XIX para o século XX, com ênfase na experiência do Rio de Janeiro. A pobreza, e o pobre, não são conceitos imutáveis, mas sim, construções históricas. Falam de um tempo e de um espaço definido e não podem ser confundidos com o negro ou com o operário – mas o processo de abolição da escravatura é fundamental para os compreendermos.

Em crítica historiográfica José Roberto do Amaral Lapa afirma que não se conseguiu avançar, no Brasil, nos estudos sobre os marginalizados e critica o fato do pauperismo ser confundido com o escravo para o século XIX, enquanto para o século seguinte é o operário o sinônimo de pobre. Lapa afirma que nem todo pobre é escravo, nem todo pobre é operário e nem todo operário é pobre – é esta opção metodológica que iremos adotar neste trabalho (Lapa, 2008).

No período aqui estudado a pobreza não é percebida como uma questão monetária, mas por um conjunto de situações que transforma o indivíduo e sua família em pobres. Uma das questões que mais levava o pobre à miséria, era a doença que o impedia de trabalhar e, assim, conseguir garantir seu sustento e dos seus. E por sustento refiro-me à aquisição e alimentos. Assim, o trabalho passa a ser fundamental para o entendimento do pobre, assim como a doença e a assistência. Como veremos, a doença leva

1. Doutora em História das Ciências e da Saúde. Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde e Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/ COC. Pesquisadora CNPQ. E-mail: gisele.sanglard@fiocruz.br. <https://orcid.org/0000-0003-4414-6063>.

a incapacidade de trabalho e à necessidade de recorrer à assistência privada (caridade e filantropia) em caso de doença.

Para atingir os objetivos deste artigo, ele será dividido em três partes distintas: a primeira pretende avançar na qualificação do pobre e da pobreza, do ponto de vista conceitual e historiográfico; a segunda parte procurará apresentar o pobre no Brasil da virada do século XIX para o século XX – apontando as transformações pelas quais irá passar neste período; e a terceira e última parte se dedicará às mudanças ocorridas no interior da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro – principal instituição de assistência na cidade, desde o período colonial – enfatizando o combate à mortalidade infantil.

Assistência e pobreza

Na contemporaneidade a pobreza é calculada por acesso a bens materiais: número de televisores, geladeiras e outros bens de consumo ajudam a mensurar a capacidade econômica das famílias. Em países como o Brasil, com grandes diferenças sócio-econômicas, a quantidade de banheiros numa residência é fator importante para entender as desigualdades do país e deveriam subsidiar políticas públicas para melhorar o acesso ao saneamento básico dos habitantes. Outras variáveis são importantes para distintas realidades nacionais, como nos lembra Michel Bonneau para o caso francês, onde as análises sobre a pobreza se baseiam sobre “as condições de vida e o orçamento destinado às necessidades consideradas como vitais (alimentação, habitação e vestuário)” (Bonneau, 2013, p. 26, tradução livre).

Contudo tais indicadores são ineficazes para entendermos o pobre e a pobreza até o início do século XX. Como Michel Bonneau ressaltou, a definição de pobre proposta por Fernand Braudel – o pobre é aquele que vive apenas de seu próprio trabalho – mantém-se viva no período aqui estudo. Não à toa, a impossibilidade de trabalho pela velhice, doença, maternidade ou pouca idade foram fatores que geraram a criação e manutenção de instituições de assistência desde o período medieval.

Este autor propõe uma diferença entre a classe trabalhadora e as classes médias urbanas que pode ser traduzida como “a primeira [era] caracterizada por uma existência precária, sem empregados domésticos, nem cozinheira” (Boenneau, 2013, p. 31, tradução livre) e por esta razão esta-

vam mais suscetíveis às variações econômicas e ao aumento dos preços dos alimentos.

Entendemos que a definição da pobreza é mais complexa do que ter ou não ter propriedade ou empregados domésticos. Mas, certamente, o enfrentamento de adversidades, onde a doença, a viuvez, a orfandade e as catástrofes empurram estas famílias à miserabilidade é fator determinante para sua definição. Como ressalta Maria Antónia Lopes, eram estes indivíduos (e suas famílias) que “formavam a clientela da caridade particular e institucionalizada” (Lopes, 1999, p. 17).

Dois autores são considerados fundamentais para a definição de pobre aqui proposta: o historiador Bronislav Geremeck, cujo livro foi publicado originalmente em polonês em 1978 e traduzido para o francês em 1986, e o sociólogo Robert Castel, cuja primeira edição é de 1995. Geremeck começa a discussão sobre o pobre e a pobreza a partir do pressuposto que o pobre está no centro do pensamento social e que o processo de pauperização obriga ideólogos e políticos e enfrentarem o problema. Para ele a mudança se dá por duas questões distintas e complementares: de um lado, o que ele chama de “crise” das respostas das ações filantrópicas associadas a uma maior consciência social das massas e das mudanças políticas que faz com que o tema da pobreza tenha sumido do discurso de economistas sociais; de outro lado, os estudos sobre as causas das desigualdades sociais e a temática da divisão equânime da distribuição da renda acabou por tirar o protagonismo da problemática tradicional da pobreza na Europa da segunda metade do século XX (Geremeck, 1987). É a partir destas questões que ele se debruça para estudar a história da piedade e na potência do pobre; bem como o papel do hospital na gestão da pobreza.

Já Robert Castel parte da constatação de que a situação de *vulnerabilidade* é característica principal da “condição de popular com o selo da incerteza e, mais amiúde, com o do infortúnio”, onde a zona da vulnerabilidade é sujeita a turbulências. O título do livro, *Metamorfoses da questão social*, traz subjacente a ele uma dialética, proposital pois, é interesse do autor “evidenciar as transformações históricas desse modelo, sublinhar o que suas principais cristalizações comportam, ao mesmo tempo, de novo e de permanente, ainda que sob formas que não se tornam reconhecíveis” (Castel, 2010, p. 27). O autor termina seu livro chamando atenção para o desmantelamento da sociedade salariada já na década de 1970, que seria a *questão social* contemporânea a ele, sobretudo ressalta para um paradoxo

de nossa sociedade onde “vive-se mais à vontade a própria individualidade à medida [em] que esta se apoia em recursos objetivos e proteções coletivas” (Castel, 2010, p. 609). Para o sociólogo,

[...] a ruptura da dependência e das proteções imediatas das sociedades agrárias, o aprofundamento das diferenças sociais entre os grupos suscita, de uma forma inédita, a questão do atendimento aos mais carentes. As autoridades municipais também assumem sua parte nessa questão que se transforma num problema de gestão da indigência urbana (Castel, 2010, p. 71).

Esta é uma característica das sociedades industriais a partir do início do século XIX, agudizando na 2^a metade do século. É, como Robert Castel, ressalta um problema das sociedades urbanas – o pauperismo urbano será denominado de *questão social* ou apenas a existência da pobreza, como prefere Hannah Arendt (Arendt, 2011, p. 93). O cenário oitocentista na Europa terá como consequência o surgimento de diversas instituições filantrópicas e/ou caritativas que visassem o “restabelecimento da saúde, a melhoria da habitação, donativos em situação de miséria, até meios de educação, lazeres saudáveis e, também, subsídios para invalidez, apoio às viúvas ou aos órfãos de operários” (Castel, 2010, p. 330).

As instituições filantrópicas vão ter especial atenção a distribuição de sopas e agasalhos aos pobres. As que tem mais capacidade econômica, conseguem algum tipo de assistência médica para seu público-alvo, às vezes com a participação de importantes médicos como Laenec e Pinel, que ofereciam seus serviços gratuitos em instituições filantrópicas (Faure, 1993) ou mesmo apenas a distribuição das sopas em Londres objetivando fornecer ao menos uma boa refeição à família operária pobre (Lhuissier, 2013/4). Enfim, como salienta Robert Castel, a assistência à pobreza é caracterizada por uma forte colaboração entre as diversas instâncias envolvidas, laicas ou confessionais, centrais ou municipais e mesmo pessoais ou profissionais (Castel, 2010, p. 81).

A alimentação dos pobres é frágil e instável, pois

Quando o homem e a mulher trabalham e que nenhuma pessoa está doente ou machucada na família, o regime alimentar permite uma alimentação suficiente, mesmo que desequilibrada. Se sobreviverem ao desemprego, à doença ou ao acidente, o frágil equilíbrio e difícil de ser

conseguido é rompido. A miséria se instala e as economias realizadas na aquisição de alimento se tornam rapidamente insuficientes (Bonneau, 2013, p. 106, tradução livre).

O hospital era, desde a Idade Média, o lugar de acolhimento do pobre e de suas mazelas. Um prato de comida era, muitas vezes, o maior “remédio” para o indivíduo enfraquecido. Laurinda Abreu chama atenção que no Hospital do Espírito Santo de Évora, durante o período Moderno, a maior parte dos utentes estavam lá para recuperar as forças para aguardar a próxima safra (Abreu, 2014). O Alentejo, cuja capital é Évora, é uma região ainda caracterizada pela agricultura – novamente a cortiça, a azeitona e o vinho – e que atraia trabalhadores para a colheita. Como a autora demonstra, não era difícil que o imigrante aguardasse na cidade a próxima safra e, para os imigrantes, o hospital era o lugar de recuperar as forças. As doenças destes homens? Fadiga e má alimentação.

No século XIX e no século XX, cada vez mais a doença é que levava homens e mulheres ao hospital. A transformação no hospital está diretamente relacionada ao próprio desenvolvimento da clínica médica e o século XIX será o momento do surgimento das principais especialidades médicas, dentre as quais a pediatria que será mais explorada na última parte deste artigo.

Entendemos aqui, conforme Lindsay Granshaw propôs, que o hospital é um microcosmo da sociedade (Granshaw, 1989). Através dele podemos conhecer a sociedade na qual ele está inserido, a medicina praticada na época, o pessoal, como era mantido e, sobretudo, os utentes.

Em artigo recente, Gisele Sanglard (2019) sintetiza esta problemática se apoiando em Laurinda Abreu (2014) que defende a centralidade do hospital no que a autora chama de *mecanismos de assistência* durante o Antigo Regime, para quem,

[...] o apoio do Estado estava vinculado ao interesse no aumento dos recursos econômicos e dos braços para o Exército. O quadro apresentado por ela mostra que os diversos hospitais portugueses sofreram, ao longo da época Moderna, problemas com pessoal – problemas estes vinculados ao processo de institucionalização das profissões de saúde, que neles atuavam. Outro ponto salientado pela autora é que o público dos hospitais portugueses era majoritariamente masculino e eram fortemente dependentes da economia das cidades onde estavam instalados (Sanglard, 2019, p. 37).

Este cenário analisado por Laurinda Abreu vai ser verificado em diversos outros trabalhos que tiveram o hospital como espaço de análise (Rossi, 2019; Barreto; Barreto, 2019; Sanglard, 2021).

O século XIX traz uma novidade ao cenário por Laurinda Abreu descrito para o Portugal Moderno. A despeito da grande presença de homens nos hospitais, a presença de mulheres foi chegando gradualmente nas instituições brasileiras (Sanglard, 2016a). Mas sobretudo a questão do pauperismo urbano, ou a *questão social*, vai ganho evidência nas discussões de filantropos e médicos. O que diferencia o pauperismo urbano da pobreza? Segundo Giovanna Procacci, a pobreza é um infortúnio individual, enquanto o pauperismo “é uma condição geral que afeta toda uma sociedade” (Procacci, 1993, p. 210). E por atingir a toda a sociedade passa a ser um problema coletivo, por isso foi objeto de legislação em países como a França (Horne, 2004).

Nesse sentido, a questão social que marca as discussões na Europa oitocentista chegará ao Brasil mais tarde em função da forte presença do escravismo. É somente no processo da Abolição que as transformações sociais serão sentidas nas médias e grandes cidades brasileiras. Questões como as habitações populares e os hábitos das camadas populares vão mobilizar intelectuais, higienistas e políticos buscando encontrar soluções para estas questões (Horne, 2004; Chaloub, 2004).

Outra questão que preocupou bastante médicos e políticos era a alta mortalidade infantil que impactava na demografia das nações industriais. Mais condições de moradia, de trabalho, de alimentação e alta mortalidade infantil indicava impactos graves no desenvolvimento dos estados – quer na Europa, quer no Brasil. Buscar resolver alguns destes graves problemas, foi uma preocupação dos pediatras: para eles, reverter a mortalidade infantil estava integralmente relacionado ao aleitamento materno (Sanglard, 2016b).

Filantrópia e pobreza no Brasil

Sinônimo de caridade e de assistência, as Santas Casas da Misericórdia (SCM) – instituições criadas em Portugal em fins do século XV – chegam ao Brasil com a colonização. Renato Franco chama atenção para a fragilidade de que as instituições brasileiras tiveram ao longo de todo o período colonial, à exceção das Misericórdias da Bahia e Rio de Janeiro o que diferencia

da pujança vivida no reino (Franco, 2011). O historiador ressalta que, pelo fato de estarem instaladas nas duas capitais coloniais garantiu tranquilidade financeira a elas. Tal “riqueza” pode ser explicada pelo pagamento recebido pelo atendimento dos marítimos e dos militares. Russel-Wood (1981) ao analisar a SCM da Bahia afirma que a instituição exerceu um caráter “semiburocrático” justamente por esta prática de “vender” serviços públicos – como o atendimento dos pobres da cidade, dos militares, de montar enfermarias em tempos de epidemia e, a partir do século XVIII, o atendimento aos órfãos.

Uma advertência deve ser dada: muito se fala das ações das SCM no Brasil e tende-se a replicar o modelo português no país. Contudo, mesmo em Portugal as Misericórdias eram muito desiguais, sendo as mais pujantes aquelas nas capitais das regiões: a começar pela de Lisboa, mas sem esquecer a de Évora, Coimbra, Porto e Braga; outras, em pequenos concelhos, eram bem acanhadas. Então, não é de se estranhar as Misericórdias brasileiras coloniais fossem distintas entre si e, quanto mais pujantes, mais obras de Misericórdia faziam – manutenção de recolhimento, casa dos ex-postos, asilos, cemitérios, mordomia dos presos; quanto mais frágeis, mais se concentravam apenas no hospital. Esta é a realidade de boa parte das instituições coloniais brasileiras.

Esta também será a realidade das instituições criadas a partir de 1822. Por mais que procurassem a elas se parecerem, quer pela ritualística, quer adotando-lhes o nome – a Misericórdias brasileiras oitocentistas concentravam suas ações na manutenção de hospitais – pouco se conhece das outras ações às quais se incumbiram. Conforme apontei em artigo recente a abertura de instituições de assistência falam do desenvolvimento urbano das cidades e vinculam-se às experiências das elites locais (Sanglard, 2021). Contudo, antes de pensarmos em uma síntese para a experiência brasileira, devo chamar atenção que meus estudos (Sanglard, 2021) e os de Renilda Barreto e João Batista Cerqueira (2019) apontam para a impossibilidade de se construir uma explicação única para o país, pois ao analisarem a abertura de casas de caridade no vale do Paraíba Fluminense e no Recôncavo Baiano na primeira metade do século XIX demonstram situações completamente diferentes. Estes estudos reiteram o caráter local destas instituições como microcosmo da sociedade nas quais estão inseridas: de um lado, a lógica de agradar ao imperador Pedro II; de outro, a pacificação do tecido social – uma região mais próxima da Corte e outra atravessada por disputas

políticas e a necessidade de construção de uma nova ordem, de uma nova elite se firmar. O que ambas as casas de caridade têm em comum? A manutenção de um hospital... Antes de olhar para fora, é preciso analisar as características das cidades nas quais estão inseridas.

No caso do vale do Paraíba Fluminense, conforme apontado por Gisele Sanglard (2021), os hospitais eram pequenos uma vez que, a maior parte da população formada por escravizados, eram atendidos nas grandes fazendas (Barbosa, 2014; Proença, 2022).

José Amaral Lapa chama atenção que a historiografia brasileira confundiu o escravo e o operário como pobre, mas como ele mesmo afirma, nem todo escravo é pobre e nem todo pobre é operário e nem todo operário é pobre (Lapa, 2008). No caso do escravo, por ser propriedade nunca será pobre – quem pode ser pobre é o seu senhor, se tiver apenas um escravo. Era assim que as Misericórdias definiam seu público atendido. Mas o negro, livre ou liberto, podia ser pobre.

O pobre era definido por aquele cujo único bem era sua força de trabalho. Assim, em caso de doença, o indivíduo podia necessitar do socorro oferecido pelas casas de caridade. Era a doença que tirava o homem da pobreza e o levava, e a sua família, à miséria – e, por isso, merecia ser atendido pela caridade. A doença, associada à falta de laços de solidariedade primária (família) é que levava o homem ao hospital.

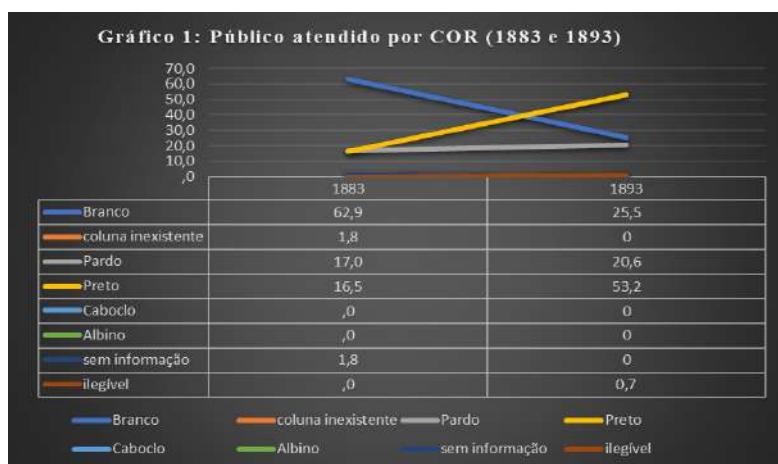
Os hospitais eram, majoritariamente, espaços masculinos. Eram poucas as mulheres lá presentes. Em estudo anterior, percebi para o caso do Rio de Janeiro, que a presença de mulheres vulnerabilizadas aumentou na segunda metade do século XIX – tal foi percebido pelo aumento da chegada de lactantes na Casa dos Expostos para serem cuidados e alimentados, temporariamente, enquanto suas mães estavam internadas nos Hospitais da Misericórdia carioca (Sanglard, 2016). Tal movimento foi também percebido na Misericórdia de Valença, onde a presença feminina era de 17,4% em 1883 e, dez anos depois, chegou a 29,4%. Conforme apontei, a despeito do aumento da população feminina entre 1883 e 1886 a proporção entre homens e mulheres não se alterou. E quanto maior a presença feminina, maior eram aquelas que precisavam ir com seus filhos ao hospital (Sanglard, 2019).

O contexto social e econômico de Valença, no coração economia cafeeira, confere à sua população pobre um recorte definido: do homem, branco, jovem e solteiro. Renilda e Davi Barreto ao analisarem o público

atendido no Hospital de São Cristóvão da Misericórdia baiana na primeira metade do século XIX apontam que 70,1% dos pacientes eram homens e 29,9% eram mulheres (Barreto; Barreto, 2020). A complexidade do tecido social e urbano de Salvador era muito maior do que aquela de Valença, mas a desproporção entre homens e mulheres continua. Sem dúvida, se os autores tivessem continuado o estudo para as décadas seguintes poderiam ver transformações, mas talvez não tão profundas.

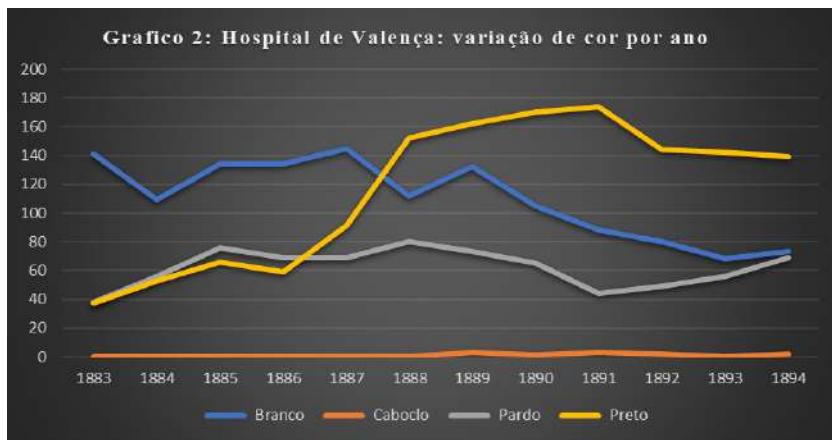
No caso de Valença, e de sua localização, percebi que, a partir de 1886 com a promulgação da Lei do Sexagenário, a população do hospital da cidade vai mudar radicalmente. Percebi um “envelhecimento” da população: de uma média de 34 em 1883, passa para 47,4 anos dez anos depois (Sanglard, 2019).

Mais do que a transformação etária, foi a inversão racial que mais chama atenção. Em 1893, o hospital era formado por homens, velhos, viúvos/solteiros e negros.



Fonte: Livro de registro de entrada de pacientes do Hospital da Misericórdia de Valença, 1882 a 1897. Tabulação da autora (Sanglard, 2021).

Se, em dez anos há uma alteração vertiginosa, a análise anual deixa perceber como tal processo vai acontecendo.



Fonte: Livro de registro de entrada de pacientes do Hospital da Misericórdia de Valença, 1882 a 1897. Tabulação da autora (Sanglard 2021).

Até 1886 os escravos eram cuidados nas fazendas, conforme já apontado neste artigo. A partir da promulgação da lei, a sobrevivência (alimentação, habitação e vestuário) passaram a ser necessidades que eles deveriam prover por sua força de trabalho, quando esta estava em forte declínio. Quando doentes, precisaram recorrer à caridade financiada pela elite da cidade – muitas vezes seus ex-donos.

Outro grupo que será objeto de atenção são as crianças. A alta mortalidade infantil colocava em risco a renovação da força de trabalho. Não à toa o final do século XIX vê a criação de inúmeras instituições de assistências voltadas a este público: asilos para meninos e meninas, e instituições de cuidados com a saúde. No que tange à saúde, veremos igualmente a preocupação com o parto. Todas as instituições de caráter filantrópico.

O tempo dos filantropos: à guisa de conclusão

Para concluir este artigo, me inspiro da obra de Catherine Duprat, *Le temps des philanthropes*, que já muito me inspirou (Sanglard, 2008, 2020) para falar da 1^a República no Rio de Janeiro. Se no trabalho de Duprat (1996) a autora fala do final do Antigo Regime (século XVIII) até a monarquia de Julho na França, para o Brasil tais questões podem ser vistas a partir do processo de abolição da escravatura. Tanto a assistência, quanto a filantropia necessitam de uma vida urbana ativa. São as assimetrias urbanas

que permitem o surgimento de instituições de assistência que visam resolver questões específicas.

Tal qual a ação das Misericórdias, estas instituições financiadas pelas elites locais terão ação limitada – limitada pela escolha do público (crianças, meninas, velhos, tuberculosos, leprosos...) quer por sua capacidade econômica. Outro ponto de permanência são os problemas locais. É na busca por mitigar os problemas locais que os filantropos irão se reunir e construir instituições de assistência.

Ângela de Castro Gomes (1999) define a sociedade do Rio de Janeiro da *Belle Époque* por três características: a boemia, a catolicidade e pelos seus salões. A estas, acrescento a filantropia como característica definidora daquela sociedade – que está vinculada diretamente aos salões da elite da época.

A primeira República vai ser marcada pela criação de diversas instituições de assistência, quer aquelas vinculadas a grupos nacionais, algumas egressas do século XIX mas que conseguem abrir seus hospitais apenas neste período.

Há também as diversas sociedades de auxílio mútuo ligadas às classes trabalhadoras que além da assistência à saúde e ao funeral, também se preocupavam com o pecúlio para invalidez, doença e morte. A aquisição de serviços de saúde junto às Misericórdias era prática normal das Sociedades benfeicentes ou mutuais que não conseguiam ter seu próprio hospital. Mas o pecúlio apenas as instituições ligadas ao mundo do trabalho ofereciam e procuravam evitar que seus idosos ou inválidos precisassem recorrer à caridade quando doentes – tal como apontado anteriormente para o caso do Hospital de Valença (RJ); e que as viúvas recorressem à caridade pública afim de sobreviverem e manterem suas filhas solteiras, como o caso estudado por Daiane Rossi para a cidade de Santa Maria (RS) neste mesmo período (Rossi, 2019).

Paralelamente às transformações do mundo do trabalho e a necessidade de se pensar a velhice, a invalidez e a viuvez; vemos o surgimento de diversas instituições ligadas a problemas sociais: mortalidade infantil, higiene mental e tuberculose – para me restringir aos mais importantes.

As instituições que foram criadas objetivando mitigar problemas sociais tinham a questão da saúde como principal foco. A escolha de um ou outro tema vincula-se a algumas questões: primeiro, a institucionalização dos saberes médicos e as descobertas médicas de fins do século XIX; segun-

do, o papel preventivo que a higiene terá, tanto no combate à mortalidade infantil, quanto na questão do alienismo e da tuberculose; e, por fim, o impacto social que estas doenças tem no tecido social – a desorganização demográfica e questão da reposição da mão de obra, o caráter contagioso da tuberculose e sua alta mortalidade, e o estigma e a impossibilidade de trabalho do alienado. Prevenir tais doenças e reverter a mortalidade garantiriam que o Brasil pudesse se desenvolver e crescer economicamente.

A saúde era, naquele momento, um problema do indivíduo. A saúde pública intervinha apenas na época de epidemias, que atingia ao todos. Contudo, percebe-se que gradativamente, na Primeira República a doença de um começa a atingir a todos. Assim, a noção contemporânea de saúde pública é fruto dos debates do higienismo e seu caráter preventivo. Segundo Olivier Faure, é o higienismo que surgiu “de uma visão global do indivíduo” e através dele é que se “dá origem à saúde pública, que integra o indivíduo a um conjunto mais vasto, a sociedade, e dá a esta a prioridade sobre aquele” (Faure, 2008, p. 54).

Como problema individual era preciso resolver os problemas que impiediam o Brasil de se desenvolver. E esta é a marca principal da filantropia: é uma ação de utilidade social. É a partir dessa noção de utilidade social que médicos, engenheiros, advogados/juristas vão se reunir para construir instituições que procuram mudar práticas sociais arraigadas e proporem soluções para estes males.

Para concluir, chamo atenção para a abertura de instituições de combate à mortalidade infantil no Rio de Janeiro, e em todo o país, neste período, onde a maioria delas foi financiada graças à filantropia: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipaí), criado em 1899 (Freire; Leoni, 2011); a Policlínica de Botafogo (Ferreira, 20XX); a Policlínica das Crianças Pobres da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (Sanglard, 2015, 2016a); o Hospital São Zaccharias da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, 1914; e o Hospital Abrigo-Arthur Bernardes (1924), este ligado às ações da Inspetoria de Higiene Infantil (Ferreira; Ribeiro, 2016) – este a primeira instituição pública e que colocará em prática as políticas para a primeira infância de Antônio Fernandes Figueira, responsável pela organização da Inspetoria no âmbito da reforma da Saúde Pública de 1920.

Destas quatro, podemos dividir: duas ligadas à questão da Higiene Infantil (Ipaí e Policlínica das Crianças) e duas ligadas à saúde da criança (Policlínica de Botafogo e Hospital São Zaccharias). Mas todas mantidas

graças à caridade e a filantropia: o São Zaccharias totalmente vinculado às ações pias da Misericórdia carioca; a Policlínica das Crianças inserida na Misericórdia graças à filantropia de José Carlos Rodrigues, então diretor-presidente do Jornal do Commercio, e cuja direção técnica coube à Fernandes Figueira; o Ipai, criado pelo médico Moncorvo Filho que reuniu um grupo vasto de filantropos; e a Policlínica de Botafogo, liderada pelo pediatra Luiz Barbosa e médico da elite da época morada da rua São Clemente, que faz de seus principais clientes os filantropos da instituição. Homens como Cândido Gaffrée, Eduardo Palassin Guinle e seu filho Guilherme Guinle serão nomes presentes na Policlínica de Botafogo, Ipai e Santa Casa da Misericórdia.

Conforme apontei anteriormente, a

[...] presença destas personagens em mais de uma instituição filantrópica reflete os projetos nos quais cada um deles, individualmente e em grupo, estavam envolvidos e menos com relação aos propósitos de cada uma das instituições, pois como já foi visto anteriormente todas envolviam reconhecidos flagelos sociais e tinham a cidade como palco das ações (Sanglard, 2010, p. 133).

Sobretudo, estes homens eram “frequentadores dos mais prestigiosos clubes de sociabilidade do país, como o IHGB e a Academia Nacional de Medicina, mas se encontravam também em espaços de difusão do conhecimento que estavam se institucionalizando no período” como o Instituto Oswaldo Cruz e a Academia Brasileira de Ciências (Sanglard, 2010, p. 133).

Mas também este período é caracterizado por uma discussão acerca do papel da filantropia e do estado na criação de instituições de saúde: médicos como Fernandes Figueira e Juliano Moreira irão defender espaços separados. No caso da saúde mental, serão as casas de acolhida para a reinserção do indivíduo à sociedade; no caso da infância, Fernandes Figueira defende que a filantropia devia montar creches próximas às fábricas para permitir que as mães aleitarem seus filhos e, sobretudo, a abertura de consultórios de lactantes, onde uma balança, um microscópio e um médico são suficientes para o acompanhamento do lactante – fácil de montar e barato, poderiam ser criados por toda a cidade.

A despeito da defesa de espaços distintos de atuação é certo que a filantropia será a marca da saúde no Brasil. As casas de caridade criadas a partir da República mantém a marca das Misericórdias, como Ibañez e ou-

tros apontam para o caso de São Paulo (Ibañez et al., 2011) ou vinculadas às ações das Sociedades de São Vicente de Paulo, como os estudos mostram para Minas Gerais e Goiás (Braga, 2015; Pinto, 2017; Souza, 2010). Ainda ancoradas de leigos, estas instituições estarão na base do SUS. Mas isto é uma outra história.

Referências

ABREU, Laurinda. *O poder e os pobres – as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014.

BARRETO, M. Renilda N.; CERQUEIRA, João Batista. Assistência à saúde no interior da Bahia oitocentista: a Irmandade da Santa Misericórdia de Nazaré. In: FERREIRA, Luiz Otávio; SANGLARD, Gisele; BARRETO, Maria Renilda (orgs.). *A interiorização da Assistência: um estudo sobre a expansão e a diversificação da assistência à saúde no Brasil (1850-1945)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 205-232.

BRAGA, Virna Lígia Fernandes. *Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1871-1923)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

BONNEAU, Michel. *La tables des pauvres – cuisiner dans les villes et cités industrielles (1780-1950)*. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2013.

PAIVA, Ataulfo de (org.). Casa dos Expostos. In: *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro: história e estatística*. Rio de Janeiro; Typografia do “Anuário do Brasil”, 1922, p. 458-463.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. 9. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

DUPRAT, C. *Pour l'Amour de l'Humanité – Le Temps des Philanthropes: la philanthropie parisienne des Lumières à la monarchie de Julliet*. T. 1. Paris: Éditions CTHS, 1993.

FAURE, Olivier. *Les Français et leur médecine aux XIX^e siècle*. Paris: Belin, 1993.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). *História do Corpo: da Revolução à Grande Guerra*. v. 2. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

FERREIRA, Luiz Otávio; RIBEIRO, Lidiane Monteiro. Entre a Assistência e a Higiene: saúde pública e infância no Rio de Janeiro e na Bahia (1921-1933). In: SANGLARD, Gisele (org.). *Amamentação e Políticas para a Infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira, 1922-1928*. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016, p. 101-118.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 199-225, 2011.

GEREMEK, B. *La potence ou la pieté – l'Europe et les pauvres du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Gallimard; 1987.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos – contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. São Paulo: Edusp, 2008.

GRANSHAW, Lindsay. Introduction. In: PORTER, Roy, GRANSHAW, Lindsay (orgs.). *The Hospital in History*. London/New York: Routledge, 1898.

LOPES, Maria Antonia. *Pobreza, assistência e controlo social, Coimbra (1750-1850)*. Coimbra: Palimage Editores, 1999.

PINTO, Ana Paula Magno. *Assistência, saúde e sociedade: a sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira (1895-1939)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

ROSSI, Daiane Silveira. *Assistência à saúde e à pobreza no interior do Sul do Brasil (1903-1913)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

SANGLARD, Gisele. *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2008.

SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, supl.1, p. 127-147, jul. 2010.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República. In: FERREIRA, Luiz Otávio et al. (orgs.). *Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/FAPERJ, 2015, p. 133-148.

SANGLARD, Gisele. *Amamentação e políticas para a infância no Brasil a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928*. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016a.

SANGLARD, Gisele. As crianças e a Misericórdia carioca: circulação e transformação dos espaços (Rio de Janeiro, 1870-1920). *Revista Portuguesa de História*, v. 47, p. 337-358, 2016b.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Caridade e filantropia: elites, estado e assistência à saúde no Brasil. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tania Salgado Pimenta; HOCHMAN, Gilberto (orgs.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2018, p. 145-181.

SANGLARD, Gisele. A nova pobreza na virada do século XIX para o século XX (Valença, RJ, 1883-1893). In: FERREIRA, Luiz Otávio; SANGLARD, Gisele; BARRETO, Maria Renilda (orgs.). *A interiorização da Assistência: um estudo sobre a expansão e a diversificação da assistência à saúde no Brasil (1850-1945)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 87-112.

SANGLARD, Gisele. Assistência e pobreza no Brasil: percurso historiográfico. In: BATISTA, Ricardo dos Santos; SOUZA, Christiane Maria Cruz de; SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da (orgs.). *Assistência e pobreza no Brasil: percurso historiográfico*. São Paulo: Hucitec, 2020, p. 31-62.

SANGLARD, Gisele, Assistência na Antiga Província do Rio de Janeiro: contribuições para o debate acerca de sua organização (1830-1890), *História* (São Paulo), v. 40, p. e2021035, 2021.

SOUSA, Rildo Bento de. *Pobres, doentes e desvalidos: o asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás 1909-1935*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

“Num misto de medicina e coração”: as relações entre e medicina e filantropia na trajetória de Mirócles Campos Veras em Parnaíba/PI (1930-1940)

Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses¹

Elizangela Barbosa Cardoso²

Introdução

Mirócles Campos Véras nasceu em Parnaíba/PI, no ano de 1890. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1913 e retornou para a cidade natal, onde atuou como político e médico. Exerceu o cargo de prefeito municipal de Parnaíba entre os anos de 1934 e 1945. Fundou, ainda, a Sociedade dos Lázaros, criou a *Maternidade Marques Basto*, foi Médico-Chefe do Posto de Saneamento Rural, Médico de Higiene Municipal, Diretor-Médico da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba e Médico-Chefe do Centro de Saúde do Estado (GONÇALVES, 2003. p. 418-419).

Mirócles Campos Véras foi um homem público cuja memória e singularidade enquanto político, médico e filantropo é preservada em livros, artigos de jornais, ensaios, verbetes, e outros registros biográficos cuja finalidade é lembrar sua trajetória e seus feitos para história de Parnaíba, no Piauí. Não por acaso, foi por diversas vezes homenageado e seu nome eterniza-se em uma via pública da cidade em que viveu e atuou. É, ainda, patrono da Cadeira n. 14 da *Academia Parnaibana de Letras*.

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, UFPI. E-mail: livia.suelen@hotmail.com. A pesquisa realiza-se com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

2. Professora Doutora, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, UFPI. E-mail: elibcardoso@yahoo.com.br.

No ano de 1979, o *Almanaque da Parnaíba*, anuário piauiense de ampla circulação, publicou mais um de seus habituais textos biográficos, desta vez uma homenagem póstuma, por ocasião do falecimento do referido médico, a 13 de setembro de 1978. No texto, além do destaque ao seu percurso profissional e vida pessoal, enfatizam-se suas atividades no “campo da assistência médica-social”:

A vida de Mirócles Véras caracterizou-se pela multiformidade de suas atividades em benefício da comunidade parnaibana [...] Dedicou-se a sua nobre profissão médica com verdadeiro sacerdócio [...] **num misto de medicina e coração.** [...] sua trajetória de realizações no setor de saúde pública, fundou a “Sociedade de Assistência à Maternidade e à infância de Parnaíba” e, sob os auspícios dessa entidade instalou a Maternidade “Dr. Marques Basto”, o primeiro hospital, no gênero, criado no Piauí. Anos depois, chegou à conclusão de que não bastava amparar a maternidade carente de recursos, porém se tornava também necessário proteger os filhos das mães pobres, levando-o, então, a instalar junto à Maternidade “Dr. Marques Basto” um Hospital Infantil [...] (DR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS, 1979, p. 53-56)

Assim, o objetivo deste artigo é analisar a relação entre medicina e filantropia, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1940, a partir da trajetória do médico, político e filantropo Mirócles Campos Veras. Busca-se compreender as relações entre projetos de modernização em Parnaíba, no contexto em que a cidade se constituía como principal centro comercial importador e exportador do Piauí, tendo em vista a dinâmica da economia pelo extrativismo vegetal; a prática médica na urbe de então e a ação filantrópica e benemerente concretizada especialmente na assistência à maternidade e à infância.

As fontes utilizadas constituem-se de memórias, artigos publicados em almanaques, jornais e revistas, além dos relatórios de governo, documentos oficiais e o *Livro do Centenário da Parnaíba* (1945).

Desenvolvimento

Mirócles Campos Véras nasceu na cidade de Parnaíba, em 25 de março de 1890. Filho legítimo de Emídio Gomes Véras e Maria de Campos Véras (SANTOS, 2013, p. 9), “tradicional família parnaibana” (PASSOS, 1982, p.

78-84). Mirócles pertencia ao conjunto de famílias que foram se constituindo beneficiadas pelo cenário vantajoso ao comércio e, como rememora o escritor Humberto de Campos, “galoparam, mais largamente, no corcel da fortuna” (CAMPOS, 1982, p. 127), fazendo parte de elite comercial.

Emídio Gomes Véras, pai de Mirócles, trabalhou como comerciante, primeiro, em Miritiba/MA, onde casou-se e mudou-se para Curralinho, à margem do rio Parnaíba e finalmente para a cidade Parnaíba/PI. Dedicou-se permanentemente ao comércio, mas “experimentava, corajosamente, as indústrias” (CAMPOS, 1982, p. 141-142). Montou uma usina de beneficiar arroz, bem como um grande engenho, que foi destruído pelas águas do rio numa noite de enchente. Emídio tivera outros irmãos que também alcançaram sucesso na área comercial, a saber, Feliciano Gomes de Farias Véras e Franklin Véras³.

Localizada no extremo norte do estado do Piauí, a urbe constituiu-se historicamente com importante papel econômico, social e político. Desde o século XVIII, com a atividade pecuária e a indústria do charque, até sua transformação no principal “empório comercial do Piauí”⁴, Parnaíba foi fundamental para a inserção do Estado no contexto da economia internacional, por meio da exportação (REGO, 2013, p. 21-114).

No que tange à cidade de Parnaíba, o período favorável pelas relações comerciais, vivenciado desde o final do século XIX, perdurou até meados do século XX, marcado por intensas transformações sociais, além de novas dinâmicas urbanas agudizadas pelas novas relações de trabalho estabelecidas no pós-Abolição. O comércio passou a ser um dos pontos fortes da cidade, quando ali se estabeleceram casas importadoras e exportadoras de produtos variados, vindos do Brasil e do exterior. Essas casas comerciais

3. A *Franklin Veras & Cia* foi um estabelecimento comercial que, fundado em 1875, ganhou grande notoriedade, trabalhando como representante da Companhia Nacional de Navegação Costeira, da organização Henrique Laje, e agente das Companhias de Navegação. Era, também, sócio da empresa “*União Fluvial Ltda.*”, contratante de transportes para Tutóia e especialista em artigos de ferragens para construção naval. Trabalhava, ainda, com importação e exportação, comissões e consignações. (MENDES, 2009, p. 9).

4. Eis os principais produtos destinados à exportação: gado vacum, cavalo, ovino, caprino, suíno e aves domésticas, couros espichados, salgados, peles miúdas, sola, crinas, chifres, carne-seca ou de vento, sebo, queijos, requeijões, manteiga, borracha, resina de jatobá e outras, algodão, fumo, cera de carnaúba, velas, chapéus e outros produtos da carnaubeira; fibras, vegetais diversos e os apreciados doces de bacuri, buriti, cajuí, murici e muitos outros. Além dos gêneros citados, exportava cereais, farinha de mandioca, polvilho, madeira de construção e de tinturaria e preciosas penas. (PARANAGUÁ, 2019. p.149-150).

funcionavam como entreposto de comércio e de distribuição de mercadorias entre o litoral e o interior do Piauí (GANDARA, 2010).

As possibilidades econômicas apresentadas pela região atraíram, não apenas a mão de obra que excedia pelos vários municípios do Piauí, Ceará e Maranhão, tal qual a família Véras, mas investidores nacionais e estrangeiros como os ingleses e os franceses que, no século XIX, também estabeleceram firmas na cidade (REGO, 2013).

Potentados locais, estruturados no século XVIII, através dos vínculos de parentesco e da concentração da propriedade rural, resistiram ao tempo e às transformações ocorridas na sociedade piauiense (BRANDÃO, 1995). A crescente atividade comercial de Parnaíba favoreceu a manifestação de uma cultura aburguesada da elite urbana piauiense que se misturou aos costumes aristocratas. Do ponto de vista do gosto e do consumo, favoreceu também a área comercial de artigos de luxo nacionais e importados, seja de objetos de uso pessoal, automóveis, eletrodomésticos ou equipamentos para escritório. As famílias representadas por políticos, empresários e comerciantes prósperos se identificavam com a Europa, com o mundo civilizado e exibiam sofisticação e detalhes rebuscados, que atingiam também a modernização, tanto da arquitetura externa como do interior das casas, seja no aparelhamento dos banheiros, das cozinhas ou da iluminação do ambiente (REGO, 2013. p.222). No campo da cultura, destaca-se o surgimento de clubes, do cineteatro, da rádio, de tipografia e de livraria, favorecendo a circulação de livros didáticos, de Medicina, Direito, romances, novelas e literatura, em geral (ALVARENGA, 2013, p.196).

A urbe em que Mirócles nasceu e vivenciou a sua primeira infância e a juventude, foi marcada pela integração, pela identificação com as ideias de progresso, pelo desejo por uma “cidade moderna” e pelo contato íntimo com a Europa, que “drenava artigos e costumes que eram prezados por sua diferença em relação aos padrões rústicos do interior da Província” (REGO, 2013, p.35). Para a elite comercial, tornou-se evidente a necessidade de exercer uma ação mais eficaz na defesa de seus interesses e encaminhar soluções para os problemas por ela diagnosticados como ‘obstáculos’ para o desenvolvimento. Um dos mecanismos foi o investimento na escolarização.

Não por acaso, a trajetória de Mirócles Veras coincide com este movimento, pois a condição social a que pertencia propiciou uma escolarização privilegiada, desde a sua infância. Estudara as primeiras letras, na cidade

natal, em escola particular da professora D. Marocas Lima, que funcionava em uma residência, possibilidade esta que, desde então, já marcava um traço de distinção social. Continuando os estudos, matriculou-se no Ginásio Parnaibano, pioneiro no ensino secundário naquela cidade, e depois mudou-se para capital, Teresina, onde estudou por um tempo no colégio de Benedito Ribeiro, prestando os exames no *Liceu Piauiense*.

Em 1907, iniciou o curso de Medicina da Faculdade de Medicina na Bahia. No contexto, não existia na cidade instituição formadora, sendo que a possibilidade de ingressar em um curso superior ficava restrita a uma parcela pequena da elite local e masculina. Os aspirantes a médico se deslocavam especialmente para o Rio de Janeiro e para a Bahia, aspecto que coincide com a trajetória de Mirócles Véras.

Emídio Véras, como outros homens das elites comerciais, sabia que a formação escolar e universitária, nesse contexto, consolidava o poder das famílias e poderia abrir acesso a outras carreiras e postos de poder. Nota-se como o caminho do menino Mirócles em direção à formação escolar em Parnaíba se cruzou com o de outros meninos que, como ele, integraram, quando adultos, a elite política do Piauí.

Vale destacar que a escolarização não era comum a todas as famílias da região de Parnaíba, aliás, ao contrário disso, foi o analfabetismo que se constituiu como traço de continuidade na história do Brasil. De acordo com a historiadora Teresinha Queiroz (2011), entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, a existência de uma legislação que valorizava a educação não significou o real acesso da população às letras. O universo social estava polarizado entre analfabetos e doutores (QUEIROZ, 2011. P.73). Se os avanços da educação não eram suficientes para atender a toda massa da população, os grupos médios e de elite tiveram mais facilidade para fazer com que seus filhos ingressassem no ensino formal, passando por um processo de escolarização, que, pelo menos até o ensino secundário, poderia ser feito na capital do Estado (CASTELO BRANCO, 2005).

Assim como a escolarização era limitada, o “progresso” não alcançava a totalidade da população. Ao contrário, o outro lado do processo de modernização era igualmente a agudização da condição de pobreza no universo urbano. Na medida que a dinâmica comercial se intensificava, as famílias pobres eram empurradas para zonas periféricas, principalmente, para bairros distantes ou áreas mais próximas dos rios.

O Porto das Barcas por onde entravam as riquezas e inovações era es-

tigmatizado por sua sujeira e pelas doenças, o espetáculo da miséria e das más condições de vida dos trabalhadores tornava-se perceptível, ao se contrapor ao moderno (SILVA, 2012).

Dada a situação precária do habitar na Parnaíba em regiões insalubres, próximo das encostas dos rios, pântanos, alagadiços, sem encanamento, saneamento básico ou outras melhorias estruturais, a doença batia à porta dos pobres com mais frequência. Por vezes, na região, determinadas moléstias se alastravam, como é o caso da varíola, da tuberculose e da malária, embora os médicos, os políticos e representantes das elites em geral acreditassesem que a vida dos pobres, supostamente desregrada e cheia de vícios, “arrastava-os a aquisição de doenças de caráter infecto-contagioso” (ATHAYDE, 1984, p.9).

Até meados do século XIX, Parnaíba ainda desconhecia a presença de um profissional de Medicina. Mesmo após a instalação de algumas repartições federais, tais como a Capitania dos Portos, a Alfândega e o Arsenal de Aprendizes Marinheiros, a cidade usava, para o alívio dos males de seus habitantes, dos “préstimos dos chamados ‘barbeiros’, os quais se intitulavam profissionais ‘double’ de médicos, dentistas e ‘pour cause’, também cabeleireiros (ATHAYDE, 1980, p.85-98). Estes profissionais, apesar da falta de formação científica, utilizavam-se de saberes tidos como tradicionais e “ostentavam inegável eficiência na abertura de abcessos e panarícos, na avulsão de dentes cariados e na administração de chás, tisanas, emplastros e clisteres” (ATHAYDE, 1980, p.85-98), com a finalidade de aliviar e curar sofrimentos.

Data da última década do século XIX a formação do primeiro médico parnaibano, o Dr. João Maria Marques Basto (PASSOS, 1982, p.263-264), na Faculdade de Medicina da Bahia, incentivado pela mobilização social de famílias abastadas da região. Retornando a Parnaíba em 1885, Joca Basto – como era carinhosamente conhecido - ganhou notoriedade por ser considerado um “médico de todos, de todos os lares, do mais rico ao mais pobre” (PASSOS, 1982. p.263-265), pois os que podiam pagar por seus serviços médicos, consideravam que ele cobrava “contas baixas, insignificantes, não sendo por isso compensados os seus serviços” e para aqueles que não podiam realizar pagamento, “ele nada cobra” trabalhando, portanto, “gratuitamente” (DR. JOÃO MARIA M. BASTO, 191, p.1). A atividade do médico era exaltada e valorizada por seus sentimentos ligados à caridade, à benevolência e à benemerência. Ganhou bastante notoriedade na cidade e

ocupou vários cargos como médico da Municipalidade, Delegado Estadual de Saúde Pública, Subinspetor de Saúde dos Portos e Médico Sanitarista.

O contexto no qual Marques Basto se formou também foi aquele em que se constituiu na cidade uma experiência voltada a uma tentativa de intervenção no campo da saúde, na qual se destaca a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, em 1896. Quando fundada, essa instituição objetivava particularmente “socorrer indigentes enfermos”. De acordo com o Código de Posturas da cidade de Parnaíba de 1899, “os vagabundos que forem encontrados pelas ruas em estado de doença serão conduzidos para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, e ao Fiscal incumbe promover os meios para sua admissão, o que também se deve entender com os mendigos que se acharem em idênticas circunstâncias” (LEI MUNICIPAL N.43...,1899). O hospital, neste contexto, era entendido como espaço da caridade.

Tendo em vista a finalidade da instituição, houve um investimento na profissionalização médica dentro do espaço do hospital, tendo em vista a falta de profissionais para atuar na instituição. Marques Basto foi o primeiro médico a atuar na Santa Casa de Misericórdia - “ficou sendo a sua casa” (PASSOS, 1982, p.263-265) - e em 1902, assumiu o cargo de Diretor-Médico da Santa Casa.

O hospital de caridade surge da associação entre a profissão médica, as ações de filantropia da sociedade civil e o poder público, considerado à época o único arranjo capaz de viabilizar a assistência hospitalar para as populações urbanas empobrecidas, em crescimento acelerado e fustigadas por doenças endêmicas e epidêmicas.

As manifestações de humanitarismo⁵ e os projetos com os quais o médico se envolveu, são inseparáveis de sua formação em medicina e se assemelham à trajetória de médicos que atuaram entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, em outras regiões brasileiras (SANGlard, 2008; FERREIRA, 2015; SANGlard, 2016). As discussões acerca da assistência pública e de suas relações com a filantropia e a benemerência tornaram-se recorrentes nos primeiros anos do século XX, sobretudo a importância do saber médico no enfrentamento da chamada questão social.⁶

5. No interior da história das emoções, as emoções humanitárias estão em profundo diálogo com a caridade e com outros sentimentos religiosos, de um lado, e com modernas concepções de justiça, de sociedade, e do eu, de outro. TAITHE, 2020, p.493-520.

6. No Brasil, a questão social foi a forma de denominar a preocupação com os pobres e a po-

Assim, o contexto em que Mirócles Campos Véras iniciou a Faculdade de Medicina na Bahia foi justamente este de enraizamento dos médicos no campo da filantropia. Os médicos não interferiam somente no plano da nosologia e da terapêutica, mas nesse terreno novo do social. Nesse novo campo para medicina, descobrem-se os fluxos entre a ordem (ou a desordem) da sociedade, da nação ou da raça. Os males ou as doenças não eram somente do corpo dos doentes, mas eram como um sistema de vasos comunicantes, intercambiáveis, entre indivíduo e sociedade. Daí a ênfase dada à prevenção e a todo o seu cortejo de rituais de cuidados e disciplinas biopolíticas⁷. Na constituição dos saberes e das práticas sobre o social, os médicos desempenharam papel de destaque e muitos deles não se contiveram na prescrição, passando à intervenção, seja através da política, seja através da filantropia (MARTINS; TUPICH, 2015, p.154-155).

Em 1911, Véras transferiu-se para Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde finalizou o curso em janeiro de 1913 com a defesa da tese “Anemias Esplênicas”, na *Cadeira de Ginecologia e Obstetrícia*.

Mirócles Campos Véras estudou medicina numa época de mudanças importantes no ensino médico brasileiro em virtude da Reforma Sabóia, de 1882, em que as faculdades de medicina regulamentaram o funcionamento das cátedras, o que implicou a ampliação dos currículos e as disciplinas clínicas, que exigiam a observação e a prática nas enfermarias e salas cirúrgicas (EDLER, 2018, p.101-144). Localiza-se ainda um contexto de possibilidade de formação médica em uma área específica do corpo da mulher, a Ginecologia e Obstetrícia. A respeito desta cadeira, Ana Paula Vosne Martins (2005, p.650) afirma que, o desde o século XIX, na Europa, multiplicaram-se as publicações médicas sobre a singularidade da fisiologia e da anatomia do corpo feminino, prescreveram-se condutas através da higiene, técnicas de tratamento, instrumentos cirúrgicos, medicamentos, analgésicos e vacinas. Essas discussões faziam-se presentes nas Faculdades de Medicina, no Brasil, no final do século XIX e início do século XX. Essa especialidade médica se constituiu, portanto, a partir da reforma e da ênfase cada vez maior na clínica e na transformação dos breza urbanas, vinculada ao processo de abolição da escravatura. SANGLARD; FERREIRA, 2018, p.145-181.

7. Para Foucault, (2008), biopolítica diz respeito ao fato de o poder aplicar-se para além do corpo individual ao conjunto de corpos que formam uma população. A biopolítica mediante a ação de biopoderes atuará na gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da natalidade, dentre outros fatores.

espaços hospitalares em espaços de observação, de ensino, de cura e de assistência, e não só de caridade. A longo prazo, esse processo incidiu em uma tentativa de reorganização da saúde e da assistência pública, conforme destacaremos mais à frente.

Doutor em medicina, Mirócles Véras retornou ao Piauí e iniciou suas atividades no hospital da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, naquele época desativado por falta de recursos. Em junho de 1917, a diretoria da instituição convocou Véras e o Dr. Antonio Godofredo de Miranda para reativarem as atividades hospitalares da Santa Casa de Parnaíba. Os dois médicos passaram a prestar serviços médicos na Santa Casa de forma gratuita. Para tanto, solicitaram a aquisição de material médico hospitalar de que a casa era carente, além de edificação de sala própria para a realização e exercício de operações cirúrgicas (ATHAYDE, 1984). A estrutura física da instituição passou a contar com salas de operações, curativos, gabinete médico e dentário instalados no ano de 1917, sob a direção do dr. Mirócles Véras (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PARNAHYBA, 1929, p. 79-83).

Com o início da construção da Estrada de Ferro Central do Piauí, com sede em Parnaíba, foi nomeado médico da mesma, o Dr. Mirócles Véras, com um salário mensal de 200\$000 (duzentos mil réis), importância essa que ele transferia integralmente à Santa Casa (ATHAYDE, 1984). Desta forma, ganhou notoriedade como médico benfeitor e caridoso.

O trabalho no hospital da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba o aproximou da realidade do pauperismo e do abandono, particularmente do abandono público aos mais necessitados. Ressalte-se que, como médico, sua trajetória não se vinculou apenas à vida profissional, propriamente dita, projetou-se, sobretudo, no campo da assistência médico-social. Destacou-se como um “médico humanitário, criador e fomentador da ação social nesta cidade” (DR. MIRÓCLES CAMPOS VERAS, 1944) que exercia a profissão por verdadeiro sacerdócio e com muita sensibilidade ao pauperismo da população parnaibana, “fazendo de cada enfermo um ente querido com aquela assistência diuturna que prestava ao cliente” (DR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS. 1979, p. 53-56).

Foram vários os vínculos de Mirócles Véras às ações benemerentes, dentre elas, a fundação da *Sociedade de Assistência aos Lázarus e Proteção aos pobres de Parnaíba*, em 1931, um “núcleo de boas vontades” cuja finalidade era a “participação comum da proteção aos necessitados, leprosos e

outros” (CORREIA; LIMA, 1945. p. 226-227). A iniciativa coube ao médico, auxiliado por “abnegadas senhoras, legítimas representantes da família cristã”. Durante os anos 1930, era a Sociedade Feminina de Proteção aos Pobres que auxiliava no custeio da Delegacia de Saúde Municipal (ESTADO DO PIAUÍ, 1931-1935, p. 41).

As ações benemerentes podem ser compreendidas como associadas à sua formação médica, à experiência cotidiana em atender aos pobres e o despertar pela assistência, porém, essa compreensão fica rasa, se não considerarmos também sua origem social. Como membro da elite comercial, sua origem social pode ter desempenhado importante papel no que poderíamos chamar de *ethos benemerente*, ou seja, a consciência de que a posição e o *status* social somados ao conhecimento e à capacidade de uma ação permeada pela razão e pelos sentimentos morais podem não só proteger e amparar os pobres necessitados, mas também induzir ações morais.

A fama de médico competente e humanitário e sua inserção nas elites políticas da cidade de Parnaíba abriram caminho para a ação pública, política (DR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS, 1944). Ocupou os seguintes cargos públicos: Médico-Chefe do Posto de Saneamento Rural, Médico da Delegacia Higiene Municipal (1930), Diretor-Médico da Santa Casa e Médico Chefe do Centro de Saúde do Estado. Foi, também, professor no Ginásio Parnaibano, tendo lecionado Ciências Físicas e Naturais (HOMENAGEM AO CHEFE DO MUNICIPIO, 1945, p.25-26).

No final dos anos 1930, o desdobramento de uma política centralista e as reformas de saúde pública desenvolvidas pelo governo Vargas viabilizaram a inserção dos médicos na gestão do Estado. Em Parnaíba, Mirócles Véras foi nomeado prefeito municipal, por ato do então interventor federal, Capitão Landry Sales, em maio de 1934, depois confirmado no cargo por eleição popular realizada em setembro de 1935, permanecendo no cargo até 1945. Em 1935, o médico Leônidas de Castro Melo é eleito governador do Estado, pelo sistema de votação indireta, realizada pela Assembleia Estadual Constituinte. Com o advento do Estado Novo, foi confirmado no cargo, como Interventor Federal, permanecendo até 1945 (GONÇALVES, 2003. p.253-254). A capital do Piauí, Teresina, encontrava-se, no momento da implantação das reformas nacionais de saúde pública, geridas pelo médico Lindolfo do Rego Monteiro⁸.

8. Médico e político. Exercia, como médico, a pediatria. Foi diretor da Casa Anísio Brito, da Caixa Econômica Federal no Piauí e do Departamento de Saúde do Estado. Como prefeito

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, período em que Mirócles exerceu um cargo político importante, envolveu-se com vários assuntos relacionados às associações filantrópicas uma vez que a ação do Estado ainda estava muito subsidiada à ação da sociedade civil.

Destaca-se a fundação da associação filantrópica *Rotary Club de Parnaíba*⁹, em 1938. A instituição possuía a finalidade primordial de “reunir pessoas de boa vontade, embora de interesses opostos, para que se comprometam, se conheçam, se estimulem e de alguma forma contribuam”, para o “bem-estar da terra em que vivem” (CORREIA; LIMA, 1945. p. 217-220). Os associados envolviam-se na organização de ações que visavam ao “bem da coletividade” e era formado exclusivamente por homens. As mulheres, mesmo não se enquadrando como sócias, também tinham visibilidade. Destacava-se a ação das chamadas “senhoras rotarianas”, esposas dos sócios, auxiliadas por “outras da nossa melhor sociedade”, na arrecadação de donativos destinados a instituições de assistência, mobilizadas, diversas vezes, por meio de festas e piqueniques.

Fundou e presidiu também a *Sociedade Médica Parnaibana*, criada em abril de 1940, sendo a diretoria composta pelos médicos Teodomiro de Carvalho, João Orlando de Moraes Correia e Diógenes Melo Rebelelo (SOCIEDADE MÉDICA PARNAIBANA, 1940, p. 63). O surgimento da Sociedade Médica Parnaibana ocorreu, após a fundação da *Associação Piauiense de Medicina*, instituição que tinha por objetivos estimular a produção médico-científica local; promover o conhecimento; fortalecer laços de solidariedade profissional e humana entre os membros da classe médica (MENESES; CARDOSO, 2020, p. 401-432).

O médico ganhou notoriedade sobretudo por sua ação na instituição de uma política de assistência materno-infantil. No Piauí, inclusive em Parnaíba, a interferência médica mais efetiva na gestão da maternidade e da infância emerge nas décadas de 1930 e 1940, destacando-se ações pioneiras e particulares da sociedade civil articuladas à emergência de políticas e instituições voltadas à saúde materno-infantil.

de Teresina, exerceu mandato de fevereiro de 1936 a novembro de 1945. (GONÇALVES, 2003, p. 269).

9. O Rotary Club é uma organização internacional fundada em 23 de fevereiro de 1905 em Chicago, EUA, por Paul Percy Harris. Esta organização tem como propósito ações empregadas a partir dos princípios de patriotismo, conciliação, liberdade, progresso, justiça, sacrifício e lealdade. Tendo por base esses setes princípios, os projetos dos rotarianos são praticados a partir da prestação de serviço à comunidade. (ROTARY CLUB DE PARNAÍBA, 1940, p. 97).

Data dos anos 1930 o surgimento de políticas públicas de assistência materno-infantil, embasadas no saber médico, quando entram em cena médicos especializados na saúde materno-infantil, como obstetras, ginecologistas e pediatras, ladeados por médicos generalistas, processo contemporâneo à atuação profissional de Véras. Verifica-se, no Estado, o desdobramento da constituição das especialidades médicas relativas a mulheres e a crianças, como vimos, elaboradas nas faculdades de medicina (ROHDEN, 2000). Foi entre o final da década de 1930 e a década de 1940 que o Estado realizou a organização administrativa efetiva, o planejamento nacional de medidas protetivas e a efetivação de ações nacionais para o amparo materno-infantil (CARDOSO, 2010, p. 427).

Em 1937, a partir da reforma do Ministério da Educação e Saúde implantada por Capanema, o Departamento Nacional de Saúde transforma a Diretoria de Proteção à Infância em Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, o D.A.M.I. Esse foi o primeiro programa estatal de proteção à maternidade e à infância, o que implicou a consonância com a política centralista de governo, a normatização das políticas de saúde pública e o aumento da importância médica na hierarquia burocrática (BRASIL, 2011, p. 9; CARDOSO, 2012, p. 400-418). O programa de assistência foi desenvolvido por médicos inseridos no aparelho estatal.

Vale destacar que as políticas de saúde materno-infantil foram articuladas de forma a incorporar a sociedade civil, especialmente, as ações que ocorriam via caridade e filantropia. O Programa organizado pelo Ministério da Educação e Saúde relativo às atividades desenvolvidas pela D.A.M.I. enfatizava que “a obra gigantesca” em prol da defesa da infância e da maternidade não podia depender somente da atividade oficial. Desta forma, reforçava que a iniciativa dos governos recebesse o estímulo e a cooperação de todos, especialmente, das associações privadas. A finalidade era “amparar a mãe e o filho – esse binômio indispensável à vida de uma nação”. As suas atividades desdobram-se “no campo da alimentação bem orientada e sadia na aquisição de hábitos de saúde, nos socorros à falta de agasalho e teto, na conservação da saúde” (A SEMANA DA CRIANÇA..., 1939, p.4-5).

Dado o grau de importância atribuído à saúde materno-infantil para a nação, necessitava-se, pois, de uma estrutura autônoma de saúde pública voltada à formulação e implementação das políticas voltadas a esse público (MARTINS, 2010, p. 117). Em 1940, o D.A.M.I., vinculado ao Departamento Nacional de Saúde, foi extinto e criado o *Departamento Nacional da*

Criança (D.N.C.), com a mesma finalidade, mas diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde (BRASIL, 2011. p. 11; HOCHMAN, 2005, p. 127-141). Fixavam-se, assim, as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência, em todo o país. Além de ampla liberdade administrativa e econômica, o Departamento sistematizou e unificou toda a iniciativa nacional em prol da mãe e da criança, seja de ordem pública, seja de ordem privada (LIMA, 1941, p. 12-16).

No ano de 1936, em sua gestão na prefeitura de Parnaíba, Mirócles Campos Véras deu início à construção da Maternidade de Parnaíba, nomeada *Marques Basto*, em homenagem ao médico parnaibano João Maria de Marques Basto. A obra foi custeada com auxílio de cem contos de réis concedido pelo Ministério do Interior e Justiça, para as vítimas da inundação (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA, 1937). A respeito desse episódio, Cândido Athayde rememora que o subsídio do governo federal foi solicitado com intuito de auxiliar os vitimados pela cheia dos rios, que, nessas ocasiões, destruíam casas e ocasionavam diversos problemas de ordem sanitária na sociedade ribeirinha. Em suas palavras:

Havia uma cheia muito grande aqui e o governo federal mandou [...] para atender aos flagelados. Mas o dinheiro só chegou um ano depois da cheia, quando já não se sabia mais quem era “alagado”. Não tinha mais, todos tinham refeito suas casas. Então esse dinheiro foi aplicado na construção da Maternidade Marques Basto (ATHAYDE, 1984).

Os dados referentes à construção da Maternidade de Parnaíba, a demonstração do saldo disponível e o orçamento dos serviços que faltavam para finalizar as obras foram enviados por Mirócles Véras ao Interventor Federal do Piauí, o médico Leônidas de Castro Melo, com intuito de solicitar subsídios (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA, 1937). Na falta de recursos da prefeitura municipal, coube ao Estado o custeio das etapas finais (MATERNIDADE DR. MARQUES BASTO, 1940, p.277) e a compra dos equipamentos, adquiridos e enviados pela filial da *Casas Lohner S.A.*¹⁰ do Rio de Janeiro. As obras terminaram em finais de 1939.

Em março de 1940, por ocasião da viagem do interventor federal Leônidas Melo ao norte do estado do Piauí, sobretudo a Parnaíba, ocorreu a

10. Tradicional fábrica de equipamento do ramo médico hospitalar e odontológico, subsidiária e representante da SIEMENS, famosa produtora de aparelhos de raios x, ondas curtas, ultra-som etc.,

inauguração do edifício da Maternidade Marques Basto (A EXCURSÃO DO INTERVENTOR..., 1940, p. [?]). A Solenidade mobilizou representantes políticos, o Diretor de Saúde Pública, Vaz da Silveira, membros da igreja, como Monsenhor Roberto Lopes, que realizou a bênção do local, e a sociedade civil em geral. As “senhoras parnaibanas” promoveram a exposição de enxovais para crianças.

Mirócles Véras também buscou parceria financeira com o Governo Federal, para manutenção das atividades oferecidas na Maternidade (MATERNIDADE DR. MARQUES BASTO, 1940, p.277). Para tanto, organizou a criação e institucionalização da *Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Parnaíba* – SPMIP, em julho de 1940. A instituição foi vinculada ao D.N.C.. Dentre as suas finalidades, estabelecidas nos estatutos, estavam:

[...] velar pela saúde, o bem-estar e as necessidades da infância de Parnaíba, [...] colaborar com os poderes públicos [...] difundir o estudo da higiene, da puericultura e dos serviços sociais, sob auspícios do corpo médico [...] promover festivais e angariar donativos para instalação de consultórios, lactários e outros serviços [...]” (ESTATUTOS..., 1940, p. 6).

Durante a década de 1940, a sociedade teve uma forte atividade feminina na administração, que se dividia em Diretoria, corpo técnico e legião de cooperadoras. A *Legião de Cooperadoras* incorporava senhoras e senhorinhas, que se inscrevessem na Sociedade com o fim de prestar os serviços para que forem designadas, compreendendo as “visitas aos domicílios pobres, a organização de festas para obter recursos, angariar sócios, ajudar os serviços dos consultórios, lactários e outros estabelecimentos da Sociedade” (ESTATUTOS..., 1940, p. 6).

Vale ressaltar, conforme nos informa Barreto (2015), que a participação das mulheres de elite foi crucial para o sucesso das instituições voltadas à assistência pública. Inúmeros trabalhos da historiografia brasileira vêm revelando o papel feminino na criação e manutenção de instituições filantrópicas, na luta por direitos políticos e acesso à educação (MOTT, 2001; TORRES, 2002; MOTT, 2005; MARTINS, 2011; MARTINS, 2015).

A SPMIP organizava suas atividades utilizando-se de recursos diversos, quais sejam: subvenção da Prefeitura Municipal; subvenções do Estado e da União; contribuições dos sócios; donativos; produto de festivais e ou-

tos eventuais. Ficou a cargo da SMPIP a direção da *Maternidade Marques Basto*, mas suas atividades expandiram-se para outras instituições de assistência materno-infantil na década de 1940, tais como o Hospital Infantil e a Casa da Criança (creche) (CORREIA; LIMA, 1945, p. 230).

A Maternidade foi aberta ao público, em 20 de fevereiro de 1941. Atuavam na sua Direção, as Irmãs do *Coração Imaculado de Maria*, tendo como superiora, a irmã Ângela. A Maternidade dispunha de 62 leitos para indigentes, 10 apartamentos para pensionistas e 24 leitos (berços). Os serviços eram divididos em atividades ambulatoriais (consultas, injeções, conselhos de higiene infantil, receitas, exames etc.) e hospitalar (cirurgias, partos, abortos, intervenções etc.) (CORREIA; LIMA, 1945, p. 230-231).

Outra instituição inaugurada na gestão de Mirócles Véras foi o *Lactário Suzanne Jacob*. Trata-se da primeira instituição direcionada unicamente à assistência infantil, no Estado do Piauí. A iniciativa de construção do lactário esteve associada à “bondade” e ao “espírito humanitário” de Roland Jacob (LACTÁRIO SUZANNE JACOB, 1939, p.139-140; CARDOSO, 2010, p.430), alto comerciante da cidade, que, em 1935, materializou o “ardente desejo” de sua esposa, Dona Suzanne Jacob, de “criar aqui uma instituição assistencial à infância e à maternidade” (PASSOS, 1982, p.331-332). Com a morte de Suzanne Jacob, no Rio de Janeiro, em 1937, a instituição passou a ter o seu nome como forma de homenageá-la.

Ficou a cargo de Roland Jacob os gastos iniciais de instalação, no valor de cerca de sessenta contos de réis. Posteriormente, incorporou subvenções municipal e estadual, cada um com a arrecadação de doze contos de réis por ano (LACTÁRIO SUZANNE JACOB, 1939, p. 139-140). Além desses, a receita da instituição contava com as doações, quermesses e contribuições de qualquer natureza e origem (ESTATUTOS LACTÁRIO SUZANNE JACOB..., 1939, p. 8).

A instituição representava a mais eficiente empreitada de cooperação entre os governos e a iniciativa particular, aprovada pelos congressos internacionais de higiene e, por isso, considerada uma organização de base social.

Na ocasião da inauguração, em 1939, o médico e prefeito Mirócles Véras enfatizava a satisfação em ver “concretizada mais uma das minhas aspirações profissionais em prol da saúde de meus patrícios, em benefício do saneamento da cidade e na defesa da eugenia e da raça” (LACTÁRIO SUZANNE JACOB, 1939, p.139-140). Para tanto, a instituição defendia

preceitos de higiene infantil e puericultura, na qual a criança deveria “se matricular sadia para receber os ensinamentos básicos da conservação da saúde.” (PALESTRA PRONUNCIADA..., 1941, p. 81-89).

Na década de 1940, o controle dos serviços era feito pelo Centro de Saúde de Parnaíba, instituição do Departamento de Saúde Pública do Estado. Esse foi um desdobramento das políticas sociais de saúde materno-infantil. No início, o Lactário esteve sob orientação do Dr. Mirócles Campos Véras. Posteriormente, a direção da instituição e o atendimento médico, no ambulatório, ficaram a cargo do pediatra Dr. Equililérico Nogueira (LACTÁRIO SUZANNE JACOB, 1939, p. 139-140).

Dentre as atividades realizadas constavam consultas, exames, distribuição de fórmulas, prescrições de regimes, conselhos individuais de puericultura e demonstrações de dietética (BOLETINS MENSAIS DO LACTÁRIO SUZANNE JACOB, 1939-1945). O atendimento era direcionado às crianças pobres com idade até 18 meses. As crianças acima dessa idade também eram atendidas, mas não eram objeto de um acompanhamento sistemático (LACTÁRIO SUZANNE JACOB, 1939, p. 139-140).

Em 1944 o *Lactário Suzanne Jacob* passa por uma ampliação de serviços e mudança de sede, passando a denominar-se *Posto de Puericultura Suzanne Jacob*. No contexto, a instituição recebia subsídios do empresário Roland Jacob, da Legião Brasileira de Assistência e da Associação Comercial de Parnaíba.

Conclusão

Percebe-se que o lugar social experienciado por Mirócles Véras ao longo da carreira – médico, político, professor, filantropo - permitiu construir a sua memória, não apenas em torno da ciência médica, mas da assistência à saúde dos pobres, com destaque à saúde materno-infantil. Dessa forma, seu nome e sua trajetória ficaram profundamente associados ao que, no texto acima, é denominado de *misto entre medicina e coração*, reflexo do imbricamento das ações públicas e políticas com as práticas benevolentes que ele desenvolvia.

A atuação do médico Mirócles Véras, no que diz respeito à assistência de mulheres/mães e crianças significou, na prática, uma cooperação entre ciência e sensibilidade, aquilo que Ana Paula Vosne Martins denominou de *política do coração*. Segundo a historiadora, entende-se como políticas

do coração as “ações públicas com finalidade social enquadradas numa moldura de adequação às normas de classe e de gênero e sustentadas na narrativa dos sentimentos e das virtudes morais.” (MARTINS, p.114-140, 2020). Ao passo que demonstrava uma preocupação médica com as práticas tradicionais de parto domiciliar, realizado por parteiras, e os cuidados estabelecidos com a saúde e alimentação das crianças, sem a mediação de profissionais especializados, ambas consideradas anti-higiênicas, as políticas de saúde materno-infantil também incutiram certo padrão científico sobre o parto e a maternagem.

O médico Mirócles Campos Véras soube articular o contexto político, o projeto de modernização da cidade e o alcance das ações filantrópicas de homens e mulheres da sociedade civil em prol de um projeto pessoal, profissional e social. Desta forma, tornou-se protagonista na institucionalização de políticas voltadas para a assistência à saúde de mulheres mães e de crianças, enraizando seu nome a partir do pioneirismo na criação de espaços médicos de assistência a esses públicos, a exemplo da Maternidade e do Lactário.

Fontes

A EXCURSSÃO DO INTERVENTOR LEONIDAS MELO AO NORTE DO ESTADO. *Diário Oficial*, Teresina, ano X, n. 83, p. ?, 12 de abril de 1940.

A SEMANA DA CRIANÇA DE 1939. Programa Organizado pelo Ministério da Educação e saúde. *Diário Oficial*, P.4-5, N.199, 31 de agosto de 1939.

ATHAYDE, Cândido de Almeida. *Entrevista com Dr. Cândido de Almeida Athayde, concedida à Manoel Domingos Neto, do Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO*, na Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, entre 12 e 17 de janeiro de 1984.

ATHAYDE, Cândido de Almeida. *Histórico: Santa Casa de Misericordia de Parnaíba*. Parnaíba, 1984.

ATHAYDE, Cândido. A Medicina em Parnaíba através dos tempos “ninguém vive sem o passado que é a inspiração que é a força viva de nossas esperanças”. *Revista da Sociedade Brasileira de escritores médicos – Regional*

do Piauí, n.2, 1980.

BOLETINS MENSAIS DO LACTÁRIO SUZANNE JACOB. PIAUHY. Di-reitoria de Saúde Pública. *Códice de Saúde de 1939-1945*. Teresina: [s.n.].

CAMPOS, Humberto de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Editora Opus Ltda, 1982.

CORREIA, B.; LIMA, B.S. (orgs). *O Livro do Centenário da Parnaíba: Estudo Histórico, Corográfico, Estatístico e Social do município de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945.

DR. JOÃO MARIA M. BASTO. *Semana*. Ano II, n.75, Parnahyba, 12 de nov de 1911, p.1.

DR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS. *Almanaque da Parnaíba*, 1979, ano LVI, p.53-56.

DR. MIRÓCLES CAMPOS VERAS. *Revista A Voz da Parnaíba*, 1944, ano 1, n. 1.

ESTADO DO PIAUÍ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, M. D. Presidente da República, pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, interventor federal do Estado do Piauí*. Teresina: Imprensa Official, 1931 – 1935.

ESTATUTOS da Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Parnaíba. *Diário Oficial*, Teresina, ano X, n. 163, p. 6, 22 de jul. de 1940.

ESTATUTOS LACTÁRIO SUZANNE JACOB de Parnaíba-Piauí. *Diário Oficial*, P.8, N.69, 24 de março de 1939.

HOMENAGEM AO CHEFE DO MUNICIPIO, Dr. Mirócles Campos Véras. In: CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (orgs). *O livro do centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945, p. 25-26.

LACTÁRIO SUZANNE JACOB em Parnaíba. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n. 2, p. 139-140, dez., 1939.

LACTÁRIO SUZANNE JACOB. *Almanaque da Parnaíba*, ano XVII, p.

266-269, 1940.

LEI MUNICIPAL N.43, publicada em 17 de outubro de 1899. *Estabelece o Código de Posturas do Município de Parnahyba*, Estado do Piauhy. Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Britto.

LIMA, Olavo Correia. Assistência à infância no Piauí. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n.1, v. especial, p. 12-16, dez., 1941.

MATERNIDADE DR. MARQUES BASTO. *Almanaque da Parnaíba*, ano XVII, p.277, 1940.

MENDES, Iweltman. Quando imperavam os grandes em Parnaíba. *Bem Bem*, ano 2, número 23, p. 9, 21 de novembro de 2009.

PALESTRA PRONUNCIADA pelo Dr. Equilelérico Nogueira, no dia da criança. *Almanaque da Parnaíba*, ano XVIII, p. 81-89, 1941.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. Nº156. 23 DE JUNHO DE 1937. *Caixa Prefeitura de Parnaíba, avulsos*. Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito.

ROTARY CLUB DE PARNAÍBA. *Almanaque da Parnaíba*, ano XVII, p.97, 1940.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PARNAHYBA. *Almanaque da Parnaíba*, ano VI, p.79-83, 1929.

SANTOS, Benjamin. Mirócles Veras, O prefeito de Vargas Parnaíba. *O Bembem*, 21 de outubro de 2013, Ano 6, n. 70, p. 9.

SOCIEDADE PARNAIBANA. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n. 1, v.2, p. 63, 1940.

Referências

ALVARENGA, A. *Nação, país moderno, povo saudável: política de combate à lepra no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2013.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*.

Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Em defesa da pátria: proteção social, infância e maternidade no Estado Novo. *Revista Brasileira de História a Ciências Sociais*, v. 4, n. 8, p. 400-418, dez., 2012.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*. 2010. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Famílias escritas: a prática dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX*. Tese (Doutorado em História), Teresina, Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

EDLER, Flavio; PIRES-ALVES, Fernando. A educação médica: do aprendiz ao especialista. In: PIMENTA, Tania Salgado; HOCHMAN, Gilberto. *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018. p.101-144.

FERREIRA, L. O et. al. *Os filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Ed. FGV- Faperj, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 35. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba...cidades-beira (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário encyclopédico Piauiense Ilustrado 1549-2003*. Teresina, 2003.

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945).

Educar, Curitiba: Editora UFPR, n. 25, p. 127-141, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A benemerência feminina e a assistência social no Brasil: conservadorismo e agência pública de mulheres. *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427762314_ARQUIVO_Texto_>

MARTINS, Ana Paula Vosne. A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 650, set.-dez., 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A filantropia feminina e a assistência à saúde na cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX: trajetória da filantropa e feminista Jeronyma Mesquita. BATISTA, Ricardo S; SOUZA, Christiane; SILVA, Maria (orgs.). *Quando a História encontra a saúde*. São Paulo: Hucitec, 2020. p.114-140.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 15-34, dez. 2011.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Políticas públicas para a maternidade e a infância no Brasil na primeira metade do século XX. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010.

MARTINS, Ana Paula; TUPICH, Michelle. Coração e ciência: Victor Ferreira do Amaral e a prática da medicina e da assistência à maternidade e à infância na Curitiba do início do século XX. In: FERREIRA, L. O et. al. *Os filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Ed. FGV - Faperj, 2015 p. 154-155.

MENESES, Lívia Suelen Sousa Moraes; CARDOSO, Elizangela Barbosa. A Revista da Associação Piauiense de Medicina e a atuação médicas nas décadas de 1930 e 1940. In: QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO Pedro Vilarinho (orgs.). *Páginas impressas: história, imprensa e política no Brasil*. São Paulo: Mentes Abertas, 2020. p. 401-432.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 199-234, 2001.

TAITHE, Bertrand. Empatias, cuidados e compaixões: as emoções humanitárias. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História das Emoções*: do final do século XIX até hoje. Petropolis, RJ: Vozes, 2020. p.493-520.

MOTT, Maria Lúcia; BYINGTON, Maria Elisa B; ALVES, Olga Sofia F. *O gesto que salva. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância*. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. *Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do país: impressões de viagem (1855-1926)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clo-doadlo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

REGO, Junia M. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes da cidade de Parnaíba*. Teresina: EDUFPI, 2013.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2000.

SANGLARD, G. *Entre salões e laboratórios: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro*. Editora Fiocruz, 2008.

SANGLARD, Gisele (org.). *Amamentação e políticas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

SANGLARD, Gisele e FERREIRA, Luiz Otávio. Caridade & filantropia: elites, estado e assistência à saúde no Brasil. In: PIMENTA, Tania Salgado; HOCHMAN, Gilberto. *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 145-181.

SILVA, Josenias dos Santos. *Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930-1950)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí), Teresina, 2012.

TORRES, Iraildes Caldas. *Primeiras-damas e a assistência social: as relações de gênero e poder*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

Do mal endêmico à cura: impaludismo/malaria no Piauí na primeira metade do século XX¹

Ana Karoline de Freitas Nery²
Elizangela Barbosa Cardoso³

Introdução

Este artigo trata da manifestação do impaludismo/malaria como uma endemia no Piauí, na primeira metade do século XX, a partir de pesquisa bibliográfica em periódicos, memórias, mensagens e relatórios de governo. Enfatizamos as medidas utilizadas para o tratamento e profilaxia, que envolviam desde os saberes e terapêuticas dos recursos da flora disponível, ao saber médico/ farmacêutico propagandeado em anúncios de remédios, bem como a instalação de instituições de saúde, que ao longo dos anos intensificavam medidas de educação sanitária, com uso de medicamentos diversos para o tratamento da doença.

1. Este texto integra inicialmente a dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Piauí com o título “Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940”, pesquisa orientada pela Professora Doutora Elizangela Barbosa Cardoso, com financiamento CAPES. Posteriormente foi publicado em formato de artigo na revista *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 15, n. 29, p. 135-154, dez. 2021, tendo sido revisto e modificado para esta publicação.

2. Doutoranda em História do Brasil, na Universidade Federal do Piauí. Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Ministro Petrônio Portela. Integra os grupos de pesquisa: Núcleo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde -SANA (UESPI/UFPI) e Grupo de Estudo e Pesquisa da História das Práticas de Saúde e das Doenças (GEPHPSD). E-mail: karolnery20@hotmail.com.

3. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - PPGHB, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Líder do Grupo de Pesquisa “História das mulheres e das relações de gênero (UFPI) e membro do Grupo de Pesquisa “História Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro (UFPI). E-mail: elibcardoso@yahoo.com.br

A presença de doenças, ao longo da história da humanidade, marca o cotidiano das sociedades, deixa marcas que delineiam ou produzem implicações na vida dos indivíduos. As doenças que têm gerado aflições na população são prioritariamente as que se manifestam de forma epidêmica⁴ e endêmica.⁵

Na segunda metade do século XIX, epidemias diversas assolaram cidades brasileiras, ocasionando mortes e reconfigurando as estruturas de saúde pública na busca de alternativas eficazes para tratamentos e controle de contágio (CHALHOUB, 1996).

No Piauí, há relatos do impaludismo/ malária, manifestando-se de forma endêmica, entre a segunda metade do século XIX e primeira do século XX. Há registros em variadas cartas, relatórios e documentos que informam sobre a situação nosológica da Província/Estado (PORTO, 2019). A doença quase sempre é mensurada como endêmica, na região, devido, especialmente, a presença de rios atravessando ou circundando cidades e vilas (GANDARA, 2008).

Durante a segunda metade do século XIX, diante do aparecimento da doença de forma rotineiramente, a preocupação central estava na forma de como curá-la. Naquele momento eram poucas ou quase inexistentes as repartições de saúde para o tratamento de enfermidades na Província (CARVALHO, 2010). Em virtude desta situação, os acometidos pela doença cuidavam-se com remédios domésticos, salvo os casos em que os indivíduos eram desprezados e ficavam à mercê da doença se tornar maligna ou perniciosa (PIAUHY, 1859).

Nos trajetos empreendidos pelos sanitaristas Arthur Neiva e Belisário Penna, em 1912, pelo Piauí, o impaludismo aparece junto a outras doenças como um entrave ao progresso e ao desenvolvimento das regiões sertanejas. A partir das décadas de 1910 e 1920, os movimentos médico-higienistas constataram a malária como um dos principais entraves para

4. “Epidemia representa a ocorrência de um agravo acima da média (ou mediana) histórica de sua ocorrência. O agravo causador de uma epidemia tem geralmente aparecimento súbito e se propaga por determinado período de tempo em determinada área geográfica, acometendo frequentemente elevado número de pessoas” (MOURA, 2012, p.15).

5. “Endemia pode ser conceituada como a ocorrência de um agravo dentro de um número esperado de casos para aquela região, naquele período de tempo, baseado na sua ocorrência em anos anteriores não epidêmicos. Desta forma, a incidência de uma doença endêmica é relativamente constante, podendo ocorrer variações sazonais no comportamento esperado para o agravo em questão” (MOURA, 2012, p.15).

o desenvolvimento do projeto sanitarista no país (HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2002).

No Piauí, os meios de tratamento como postos e delegacias de saúde, eram inexistentes nas localidades, fazendo com que os sanitaristas fossem “procurados por moradores do lugar, à procura de remédios para seus males (impaludismo, vexame, entalação, caseira)” (NEIVA, 1999, p. 197).

Os “vínculos estabelecidos, durante os anos 1910-1920, entre as ações de saúde e os interesses políticos e econômicos nacionais, sofreriam importantes alterações com o governo Vargas” (FONSECA, 2007, p. 51). Durante as décadas de 1930 e 1940, o surgimento de estruturas sanitárias e campanhas dedicadas ao combate da malária foram intensificadas pelo governo, com a instalação de serviços específicos destinados ao combate da doença e realização de convênios com órgãos internacionais (HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2002). No Piauí, medidas para o tratamento e profilaxia da malária foram gradativamente sendo desenvolvidas a partir de serviços de saúde estabelecidos em ordem nacional.

O impaludismo/ malária no Piauí: relatos da doença e medidas profiláticas

A malária,⁶ conceituada e conhecida por várias outras denominações, grassou endêmicamente ano após ano em várias regiões do país. “A sua presença nas Américas é motivo de várias especulações. Dentre elas está a possibilidade de ter sido trazida em migrações transoceânicas[...]” (GURGEL, 2011, p. 60).

No Brasil, a doença se espalhou e se manifestou especialmente em localidades próximas a rios, lagos, pântanos, florestas (GURGEL, 2011). Isso se deve ao fato de “a doença ser causada por um plasmódio, que é transmitido entre pessoas pelo mosquito Anopheles” (ROONEY, 2013, p. 72-73). Sobre a transmissão da doença, Stefan Ujvari evidencia que:

Existem quatro tipos de plasmódios que causam malária no homem. No Brasil encontramos o vivax, o falciparum e o malarie. O parasita reproduz-se e desenvolve-se na fêmea do mosquito, e se aloja estratégicamente nas

6. “A doença é também conhecida por maleita, paludismo, impaludismo, febre terçâ ou quartâ- as duas últimas denominações referem-se ao ciclo de aparecimento da febre. O termo malária, provavelmente cunhado no século XVIII, origina-se na crença de uma moléstia que era causada por miasmas, ares pestilentes proveniente de pântanos (GURGEL, 2011, p.59-60).

glândulas salivares. A fêmea se alimenta de sangue para manter suas funções reprodutivas, diferentemente do macho que suga seiva das árvores. A fêmea do mosquito transfere o plasmódio de suas glândulas salivares para o sangue humano através da picada. O parasita só tem o trabalho de amadurecer e se reproduzir em nosso organismo para ocasionar a doença (UJVARI, 2019, p. 104).

A manifestação da agricultura próxima a rios e lagos e a presença cada vez mais intensa de pessoas e moradias em regiões ribeirinhas facilitava o contato com o mosquito inquilino das águas e a consequente transmissão da doença. O que fez com que surtos epidêmicos e endêmicos da moléstia fossem uma constante em várias regiões. A presença de rios ao mesmo passo que possibilitava a manifestação da doença, auxiliava também no tratamento. Para o espanto dos europeus do século XVI, os indígenas portadores de malária jogavam-se na água na tentativa de diminuírem a temperatura corporal (GURGEL, 2011).

A presença de febres constantes era um alerta para a manifestação da doença nos indivíduos. De acordo com Ujvari (2019), além das febres, os sintomas eram variados, tais como dores pelo corpo, dores musculares e nas juntas, prostração, fadiga, enjoo e calafrios.

Para o tratamento da malária, diversas terapêuticas foram utilizadas ao longo do tempo. Variavam desde o uso dos recursos naturais provenientes nas regiões, como cascas de pau transformadas em chás, poções e elixires. As poções contra a malária são conhecidas na China há 30 séculos (CAMARGO, 2003). O uso da quinina, extraída da casca da árvore cinchona, é uma das mais importantes descobertas eficaz contra a malária (ROONEY, 2013).

Os registros sobre a presença da malária/impaludismo no Piauí são referentes a períodos distintos e a localidades diversas. O que nos leva a afirmar que a doença se manifestou no Estado de maneira endêmica. Como é apresentado por Carlos Eugênio Porto:

Efetivamente, nenhuma outra doença, como ela, aparece tão frequentemente nas crônicas e histórias do Estado, através do depoimento de cientistas, de homens de governo e de viajantes que fugiram apavorados ante a brutal violência dos clássicos acessos de febre e frio que, em regra, identificam a malária. A longa intimidade do povo com a malária terminou por deixar noções bastante exatas sobre a sua epidemiologia e distribui-

ção. Todas as crônicas insistem na afirmação, aliás verdadeira, de que as febres incidiham mais gravemente nos ‘fins d’água’, isto é, no período de interrupção das chuvas, quando se formavam poços e lagoas, criadouros excelentes de mosquitos (PORTO, 2019, p. 215-216).

Com o conhecimento da incidência da doença em diversas regiões, ao longo do século XIX, o governo tomava medidas para conter o avanço da doença, porém, os recursos eram limitados. Havia a falta de locais específicos para o tratamento.

Além da falta de locais específicos para o tratamento da doença durante o período, a incapacidade dos governos provinciais de lidar com a questão faziam com que reverberassem em alguns momentos, discursos de que as condições sanitárias e epidemiológicas da Província eram satisfatórias, com poucas moléstias graves. Esses discursos se apoiavam especialmente devido a doença se manifestar com mais evidência entre os pobres, estando presente em áreas desprivilegiadas de medidas sanitárias, onde não havia exigências ou moradias dos setores abastados (SILVA, 2018).

Esse quadro continuava a marcar o cenário de várias cidades do Piauí durante a alvorecer do século XX. No ano de 1911, ainda eram poucos os recursos destinados para o tratamento de doenças que circulavam entre a população. Em mensagem apresentada à câmara dos deputados, pelo governador Antonino Freire da Silva, é ressaltada a falta de investimento na saúde e a forma como o impaludismo estava presente naquele momento na capital:

Mas a verdade é que o impaludismo, nas suas infinitas modalidades, e a tuberculose dizimam as populações das margens dos nossos rios, sem que a ação do governo, por intermédio da repartição competente, possa tomar as providências necessárias. Nesta capital o estado sanitário, não pode, entretanto, ser considerado excelente (PIAUÍ, 1911, p.15-16).

Por ser uma doença que em momentos chuvosos corria o risco de estar presente por mais tempo, o alarde ocorria durante quase todos os anos,⁷já

7. Em livro de memórias sobre viagens empreendidas ao Nordeste e inclusive ao Estado do Piauí, Francisco de Assis Iglésias menciona o momento ao qual esteve acometido por malária e não precisou ser um período de chuvas ou cheias dos rios, tratava-se de uma “tremenda seca, e de não ter notado a presença de nenhum anofelino, me fez pôr de lado a possibilidade de infecção palúdica”. O mesmo estava sim acometido por malária e para o tratamento teve que tomar 12 injeções de formiado de quinino, passadas pelo médico Eurípedes de Aguiar (IGLÉSIAS, 2015, p. 199-201).

que não se tinha precisão de invernos rigorosos ou não. Foi o que ocorreu em 1915, as febres continuaram presente devido ao “retardamento do inverno ainda este ano, permaneciam no município de Barras, depois de haverem ceifado vidas preciosas em Alto Longá, para onde o governo mandou um médico, que chegou a tempo de prestar bons serviços” (PIAUÍ, 1915, p. 9).

Não se tinham medidas efetivas por meio do governo de como tratar, prevenir e curar os impaludados. O tratamento dos impaludados na capital em dado momento, ocorria na Santa Casa de Misericórdia,⁸ não existindo um local específico para o seu combate. No ano de 1917, foi externado pelo representante do Estado o quanto a moléstia era um problema para a salubridade pública e a necessidade da luta contra o impaludismo:

Esta moléstia, que reina endêmicamente em quase todo o território do estado, causando devastações e prejuízos incalculáveis, constitui não há dúvida, o maior entrave ao nosso progresso, ao povoamento do nosso solo, ao desenvolvimento das nossas indústrias, principalmente da lavoura e da pecuária. É sabido que no Piauí, só são salubres as terras secas, as chapadas altas, regiões muito pobres, estéreis e quase desprovidas d’água. Não oferecendo os terrenos secos condições favoráveis à vida do homem, a nossa população se concentra nas terras frescas, situadas a margem dos rios, nas proximidades das lagoas e brejos, propícios a lavoura e a criação de gados, mas que são todas doentias, flageladas pelo impaludismo. Pode-se dizer, sem receio de errar, que entre nós, onde há água, há mosquitos, e onde há mosquitos, há febre (PIAUÍ, 1917, p. 18).

O que se tinha ao certo era a eficácia da quinina, que “age não só como curativo, como tem uma valiosa ação preventiva” (PIAUÍ, 1917, p. 19). O conhecimento e a riqueza desse recurso no Piauí não marcam somente este período. A quinina era vendida no Estado por preços exorbitantes, o que dificultava o acesso aos mais pobres. A solução imposta pelo governo seria:

Intervir no comércio da quinina, colocando este precioso medicamento ao alcance da bolsa dos desfavorecidos de fortuna [...]. Por outro lado em uma campanha bem orientada, feita pela imprensa, nos jornais, em avul-

8. Instituição criada em 1844, na então capital do Piauí, Oeiras, foi transferida para Teresina, quando da mudança da capital em 1852, sendo denominada como Hospital de Caridade. Somente em 1861 passou a funcionar com a denominação de Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina (FREITAS, 1988; SANTOS JÚNIOR, 2003).

sos, escritos em linguagem ao alcance de todos, se ensinará ao povo os meios de se precaver contra o impaludismo e as vantagens e modo de usar a quinina (PIAUÍ, 1917, p. 19).

Além disso, se fortalecia a ideia de criar medidas que envolvesse o corpo médico, para que se espalhassem pelo Estado na luta contra o impaludismo, mas também de outras moléstias que acometiam a população (PIAUÍ, 1917). Esta iniciativa de intensificação da ação médica só seria desenvolvida com a construção dos postos e de delegacias de saúde em anos posteriores.

Com a incidência do impaludismo atingindo a população constantemente e o reconhecimento da doença pelas entidades de governo como um problema para a salubridade pública, algumas medidas no decorrer da década de 1920 foram tomadas. Dentre elas, a criação de um Posto Sanitário em 1921 (PIAUÍ, 1921).

A atuação do Posto de Saneamento no tratamento do impaludismo mostrou-se positiva com o passar dos anos. A secção do posto denominada João Virgílio ficava responsável pelo tratamento do impaludismo, das verminoses e de outras moléstias (PIAUÍ, 1921). Era ofertado aos doentes o tratamento com comprimidos de quinina. No ano de 1924, “há ainda a registrar 530 grs. de sais de quinino entregues a proprietários de fazendas e grandes lavouras neste município, para serem distribuídas com os seus agregados e trabalhadores” (PIAUÍ, 1921, p. 12).

No ano de 1922, durante o governo de João Luiz Ferreira, houve uma iniciativa de educação sanitária. Foram solicitados que fossem executados programas escolares com a distribuição de cartilhas, relativas às noções gerais da higiene, contra a propagação do impaludismo, ancilostomose, tuberculose, alcoolismo, sífilis e outras moléstias comuns no meio. Essas cartilhas eram distribuídas às municipalidades e escolas públicas. Nas suas páginas, havia ensinamentos em linguagem popular sobre a vida dos vermes e sua via de penetração no organismo humano (PIAUÍ, 1921).

Mesmo com essas iniciativas de profilaxia e tratamento da doença, em novembro de 1935, “o paludismo grassa sob a forma endemo-epidêmica por ocasião das vazantes do Parnaíba, do Poti e dos diversos afluentes destes rios” (PIAUÍ, 1936).⁹ Por ser uma doença transmitida pela picada do

9. Reproduzimos aqui tal qual o trecho da fonte, no entanto não indicamos a página haja visto que originalmente o documento não possui página.

mosquito, havia grandes focos principalmente nas áreas próximas aos rios, devido ser locais de aglomeração e proliferação dos insetos. (PIAUÍ, 1936).

Nesse momento de surto da doença, foram atendidos no Posto de Saneamento “mais de quatrocentos impaludados, entre esses, cem atacados também de verminose, afora doentes vindos de municípios limítrofes, não só deste estado como do Maranhão, principalmente Flores” (PIAUÍ, 1936). Para conter o alastramento da doença, além das medidas tomadas no posto, eram incentivados, para a proteção da malária, o uso de mosquiteiros nas casas e a proteção de janelas com telas capazes de impedir a entrada do mosquito. Junto a isso, “aconselhava-se também que se unte a pele de certas substâncias (essência de bergamota e querosene) que impedem a picada do mosquito” (PIAUÍ, 1936).

A partir do ano de 1938, mais um estabelecimento auxiliava no tratamento e prevenção ao impaludismo, o Centro de Saúde de Teresina.¹⁰ Havia neste local, entre os serviços distritais oferecidos, um para o tratamento dos impaludados denominado “Serviço de Epidemiologia, Malária e Verminose”. No ano de 1940, “para o tratamento de malária, 384 representava o número de pessoas matriculadas, sendo 176 homens e 208 mulheres” (PIAUÍ, 1940, p. 80).

Havia também iniciativas de médicos empenhados no combate à malária. Nas reuniões da Associação Piauiense de Medicina, dentre os tantos pontos discutidos pelos médicos, no ano de 1939, o médico Dr. Celso Caldas, escreveu um artigo sobre a “Malária no Poti Velho-Piauí”. O autor apresentou a fundação do bairro, suas condições, as habitações, bem como a forma que a doença estava se desenvolvendo naquela localidade. Vale lembrar que o bairro é banhado pelo rio Poty e também local de encontro deste com o rio Parnaíba, pontos de foco conveniente para o desenvolvimento do mosquito transmissor.

Um fato nos chamou atenção nos apontamentos do médico, a falta de farmácia ou estabelecimento no bairro que se dedicasse ao comércio de medicamentos necessários ao tratamento dos impaludados. Celso Caldas destaca que “os indivíduos acometidos de malária ou outras doenças, procuram os recursos médicos-farmacêuticos de que necessitam, em Teresina, ora na Santa Casa, ora no Centro de Saúde [...]” (CALDAS, 1939,

10. O Centro de Saúde de Teresina foi criado em 1938 e funcionava no prédio do antigo Posto de Saneamento. Oferecia um serviço mais avançado para o tratamento de algumas doenças e para o apoio das medidas de saúde pública.

p. 97). O bairro era considerado um pequeno núcleo de pessoas humildes, pescadores e suas famílias. A quinina, medicamento usualmente utilizado para o tratamento, conforme as fontes evidenciam, era vendido a preços exorbitantes, dificultando o acesso a quem era desprovido de altas quantias de dinheiro e necessitava da compra.

Em 1943, a doença torna a grassar. Os dados são principalmente do vale do Gurgueia, às margens do rio Parnaíba e na cidade de Floriano, onde foi registrado, também, um surto de febre tifóide, nos meses de outubro e novembro do ano de 1943 (PIAUÍ, 1943). As medidas tomadas para impedir que o surto se alastrasse, voltaram-se à estruturação que provinha do Estado naquele momento. Dessa forma, “foram remetidas vacinas, pedidos materiais para exames e enviada uma enfermeira visitadora, para o dispensário de Floriano” (PIAUÍ, 1943, p. 70).

No mesmo ano, o Estado do Piauí alia-se ao governo Federal para o Serviço Nacional de Malária, “que promoveu com eficiência comprovada a dedetização de várias zonas urbanas de seu território. [...] e com empenho vem demonstrando o combate ao paludismo de maneira rigorosamente científica” (PIAUÍ, 1949, p. 34).

Outras regiões do Estado passaram a ser investigadas, principalmente aquelas que possuíam rios, lagoas e córregos. A cidade de Parnaíba foi a primeira a passar por inspeções, já que, no ano de 1944, sofrera com a presença da doença em graves proporções. As mesmas investigações a respeito da doença e do transmissor foram estendidas a outros municípios do Estado, dentre os quais, Barras, Piripiri, Floriano, Piracuruca, Campo Maior, Luzilândia, União, Alto Longá, Palmeirais, Esperantina, Buriti dos Lopes, Miguel Alves e Oeiras. Com o passar dos anos, outras localidades foram inspecionadas, passando a receber as aplicações de DDT,¹¹ melhorando as condições dos domicílios e intensificando as técnicas de combate à malária (PORTO, 2019).

As terapêuticas para o tratamento do impaludismo/malaria no Piauí

As terapêuticas para o tratamento da malária eram diversas e em determinadas localidades, eram resultado da flora presente e do conhecimento de suas propriedades medicinais. Na Inglaterra, durante o século XVIII, a

11. Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) se tornou um dos mais conhecidos inseticidas de custo acessível.

casca do salgueiro branco era utilizada para o tratamento da malária, devido à disponibilidade da árvore onde abundava a malária e o conhecimento de seus componentes ativos, os quais eram úteis para baixar algumas febres (WEATHERAL, 2008). Porém, como evidencia Gurgel:

Nenhum achado terapêutico extraordinário foi encontrado até o século XVII, quando a Europa conheceu um produto extraído da casca de uma árvore originária das Américas para o controle das febres - a quina - que influenciou não apenas o prognóstico da doença, como também toda a terapêutica médica ocidental (GURGEL, 2011, p. 58).

A quina, quinina ou casca da peruana, era um remédio poderoso para malária e quando não se tinha precisão do diagnóstico, era utilizada para o tratamento de diversas febres. Devido a sua importância, foi introduzida na farmacopéia britânica em 1677. Somente no século XIX, é que foram introduzidos outros remédios alternativos ao tratamento da doença (WEATHERAL, 2008).

Desde o período colonial, em diversas regiões do Brasil, é relatada a vasta riqueza natural da quinina e o seu uso no combate das febres palustres. No Piauí, em missões científicas empreendidas durante o século XVIII, os viajantes naturalistas Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira, que catalogavam os potenciais vegetais das terras piauienses, mencionaram a presença da quina nas terras exploradas e enviaram ao governador do Maranhão um ofício, com data de setembro de 1800, acompanhados de ramos, desenhos e descrições botânicas de plantas coletadas e, junto a isso, cascas da quina (SILVA, 2016).

O uso da quina com fins medicinais em território piauiense também fora relatado nas viagens empreendidas pelo naturalista George Gardner na primeira metade do século XIX. Em sua passagem pelo interior do Piauí, ele registrou variadas espécies e dentre elas a quina-branca e uma espécie de arbusto, denominado *allamanda*, que também possuía fins para o cuidado das febres palustres. Sobre esse registro, Gardner destaca uma:

Espécie de *allamanda*, arbusto de uns seis pés de altura, apresentando em profusão grandes flores cor de violeta, um tanto semelhante às da *Gloxina Speciosa*, e a que chamei *Allamanda Violacea*, por causa da cor violácea de suas flores, nisto diferentes das de todas as outras espécies, que as têm amarelas. Da raiz deste arbusto se faz uma infusão que é poderoso pur-

gativo, usado principalmente nas febres malignas. Em derredor de Olho d'água do Inferno, há em grande quantidade uma nova espécie de *cautarea*, que dá umas flores grandes e brancas, e é chamada pelos habitantes de quina branca, por se ter descoberto que sua casca é excelente remédio das febres intermitentes, tão comuns nas planícies pantanosas do Piauí. Quase todo o viajante que entra na província leva consigo uma porção desta casca, pelo que, como observei, quase todas as árvores da beira da estrada trazem descascada grande parte do tronco (GARDNER, 1975, p. 188).

Ao passo que se constata a presença da quina na região do Piauí, desde as expedições dos viajantes naturalistas, confirma-se o quanto presente era o seu uso no tratamento do impaludismo, atrelada a outras terapêuticas. Sobre isso, Bugyja Brito, em seu livro de memórias, apresenta uma passagem do ano de 1913, quando foi acometido pela febre palustre. Afirma:

Às nove horas da manhã comecei a sentir um frio intenso, e minha mãe, examinando o meu pulso, testa e olhos, constatou uma alta febre. Passei seguramente 20 dias debaixo de uma medicação intensiva em que não faltaram os sinapismos nas batatas das pernas, o clister a 42 graus, a água bem tépida para esfregar os pés e para beber, doses altas de quinina, suco de limão, porção preparada à base do fruto da jurubeba, enfaixamento com cobertores de flanela e aplicação de tijolos quentes, etc., tudo que a medicina caseira, ao lado da científica daquele tempo, aplicava no combate à malária ou febre de mau caráter (BRITO, 1977, p. 109-110).

O mesmo fato ocorreu com Moura Rego. Durante a infância, o menino foi acometido pelo impaludismo e sobre essa experiência, revela que:

Fui apanhado pelo impaludismo. E não houve quinino que me curasse. Quando a febre vinha era comum tremor e frio. Chegava a bater os dentes. E vômito, dor de cabeça, mal-estar geral. Tomava chá de sabugueiro para a febre baixar, punha mal-assada de ovos no estômago para acalmar e fortificar, passava pomada de beladona no baço e no fígado para desinflamar. Mas a febre voltava, em dias alternados. Fiquei amarelo, magro, sem disposição para nada. Depois de dois meses sem que as sezões me incomodassem, resolvemos voltar. Ao transpor o riacho do Buriti Grande, exatamente a meio caminho de São Pedro, comecei a tremer. Era a febre de novo. Na fazenda, tudo recomeçou: o quinino, os chás de sabugueiro e fedegoso, as mal assadas. E eu piorava. Minha mãe, apreensiva, chorava e rezava, rezava e chorava. Tudo o que se podia fazer para me curar já

se havia feito. Do remédio de botica às mezinhas caseiras (RÊGO, 1985, p. 37-38).

Em alguns casos das febres palustres, a quinina sozinha não dava jeito, foi o que ocorrera nos dois relatos mencionados. Com os conhecimentos adquiridos, a população utilizava de outros recursos disponíveis, como o uso do suco de limão, preparados à base de jurubeba, enfaixamento do corpo com cobertores para suar com facilidade, chá de sabugueiro e fedegoso, mal-assadas de ovos, cada um com uma função que, muitas vezes, tinham efeitos terapêuticos para além do impaludismo.

Muitas dessas ervas e plantas compunham as misturas produzidas pelos farmacêuticos e divulgadas em forma de medicamentos nos jornais. Todavia, apresentamos até aqui remédios utilizados por parte da população que certamente não tinha tanto contato com os anúncios e que conhecia apenas alguns medicamentos de farmácias mais comuns. Essa parte da população “raramente recorre a remédios de botica: a aguardente alemã, a arnica, a pedra-lipes, as pílulas contra o ramo” (RÊGO, 1985, p.153). Esses eram os utilizados de maneira mais geral.

Além da terapêutica empregada a partir dos saberes e recursos naturais provenientes das matas das regiões próximas aos domicílios distantes da capital e municípios, havia a divulgação dos medicamentos em reclames, nos jornais e almanaques nas cidades. Os reclames de medicamentos produzidos em determinados locais, especialmente nas capitais, circulavam pelas mais variadas regiões.

É o que nos mostra o relato sobre o anúncio do remédio produzido em Floriano (PI), pelo farmacêutico Fernando Marques, presente na localidade de Matões (MA) no início do século XX. Após todas as tentativas de cura e a persistência do impaludismo em Moura Rego, o seu pai:

Leu no jornal o anúncio do Licor de Santa Rosa, o qual estaria fazendo milagre na cura do impaludismo. Era preparado pelo Dr. Fernando Marques, de Floriano. A ele foi dirigida logo uma carta em que se historiava a minha doença e o tratamento a que vinha sendo submetido. O farmacêutico em atenciosa resposta, foi franco: se eu não ficasse bom com o Licor de Santa Rosa podiam mandar fazer o caixão e esperar o desfecho. Sua carta vinha acompanhada com algunsvidros do remédio. Imediatamente passei a usá-lo conforme as instruções da bula e outras constantes da carta. Um pouco do licor num cálice d'água tornava-se da cor de abóbora.

Nunca tomei coisa tão ruim de gosto. Mas o Licor de Santa Rosa, mais tarde produzido também em pílulas, me pôs bom. Foram-se de vez as febres (RÉGO, 1985, p. 38).

A receptividade do farmacêutico, enviando o medicamento e as prescrições de uso para o cliente que o procurou, por meio da carta, para adquirir o produto, evidencia a tentativa de conquista de uma clientela pelo farmacêutico, o qual a partir de um saber científico buscava legitimar seus produtos (NERY, 2021). Ademais, fica claro que a venda e utilização desses medicamentos, em suma, não era exclusivamente passada pelos médicos, boa parte da população conseguia ter acesso facilitado a esses remédios.

Para o tratamento do impaludismo, compunham as páginas de alguns jornais e almanaques circulantes no Piauí, anúncios de medicamentos, como: Pílulas Pretas, Pílulas Sertanejas, Maleizin, Licor Quinado Moura Fé, Pílulas Moura Fé, Pílulas e Elixir do Padre Cícero, Pílulas Antimaláricas São Vicente e Polpa de Tamarindo. Em sua maioria, os medicamentos anunciados eram “pílulas” ou “licores”, porém, com a mesma funcionalidade: curar o impaludismo.

Na passagem pelo Piauí em 1912, os sanitaristas Arthur Neiva e Belisário Penna, relataram a utilização de uma “poção anti-pariódica para cura de todas as febres”, no tratamento de dois impaludados na região sul do Estado. A poção era assinada e legitimada pelo Dr. Barroso e vendida por uma quantia alta, prometia cura rápida e possuía o cheiro de limão. Porém, o relato dos sanitaristas evidencia que a medicação não atingira o efeito positivo, causando vômitos e diarreia nos acometidos pela doença (NEIVA, 1999). Os medicamentos que eram vendidos em forma de licores ou pílulas, produzidos e testados por farmacêuticos e médicos, nem sempre possuíam o efeito desejado pelo cliente. Além disso, eram compostos por misturas que iam desde substâncias químicas, aos recursos naturais, como no caso mencionado do suposto limão.

O uso das propriedades medicamentosas presentes nas frutas para o tratamento do impaludismo era divulgado também nos reclames. Um fato que nos chamou atenção na análise de um anúncio do *Jornal Imprensa* (1925), foi a menção ao uso de polpa de tamarindo¹² para o tratamento das febres. A sua venda ocorria em um dos estabelecimentos farmacêu-

12. “Assim que a doença for identificada, o paciente deve ser submetido a jejum de alimentos sólidos durante sete ou oito dias, alimentando-se apenas com sucos naturais de frutas” (SPETHMANN, 2003, p. 288).

ticos mais reconhecidos de Teresina, a Farmácia Collet (NERY, 2021). A fruta era bastante utilizada nos refrescos e para a ação laxativa de forma natural. Porém, ao buscarmos as propriedades¹³ da tamarindo encontramos, também, menção ao uso no combate à febre e malária e como anti-inflamatório.

Nesses cenários da busca pela cura da doença, o uso dos recursos da flora natural presente na região, as manipulações dos medicamentos, a presença de variados saberes, ora aliados, ora em disputas, destacam-se as mezinhas, os licores, os elixires, os chás, as beberagens de ervas e lambedores, que se tornavam “remédios populares” e prometiam a cura do impaludismo, a partir da prescrição ou da automedicação. Remédios que possuindo ou não o efeito desejado, circulavam nos reclames, de mão em mão ou nos discursos de convencimento de seus efeitos milagrosos, na busca de um mesmo resultado – a cura.

Conclusão

O impaludismo/malaria marcou a vida de muitos indivíduos do Piauí e nas regiões próximas, sendo as formas de tratamento dessa doença bastante variadas. As iniciativas para o tratamento da enfermidade se davam em períodos alarmantes, quando corria o risco de se deflagrar em várias localidades ou quando as mortes em sua decorrência eram constatadas. A terapêutica então se dava essencialmente com o uso dos saberes da riqueza natural das plantas, especialmente da quinina.

Ao longo da primeira metade do século XX, o impaludismo era visto como um dos entraves ao progresso do Piauí. Continuava a grassar endemicamente no território, atingindo principalmente as populações ribeirinhas. Algumas medidas para o seu tratamento foram criadas pelas repartições de saúde pública nas duas primeiras décadas do século. Porém, investimentos mais acentuados para a sua terapêutica foram estabelecidos em instituições e programas sanitários que ocorreram nas décadas de 1930 e 1940. Além dessas iniciativas, destacam-se as terapêuticas com base nos recursos da flora disponível e os medicamentos farmacêuticos no combate da moléstia.

13. Propriedade terapêutica: Antidiabético, antimicrobiana, antivenômica, antioxidante, antimarial, cardioprotetor, hepatoprotetora, antiasmática, laxante, anti-hiperlipidêmico, afrodisíaco. Indicação terapêutica: Cicatrização de ferida, dor abdominal, diarreia, disenteria, infestação parasitária, febre, malária, problema respiratório, úlcera, furúnculo, erupção cutânea, asma etc (SIGRIST, 2015).

Referências

- BRITO, Antonio Burgyja. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: [s.n.], v.1, 1977.
- CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo-SP: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Vol 55, n. 1, 2003.
- CARVALHO, Thyego Cabral. “*Deus guarde*”: doenças, relações de poder e conflitos culturais na medicina social da Província do Piauí (1840-1889). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.
- GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba: Cidades-Beira*. 2008. Tese (Doutorado em História)– Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.
- GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2011.

HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Teresa Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX*. História, Ciências, Saúde - Manuinhos, Rio de Janeiro, v. 9, supl., p. 233-273, 2002.

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e Chapadões*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

MOURA, Alexandre Sampaio. *Endemias e epidemias: dengue, leishmaniose, febre amarela, influenza, febre maculosa e leptospirose*. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2012.

NEIVA, Artur. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Brasília. (Coleção memória brasileira) v. 17, 1999.

NERY, Ana Karoline de Freitas. *Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940*. Dissertação (Mestrado em história do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

PORTRER, Roy. O que é Doença? In: *Cambridge: História da Medicina*. Rio de Janeiro: REVINTER, 2008.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

RÊGO, Raimundo de Moura. *As mamoranas estão florindo*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

ROONEY, Anne. *A História da Medicina – Das primeiras curas aos milagres da medicina moderna*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2013.

SANTOS JUNIOR, Luiz Airton (org.). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Academia de Medicina do Piauí, 2003.

SIGRIST, Sergio. Tamarindo, tamarindeiro. 2015. Disponível em: <https://>

www.ppmac.org/content/tamarindo-tamarindeiro. Acesso em: 10 jan. 2021.

SILVA, Alexandre.W. *A pobreza urbana em Parnaíba, Piauí (1890-1920)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e do Piauí, 1600-1800*. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SPETHMANN, Carlos Nascimento. *Medicina Alternativa de A a Z*. 6. ed. São Paulo: Editora Natureza, 2003.

UJVARI, Stefan Cunha. *A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos*. São Paulo: Contexto, 2019.

WEATHERAL, Miles. Tratamento por Drogas e Surgimento da Farmacologia. In: Cambridge: *História da Medicina*. Rio de Janeiro: REVINTER, 2008.

Fontes

CALDAS, Celso. Malária no Poti-Velho. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, v. 2, n. 2, p. 97, 1939.

PIAUHY. Presidência da Província. 1859. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 24 de janeiro de 1859 pelo Presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio Corrêa do Couto*. Therezina: Typ. de J. da S. Leite.

PIAUÍ. Diretoria de Saúde Pública. Relatório de respostas a quesitos solicitados por intermédio da Diretoria da Saúde Pública sobre a malária no ano de 1935. *Código de Saúde de relatórios diversos 1424*. Teresina, 1936.

PIAUÍ. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa, pelo Governador José Rocha Furtado. Teresina: Imprensa Oficial, 1949.

PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados, pelo governador do Estado Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva.* Teresina: Imprensa Oficial, 1911.

PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado, no dia 1º de julho de 1921.* Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1921.

PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo governador do Estado Exmo. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa.* Teresina: Imprensa Oficial, 1915.

PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo governador do Estado Exmo. Sr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar.* Teresina: Imprensa Oficial, 1917.

PIAUÍ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo interventor Leônidas de Castro Melo.* Teresina: Imprensa Oficial, 1940.

PIAUÍ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo interventor Leônidas de Castro Melo.* Teresina: Imprensa Oficial, 1943.

POLPA DE TAMARINDO. *Jornal Imprensa.* Teresina, p. 2, 29 ago. 1925.

Por uma infância saudável, bela e feliz: os concursos de robustez em Teresina (1944-1945)

Joseanne Zingleara Soares Marinho¹

Introdução

As iniciativas de cuidado com a saúde na fase da infância, baseadas no princípio da caridade cristã, passaram a dividir espaço com um modelo assistencial que associou os saberes médicos vinculados à pediatria e puericultura, com a filantropia e os poderes públicos, entre as últimas décadas do século XIX e o primeiro quartel do século XX. Contudo, um projeto sistemático e efetivo para a proteção da saúde infantil no Brasil somente adquiriu consistência durante o período estadonovista, particularmente com a institucionalização do Departamento Nacional da Criança (DNCR) e o sistema de cooperação das associações privadas. Tal iniciativa fez parte de uma política nacional do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que incluiu a saúde como uma das principais áreas de atuação social, viabilizada por uma estrutura administrativa centralizada, mas que funcionou sob uma descentralização executiva, durante a interventoria de Leônidas de Castro Mello no Piauí.

Como uma especialidade da medicina, a puericultura notabilizou-se na preservação da vida ao privilegiar o desenvolvimento adequado conforme a faixa etária para uma condição saudável na infância, uma referência que se estabeleceu de forma crescente e atingiu o apogeu na década de 1950. Isso ocorreu à medida que proporcionou por meio de conhecimentos, procedimentos e técnicas, as orientações necessárias para a elabora-

1. Doutora em História pela UFPR, Professora Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Piauí (PROFHISTÓRIA/UESPI) e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br

ção de iniciativas que pudessem conscientizar as mães a reconhecerem a importância da profilaxia diante do risco das moléstias e, a partir disso, colocarem em prática os cuidados ensinados pelos médicos em relação a aspectos como a alimentação, a higiene e o sono dos seus filhos. Nesse contexto, os concursos de robustez infantil foram criados com a intenção pre-cípua de difusão dos padrões estéticos e fisiológicos compreendidos como ideais por viabilizarem uma constituição sadia respaldada em argumentação científica. O resultado, consequentemente, seriam crianças com mais vitalidade, felicidade e até mesmo mais belas, considerando-se esse atributo como decorrência da constituição equilibrada de sanidade.

Nesse sentido, a proposta do capítulo é analisar as contingências do caráter modelar de manutenção da saúde que era difundido com a realização dos concursos de robustez infantil, promovidos na capital do Piauí nos anos de 1944 e 1945. Em tal contexto, a intenção era manter a saúde na infância por meio do caráter preventivo das referências médicas, que eram utilizadas de forma pedagógica na preparação das mulheres para o exercício da maternidade. Essa orientação tinha base em cuidados científicos que deveriam ser observados na vida das crianças como meio para atingir o ideal do progresso nacional a partir da criação de brasileiros civilizados, disciplinados e produtivos. Para a execução da pesquisa utilizou-se um *corpus* documental constituído por obras de referência de caráter teórico e metodológico. As fontes primárias foram compostas por notícias e imagens sobre os concursos de robustez veiculadas no Jornal Diário Oficial do Piauí. Tal documentação foi analisada mediante a contribuição de autores que discutem o campo da história da saúde e das doenças a partir de categorias como medicina, infância, maternidade, filantropia e políticas públicas.

Em defesa da criança sã

A campanha de proteção à infância brasileira adquiriu relevância considerável nas discussões, projetos e iniciativas promovidas especialmente por setores políticos, médicos, feministas e filantrópicos. Embora já fossem verificados nos oitocentos, conforme James Wadsworth (1999), tais esforços intensificaram-se durante as primeiras décadas do século XX, quando uma parcela considerável da problemática social, relacionada ao processo limitado de urbanização, à presença de doenças endêmicas que prejudica-

vam os interesses econômicos, assim como os índices crescentes de marginalizados que representavam riscos à tão almejada harmonia social, estava subordinada ao preparo das futuras gerações para o progresso nacional.

No contexto de construção dos modelos de assistência à infância, notadamente no que se refere à saúde, destacaram-se vários médicos como Moncorvo Filho², Fernandes Figueira³ e Martagão Gesteira.⁴ Em comum, afirmavam a emergência da atuação do Estado diante da atuação filantrópica ao associarem a situação sanitária do país à questão social que envolvia os setores pobres. Defendiam o empenho dos poderes públicos no saneamento urbano e assistência médica para o enfrentamento dos altos índices de mortalidade infantil, considerando-se, ainda, o clima tropical que exercia influência sobre a etiologia das moléstias, afetando as crianças de forma mais grave em virtude do organismo frágil (SANGLARD; FERREIRA, 2010).

No que se refere aos governos piauienses, ainda não consideravam que a assistência à saúde fosse uma função pública, delegando as iniciativas à caridade e filantropia até as primeiras décadas do século XX. Contudo, costumavam agir pautados na solidariedade cristã, contribuindo com as iniciativas assistenciais desenvolvidas pelas associações de caridade e filantropia. Diante disso, é possível entender que o ideário em torno da saúde infantil que visava a formação de um adulto saudável e, portanto, contribuisse com o progresso, ainda não era viabilizado por meio da estruturação efetiva dos serviços baseados na terapêutica das doenças e na medicina preventiva infantil, que tinha como base a puericultura (MARINHO, 2018).

O setor médico que atuava na questão infantil defendia que a puericultura orientava a forma mais adequada para o amparo da saúde, pois estabelecia os parâmetros para que as crianças saudáveis fossem mantidas sãs.

2. Conforme Maria Martha Freire (2015), Moncorvo Filho atuou de forma incisiva na criação de estabelecimentos de saúde e assistência infantil, a exemplo do Instituto de Protecção e Assistência à Infância (IPA), inaugurado em 1899 no Rio de Janeiro, uma instituição filantrópica que prestava serviços de saúde gratuitos para o atendimento das crianças de famílias desvalidas.

3. Foi o fundador da Policlínica das Crianças, primeiro hospital pediátrico no Rio de Janeiro, exerceu cargos administrativos em estabelecimentos de saúde e publicou obras acadêmicas sobre a saúde materno-infantil (SANGLARD, 2016).

4. O médico baiano Martagão Gesteira destacou-se a partir de iniciativas como a criação da Liga Bahiana Contra a Mortalidade Infantil, passando a obter projeção nacional quando ocorreu a estruturação do sistema de amparo à infância no governo varguista (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2021).

Como uma especialidade da medicina, a puericultura propugnava saberes e práticas que incidiam nos aspectos biológicos, psicológicos e sociais para atuar de forma profilática sobre as moléstias, o que resultaria em um adulto saudável e, portanto, preparado para contribuir com a defesa da nacionalidade, como afirmava o médico José da Rocha (1947). Convém destacar ainda, que as iniciativas de puericultura eram consideradas particularmente urgentes entre a população desfavorecida, devido a vulnerabilidade decorrente das condições de insalubridade em que vivia, o que implicava em riscos equivalentes para a constituição e manutenção da saúde.

As noções de puericultura já eram utilizadas como referência durante os setecentos, foi quando representou uma articulação mais concreta com o projeto dos Estados Modernos. A saúde era visada como fator relevante nas disputas de poder para a expansão econômica e constituição dos exércitos nacionais, conforme assinala Jacques Donzelot (2001). Apesar disso, foi a partir de meados dos oitocentos que o bem-estar infantil propagado pela puericultura adquiriu notoriedade no contexto do ideário modernizador, ascensão dos padrões de vida burgueses e valorização do conhecimento científico, particularmente da medicina.

Nesse contexto europeu também estava presente a eugenio, que pode ser designada como uma forma de atingir o aprimoramento humano mediante uma seleção dos progenitores de acordo com os pressupostos da hereditariedade que, por sua vez, determinaria as condições de vida dos indivíduos. Adquirindo notoriedade para a legitimação de práticas discriminatórias e racistas propugnadas principalmente no decorrer da Segunda Guerra, a eugenio também chegou ao Brasil para explicar a situação de atraso do país, indicando que a superação dependeria de práticas para sanar a sociedade de indivíduos, e mesmo de raças, que apresentavam moléstias e características indesejáveis relacionadas aos aspectos físicos e mentais, mas também morais, conforme esclarece Nancy Leys Stepan (2014).

Diante desse panorama em que intelectuais e políticos mostravam-se imbuídos do anseio de desenvolvimento da nação brasileira, é que os ideários puericultores e eugenéticos eram utilizados para fundamentar projetos envolvendo diversos sujeitos, entre os quais a infância era um tema privilegiado. Embora fossem distintos, esses pressupostos científicos nem sempre entravam em atrito, já que “[...] higiene e eugenio estavam muito próximas e confundiam-se dentro do projeto mais geral de ‘progresso’ do país.” (MACIEL, 1999, p. 128). Nesse sentido, uma leitura possível é que

o processo civilizador, conforme categorizado por Norbert Elias (1994), para que pudesse ser viabilizado no Brasil, deveria ser promovido por meio da sanidade da população, o que dependeria da atuação médico-científica, logo, o Brasil não estaria sumariamente condenado à inviabilidade.

No Brasil, os ideais da puericultura e da eugenia adquiriram maior configuração entre os anos 1920 e 1940 por meio do exercício médico em políticas de saúde para crianças de zero até cinco anos, gestantes e mulheres em idade fértil, visando a saúde da futura criança diante da gravidade do problema da mortalidade infantil. Isso incidiu no fato de que a procriação passou a ser disciplinada por meio dos exames pré-concepcionais, além da orientação de que os progenitores dispusessem de saúde física, psicológica e moral, as mulheres em estado gravídico deveriam ser acompanhadas mediante os exames de pré-natal, bem como o fato de que as crianças pudesse ser acompanhadas periodicamente pelos médicos segundo os parâmetros científicos modelares.

Entretanto, foi o governo estadonovista que estabeleceu uma política nacional, envolvendo estados e municípios, que passou a ser mais efetiva para a proteção da saúde infantil, apesar de considerar-se o longo processo em que as iniciativas públicas de saúde vinham sendo realizadas (DECRETO Federal nº 2.024, 1940). Tais ações tornaram-se mecanismos importantes de fortalecimento do Estado, mulheres e crianças se tornaram foco das políticas sociais que visavam uma nova construção nacional. Conforme destaca Joseanne Marinho (2018), no Piauí, particularmente na capital, as iniciativas de puericultura repercutiram com mais vigor durante o governo do Interventor Leônidas Mello por meio de cursos de curta duração, palestras médicas, aconselhamentos nos consultórios, disciplinas escolares, cartilhas de orientação, além dos concursos infantis de robustez.

Os concursos de robustez e a promoção da infância saudável

Em 5 de novembro de 1924 o presidente do Brasil, Artur da Silva Bernardes, institucionalizou o 12 de outubro como o Dia Nacional das Crianças, oficializando que seria uma data festiva na qual deveriam ser realizados diversos eventos, dentre os quais destacavam-se os concursos de robustez.⁵

5. Esse tipo de concurso foi realizado pioneiramente pelo médico Moncorvo Filho como uma das iniciativas do IPAI. Na década de 1920 também ocorriam os concursos de eugenia, mas estes consideravam a hereditariedade das crianças como base para a criação de um padrão que representasse a melhoria da raça brasileira. (PEREIRA, 2008).

(WADSWORTH, 1999). A participação de crianças nesse tipo de disputa era uma forma de intervenção conforme as orientações médicas baseadas na puericultura, mas também podiam ser identificados preceitos eugênicos, considerando que a eugenio, por ser uma ideologia com caráter científico e interfaces político-culturais, já estava impregnada na sociedade branca abastada, adquirindo expressão nas políticas públicas nacionais que se espalhavam pelo país, segundo afirma Vanderlei Souza (2012).

A partir de 1940, com a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde (MES), as festividades relativas ao Dia da Criança passaram a ser executadas de forma mais extensiva em vários estados do Brasil. O DNCr visava cumprir “[...] os propósitos do Estado Nacional, de amparar, por todas as formas, a infância, emprenha os seus melhores esforços para que as comemorações atinjam um esplendor digno da grandeza da hora que transcorre.” (SEMANA Nacional da Criança, 1942, p. 2). Entretanto, somente em 1942 o Jornal Diário Oficial do Piauí noticiou as primeiras orientações do governo central para a celebração do Dia da Criança através de notificação do Diretor Geral do DNCr, Olímpio Olinto de Oliveira. No mesmo ano ocorreram as Jornadas da Criança em Teresina, que consistiam em palestras públicas ministradas por médicos sobre os temas da alimentação científicamente correta, melhoria do serviço de assistência e proteção médica extensiva às mães (ASSOCIAÇÃO Piauiense de Medicina, 1942).

A partir de 1943 uma campanha em defesa da infância foi promovida pelo governo federal através do DNCR como um apelo para que fossem congregados os esforços de todos os brasileiros, especialmente homens e mulheres das elites, para que se envolvessem na questão patriótica da proteção às crianças, particularmente aquelas dos setores empobrecidos, por meio da criação de associações filantrópicas. Nesse sentido, é que se destacaram algumas iniciativas:

A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA-LBA, dá as mãos ao DEPARTAMENTO DA CRIANÇA, neste mister laborioso e fecundo, de alta significação material e moral, e onde um profundo sentimento de compreensão humana se alia a um dever social da maior espiritualidade. (COMEMORAÇÕES da Semana da Criança, 1943, p. 1).

Fundada por Darcy Vargas com o objetivo inicial de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, mediante o controle e

a fiscalização do governo central, bem como o apoio financeiro da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria, a LBA acabou destacando-se entre as outras associações quando ampliou os projetos de assistência às famílias necessitadas em geral, integrando-se, também, à campanha em defesa da infância que era dirigida pelo DNCr.

No Piauí, a Comissão Central Estadual da LBA atuou a partir de 1943 em cooperação com os Departamentos de Saúde e Educação para colocar em prática as diretrivas do DNCr, considerando as necessidades e condições piauienses. As crianças passaram a ser celebradas não somente no dia 12 de outubro, mas no período da Semana da Criança de 10 a 17 de outubro, o que continuou sendo observado nos anos subsequentes. As comemorações, ocorreram mais uma vez, por meio das Jornadas da Criança que se restringiram à realização de atos solenes com a presença de políticos e filantropos, além das preleções de autoridades científicas sobre a infância abandonada, a educação física e a moralização familiar (SEMANA da Criança no Piauí, 1943).

Em 1944, a programação das comemorações elaborada pela LBA, seção Piauí, conjuntamente com o Departamento de Ensino e o Departamento de Saúde Pública, foi extensivamente divulgada no Jornal Diário Oficial do Piauí. Elas incluíam discursos de autoridades políticas, visitas às escolas infantis com distribuição de presentes para crianças pobres, campanhas de registro civil e palestras médicas (PROGRAMA da Semana da Criança, 1944). Já os concursos de robustez infantil, ocorreram apenas em Teresina, revelando aquele que seria o padrão para a realização de outras ocasiões congêneres até a década de 1950. Naquele mesmo ano de 1944 ocorreu uma competição nas dependências da instituição de assistência denominada Casa da Criança⁶ e outra na sede da Escola Normal Oficial,⁷ ambas iniciaram às 8:30 horas do dia 13 de outubro como um ápice das comemorações que se prolongavam no decorrer da semana do Dia da Criança.

A seleção costumava ocorrer com a atuação das enfermeiras, que realizavam a tarefa de selecionar crianças entre um e dois anos que tivessem sido amamentadas por pelo menos seis meses, vivessem em condição de

6. Foi inaugurada em 1943 com a colaboração o Interventor Leônidas Mello e a Comissão Central Estadual da LBA para atendimento às crianças pobres. Dispunha de ambulatório para consultas, sala para procedimentos médicos, lactário, consultório para pré-natal, creche, jardim da infância e refeitório (CONSTRUÇÃO da Casa da Criança, 1943).

7. Tratava-se de uma instituição pública estadual fundada em 1910 para a formação de professoras primárias no Curso Normal (MARINHO, 2014).

pobreza e possuísem frequência assídua aos serviços de assistência infantil. As inscrições no evento eram realizadas mediante o preenchimento de fichas individuais com informações básicas tais como os nomes da criança, da mãe e do pai, endereço residencial, faixa etária, cor, nacionalidade e naturalidade. Uma vez escolhidos os concorrentes, as mães eram notificadas para que estivessem presentes com seus filhos. Os concursos realizados em 1944, em Teresina, tiveram a média de duas centenas de inscrições, atendendo ao chamado dos médicos, poderes públicos e associações filantrópicas. Os progenitores afortunados dos bebês vencedores receberiam prêmios em dinheiro, aspecto atrativo para a concorrência formada por famílias pobres (CONCURSOS de Robustez, 1944)

A Comissão de Avaliação do concurso realizado na Casa da Criança foi formada pelos médicos Antônio Noronha Almeida, Domingos Matos Pereira e Anastácio Ribeiro Madeira Campos. Enquanto isso, o evento realizado na Escola Normal Oficial teve como escrutinadores os médicos Manuel Sotero Vaz da Silveira, Olavo Correia Lima e Durvalino Couto (PROGRAMA DA Semana da Criança, 1944). Todos eles eram profissionais que atuavam na capital e no interior como médicos generalistas, mas também no exercício da puericultura e pediatria, na direção de instituições de saúde públicas e filantrópicas, como também ocupando cargos na administração da saúde estadual e municipal. A seguir podem ser identificadas as características dos vencedores da disputa realizada durante os eventos:

Naquele realizado na Casa da Criança foram classificados: em primeiro lugar, Washington Dias Pinheiro, de 5 meses, 67 centímetros, 8 quilos e 680 gramas, filho de Raimundo Rodrigues Pinheiro; Em segundo lugar, Ivone Ivo da Silva, de 8 meses, 71 centímetros, 9 quilos e 230 gramas, filho de Raimundo Ivo da Silva; terceiro lugar, Carlos Alberto Santana, de 4 meses, 62 centímetros, 6 quilos, 970 gramas, filho de João Pinto de Santana, cabendo ao 1º um premio de 500 cruzeiros em caderneta do Banco Agrícola do Piauí; ao 2º um de 300 cruzeiros e ao 3º um de 100 cruzeiros. No concurso da Escola Normal Oficial foram classificados: em primeiro lugar, Nilson da Costa Oliveira, de dez meses, com 73 centímetros, dez quilos e 250 gramas, filho de José da Costa Oliveira; em segundo lugar, João Batista Moreno de 17 meses, 74 centímetros, 10 quilos e 560 gramas, filho de Elizeu Moreno; em terceiro lugar, Gregório Paulo do Nascimento, de 11 meses, 67 centímetros, 9 quilos e 870 gramas, filho de Aloisio das Neves, cabendo ao 1º um premio de 500 cruzeiros em caderneta do Banco

Agrícola do Piauí; ao 2º um de 300 cruzeiros e ao 3º um de 100 cruzeiros
(SEMANA da Criança, 1944, p. 2)

Pode-se notar que apenas os nomes dos pais foram mencionados na premiação dos concursos de robustez da Casa da Criança e da Escola Normal Oficial, o que pode demonstrar que concorrentes sem reconhecimento de paternidade não poderiam ser inscritos ou premiados naquele ano. Isso revelava a afirmação do modelo de família burguesa com apelo católico que privilegiava o homem na função de progenitor e chefe da família, como aponta Susan Besse (1999). Ao mesmo tempo, ocorria o obscurecimento da contribuição da mulher, a mesma que deveria responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as orientações médicas para o cuidado infantil e, ao mesmo tempo, era culpabilizada quando a criança adoecia, conforme o lugar subalterno conferido pelos papéis normativos de gênero (SCOTT, 1995).

Chama a atenção o fato de que todas as crianças classificadas eram do sexo masculino, o que também era identificado de forma reincidente em outros concursos. Isso poderia ocorrer em virtude do peso e da estatura dos meninos serem comumente maiores em comparação às meninas, soma-se a isso o fato de que não existia referência sobre a utilização de padrões diferentes de robustez para crianças dos sexos masculino e feminino, inclusive, a concorrência não era separada. Contudo a ocorrência também pode ser compreendida como uma questão de gênero, já que a referência masculina e não a feminina era o padrão utilizado na avaliação das crianças envolvidas na disputa dos concursos realizados em Teresina.

Verifica-se, ainda, que nos referidos concursos realizados em 1944, a avaliação dos concorrentes da Casa da Criança adquiriu caráter eminentemente técnico, uma vez que o peso e a estatura foram os principais critérios. Mas as meninas e os meninos também passavam por exames da dentição, desenvolvimento motor e níveis de vitalidade, que foram os mesmos realizados no concurso da Escola Normal Oficial. Além dos vencedores, outras cinco crianças foram premiadas em cada concurso com a quantia de 50 Cruzeiros por também apresentarem os parâmetros ideais que revelavam um bom estado geral de saúde. A seguir, pode-se observar o modelo infantil de robustez que era requerido nos concursos piauienses:



Figura 1- Primeiro lugar em concurso de robustez. Fonte: (Salvador de Carvalho Fontenele, 1945, p. 8)

Na imagem foi retratado o menino Salvador Fontenele, com um ano e oito meses de idade, filho de Joffre Fontenele, vencedor do concurso de robustez ocorrido em 12 de outubro de 1945, como um dos eventos da semana comemorativa ao Dia da Criança, na Escola Normal Oficial, em Teresina. É possível identificar morfologicamente que o padrão de robustez requerido pelos médicos não era aquele da criança gorda que exibia dobras, segundo eles, tais características eram erroneamente almejadas por aqueles que não tinham acesso às orientações e práticas higiênicas pautadas no conhecimento científico. Nesse sentido, a imagem do garoto manifesta “[...] um meio de vida e de pensamento, com estreitas conexões internas, um ecossistema da visão, e, portanto, um certo horizonte de perspectiva do olhar.” (DEBRAY, 1993, p. 206). É relevante atentar que na primeira metade do século XX a medicina já investigava a chamada distrofia farinácea que resultava no excesso de tecido adiposo, predispondo a criança ao desequilíbrio das suas funções orgânicas. Conforme Mary Del Priore (2009), desde o período colonizador no Brasil eram comuns os casos de adoecimentos infantis a partir de práticas alimentares que tinham como base os farináceos e outros produtos consumidos cotidianamente por pessoas adultas.

Essa era uma prática cultural piauiense observada de forma frequente, sobretudo, entre as famílias pobres, que não dispunham de recursos para a compra da alimentação específica e de qualidade para as crianças (MARI-

NHO, 2018). Como resultado, ocorria uma maior fragilidade aos problemas gastrointestinais, desnutrição, desidratação e raquitismo, ocasionando ou agravando outras moléstias que levavam ao aumento da mortalidade infantil. Em contrapartida, as crianças robustas eram categorizadas pelos médicos por meio de aspectos que se pautavam na vitalidade equilibrada, desempenho harmônico dos sentidos e órgãos que funcionavam com normalidade. Como resultado de uma condição saudável sistêmica, elas correspondiam ao padrão de robustez, sendo mais belas e felizes, pois não apresentariam doenças mentais e moléstias físicas que dificultavam ou impediam o desenvolvimento pleno conforme cada faixa etária.

Dentre os médicos era disseminada a ideia de que, para a criação de crianças robustas, era urgente que o costume popular da alimentação artificial incorreta no primeiro ano de vida fosse abandonado ou, pelo menos, disciplinado de acordo com as instruções médicas, caso a mãe não conseguisse amamentar. A atuação do médico puericultor também seria fundamental na recomendação científica para a dieta das crianças à medida que elas fossem sendo retiradas da amamentação. Segundo argumenta Júnia Pereira (2008), isso também contribuía para consolidar o prestígio profissional na área de especialização em puericultura e pediatria porque até as primeiras décadas do século XX, os cuidados com a infância ainda eram realizados por clínicos gerais e obstetras, aspecto que era verificado no Piauí.

É importante analisar que, em âmbito nacional, as elites “[...] pareciam menos preocupadas com suas próprias crianças do que com as crianças pobres, que representavam o futuro da nação brasileira [...].” (WADS-WORTH, 1999, s. p). Isso ocorria principalmente em virtude do potencial produtivo que poderia assegurar como força de trabalho, para a qual contribuía de forma central a boa saúde. Nesse sentido, os concursos de robustez impunham concepções de saúde infantil formuladas e institucionalizadas pelos setores abastados, como médicos, políticos e filantropos. Impondo orientações que consideravam como corretas, esforçavam-se para que os setores pobres fossem conformados às condições higiênicas ideais que, dificilmente poderiam ser praticadas em decorrência de questões como as condições de vida em ambientes insalubres e dificuldades de acesso às instituições de saúde. Em referência a essa questão, outro concurso de robustez infantil ocorreu durante as comemorações alusivas à data festiva de meados da década de 1940, conforme o arranjo encenado na imagem seguinte:



Figura 2 - Entrega dos prêmios às crianças vencedoras de concurso de robustez.
Fonte: (Semana da Criança, 1945, p. 3)

O concurso de robustez referido ocorreu nas dependências da Casa da Criança na capital do Piauí, fazendo parte de uma extensa e diversificada programação. Na fotografia foi retratado o momento em que a Presidente da Comissão Estadual da LBA, também Primeira-dama do Piauí, Maria de Lourdes Mello, localizada no primeiro plano do canto esquerdo, realizava a entrega dos prêmios para as três crianças vencedoras que estavam no colo das mães à direita. Também é possível identificar a presença dos médicos responsáveis pela avaliação, enfermeiras e mulheres que compunham a administração da LBA, cujos nomes não foram publicizados na reportagem do Jornal Diário Oficial do Piauí.

Observa-se, ainda, que a Figura 2 representa não somente as intenções políticas dos governos local e central, mas, uma exposição das desigualdades sociais dos atores retratados que eram expressadas nas categorias de setor econômico, étnico-racial, letramento e gênero, tão recorrentes no processo histórico brasileiro. É possível entender que se trata de uma imagem posada, em que a escolha das pessoas retratadas não ocorreu de forma aleatória. Isso revela que as fotografias podem ser produzidas a partir de montagens, manipulações e recortes, evidenciando informações configuradas não somente de forma morfológica, mas também indicando a expressividade uma linguagem simbólica. A imagem não é um simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis, trata-se de um rastro visual do

tempo que quis tocar, como também de outros tempos tangenciais que, como arte da memória, não pode considerar (DIDI-HUBERMAN, 2012).

Como argumenta Maria Helena Capelato (2009), é possível analisar como a imprensa escrita era utilizada com a finalidade de promover a propaganda dos setores vinculados, diretamente ou indiretamente, à política varguista. No contexto estadual, tal prática era verificada de forma recorrente no Jornal Diário Oficial do Piauí, em que a divulgação das iniciativas que envolviam o governo do Interventor Leônidas Mello consistia em uma estratégia política oportunizada pela censura que visava a construção deliberada de uma representação para angariar legitimação social por meio do trabalho desenvolvido acerca da questão infantil. Nesse sentido, a divulgação das reportagens com as crianças premiadas, juntamente com as mães cuidadosas, era estampada diariamente durante a semana de comemorações do Dia da Criança. O destaque ocupava numerosas páginas, inclusive em manchetes principais, como também eram excessivamente ilustradas com fotografias, um diferencial utilizado durante o regime do Estado Novo (LACERDA, 1994).

Observando-se a imagem, entende-se em certa medida, que seriam as mães os destaques das festividades, mulheres abnegadas que deviam fazer suas existências possuírem sentido a partir da vida de seus filhos, em cujas mãos o futuro do país estaria garantido. De fato, os concursos de robustez pareciam bastante adequados para isso, pois tais ocasiões festivas contavam frequentemente com um numeroso público que compunha a assistência, sendo constituído por muitas mulheres que já eram mães ou que possuíam potencial para o desenvolvimento da função considerada patriótica de conceber e criar os filhos, não somente como interesses particulares, mas cumprindo com as necessidades de desenvolvimento da nação brasileira.

Considerações finais

Entre o final do século XIX e o segundo quartel do século XX, foi possível identificar o ritmo de dinamização de mudanças no cenário nacional em que se destaca o incremento urbano. Essa configuração trouxe consigo novas questões, como a preocupação sanitária diante da difusão de moléstias associadas à pobreza. A partir de tal conjuntura, foram necessárias intervenções que pudessem imprimir medidas profiláticas com base na higiene a partir da ordenação e da disciplina, não somente no espaço priva-

do, mas visando o âmbito da coletividade pública. Nesse contexto, as altas taxas de mortalidade infantil surgiram como uma forma de preocupação com a defesa da nacionalidade.

Mas foi somente a partir do período varguista ditatorial que passou a existir, de forma mais premente, a emergência da proteção higiênica da infância através da aplicação de medidas fundamentadas no conhecimento científico da puericultura, uma especialidade médica que integrava noções e técnicas de cuidados higiênicos, nutricionais, fisiológicos e psicológicos, desde a gestação até os primeiros anos de vida. Esses cuidados seriam necessários para a saúde infantil, especialmente entre os setores sociais desvalidos, em que predominavam os maiores riscos à preservação da vida, como também da manutenção da saúde. Para isso era necessário instrumentalizar as mães, sobretudo aquelas em condição de pobreza, transformando-se em protetoras medicalizadas dos filhos.

Os concursos de robustez infantil foram realizados para tornar mais eficaz a acessibilidade, a compreensão e a divulgação das informações que visavam a saúde, mas à medida que desenvolvia esses atributos, também disciplinava pensamentos e comportamentos. As comemorações que eram levadas a efeito na semana do Dia das Crianças, procuravam reafirmar perante a população mais carente, a necessidade de se adotar os preceitos preventivos. Os médicos foram os principais colaboradores com os governos e a filantropia ao defenderem que as mães precisavam ter uma compreensão racional da infância para que pudessem cumprir com o dever patriótico, que fazia parte de um projeto de reorganização da sociedade, visando gerar indivíduos que transformariam não somente as próprias vidas, mas o destino do país.

No entanto, apesar das medidas realizadas na capital do Piauí fazerem parte de uma política nacional de saúde, elas adquiriram uma descentralização executiva, conferindo ritmos, dimensões e características que eram adequadas às particularidades inerentes ao cenário local. É relevante aventar que no Piauí a questão do desenvolvimento infantil, de acordo com o padrão ideal, era problemática devido a aspectos como as limitações da assistência à saúde, condições de pobreza, dificuldades de acesso às instruções dos médicos, desconfiança em cuidar dos filhos conforme as instruções científicas e as condições insalubres de sobrevivência.

Referências

- ASSOCIAÇÃO Piauiense de Medicina, *Diário Oficial do Piauí*, Teresina, ano XII, n. 20, p. 12, 10 de out. de 1942.
- BESSE, Susan. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil: 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.
- COMEMORAÇÕES da Semana da Criança. *Diário Oficial do Piauí*, Teresina, ano XIII, n. 127, p. 1, 14 de out. de 1943.
- CONCURSOS de robustez. *Diário Oficial do Piauí*, Teresina, ano XIV, n. 118, p. 1-8, 9 de out. de 1944.
- CONSTRUÇÃO da Casa da Criança. *Diário Oficial do Piauí*, Teresina, ano XIII, n. 115, p. 1, 18 de set. de 1943.
- DEBRAY, Regis. *Vida e Morte da Imagem: uma história do olhar no ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DECRETO Federal nº 2.024. Organiza a proteção à infância, à maternidade e à adolescência. *Diário Oficial do Piauí*, Teresina, ano X, n. 46, p. 2-3, 26 de fev. de 1940.
- DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 84-106.
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Quando a caridade encontra a ciência: um olhar sobre a trajetória do Dr. Arthur Moncorvo Filho. In: SANLARD, Gisele et al. *Filantrópos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, FGV, 2015. p. 113-132.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204 - 219, nov. 2012.

LACERDA, Aline Lopes de. “A obra getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 241-264, 1994.

MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, p. 126-7, jul. 1999.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A utilização das imagens fotográficas de crianças nas propagandas governamentais no período do Estado Novo no Piauí (1937-1945). *Revista Expedições: teoria da história & historiografia*, v. 5, n. 1, p. 163-187, jan./jul. 2014.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “Manter sadia a criança sã”: As políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Juazeiro: Paco Editorial, 2018.

PEREIRA, Júnia Sales. *História, Ciência e Infância: narrativas profissionais no processo de singularização da pediatria como especialidade*. Brasília: CAPES; Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

PROGRAMA da Semana da Criança. *Diário Oficial do Piauí*, Teresina, ano XIV, n. 128, p. 16, 19 de out. de 1944.

ROCHA, José Martinho da. *Introdução à História da Puericultura e Pediatria no Brasil (1500-1882)*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1947.

SALVADOR de Carvalho Fontenele. *Diário Oficial do Piauí*, Teresina, ano XV, n. 129, p. 8, 23 de out. de 1945.

SANGLARD, Gisele. Fernandes Figueira e a política de assistência à infância: Estado, filantropia e aleitamento materno. In: SANGLARD, Gisele (org.). *Amamentação e políticas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. p. 57-81.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. *Varia História*, v. 26, n. 44, p. 437-459, 2010.

SEMANA da Criança. *Diário Oficial do Piauí*, Teresina, ano XIV, n. 127, p. 1-4, 17 de out. de 1944.

SEMANA da Criança. *Diário Oficial do Piauí*, Teresina, ano XV, n. 128, p. 1-3, 20 de out. de 1945.

SEMANA da Criança no Piauí. *Diário Oficial do Piauí*, ano XIII, n. 125, p. 1,12 de out. de 1943.

SEMANA Nacional da Criança, *Diário Oficial do Piauí*, Teresina, ano XII, n. 221, p. 2, 13 de out. de 1942.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.1995.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. 2021. *Joaquim Martagão Gesteira (1884-1954)*. 2021. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional nos entreguerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 6, n. 11, p. 1-23, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2WOcrBq>. Acesso em: 24 mar. 2022.

STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

WADSWORTH, James. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.37, 1999.

Projetando em imagens espaços de poder: debates sobre arte e cinema brasileiro nas décadas de 1960 e 1970

Heitor Matos da Silva¹

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito²

Há um certo consenso na narrativa de historiadores e críticos de cultura quanto a efervescência cultural sobre o período que compreende os anos 1960 e 1970 do Brasil. No campo do cinema, muitos trabalhos discorrem sobre como o período foi “estética e intelectualmente denso” (XAVIER, 2001, p.14). Esse recorte em específico agrupa sobre si uma ampla gama de produções artísticas e debates sobre uma arte genuinamente brasileira.

A configuração do mundo no período passou a experimentar em larga escala a globalização e a ascensão de maravilhas tecnológicas, que trouxeram consigo novas formas de comunicar, novas maneiras de especular a vida e conjecturar sobre a realidade. As transformações perpassaram toda a experiência humana. As repostas universais sobre a realidade foram solapadas e retiradas de suas zonas de conforto. O mundo passa a vivia pelo signo da incerteza durante a segunda metade do breve século XX.

A arte não passa ao largo dessas mudanças. As produções confecionam imagens e produzem sentidos que são estreitamente próximos as transformações efervescentes no período. Nessa premissa, a linguagem de uma forma geral é constituída no sentido de apoderar-se dos objetos, cuja dinâmica se faz na construção de novos sentidos sobre as experiências hu-

1. Doutorando em História do Brasil pela Universidade federal do Piauí-UFPI. *Email:hector-ramonehc@hotmail.com*

2. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará-UFC e professor do programa de pós graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. *Email:fabioleobrito@hotmail.com*

manas. A língua, no epicentro das cidades, seria arrastada para fora dos seus sulcos costumeiros e articularia uma ideia de novo ao campo das artes (DELEUZE, 1993, p.9). Acentua-se a arte num estágio de *tournant*, onde o dizer já não é mais o dado suficiente para mediar e/ou interferir nos combates com vistas à constituição da realidade (MONTEIRO, 2017, p. 50).

No processo cultural do período, ainda se observa um amplo uso de outras produções da arte, onde música e cinema ganham notoriedade (HOLLANDA, 2004, p. 29). A imagem produzida pela arte, outrora fixada em uma concepção estrutural, carregava consigo uma aura intocável e intangível. Era o espaço determinado da cordialidade, sem espaço para inseguranças ou oscilações e distanciado do público. Entretanto, esse paradigma passaria a coexistir com a dúvida, com o hibridismo e com abertura ao diálogo, a partir da década de 1960.

Partindo desse campo de debates culturais e incertezas, apresenta-se a intenção desse trabalho, que visa analisar historicamente as transformações no campo das artes brasileiras nas décadas de 1960 e 1970, buscando estabelecer como essas mudanças produziram diálogos e espaços de poder em estéticas e diretrizes cinematográficas do período. As disputas culturais capturadas no recorte são uma espécie de obra aberta, de onde as relações de fruição revelam uma produção de sentidos sempre por acabar, inesgotáveis (ECO, 1997, p. 9).

Com a transformação dos produtos culturais durante todo o século XX e o crescente engajamento da sociedade pautada na ideia de *consumo*, o aspecto de reprodução da arte, tornava cada vez mais árdua a tarefa de distinguir uma cópia de algo original, destruindo assim o caráter uno, a essência universal que reveste a obra. (BENJAMIN, 1987, p. 170) A arte deixa de ser restrita a um pequeno grupo de pessoas. Ela precisaria circular, ser inteligível e atingir mais pessoas. Essas mudanças causariam um curto circuito nos distanciamentos entre autor/público/obra. Os sentidos da obra de arte, outrora resguardados pelo autor, se perdem na polifonia das vivências de quem consome a obra.

Esses novos elementos terminam por desalinhar as noções clássicas de artista, que até então era visto como “um sujeito dotado de um poder-saber extraordinário e a obra como objeto de idolatria” (MONTEIRO, 2017, p. 58). A essência dá espaço ao devir promovido pela experiência, cujo produto final exercita a criatividade e uma contínua redefinição de potencialidades e limitações sobre a arte e sobre o ser artista. Essa babel de posicio-

namentos gera espaços de disputas que besuntam e dão sentido a ideia de novo, de moderno, que será evidenciado no cinema brasileiro.

Fabricado no Brasil: por uma nova sintaxe sobre a arte

No início dos anos 1960 havia um grupo gestado no âmago do movimento estudantil paulista que tomava a linguagem como uma ferramenta de ação transformadora da realidade, onde o dizer por si não era o suficiente. Era preciso impactar, problematizar, instruir, promover uma “*sintaxe das massas*”. Essa premissa de arte revolucionária estava presente no debate que antecede o golpe militar, a pretexto de uma mobilização conhecida como Centro Popular de Cultura - CPC. O grupo que contava com intelectuais como Carlos Estevam Martins e Ferreira Gullar, tinha forte inclinação a esquerda e a materialidade das relações.

Para eles, a arte precisava ser didática e estreita com o povo, recusando diálogos com grandes corporações industriais e metafísicas que não aferem questões do real e das práticas cotidianas da vida. O artista deveria falar das limitações comuns, dos laços sociais que os unem a uma dada comunidade e das conquistas sem pompa ou rodeios. Em 1961, Carlos Estevam Martins produz o “*Anteprojeto do manifesto do CPC*”, a fim de confabular sobre como a arte e o artista devem lidar e promover uma leitura com a sociedade e seus problemas comuns:

A arte, bem como as demais manifestações superiores da cultura, não pode ser entendida como uma ilha incomunicável e independente dos processos materiais que configuram a existência da sociedade. Nem tampouco acreditamos que o homem, por sua condição de artista, seja dado um privilégio a parte, liberto dos traços que o prendem a comunidade e o acorrentam as condições, as lutas e as superações por meio das quais a história nacional segue seu curso. Antes de ser um artista, o artista é um homem existindo em meio aos seus semelhantes e participando, como um a mais das limitações e dos ideais comuns, das responsabilidades e dos esforços comuns, das derrotas e conquistas comuns. (MARTINS, 1979, p. 68).

O CPC tinha como discurso se tornar um órgão cultural do povo, sendo fruto direto da própria iniciativa, resistência e criatividade da sociedade. Dessa assertiva, deve-se “deslocar o artista e sua arte a se questionarem sobre suas atividades” (MONTEIRO, 2017, p.54). Cobra-se um maior en-

volvimento, uma atitude mais ativa do autor diante das problemáticas e contradições de seu tempo. Se a arte tinha um fim em si mesma, ela se tornava menor. É mantra do grupo a proposição de que fora da arte política, não haveria arte popular.

No manifesto, Carlos Estevam ainda discute que o artista, mesmo aquele tido como alienado por exercitar seu distanciamento em relação aos processos sociais “transforma-se na matéria passiva e amorfa sobre a qual se apoia nesse mesmo processo para avançar” (HOLLANDA, 2004, p.137). Essa escolha no *front* cultural tem como objetivo generalizar e efetivar a um nível superior e em larga escala a produção de dispositivos que permitiriam ao povo “resguardar e desenvolver seus valores espirituais e sua consciência” (HOLLANDA, 2004, p. 144).

O poeta e ensaísta Ferreira Gullar - outro fundador do CPC - produz, a luz de Carlos Estevam, um texto em 1963 chamado de “*Cultura posta em questão*”. Gullar entende que o conceito de “cultura popular” tem um sentido de ser equivocado, visto que todo exercício de cultura, advém do povo. O intelectual sugere uma nova forma de ver a cultura popular, valorizando o elemento de transformação social do termo definindo-a como uma “denúncia a conceitos culturais que buscam esconder seu caráter de classe” (GULLAR, 2010, p. 21).

Essa ideia de cultura associada a arte engajada, demarcou o confronto de Ferreira Gullar com formas vistas por ele como elitistas e exageradamente técnicas. O concretismo, com sua geometria, planos de cores e abstrações se torna o alvo do ensaio, pois não era visto nem pelo prisma da forma, nem pelo conteúdo, como uma expressão de arte acessível ao povo. Para ele, a obra de arte precisava ser clara e inspiradora e deveria ser concebida como um tipo de ação sobre a realidade social. Gullar compreendia que os novos problemas do cotidiano exigiam posicionamentos e produções que vão muito além de virtuosismo técnico, ou expressão de dos sentimentos obscuros do autor:

Dentro de tal perspectiva, não pode o intelectual conceber o seu trabalho como uma atividade indeterminada e gratuita, ou como simples expressão de obscuros sentimentos individuais. Tampouco pode satisfazer-lhe o exercício de seu virtuosismo plástico ou vocabular. [...] A obra é concebida como um tipo de ação sobre a realidade social e deve-se buscar o modo mais eficaz de faze-la exercer essa ação (GULLAR, 2010, p.24).

Observa-se a intenção do grupo - a pretexto de Gullar - de fomentar uma troca que priorizaria o processo de passar uma mensagem, de informar e comunicar em detrimento de expressar, consolidando uma aliança com o povo e fazendo da arte produto final dessa relação e vetor de mudança social. A *aldeia global* intensificou a interlocução com movimentos internacionais de vanguarda em todos os campos de expressão da arte. O CPC entende essas fórmulas e abstrações importadas como constructo de ideias que não confabulam com a realidade brasileira. O artista deve atuar na conscientização das massas articulando uma relação íntima com o oprimido, de “solidariedade espiritual com o povo” (HOLLANDA, 2004, p. 30).

No entanto, esse pragmatismo persuasivo de Gullar e seus pares no CPC parece se aproximar do perfil de intelectual orgânico de Gramsci, cuja missão conscientizar as massas contra as opressões do sistema acaba demarcando as distinções entre o intelectual e povo (VIVAR, 2017, p. 543). Os Cepecistas, no afã de promover uma clareza do discurso, não conseguem dar um tom simplista a sua linguagem, que travestida em povo “trai-se pelos signos de exagero e pela regressão estilizada a formas de expressão arcaicas ou provinciais” (HOLLANDA, 2004, p. 24). Em síntese, revela-se um equívoco prático nas articulações entre as preposições dos intelectuais e as questões em relação ao cotidiano das camadas populares.

A crítica ao Cepecismo mostrava que o autor revolucionário era privilegiado numa sociedade em que o capitalismo tardio intensificou as disparidades de classe. E para supostamente igualar as disparidades socioeconômicas e culturais, o intelectual renegaria suas raízes burguesas para assumir o protagonismo na articulação de uma revolução popular. Mas, no processo de produção de sua obra, o intelectual terminaria abdicando de seu lugar familiar no uso da palavra, produzindo uma arte decodificada e esquemática, enfraquecendo o ímpeto revolucionário e ignorando a força da produção dentro de uma poética popular. O esforço de “captar a sintaxe das massas, significa para o escritor escolher uma linguagem que não é sua” (HOLLANDA, 2004, p. 30).

Os Cepecistas eram criticados por não fazer um tratamento dialético da questão. Walter Benjamin (1987, p. 122), a pretexto de sua *teoria literária*, afirma que uma obra não pode operar de forma rígida e isolada. Ela deve falar de contextos sociais vivos. A função da obra e maneira em que ela se torna eficaz no processo de modificação do sistema, precisa ter vínculos sociais. A chamada tendência política correta não pode frisar

apenas a transmissão do conteúdo, mas também a forma. Para o autor, a “qualidade literária, inclui também sua tendência literária” (BENJAMIN, 1987, p. 122).

Apesar da crítica se fundamentar a uma ideia de revolução que nunca acontecia e de comparativos com o parnasianismo, o CPC promoveu uma grande mobilização entre os jovens intelectuais de esquerda do período. O então cineasta Arnaldo Jabor, resume o período como uma “inédita, incrível, infantil, generosa, genialmente ridícula crença nos poderes transformadores da arte” (JABOR, 1972, p. 12).

Essa arte militante político partidária do CPC conviveu com outros segmentos de artistas que dialogavam junto as vanguardas internacionais, absorvendo e acompanhando a ebulação cultural dos grandes centros culturais do ocidente tornando Estados Unidos e Europa mais próximos do que nunca. As vanguardas, comuns a experiência intelectual do Rio de Janeiro inspiram uma preocupação dos artistas de exprimir uma linguagem que fugisse do que eles consideravam como condicionamentos opressivos.

A valorização do fragmento e da descontinuidade, a proximidade do sensorial e a afeição a uma ideia de experiência a uma essência são marcas da produção cultural desses artistas. No fim dos anos 60, há uma confluência de discursos e pontos de vista que se convencionou chamar de *movimento tropicalista* (CASTELO BRANCO, 2005, p. 24). A Tropicália, apesar de apresentar-se como um fraturado campo de ideias sobre a cultura, tinha como uma de suas premissas mais centrais uma renovação das artes brasileiras, aproximando-as dessa linguagem da novidade das vanguardas internacionais.

A busca pelo novo, pelo moderno, assumiria, “completamente tudo o que a vida nos trópicos pode dar, sem preconceitos de ordem estética, sem cogitar a cazonice ou mau gosto, apenas vivendo a tropicalidade e o novo universo que ela encerra ainda desconhecido” (ARAUJO NETO, 2008, p. 92). Essa tentativa de fabricação de uma ideia de modernização da arte, não deixa de dialogar com pensadores e agitadores culturais do início do século XX.

Oswald de Andrade (1928, p. 3), a pretexto dos efeitos da semana de arte moderna de 1922, afirmava que “só a antropofagia nos une”, demonstrando que tudo aquilo que deixasse seus fragmentos na cultura poderiam ser deglutidos e digeridos. Essa compreensão de que no “Brasil há pedaços de tantos outros que é preciso compreende-lo como um grande monstro

que consome a si mesmo”, oferece um norte a novas formas de dialogar com as questões do cotidiano nos anos de 1960 (BRITO, 2018, p.100). É promovido um ideal de sujeito que não se espanta com a novidade, naturalizando as transformações que emergem no cotidiano (CASTELO BRANCO; SILVA, 2012, p. 4).

Diferente dos Cepecistas, essa categoria de intelectuais não se encerra na objetividade de uma ação política de clara transmissão, mas se faz no experimentar, na recepção, na absorção e no estímulo a vivacidade da imaginação. O expectador não se relaciona de maneira passiva com a obra de arte, ignorando as etiquetas e estereótipos seletivos atribuídos sobre as obras de arte e artistas. Há um exercício de promover um curto circuito sobre como o expectador deve interagir com a obra, fazendo dele parte integrante do processo.

Hélio Oiticica, artista plástico e escultor carioca, se torna um dos defensores dessa corrente promovendo uma fusão entre arte e vida estabelecendo que o significado de uma obra não é preso as intenções e exegeses do autor. Em seu manifesto, datado de 1966 e nomeado como *Situação da vanguarda no Brasil*, o artista faz uma crítica ao que ele chama de definições intelectuais seletivas e pede por uma descentralização da arte, tirando a prioridade do “intelectual racional para dar ao homem, ao indivíduo si hoje a possibilidade de experimentar a criação” (OITICICA, 1979, p. 31). Essa proposta de ampliar a pujança da recepção em detrimento de uma fascinação excuso sobre a arte é clara nas reflexões do artista.

Grosso modo, Oiticica rompe com a noção de que arte se resume a reduto para especialistas. Há uma inversão de perspectiva, em que o receptor faz as vezes de herói anônimo. O sujeito ordinário, com suas artes de fazer provoca uma alteração “do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos, para a criação anônima, nascida da prática, do desvio no uso desses produtos” (CERTEAU, 1994, p. 17). O expectador como participante do processo é elevado a um protagonismo que não somente ativa a obra, mas contribui para que sejam dados outros consumos, inventariados outros usos a ela.

Em síntese, para além de um ideal revolucionário de cultura brasileira atrelado ao CPC e ao marxismo paulista, vale dizer que os vanguardistas, a seu modo, também objetivaram uma singularidade frente as novidades importadas da Europa e dos Estados Unidos. Para realizar padrões de diferenciação por meio de ações coletivas, Oiticica assina o manifesto *Esquema*

Geral da Nova Objetividade Brasileira, de 1967 onde enumera alguma das variáveis que dariam substância a arte brasileira:

- 1) Vontade construtiva geral; 2) Tendência para o objeto ao ser negado e superado o quadro de cavalete; 3) Participação do espectador (corporal, tático, visual, semântica, etc); 4) Abordagem e tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos; 5) Tendência para proposições coletivas e consequente abolição dos *ismos* característicos da primeira metade do século na arte de hoje; 6) Ressurgimento e novas formulações do conceito de antiarte. (OITICICA, 2007, p. 221).

A arte se torna itinerante, ocupa outros espaços, sintetizando a experiência da descoberta da rua através do andar, da apropriação subversiva de espaços a fim de que ética e estética, poética e política coexistam (OITICICA, 1990, p. 70). Nessa premissa, a noção de que o mundo da arte se opõe ao mundo da vida cotidiana perde força (BOURDIEU, 2003, p. 168).

Ações em centros culturais, condicionadas a disciplinas, limites e silêncios, solenidades e decors, dão lugar a performances intempestivas e anti aristocráticas. Lygia Clark, outra artista plástica do período, reforça o discurso de transformação dos espaços afirmando que “se o espectador não se propõe a fazer a experiência, a obra não existe” (CLARK, 1975, p. 28). Em sua obra, o corpo e morada se confundem em *happenings*, espaços de atuação e troca, onde se reforça a ideia de que a arte vaza para além de espaços autorizados. A artista expressa a relevância da manutenção de um *espaço líquido para a metamorfose*. É posto em xeque dogmas comportamentais e questiona-se ou a relação de submissão com os espaços institucionais.

A pretexto das renovações do movimento concretista, os vanguardistas promovem uma arquitetura biológica condicionada a um *corpo sem órgãos*³, sem sistemas definidos, fugidos a teologias e aberto a intensidades. O corpo é usado na obra a fim de produzir um pensamento sem imagem pronta e acabada, pelo esgotamento da forma. Em síntese, essa forma de pensar a arte busca descobrir novas estruturas que correspondam as necessidades imediatas de o artista se expressar”. (CLARK, 1998, p. 33)

3. Para mais informações ver: DELEUZE, Gilles; GATARRI, Felix. O corpo sem órgãos. In: *Razão Inadequada*, 2013. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2013/04/14/deleuze-corpo-sem-orgaos/>> Acesso em: 30/03/2021.

Cinema brasileiro moderno e a configuração de novos espaços de poder

O cinema brasileiro apara os estilhaços desses embates sobre a arte e a modernidade e interpretam o Brasil em gêneros, interesses e estéticas distintas. A noção de *cinema brasileiro moderno* presente na historiografia entende que os participantes tomam o “cinema como instância de reflexão e crítica empenharam-se na criação de estilos originais que tensionaram e vitalizaram a cultura” (XAVIER, 2001, p. 15).

Novas alternativas de produção e linguagem produzem movimentos de contraposição ao tradicional e elitista. A *Estética da fome*, com sua visão sociológica sobre os problemas do Brasil e a *Estética do lixo* e seu *realismo sujo* que reconhece e convive com as fragilidades de cinema nacional frente as produções estrangeiras são exemplos de ebulação de formas e signos com os quais produtores e artistas reconduzem paradigmas culturais.

Nessa babel de gêneros e interesses, o Estado fabrica estratégias no sentido de conjurar um lugar hegemônico, entre produtos e produtores culturais. A intensificação de cultura de massa, acelerada pela maior integração do mundo, conforma o cinema como um “instrumento de ampla influência sobre cultura, educação e entretenimento de nosso tempo” (FILME E CULTURA, 1967, p. 4).

O cinema nos anos 60 é atravessado por uma lógica de mercado que faria o Estado e os financiamentos promovidos por seus *dispositivos*, como a *Embrafilme* terem um papel central nos debates se sucederiam. Esses dispositivos englobam uma rede de atuações que constituem além da instituição, discursos, decisões regulamentares, leis e medidas administrativas de fomento e incentivo ao cinema no período (FOUCAULT, 1985, p.243). A censura do período, embora atuante no controle do que poderia ou não ser filmado no Brasil entendia o filme como poderosa ferramenta de propaganda e agiu na criação de espaços de fomento e valorização da sétima arte.

Entre campanhas educativas, premiações aos profissionais mais bem sucedidos da área e abertura de espaços para o cinema brasileiro em festivais internacionais, era fomentado um discurso de valorização do produto nacional, que se “aproximaria dos grandes centros - Estados Unidos, França e Itália - de produção cinematográfica da época” (FILME E CULTURA, 1971, p. 10).

Nesse contexto em que se objetiva dar ao cinema brasileiro - a partir de financiamentos e protecionismos - maturidade e estrutura necessária

para vencer o atraso histórico em relação ao sistema capitalista, ocorre um acirramento de tensões entre produtores culturais e suas respectivas diretrizes cinematográficas. Artistas e produtores de vertentes ideológicas divergentes travam embates em que suas visões sobre o campo cinematográfico “cruzam-se, superpõem-se e confundem constantemente o produto filme enquanto mercadoria e enquanto produtor de sentido” (RAMOS, 1984, p. 19).

Uma ampla batalha no sentido de ocupar espaços é travada no interior do cinema brasileiro. Desse plano é possível mapear dois posicionamentos dessas tensões. Alguns cineastas se mostraram abertos a interferência do estado, afirmando que o produto final artístico seria autônomo e que a intervenção se restringiria ao financiamento. Outros produtores vão ser categóricos na promoção de um discurso que enxerga esse vínculo econômico com o estado como uma armadilha que manipularia a produção filmica brasileira.

Dentre os inúmeros personagens e diretrizes que constituíram esses debates na cena cultural brasileira do período, a corrente do cinema novo - representado pela figura central do cineasta baiano Glauber Rocha - pode ser vista como filha desses embates. Inspirado pelos temas existenciais comuns ao *NeoRealismo* italiano e a *Nouvelle Vague* francesa, Glauber Rocha construiu, na primeira metade dos 60 uma eficácia discursiva em seu manifesto “Estética da fome” cuja premissa seria evitar a massificação e mercantilização do cinema no Brasil. O cinema de autor se desvincularia as estratégias de capital por compreender que “o compromisso do cinema industrial é com a mentira e com a exploração”. (ROCHA, 1965, p. 170).

Com uma câmera na mão e uma ideia na cabeça, Glauber Rocha tem o interesse de usar o filme para fazer o escrutínio da História do Brasil, para ser capaz de “aprender com ela para construir um futuro melhor” (MASCARELLO, 2006, p. 288). O diretor dos filmes *Deus e o Diabo na terra do Sol*(1964) e *Terra em transe* (1967) entendia o papel social do cinema e usava a película filmica para sofrer na própria pele a política da fome, e sofrer, “por isto mesmo, todas as fraquezas consequentes da sua existência” (ROCHA, 1965, p. 173).

Esse aspecto vanguardista e revolucionário do cinema novo, passaria a ser questionado a partir da segunda metade dos anos 60. Glauber Rocha pavimenta um lugar institucional para o cinema novo em relação aos financiamentos do Estado. A Embrafilme financiará vários cinemanovistas,

inclusive dando a eles cargos de importância dentro das células financeiras do estado. Gustavo Dahl, um dos nomes filiados aos primórdios do cinema novo e diretor do filme o *Bravo guerreiro* (1969), assume a superintendência de comercialização da Embrafilme em 1975, para fazer a “assessoria de lançamento dos filmes difíceis”, filmes que não eram facilmente consumidos no mercado nacional. (SHAVARZMAN, 2011, p. 10).

Para Gustavo Dahl, a vanguarda deveria se submeter a lógica do mercado. Sem os meios econômicos, o Brasil continuaria atrelado ao atraso. A sétima arte deveria ser vista como ferramenta de consumo para divertimento de massas. Para ele, a produção isolada não poderia tirar o cinema do estiolamento.

Era chegada a hora de promover uma “transformação da estrutura semi-industrial do cinema brasileiro, numa estrutura verdadeiramente industrial, através de uma mentalidade empresarial” (DAHL, 1996, p. 203). Na segunda metade dos anos 60, a premissa clássica do Cinema novo como um movimento harmônico e firme na convicção de se afastar de uma lógica de mercado é rechaçada por muitos artistas e intelectuais, no interior do próprio movimento. Eles oscilam e vão tomando caminhos outros, ensaiando aproximações com o mercado.

O esvaziamento da proposta vanguardista do cinema novo abriu brechas pra que novos movimentos a margem da lógica de mercado estimulassem em determinados segmentos da juventude brasileira uma nova militância. Nesse contexto, Torquato Neto ganha protagonismo. O “Anjo Torto” é associado a uma imprensa alternativa e recusa a rótulos, como o de ser um dos nomes que caracterizam a Tropicália.

Para além da versão de uma trajetória fúgia, vale frisar que Torquato Neto viveu intensamente as contradições do período como um “feixe andante de significados em guerra consigo mesmo” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 211). Produziu sua esgrima semântica na grande imprensa, ocupando espaços em colunas de jornais de grande circulação, onde a coluna *geleia geral* - inserida no jornal a Última Hora - demarcou um campo institucionalizado de interlocução com a produção cultural brasileira.

Torquato se torna um dos pioneiros na denúncia do processo de mercantilização do cinema brasileiro, de onde se subleva uma relação perigosa de doutrinação estatal. A conquista e protecionismos que garantissem captação de recursos e uma reserva de mercado ao filme nacional são tomados como fracasso e escudo para justificar um processo de conformação a leis e

mecanismos provenientes de um estado autoritário que se desenvolve nas contradições do cinema novo (NAZÁRIO, 1986, p. 49).

Torquato Neto assiste descontente a uma mudança de paisagem que projeta Glauber Rocha e o cinema novo como componentes de uma nova elite cultural conservadora a partir de películas filmicas cinemanovistas dos anos 70, cuja produção caracteriza uma espécie de segunda fase do cinema novo. Filmes como *Os Herdeiros* (1970), de Cacá Diegues, *Pindorama* (1971) de Arnaldo Jabor e *Como era gostoso o meu Francês* (1973), de Nelson Pereira dos Santos, inaugura uma nova safra de filmes históricos, evidenciados por Torquato como “história antiga”, evidenciando troca de favores onde imagens encomendadas do Brasil são produzidas em troca de financiamento e distribuição por parte da Embrafilme.

No artigo *História Antiga*, Torquato entende que os filmes fazem um olhar demorado ao passado e pouco dialogam com questões inerentes ao presente. Esse anacronismo proposto a pretexto de um “ciclo de apelações” históricas promove um simbolismo apartado dos problemas de um Brasil profundo, gerando saberes superficiais sobre a realidade nacional:

Fico pensando o que significa exatamente fazer esses filmes no prezado momento do cinema [...] Contadores de história vão afastando o cinema da barra pesada da realidade, que a meu ver é infinitamente mais forte e educativa do que qualquer história, bem ou mal contada dessas antigas. [...] Os herdeiros de Cacá Diegues, Pindorama de Arnaldo Jabor, Como era gostoso o meu francês, de Nelson Pereira dos Santos, são exemplos de equívoco, cujo tiro vai saindo tranquilamente pela culatra. [...] Esse ciclo de apelações faz boa figura do lado de fora, mas estimula a reação interna (produtores, exibidores etc. etc.) contra o melhor cinema que está sendo feito aqui, rotulado marginal - ou urdigrudi, pelos papagaios – e decididamente marginalizado pelo INC, pelos senhores exibidores, pelos transeiríssimos “grandes” produtores e pela fantasia tropical em geral (ARAUJO NETO, 2004, p. 218).

Desse discurso de Torquato, apreende-se duas proposições. O primeiro ponto contribui para um balanço de críticas gerais que se tornaram hegemônicas sobre o cinema novo. Dentro de um campo de possibilidades dilatadas por leituras de acadêmicos e críticos, cintilam duas linhas discursivas. A primeira visão crítica - creditada a Jean Claude Bernadet em *Brasil em tempo de cinema* de 1967 e atacada a plenos pulmões por Glauber

Rocha - acusa o cinema novo de abandonar a possibilidade de promover uma revolução cultural, para se articular aos confortos e ideologias da classe média (BERNADET, 2007, p.48). Glauber Rocha chamaria a obra de reunião de informações mentirosas e concluiria que o cinema novo teria retirado o Brasil da “inexistência cinematográfica” (ROCHA, 1997, p.405).

A segunda linha da crítica, confabula com os discursos de Torquato e paira sobre o insucesso da aproximação a uma lógica capitalista de mercado. As pautas dessa versão convergem para a retomada de uma expressão radical do autor, apartada da noção de filme como mercadoria.

Os movimentos discursivos de Torquato Neto na mídia de massa articulam o segundo ponto. Conhecido por sua produção alternativa e *underground*, ou *urdigrudi*, como seria nomeado por Glauber Rocha, Torquato, apesar de sua relação conflituosa em relação a estereótipos, também objetiva, no interior de uma identidade intervalar “em que arranca o ato de pensar de uma posição imóvel, e instaurando novas invenções, fabricações, decifrações” a legitimação discursiva, o espaço de poder (CASTELO BRANCO,2009, p. 7).

Essa mobilização, ocorre “das contradições do Cinema novo em que o artista abandona as ilusões de uma mensagem para o povo e traz a primeiro plano as chamadas estratégias de agressão”, o estímulo a resistência pelo choque de realidade (XAVIER, 1994, p.18). Torquato entendia que para ser ouvido, o “primeiro passo é tomar conta do espaço. Tem espaço à beça e só você sabe o que pode fazer do seu” (ARAUJO NETO, 2004, p. 304). Estabelecer uma relação continuada com os espaços no sentido de estabelecer campos de atuação é parte integrante do discurso de Torquato Neto, de Glauber Rocha e de todos os intelectuais e produtores que almejavam uma eficácia discursiva, uma espécie de versão vitoriosa e cristalizada sobre o cinema e os debates culturais do período (MORAIS, 2014, p. 11).

Partindo da configuração de um tempo em que as relações e as funções sociais se complexificaram, o cinema moderno se torna uma nova plataforma para a ocupação de espaços de poder no campo cultural brasileiro. Os discursos são amarrados “não como aquilo que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo com o qual se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Dessa babel de interpretações sobre a realidade, intelectuais, cineastas e produtores culturais, parecem orbitar em torno da premissa de um *cinema dilacerado*, onde a desordem da palavra, nesse período de franca interlocução cultural, se converteu em

“forças que possibilitaram, que tornaram possível a invenção de muitos cinemas, num tempo em que inventar era proibido” (AVELAR, 1986, p.9).

REFERÊNCIAS

Coletâneas de documentos em livro

ARAUJO NETO, Torquato Pereira de. História antiga. In: PIRES, Paulo Roberto (org.). *Torquatália: Obra reunida de Torquato neto*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. p.218.

CLARK, Lygia. Carta a Hélio Oiticica. In: FIGUEIREDO, Luciano. *Lygia Clark e Hélio Oiticica: Cartas (1964-1974)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 33-35.

ROCHA, Glauber. *Cartas ao mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p.433-437.

Revistas

ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago. In: *Revista de antropofagia*, ano 1, nº1, maio de 1928. p. 3.

A PRODUÇÃO NACIONAL EM 70 AUMENTA: 112 FILMES. In: *Filme e cultura*. Rio de janeiro, ano IV, nº18, jan/fev 1971. p. 10.

DAHL, Gustavo. Cinema Novo e estruturas econômicas tradicionais. In: *Revista da Civilização Brasileira*. Nº5/6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 193-203.

INC: A HORA PRIMEIRA. In: *Filme Cultura*. Rio de janeiro, ano II, nº5, julho, agosto de 1967, p. 4.

MARTINS, Carlos Estevam. Anteprojeto do manifesto do CPC In: *Arte em revista*. nº1, jan-março de 1979. p.68.

JABOR, Arnaldo. Debaixo da Terra. In: *Pasquim*. Rio de Janeiro: Jan/1972. p.12.

OITICICA, Hélio. Situação da vanguarda no Brasil(1966). In: *Arte em Revista* : anos 60. V.1. nº2, 1979. p.31.

ROCHA, Glauber. Uma estética da Fome. *Revista da civilização Brasileira*. Ano I, nº3, julho de 1965, p. 165-170.

SHVARZMAN, Sheila. Dossiê Gustavo Dahl. In: *Filme Cultura*. Rio de Janeiro, ano IV, nº55, dez 2011, p.10.

Bibliografia

ARAUJO NETO, Torquato Pereira de. Tropicalismo para iniciantes. In: COELHO, Frederico; COHN, Sérgio. (org). *Tropicália*. Rio de janeiro: Beco do Azougue, 2008, p. 92.

AVELAR, José Carlos. *Cinema dilacerado*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1986. p. 9.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reproducibilidade técnica. In:_____. *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 170-172.

BERNARDET, Jean-Claude. *Brasil em tempo de cinema*: Ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007, p. 48

BOURDIEU, P. *O amor pela arte*: Os museus de arte na europa e seu público. São Paulo. Zouk, 2003, p.168.

BRITO, F. L. C. *Visionários de um Brasil profundo*: Invenções da cultura brasileira em jomard Muniz de Brito e seus contemporâneos, Teresina: EDUFPI, 2018. p. 100.

CASTELO BRANCO, Edwar de A. *Todos os dias de Paupéria*: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005. p. 24-36.

_____.; SILVA, Jailson Pereira. *Finesse e finura*: a publicidade e as disputas intelectuais em torno de sua nomeação. In: RAMOS. Alcides Freire; COSTA, Cléria Boletelho da; PATRIOTA, Rosângela. *Temas de his-*

tória cultural. São Paulo: Hucitec, 2012.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Rupturas instauradoras e funcionamento social da imagem no Brasil contemporâneo. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar (Org.). *História, cinema e outras imagens juvenis*. Teresina: EDUFPI, 2009. p.7.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p.17.

CLARCK, Lygia. O corpo é o motor da obra. In: MORAIS, Frederico. *Artes plásticas: A crise da hora atual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. P.28.

DELEUZE, Gilles; GATARRI, Felix. O corpo sem órgãos. In: *Razão Inadequada*, 2013. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2013/04/14/deleuze-corpo-sem-orgaos/>> Acesso em: 25/06/2021.

_____. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed.34, 1993. p. 9.

ECO, Umberto. *A obra aberta*. São Paulo: Editora perspectiva, 1997. p.9.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 10.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 243.

GULLAR, Ferreira. Cultura posta em questão. In: _____. *Vanguarda e subdesenvolvimento: Ensaios sobre a arte*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. p.21.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC vanguarda e desbunde*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. p.24.

MASCARELLO, Fernando. *História do cinema mundial*. Campinas, SP: Papirus, 2006. p. 288.

MONTEIRO, Jaislan Honório. *Arte como experiência: Cinema, intertextualidade e produção de sentidos*. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 47-90.

MORAIS, Julierme. *Paulo Emílio Salles Gomes e a eficácia discursiva de sua interpretação histórica: reflexões sobre história e historiografia do cinema brasileiro*. 2014. 438 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. p. 11.

NAZÁRIO, Luiz. *Glauber Rocha acorrentado*. In: _____. A margem do cinema. São Paulo: Nova Stella, 1986, p. 49-51.

OITICICA, Hélio. Esquema Geral da Nova Objetividade. 1967. In: BALSALDO, Carlos (org.). *Tropicália: Uma revolução na cultura brasileira [1967-1972]*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 221.

RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e lutas Culturais: Anos 50, 60 e 70*. São Paulo: Paz e terra, 1984, p. 19.

VIVAR, Rodrigo Diaz. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. In: *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v.23, n2, ago.2017. p. 543.

XAVIER, Ismail. *O cinema Brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p.14.

_____. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo e cinema marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.18.

A persistência da memória: a cidade de Parnaíba a partir das obras memorialistas e das páginas dos jornais (1970-1980)

Sérgio Luiz da Silva Mendes¹

Cláudia Cristina da Silva Fontineles²

Introdução

O objeto de pesquisa do presente artigo é Parnaíba, cidade litorânea do Piauí, conhecida como “Capital do Delta”. No final da década de 1970, apresentava-se como uma das principais cidades do estado. Sua economia girava em torno da exportação e tinha como principal produto “a Cera de Carnaúba, a qual chegava a ser exportada 1.239.137 quilos por ano” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1978, p. 237), sendo a empresa Moraes S/A a principal exportadora com um total de 796.464 quilos por ano (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1978). A cidade chegava a arrecadar por ano com produtos de exportação (cera de carnaúba, Barbatana de tubarão, cera de abelha, amêndoas de castanha de caju, dentre outros produtos) Cr\$ 5.366,63, dados estes da Agência da Receita Federal (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1978).

O Município de Parnaíba está localizado ao Norte do Piauí, na região do Delta do Rio Parnaíba, e dista 339Km da capital do Estado, Teresina. É

1. Doutor em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI), Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor Adjunto do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: profsergio@frn.uespi.br

2. Doutora em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Associada do curso de História e da Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: cfontinelles@gmail.com

banhado pelo rio Igaraçu e limita-se, ao Norte, pelo Oceano Atlântico; ao Sul, por Buriti dos Lopes, Cocal e Bom Princípio; a Leste, por Luís Correia; a Oeste, pela Ilha Grande de Santa Isabel.³

A cidade, no referido período, dispunha de serviços de correios e telégrafos os quais chegavam a arrecadar com Postais Cr\$ 418.638,04 e com Telégrafos Cr\$ 329.163,50, dispunha também de serviço hospitalar⁴. E no início da década de 1980 possuía uma “pavimentação poliédrica com um total de 487.686 m²” (FOLHA DO LITORAL, Ano XXIV, nº 1920, 3 fev. 1982, p. 5), sua “população total era de 101.631 habitantes, sendo 48.240 homens e 51.391 mulheres” (NORTE DO PIAUÍ, Ano XIV, 12 fev. 1981, p. 1). Esse era parte do cenário infraestrutural, econômico e social parnaibano no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Antes, na primeira metade do século XX, Parnaíba era conhecida por sua pujança econômica devido sua exportação de produtos primários, fruto do intenso comércio com outros lugares do Brasil e do mundo. Isto acabou gerando grande riqueza econômica para a cidade, sobretudo nas décadas de 1920, 1930 e 1940. Esse período ficou conhecido como a *Belle Époque* parnaibana⁵. Falar sobre esse recorte temporal e o que ele significou para a cidade de Parnaíba, nos parece fundamental para compreendermos como as obras escritas por parnaibanos, acabaram por gerar um modelo imaginário de progresso que não estaria ligado ao futuro, mas sim ao passado.

Este momento particular da nossa história deixou uma marca no tempo que parece querer insistir em permanecer. Desta forma, apresentaremos

3. Informações extraídas do livro: *Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba*, 2008, p. 7.

4. Sobre dados referentes ao serviço hospitalar da cidade de Parnaíba existe uma grande quantidade de dados nos Almanaques da Parnaíba, podendo ser encontrados dados sobre serviços prestados sobre pediatria, ortopedia, odontologia etc. Para maiores informações, Cf.: ALMANAQUE DA PARNAIBA, 1970 a 1980.

5. Estudo profícuo foi realizado pelo historiador parnaibano, Josenias dos Santos Silva. Sua pesquisa de mestrado resultou na dissertação intitulada *PARNAÍBA E O AVESO DA BELLE ÉPOQUE: cotidiano e pobreza (1930 – 1950)*. Nela, o referido pesquisar apresentou a história do auge da economia parnaibana, o que rendeu a cidade naquele período a expressão de *Belle Époque*. Porém, mais do que isso, a dissertação é valorosa por mostrar justamente o outro “lado da moeda”, ou seja, a Parnaíba que não se queria mostrar, ver, enxergar. A pobreza, portanto, também foi uma das marcas deste momento da história parnaibana. Para maiores informações, Cf.: SILVA, Josenias dos. *PARNAÍBA E O AVESO DA BELLE ÉPOQUE: cotidiano e pobreza (1930 – 1950)*. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-graduação em História do Brasil. 120f.

como os jornais da época e, sobretudo, como os intelectuais parnaibanos com suas obras memorialistas acabaram por gestar uma imagem idealizada da cidade de Parnaíba, imagem esta que está localizada em seu passado que remonta à primeira metade do século XX. A essa prática de escrita, dos intelectuais parnaibanos e dos jornais do citado período, que acabou por idealizar um passado majestoso da cidade denominamos de a “persistência da memória”.

A escrita de um passado que se quer presente

Segundo o historiador Idelmar Gomes Cavalcante Júnior, existiu aqui uma tradição escriturística que, em grande medida, “acabou inventando uma história, um tempo e um espaço para a cidade de Parnaíba.” (CAVALCANTE JÚNIOR, 2015, p. 111), que remetem sempre a um passado “glorioso” que ficou denominado como *Belle Époque Parnaibana*. O *Almanaque da Parnaíba*, por exemplo, periódico fundado por Benedito dos Santos Lima no ano de 1924, foi apontado pelo referido historiador como um dos veículos midiáticos que levaram ao seu público leitor a imagem de que Parnaíba, na primeira metade do século XX, já era uma cidade em que o “progresso” já estava instalado. Para o autor:

Tendo sido publicado sem interrupções, do seu lançamento até 1982, quando deixa de circular, o *Almanaque da Parnaíba* se constituiu desde os seus primeiros números como uma literatura missionária, engajada particularmente em prol do desenvolvimento da cidade. Sobretudo de 1930, era evidente que o *Almanaque* tentava convencer a sociedade local de Parnaíba já era moderna, [...]. (CAVALCANTE JÚNIOR, 2015, p. 113.
Grifo do autor)

A Modernidade, que adviria do processo de modernização⁶, teria chegado na cidade de Parnaíba neste período e isso se refletiria no espaço urbano com a presença dos grandes casarões comerciais, administrados por famílias com considerável poder aquisitivo, resultado do comércio de exportação de produtos primários via fluvial e marítimo, inclusive com países

6. Entendemos o conceito de Modernidade e Modernização à luz de Marshall Berman. Este autor aponta aspectos da modernização nas cidades, descrevendo sobre as transformações que muitas delas sofreram para receberem o título de modernas. Para maiores informações, Cf.: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

da Europa. A modernidade se apresentava também nas ruas costuradas pelos trilhos do trem, pelos aviões cortando o céu, trazendo pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo para esta cidade piauiense. Cavalcante Júnior, analisando as obras memorialísticas que remetiam a este passado, observou que estas tiveram papel fundamental na construção da ideia de uma cidade desejada que passava pela rua Dr. João Pessoa (hoje Avenida Getúlio Vargas), e que terminaria no complexo do Porta das Barcas (CAVALCANTE JÚNIOR, 2015).

E, para compreendermos como este passado foi idealizado nas obras de cunho memorialístico, analisamos os discursos que incidiram sobre um dos logradouros da cidade que mais receberam atenção dos autores memorialistas: a Praça da Graça. Segundo esta literatura, a população parnaibana tinha na Praça da Graça o seu local de encontros e acontecimentos mais festejados, era, portanto, um dos lugares mais praticados pelos cidadãos. E se, para Ítalo Calvino, “O espaço é um cruzamento de móveis.” (CALVINO, 1994, p. 16), a Praça da Graça era um dos nossos espaços mais animados pelo cruzamento de vários sujeitos, tanto que à época analisada era tida como o “Coração da Cidade” (ARAKEN, SD, p. 38).

A Praça da Graça, naquela período, era um espaço privilegiado, devido estar no centro dos principais locais de encontro da sociedade parnaibana, como é o caso das Igrejas Nossa Senhora da Graça e do Rosário e do Porto das Barcas. Em pesquisa realizada por Abreu ela afirmou que “Todas as atrações da cidade convergiam para a Praça da Graça: a missa aos domingos na matriz, o Cine Éden, o Riths, o Cassino, a AABB, as festas cívicas e populares. Tudo isso não deixou de existir na memória de quem viveu os tempos áureos da Praça da Graça.” (ABREU, 2005, p. 198-202)

No livro *Estórias de uma cidade muito Amada*, de autoria de Carlos Araken⁷, o autor citou que: “Nos dias de parada, a vibração era uma só. Todos participavam: alunos, professores e bedéis. [...]. Com o coração batendo forte, ao compasso dos tambores, desfilávamos até a Praça da Graça, onde era a concentração.” (ARAKEN, sd, p. 13-14). Na memória do autor, a Praça da Graça aparecia como o local da concentração de todos, lugar para onde convergiam as mais diferentes pessoas da cidade para comemorarem dias festivos, datas cívicas, lugar onde o desenrolar dos eventos aconteciam. Em dias “normais”, a praça também era bastante visitada, pois

7. Carlos Araken é médico, atuando na área de cardiologia e também é cronista.

abrigava instituições que permitiam encontros os mais variados. “Nosso reduto era a velha Biblioteca, que funcionava na Praça da Graça (hoje Câmara Municipal) o expediente, para ter acesso ao “proibido”, era o mesmo de hoje, os mais velhos tomavam a obra emprestada e o livro passava então de mão em mão.” (ARAKEN, sd, p. 16)

Em vários subtópicos da obra de Araken a Praça da Graça é citada, inclusive, existem dois subtópicos que tratam exclusivamente dela e de seus praticantes (CERTEAU, 1994) intitulados de *A Praça de todas as Graças, era nossa!* (ARAKEN, sd, p. 38-39) e *Praça da Graça: seus tipos populares* (ARAKEN, sd, p. 40-41). Na primeira, temos o seguinte depoimento:

Sou daqueles que, nunca aceitaram a reforma da Praça da Graça. Lembro quando quiseram modificá-la, argumentaram que o seu formato e estrutura eram antiquados, caretas mesmos, para uma cidade de porte médio como a nossa. Nunca engoli tais modernices. Se tal era verdadeiro, nunca conseguiram me converter e também a muita gente boa que conheço. Pra mim, o que fizeram foi um atentado, a uma coisa que considerava perfeita. Sua simetria harmoniosa, seus tabuleiros de grama muito verdes, seu contorno natural de figueiras, seu corêtô (sic), sua pérgula de pedra, sempre florida de buganviles. [...], com o coração pequeno de angústia, vi quebrarem a pérgula tão bem construída [...]. A Praça da Graça era o coração da cidade. Tudo acontecia lá. [...]. Todo mundo nos seus melhores trajes descia para a praça, afim de esperar a Missa do Galo. Os encontros e desencontros, os beijos roubados, os novos namoros [...]. Acontecimento para ser marcante, tinha que ser lá.” (ARAKEN, sd, p. 38-39 Grifo nosso)

A praça já estava enraizada, para o referido autor, como um lugar de memória que, segundo Pierre Nora (1993), são lugares que existem tanto no sentido material, como simbólico e funcional. O “Sou daqueles que, nunca aceitaram a reforma da Praça da Graça.” é indicativo de que aquele lugar era significativo para o autor que, segundo suas próprias memórias, viveu diversos momentos naquele espaço. Também fazendo uma analogia do conceito de lugar-memória de Clarisse Nunes (NUNES *apud* NASCIMENTO, 2009), a Praça da Graça aparece-nos ao longo dos relatos de Araken como um lugar que tem entorno, ou seja, “trajeto, percurso de descoberta e manipulação, de aventuras e perigos, de brincadeiras e desafios.” (NUNES *apud* NASCIMENTO, 2009, p. 130). Portanto, um lugar-memória. A Praça da Graça, além de ser palco de encontros e desencontros,

consequentemente, espaço físico praticado, representava também o espaço ideal para que um evento pudesse ser inesquecível, dessa forma, também se caracterizava como um espaço funcional e simbólico.

No segundo subtópico *Praça da Graça: seus tipos populares*, percebemos como esse era um lugar bastante praticado. Para Araken, a praça “Era uma verdadeira vitrine, durante todas as horas do dia.” (ARAKEN, sd, p. 40). As pessoas achavam qualquer pretexto para se dirigirem até aquele logradouro: uma ida ao comércio, ao Banco do Brasil, um passeio para ver quem por lá passava, “matar” uma aula, namorar, ir ao cinema etc. E, dessa forma, a Praça da Graça andava sempre muito movimentada, a concentração de pessoas era sempre constante, consequentemente muitas memórias foram construídas a partir dali, entre passeios, namoros ou encontros para um simples bate papo.

Outra obra que também apresentou uma passagem referente à Praça da Graça é *Parnaíba, Presente do Passado* de autoria de Antônio Rodrigues Ribeiro (2003). No subtópico *O Largo da Graça* o autor se referiu à Praça da seguinte forma: “Lamentavelmente pouco foi conservado do aspecto arquitetônico antigo. No início da década de oitenta, a praça recebeu uma reforma completa e perdeu o estilo pitoresco de outrora, deixando saudade e muitas lembranças.” (RIBEIRO, 2003, p. 102). O autor faz alusão à reforma desse logradouro iniciada no final dos anos setenta, quando da administração do prefeito Batista Silva, concluída no início da década de oitenta.

Em *Parnaíba, minha terra* de autoria de Maria da Penha Fonte e Silva (1987)⁸, mais uma obra parnaibana de cunho memorialístico, a Praça da Graça foi descrita desta maneira: “É o coração da cidade e já foi o centro de todo o lazer” (SILVA, 1987, p. 54). A autora viveu a Praça da Graça antes e depois de sua reforma iniciada na década de setenta e talvez por isso tenha dito que a praça “já foi o centro de todo o lazer”. Um indicativo de que, depois das modificações realizadas em seu projeto arquitetônico e urbanístico, esse espaço tenha perdido o encanto para os que a praticaram antes dessa reforma. É bastante interessante quando analisamos dois parágrafos,

8. Maria da Penha Fonte e Silva, em Parnaíba, trabalhou como diretora, professora de História, jornalista, cronista, pertenceu à Academia Parnaibana de Letras, Membro fundadora – cadeira nº 4, Clube do Repórter de Parnaíba, União Brasileira de Escritores (UBE) – PI, Academia Anapolina de Filosofia, Ciência e Letras, Academia Petropolitana de Poesia Raul de Leoni, Soamar – PI (Sociedade dos Amigos da Marinha), Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno e Clube da Imprensa de Parnaíba.

nos quais ela relata sobre duas remodelações da Praça da Graça, a primeira no ano de 1936 e a segunda em 1982.

Histórica e legendária, ela já passou por várias remodelações e por reformas diversas. A de 1936, por exemplo, deixou-a bem bonita, bem caracterizada e bem distinta com seus dois jardins – o Landri Sales e o Rosário; com sua bonita pérgola cheia de ramos floridos; com seu coreto completamente modificado; com sua alameda de palmeiras imperiais, além de um traçado belíssimo com bem cultivados jardins, na administração Mirocles Veras, e planta e traçado do engenheiro João A. Aragão. Era tida como uma das bonitas, praças nordestinas. Verdadeiro cartão postal.

Passou o tempo, e como sempre, na sua passagem, ele deixou marcas profundas. São passados 46 anos (1936-1982) e a Praça da Graça foi reformada na administração Batista Silva; e esta sua reforma de 1982 deixou-a ampla, vasta, bonita, mas foi completamente descaracterizada, desaparecendo os dois jardins citados e pérgola, dando lugar ao lago artificial com luminosidade. (SILVA, 1987, p. 54)

O que é interessante nesses parágrafos é que percebemos como a autora, mesmo não criticando de forma contundente a reforma finalizada em 1982, como fazem os autores anteriores, deixou transparecer que a remodelação de 1936, que vigorou até o final dos anos setenta, era muito mais significativa, representativa e “bem bonita” que a outra. Só a riqueza de detalhes que ela faz com relação à Praça antes da remodelação de 1982 deixa isto claro. Além do mais, no final do segundo parágrafo a palavra “descaracterizada” é, de certa forma, indicativa de descontentamento com relação à reforma. Mais adiante, Maria da Penha Fontes e Silva cita relatos de como a praça era o centro das atenções no período em que vigorou a remodelação de 1936, em sua escrita: “[...], tudo enfim, iniciava ou terminava na legendária Praça da Graça.” (SILVA, 1987, p. 55)

Ao final, todo esse *glamour* instaurado no período moderno parnaibano, começaria a ruir logo após o final da Segunda Guerra Mundial quando as exportações parnaibanas teriam passado por um declínio o qual nunca mais teria sido restabelecido. Depois desse período, com a crise já instalada é que, segundo Cavalcante Júnior, “[...] os discursos otimistas dos primeiros anos do século XX, gradativamente dão lugar a um tom mais pessimista e crítico.” (CAVALCANTE JÚNIOR, 2015, p. 116). Neste sentido, “Não havia mais um presente a ser celebrado e nem um horizonte de expectativa

tão positivo como o de antes.” (CAVALCANTE JÚNIOR, 2015, p. 116). A partir daí, os intelectuais parnaibanos, teriam gestado uma “escriturística da saudade parnaibana”, como a descrita nas páginas anteriores quando nos referimos à Praça, a qual sempre remetiam a essa temporalidade como o período monumental da cidade. Nas palavras do referido autor:

A *escriturística da saudade*, neste sentido, é uma expressão com a qual nomeamos uma prática discursiva que tende a negar o presente e o futuro em nome do passado. Para esta escriturística, a Parnaíba de verdade era a do passado e por isso, em seus textos, destaca especialmente as suas elites, as suas glórias e a decadência do presente.

Portanto, ao contrário daquela produção dos anos vinte e trinta, representada pelo Almanaque da Parnaíba, a escriturística da saudade representa um discurso angustiado e nostálgico na medida em que representa não mais a modernidade e a riqueza de Parnaíba, mas a sua estagnação econômica, vivenciada a partir dos anos cinquenta do último século. Um discurso que vai se formando na medida em que a consciência sobre os conceitos que informavam a estagnação econômica de Parnaíba começou a influenciar de forma decisiva a escrita dos intelectuais parnaibanos. (CAVALCANTE JÚNIOR, 2015, p. 122-123, Grifo do autor)

Aqui é o ponto onde concordamos com Cavalcante Júnior, mas mais do que os escritores de cunho memorialístico, acreditamos que esta “escriturística da saudade” também se fez sentir num dos periódicos alternativos de maior durabilidade do Piauí: o jornal *Inovação*⁹. Ademais, este presente de pretensa estagnação econômica da cidade, coincidiu com o presente de seus articulistas, ou seja, a segunda metade do século XX. Em nossa análise, o passado da *Belle Époque* ainda ressoava nas páginas deste alternativo piauiense, e é a isso que denominamos aqui de a “persistência da memória”, ou seja, toda e qualquer matéria, charge, poesia, artigo, manchete ou nota que foi veiculado nas páginas do *Inovação* e que remetiam a este “passado áureo” da cidade foi uma tentativa de fazer com que esta memória não fosse perdida, esquecida, olvidada, e sim que permanecesse, se cristalizasse, persistisse.

E, mesmo que, à época de emergência do *Inovação*, Parnaíba vivesse uma série de transformações, tais como: a implantação da Universidade

9. O jornal *Inovação* foi um periódico alternativo fundado em Parnaíba por Francisco José Ribeiro e Reginaldo Ferreira da Costa. Circulou ininterruptamente entre os anos de 1977 e 1988.

Federal do Piauí; a elevação da cidade de Parnaíba a 3º polo turístico do Brasil¹⁰, dentre outras modificações no seu cenário urbanístico, ela não se encontrava em situação diferente do restante do estado. Assim é que em matéria veiculada no jornal *O Dia*, podemos encontrar problemas infraestruturais relacionados as chuvas em Parnaíba. Em pequena nota intitulada de “Dique” (*O DIA*, Ano XXIII, nº 4078, 11 de dez. 1974, p. 2), lemos:

Na cidade de Parnaíba possivelmente será construído um dique de proteção idêntica ao que está sendo construído em Teresina.

Durante as enchentes do ano passado o número de flagelados foi grande, obrigando a Secretaria de Segurança a instituir a Comissão de Defesa Civil que poderá voltar a se formar conforme as consequências que o inverno de 1975 possa trazer. A prefeitura Municipal construiu galpões para abrigar os flagelados que eram inúmeros, até colégios interromperam suas aulas para poder dar lugar que iria servir de abrigo para as famílias atingidas pelas inundações. (*O DIA*, Ano XXIII, nº 4078, 11 de dez. 1974, p. 2 Grifo nosso)

Como exposto, os problemas com a enchente eram semelhantes aos problemas da capital, sobretudo nos bairros ribeirinhos, pois quando as chuvas atingiam níveis acima da média, as águas do rio Igaraçu transbor davam suas margens e invadiam casas no bairro Cantagalo, bairro do Carmo (conhecido como “coroa”) e bairro São José (conhecido como “cheira a mijo”), desabrigando assim inúmeras famílias que, privadas do seu lar, tinham que se alojar em escolas e abrigos improvisados. Se os problemas com a chuva eram desoladores, também sofriamos com problemas no período do verão. Dessa forma foi que um dos jornais da capital noticiou: “Leite desaparece com a estiagem” (*JORNAL DA MANHÃ*, Ano I, nº 7, 17 de abr. 1980, p. 1). Nela, lemos:

A falta de chuvas nas bacias leiteiras do Piauí está tornando mais grave ainda a situação do abastecimento de leite ao Estado, segundo declaração do diretor executivo da Cooperativa Agropecuária de Parnaíba, José Hamilton Furtado Castelo Branco. A crise do leite é reconhecida, também, pelo delegado federal da Agricultura no Piauí, Antônio Francisco

10. Sobre maiores informações da elevação da cidade de Parnaíba como 3º polo turístico do Brasil, Cf.: INOVAÇÃO. Jornal do Movimento Social e Cultural Inovação. Parnaíba, 1977-1980. SILVA, Maria da Penha Fonte e. *Parnaíba, minha terra*. Crônicas. Parnaíba, 1987, p. 21.

Nogueira Neto, que considera o problema “Crônico”. A irregularidade do inverno na região Norte torna a crise mais séria e criou um clima de inquietação entre os produtores, principalmente por causa da fixação dos novos preços do produto, com um aumento da ordem de 6,5%. (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 7, 17 de abr. 1980, p. 1)

A nossa educação também foi tema nas páginas dos jornais de grande circulação de Teresina, e na manchete intitulada “Estudantes acham que ensino é fraco” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 10, 20 de abr. 1980, p. 6), temos uma matéria que versava sobre um protesto realizado por estudantes da capital e do interior do estado, os quais participaram de um congresso promovido pelo Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP) e, lógico, estudantes parnaibanos também compuseram o grupo de manifestantes. Segundo a referida matéria, os estudantes “disseram estar sofrendo com o atual sistema educacional brasileiro, e sobretudo os do interior que afirmaram estar a classe estudantil desacreditada.” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 10, 20 de abr. 1980, p. 6) Na referida matéria, ainda lemos:

A Educação do Brasil, especialmente a do Piauí está morrendo à mingua. Até 1970 ela vinha vivendo completamente subnutrida pelo processo cansado, desfalcado, desverbado e desqualificado, mas mesmo assim ela conseguiu brotar e desabrochar, quase murchos, seus primeiros botões. De 1971, com o projeto de reforma educacional, implantada pela lei 5.692/71, a prostada educação aumentou seu ritmo de catar mamonas. (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 10, 20 de abr. 1980, p. 6)

Continuando com as notícias vindas da capital, na matéria “Parnaíba” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 26, 10 de mai. 1980, p. 4), temos mais um indício de que a cidade não gozava dos bons tempos econômicos de outrora. A matéria creditou todas suas fichas na construção da Ponte do Jandira (ponte esta que ligou Parnaíba ao Maranhão) e na construção do Porto de Luís Correia, no sentido de que, a partir destas, a cidade conseguaria se reerguer economicamente falando. Na matéria lemos:

A cidade de Parnaíba, que já foi o mais importante polo econômico do Estado, vivendo um largo período de verdadeiro fastígio, viu-se de repente em estado de esvaziamento justamente pelo avanço das modernas rodovias, cujo novo traçado não a incluía em seus planos. De entreposto comercial reconhecimento influente em larga faixa territorial abrangendo

parte do Maranhão e parte do Ceará, seus estaleiros e companhias de navegação perderam a significação econômica, aos poucos definhando até desaparecerem.

[...].

A conclusão das obras da Ponte do Jandira e do Porto de Luís Correia, terão ainda um efeito multiplicador, consubstanciados numa reativação mais dinâmica do Distrito Industrial de Parnaíba, pois a cidade deixará de ser um verdadeiro cotovelo, para se inserir na malha de comunicações do Estado e do País. (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 26, 10 de mai. 1980, p. 4 Grifo nosso)

A primeira foi concretizada, mas não surtiu o efeito esperado. A segunda obra jamais foi concluída. Permaneceria assim, Parnaíba estagnada. Ainda nesta matéria, lemos: “Perseverar na busca da redenção econômica de Parnaíba, [...]. A tarefa é gigantesca demais, reconheçamos, [...], a verdadeira determinação coletiva que nos levará à prosperidade. Quem viver, verá Parnaíba levantar-se retemperada de entusiasmo, dinamismo e alegria.” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 26, 10 de mai. 1980, p. 4). Ora, reconhecemos aqui também, nesta matéria de jornal, um dos discursos que mantinham, em grande medida, essa “persistência da memória” de um passado de glória e um presente de terra arrasada. Dessa forma, não só as obras de cunho memorialístico, mas a própria imprensa de grande circulação da capital construiu esta memória nostálgica da *Belle Époque* parnaibana.

Posteriormente, o assunto “Porto de Amarração” voltou a ser pauta no *Jornal da Manhã*, e na 28^a edição veiculava a seguinte matéria “Câmara de Parnaíba pede uma solução para obras do Porto.” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 28, 14 de mai. 1980, p. 3). Outras matérias foram sendo veiculadas neste jornal da capital, ora trazendo informações que denunciavam um certo clima de nostalgia, ora informando notícias que apresentavam uma cidade prenhe de problemas com a violência, problemas com o turismo, com o transporte, com a agricultura, dentre outros. Exemplo disso, são os títulos das reportagens que seguem: “Desconhecido mata mulher em Parnaíba” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 27, 11 de mai. 1980, p. 1); “Sonho parnaibano” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 32, 18 de mai. 1980, p. 4); “Carteiras falsas em Parnaíba” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 33, 20 de mai. 1980, p. 1); “Povo reclama contra ônibus em Parnaíba” (2º CADERNO, JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 38, 25 de mai. 1980, p. 3); “Pinheiro condena briga baixa de políticos” (2º CADERNO, JORNAL

DA MANHÃ, Ano I, nº 41, 29 de mai. 1980, p. 3); “Prefeito quer melhorar sinal da TV em Parnaíba” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº sn, 15 de abr. 1980, p. 3); “Muitos prejuízos na agricultura do Baixo Parnaíba” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº sn, 15 de abr. 1980, p. 7); “Professores querem ser especialistas” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 15, 27 de abr. 1980, p. 1); “Deputado vê nosso porto sob ameaça” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 23, 7 de mai. 1980, p. 1); “O porto” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 24, 8 de mai. 1980, p. 4); “Precisamos motivar o turista” (JORNAL DA MANHÃ, Ano I, nº 24, 8 de mai. 1980, p. 8).

Enquanto isso, em Parnaíba, o jornal *Folha do Litoral*¹¹, na edição de nº 1991, trazia na capa a seguinte manchete “E o Porto? Vai ou não?!” (FOLHA DO LITORAL, Ano XXIV, nº 1991, 1 de dez. 1982, p. 1). Esta matéria dizia respeito ao não andamento das obras referentes à construção do Porto de Luís Correia, posto que o início desta obra data de 1971 e, como já dito antes, este nunca chegou a ser uma realidade concreta no estado. Basta lê as matérias dos mais variados jornais que circulavam na década de 1970 no Piauí, que veremos que o referido Porto era noticiado como um projeto que aumentaria a renda “per capita” piauiense. Para exemplificar, o jornal *O Estado*¹², de 4 de julho de 1971, trazia uma pequena nota intitulada “PORTO” (2º CADERNO, O ESTADO, sn, 4 de jul. 1974, p. 6), na qual podemos ler:

Outra medida do maior alcance já em andamento é a construção do Pôrto de Amarração, em Luiz Correia. A execução dessa obra, em si, já vai proporcionar trabalho direto a grande número de piauienses, aumentando-lhes a renda “per capita”, dentro mesmo da política de seu atual governo. Entretanto, Porto de Amarração tem um objetivo diferente. Não se trata de construir um porto, visando importar e exportar simplesmente. Segundo o Governador Alberto Silva, o Pôrto (sic) de Amarração, proporcionará mercadorias de consumo direto. Essas uma redução de 40% nos preços das mercadorias que chegam ao Estado, percorrendo distâncias de até

11. O *Folha do Litoral*, oficialmente registrado em 16/06/1962, teve como Diretor-Proprietário João Batista Ferreira da Silva, político ligado ao Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Foi um jornal de grande circulação da cidade de Parnaíba-PI.

12. O jornal “O ESTADO” “foi fundado em 1969 por Venelouis Xavier Pereira e Helder Feitosa Cavalcante. Venelouis desligou-se cedo do jornal, que passou a ser dirigido por Helder até julho de 1987, quando foi assassinado. Helder deu grande impulso ao jornal, tendo adquirido também a concessão de duas emissoras – uma de ondas médias e outra em FM.” Informações extraídas de: SANTANA, 1995, p. 386.

3.000 km ou mais, encarecendo extraordinariamente o seu custo e descapitalizando o Estado. (2º CADERNO, O ESTADO, sn, 4 de jul. 1974, p. 6)

O referido Porto era visto como uma das possíveis soluções para a estagnação econômica deste município e, consequentemente, do estado. Através dele entraríamos em contato comercial marítimo com o mundo e poderíamos exportar nossos produtos primários, o que resultaria no aumento das receitas para o Piauí.

Enquanto isso, Parnaíba vivia seus dramas particulares com problemas ligados ao abastecimento de água, e já na edição seguinte, o jornal *Folha do Litoral* estampava na capa o seguinte título “Prefeito dirige protesto à Agespisa” (FOLHA DO LITORAL, Ano XXIV, nº 1992, 4 de dez. 1982, p. 1). Era uma nota onde o prefeito dirigiu um telex ao presidente da empresa AGESPISA, cobrando explicações do corte de ligações de água na municipalidade. Além da falta de água, faltava também o sinal dos televisores nas poucas casas que desfrutavam deste luxo, e assim, meses antes uma matéria de capa denunciava outro problema comum na cidade: “Parnaíba continua sem sinal de Televisão” (FOLHA DO LITORAL, Ano XXIV, nº 1982, 20 de out. 1982, p. 1).

E como esta cidade não estava totalmente à margem dos problemas fora de suas fronteiras, acabavam chegando nesta terra litorânea os reflexos de problemas mundiais e que afetavam, consequentemente, todo o país: o aumento dos combustíveis. Neste caso, a matéria de capa da 1995^a edição, veiculava a seguinte manchete: “Gasolina tem novo preço a partir de hoje” (FOLHA DO LITORAL, Ano XXIV, nº 1995, 29 de dez. 1982, p. 1). Nela, lemos:

Conforme nota divulgada ontem pelo conselho Nacional do Petróleo, a partir de zero hora de *hoje a gasolina será vendida com um aumento de 16 por cento, passando o litro de Cr\$ 144 cruzeiros para Cr\$ 167.*

O álcool hidratado custa agora Cr\$ 98 cruzeiros o litro. O óleo diesel foi para Cr\$ 162 cruzeiros, *gás de cozinha passou a custar Cr\$ 988 cruzeiros o botijão entregue a domicílio.* (FOLHA DO LITORAL, Ano XXIV, nº 1995, 29 de dez. 1982, p. 1 Grifo nosso)

A inflação, nos anos finais da ditadura civil-militar, potencializada com a crise mundial do petróleo se fazia sentir no aumento do custo de vida dos brasileiros, consequentemente, dos parnaibanos. O aumento não

era só no preço dos combustíveis, mas no gás de cozinha, produto consumido pela maioria das pessoas, porém era a população de baixa renda que mais sofriam com a carestia própria desta temporalidade. E como não se fora pouco, na capa desta mesma edição do *Folha do Litoral*, na coluna intitulada “Perspectivas” (FOLHA DO LITORAL, Ano XXIV, nº 1995, 29 de dez. 1982, p. 1), lemos:

É LÓGICO, comum e natural, que todos nós esperássemos agradáveis perspectivas, um céu ameno e cor de rosa das melhores esperanças para o próximo ano que está chegando.

MAS, lamentavelmente, apesar de todos os pensamentos positivos que acolhamos em nossa disposição, parece que ventos contrários estão atrapalhando prejudicialmente no setor econômico, no sentido de que vinhemos a enfrentar um Ano Novo cheio de aperturas, de dificuldades, de orçamento minguados e insuficientes, e – o que é pior – sem esperanças de que possa surgir uma redentora e animadora solução. (FOLHA DO LITORAL, Ano XXIV, nº 1995, 29 de dez. 1982, p. 1 Grifo do jornal)

Dessa forma, este jornal de grande circulação da cidade de Parnaíba, inscrevia em suas “Perspectivas” uma trágica continuidade do mesmo, ou seja, da continuidade da inflação, do aumento do preço da cesta básica, do gás, dos combustíveis, enfim, do custo de vida. “Sem esperanças” de mudança, as dificuldades econômicas pareciam estar sempre à espreita, como que um permanente problema teimando em insistir, sempre ao lado, fazendo com que o esperado “céu ameno e cor de rosa” nunca chegasse e, ao contrário, permanecesse no seu lugar o mesmo céu escuro e turvo de sempre.

Apresentada, de maneira panorâmica, a configuração econômica, social e infraestrutural do Piauí e, de forma particular, da cidade de Parnaíba, temos um cenário onde o estado, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, encontrava-se entre um dos mais pobres do Brasil, onde existiam problemas com a seca em muitas regiões, somado com a alta inflação do período, e esta chegando com toda força no estado, trazendo dificuldades para a maioria dos lares com o aumento do preço da carne, do leite, do arroz, ocasionando a falta de alimentação na mesa de muitos piauienses, falta de emprego, problemas com a iluminação pública, com o abastecimento de água, problemas com suas estradas, ruas e avenidas, problemas com a chuva, causando transtorno com o alagamento de ruas, dificultando o livre

tráfego de automóveis e transeuntes, problemas também com o aumento do preço dos combustíveis, do gás de cozinha e de tantos outros produtos necessários à sobrevivência do povo piauiense.

Aliado a tudo isso, Parnaíba ainda vivia como que a lamentar a perda do seu passado de glória econômico, o qual havia ficado pra trás. Seu presente estava marcado pela insígnia da cidade do “Já teve”, causando um certo mal-estar em certa parcela da população parnaibana, sobretudo nos sujeitos que, preocupados com a estagnação econômica da cidade, e com as questões políticas, sociais e culturais da mesma, resolveram se (re) unir e fundar um jornal de cunho político e contestatório, “alternativo”, chamado *Inovação*.

O jornal *Inovação*, portanto, tornou-se no final dos anos 1970 e durante a década de 1980 um dos principais veículos de comunicação que lutaram pelo retorno do protagonismo econômico de Parnaíba no cenário estadual, o que reforçava a imagem de que compartilhavam com a ideia de que houve um tempo (aqui nos referimos à primeira metade do século XX) em que a cidade era o grande modelo capitalista do Piauí. Os articulistas do *Inovação*, assim como a imprensa de grande circulação do estado, acreditavam que a saída para que a cidade pudesse voltar aos seus “dias de glória” seria justamente com a construção do Porto de Luís Correia. O Porto seria o caminho para que a economia de Parnaíba pudesse reviver sua *Belle Époque*. Se na primeira metade do século XX o capital chegava pelas águas do rio Igaraçu, braço do Rio Parnaíba, agora o desejo era que viesse diretamente pelas águas do mar, já que o Porto de Amarração seria construído em Luís Correia, município próximo de Parnaíba.

Dessa forma, os articulistas do *Inovação* começaram a veicular uma série de artigos os quais lutavam e reclamavam pela construção do referido Porto, são exemplos deles: “Distrito Industrial de Parnaíba” (INOVAÇÃO, Ano I, 5^a ed., mar. 1978, p. 4), “Luís Correia em evidência” (INOVAÇÃO, Ano I, 6^a ed., abr. 1978, p. 6), “Interligação viária” (INOVAÇÃO, Ano I, 7^a ed., mai. 1978, p. 6), “Distrito Industrial de Parnaíba – Triste realidade” (INOVAÇÃO, Ano I, 14^a ed., jan. 1979, p. 7-08), “Distrito Industrial de Parnaíba – Será implantado?” (INOVAÇÃO, Ano II, 16^a ed., mar. 1979, p. 6). Todos esses artigos colocavam o caminho das águas, canal que no passado favoreceu o comércio exportador, como solução para a volta do crescimento econômico da cidade de Parnaíba e aqui, portanto, já podemos os identificar como mais um dos discursos que viam no passado a solução

para o futuro, ou seja, esta era a prática escriturística que denominamos de “persistência da memória”.

Considerações finais

Durante as décadas de 1970 e 1980, na cidade de Parnaíba-PI, um grupo de intelectuais e jornalistas produziram uma série de livros memoriísticos e periódicos que exaltavam o passado da cidade em detrimento do seu presente. Gestaram uma escrita que idealizava o tempos pretéritos desta urbe e projetavam seu futuro à sombra do que havia ficado pra trás, sobretudo no período que convencionaram denominar de a *Belle Époque* parnaibana que teria existido na primeira metade do século XX. A esta prática de escrita, que idealizava o passado como modelo para o futuro, denominamos de “persistência da memória”.

A persistência da memória se fazia sentir quando os intelectuais abordavam os aspectos econômicos, arquitetônicos e urbanísticos da cidade de Parnaíba. Curioso observar foi que até as sociabilidades do passado se apresentavam mais interessantes do que as do presente dos próprios autores, o que denunciava uma certa nostalgia por parte dos mesmos. E se o historiador Idelmar Cavalcante Júnior identificou uma “escriturística da saudade parnaibana”, nós identificamos que, além desta, havia muito de um desejo de que este mesmo passado voltasse a existir, a ser presente e, muito além disso, fosse utilizado como modelo para um futuro. Esta memória criada sobre um tempo áureo de Parnaíba, desta forma, teimava em persistir.

Para além desta escrita que se fez tendo o passado como balizador do futuro, pudemos identificar nela o que os jornais e intelectuais parnaibanos dos anos 70 e 80 tinham como parâmetro do que seria o ideal para o porvir da cidade. Assim é que os vestígios do passado podem auxiliar os historiadores do presente a analisarem e entenderem como os sujeitos históricos de outros tempos pensavam sua urbe no tempo de suas produções escriturísticas.

Referências

ABREU, Luciana Silva de. A Praça Cheia de Graça. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa, et al (org.). *Fragmentos Históricos: experiências de pesquisa no Piauí*. Parnaíba, PI: Sieart, 2005.

Almanaque da Parnaíba, 1978.

ARAKEN, Carlos. *Estórias de uma cidade muito amada*. Informaster Sistema, Sem Data.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. A escriturística de uma saudade parnaibana: História, tempo e espaço na cidade de Parnaíba-PI. In: LIMA, Frederico Osana Amorim,; CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. (Orgs.). *Parnaíba: sentir, ver, dizer*. Parnaíba: Sieart; Teresina: Edufpi, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, 2008.

Inovação, Ano I, 5^a ed., mar. 1978.

Jornal da Manhã, Ano I, nº 7, 17 de abr. 1980.

Folha do Litoral, Ano XXIV, nº 1920, 3 fev. 1982.

NORA, Pierre. *Entre História e memória: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: dez. 1993.

NUNES, Cláisse. Memória de escola. Rio de Janeiro: artmed, 2003: 16 *apud* NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. *Teatro Dialógico: Benjamim Santos em incursão pela História e Memória do Teatro Brasileiro*. 2009, 258f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.

Norte do Piauí, Ano XIV, 12 fev. 1981.

O Estado, 2º Caderno, sn, 4 de jul. 1974.

O Dia, Ano XXIII, nº 4078, 11 de dez. 1974.

RIBEIRO, Antônio Rodrigues. *Parnaíba, Presente do Passado*. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2003.

SANTANA, R. N. Monteiro de. (org.). *Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

SILVA, Josenias dos Santos. *Parnaíba e o avesso da Belle Époque: cotidiano e pobreza (1930 – 1950)*. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-graduação em História do Brasil. 120f.

SILVA, Maria da Penha Fonte e. *Parnaíba, minha terra*. Crônicas. Parnaíba, 1987.

Sobre os autores

Ana Karoline de Freitas Nery

Doutoranda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Ministro Petrônio Portela. Integra os grupos de pesquisa: Núcleo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde -SANA (UESPI/UFPI) e Grupo de Estudo e Pesquisa da História das Práticas de Saúde e das Doenças (GEPHPSD). E-mail: karolnery20@ hotmail.com.

Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Bolsista em Produtividade Científica do CNPq. Doutora em História pela UFPE. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Departamento de História. Professora do Quadro Permanente da Pós-Graduação em História da UFPI (Doutorado e Mestrado) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Coordenadora de área voluntária do PIBID/HISTÓRIA/CAPES/UFPI. E-mail: cfontinelles@gmail.com.

Denilson Botelho

Professor de História do Brasil da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Possui Graduação (Bacharelado e Licenciatura) em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestrado e Doutorado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

Eduardo Albuquerque Rodrigues Diniz

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Bacharel em Direito

pela Universidade Federal do Piauí (1994). Mestre em Direito e Gestão de Conflitos pela Universidade de Fortaleza (2018). Possui Espacialização em Direito Constitucional, pelo Centro Unificado de Teresina (2012). Atualmente é Professor Assistente I da Universidade Estadual do Piauí, Assessor Jurídico da Universidade Estadual do Piauí e professor do Centro Universitário UNINASSAU. Participa dos grupos de pesquisa Política, Sociedade e Economia do Brasil no longo século XIX, da Universidade Salgado de Oliveira, e História, Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro, da Universidade Federal do Piauí. Membro da Sociedade de Estudos Oitocentistas (SEO).

Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Professora Adjunto IV do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI Realizou estágio de Pós-doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI (2019). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2010). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFPI (2004). Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela UFPI (1985). Líder do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado Piauí – NEZCPI / UESPI, desde sua criação em 2010. baptistaeli@gmail.com

Elizangela Barbosa Cardoso

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil- PPGHB, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Líder do Grupo de Pesquisa “História das mulheres e das relações de gênero (UFPI) e membro do Grupo de Pesquisa “História Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro (UFPI). E-mail: elibcardoso@yahoo.com.br

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará-UFC e professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. E-mail: fabioleobrito@hotmail.com

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Professor Associado II da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Pós-dou-

tor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2014). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF (2009). Mestre em História do Brasil pela UFPI (2005). Graduado em História pela UESPI (2003). Graduado em Pedagogia pela UFPI (2000). Líder do Grupo de Pesquisa “História Política, Teatro e Música” (UFPI). franciscoufpi@gmail.com

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor Adjunto, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Membro do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil/CMPP, Líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista.

Gisele Sanglard

Doutora em História das Ciências e da Saúde. Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/COC. Pesquisadora CNPQ. <https://orcid.org/0000-0003-4414-6063>. gisele.sanglard@fiocruz.br

Heitor Matos da Silva

Doutorando em História do Brasil pela Universidade federal do Piauí-UFPPI. Integrante do Grupo de Pesquisa “História, Cultura e Subjetividade”. Email:hectorramonehc@hotmail.com

Irisnete Santos de Melo

Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (2003) e mestre em História do Norte e Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco (2010). Atualmente cursa doutorado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí e é professora do Instituto Federal do Maranhão - Campus Timon. É membro do Núcleo de História, Memória, Sociedade e Política da Universidade Federal do Piauí; membro do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indiodescendentes e do Grupo de Estudos e pesquisa em Filosofia, Educação, Gênero e Movimentos Sociais do Instituto Federal do Maranhão- Campus Timon.

Jayra Barros Medeiros

Professora da Semec-Teresina. Doutoranda em História do Brasil (UFPI); Mestre em História do Brasil (UFPI); Especialista em História Cultural (UFPI); Graduada em História (UESPI). Professora Tutora em Especialização História do Brasil (UFPI-CEAD). Professora Semec-Teresina. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: Cidade. História. Piauí.

João Vitor Araújo Sales

Doutorando em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí, Mestre (2019) e Graduado em História (2015) pela mesma Instituição. É sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI).

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. Exerce a função de Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí- UESPI, Departamento de História, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina. Professora Permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UESPI). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Realiza pesquisas em História da Saúde, das Doenças e das Ciências, Gênero e Ensino de História. É líder do Grupo de Pesquisa História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e do Grupo de Trabalho (GT) de História da Saúde e das Ciências da ANPUH-PI. E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br

José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior

Doutorando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Mestre em História do Brasil pela UFPI. Especialista em Estado, Movimentos Sociais e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Graduado em Licenciatura Plena em História pela UESPI. Esta pesquisa foi financiada por bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: arimateaaguiar@hotmail.com

Juliana Amorim da Cruz

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (PPGH/Unifesp), com bolsa CAPES.

Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses

Doutoranda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Especialista em História Social da Cultura pela Universidade Federal do Piauí e Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Integra os grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa “História das mulheres e das relações de gênero (UFPI), Núcleo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde -SANA (UESPI/UFPI) e Grupo de Estudo e Pesquisa da História das Práticas de Saúde e das Doenças (GEPHPSD). E-mail: livia.suelen@hotmail.com.

Luciane Azevedo Chaves

Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí-UFPPI. Mestra em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2016). Especialista em História do Brasil pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada (2011). Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2007). Atualmente é professora do Centro Universitário - INTA-UNINTA: no Curso de Graduação em História. Membro do Núcleo Docente Estruturante -NDE do Curso de Licenciatura em História. Orientadora do Estágio Supervisionado no curso de História (UNINTA).

Marcelo de Sousa Neto

Professor e advogado (OAB-PI n. 15727), possui Pós-doutorado em História pela UFPI (PNPD/CAPES - 2015), Doutorado em História pela Universidade Federal do Pernambuco - UFPE (2009) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2003). Licenciado em História e Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), possui ainda especialização em História Política (UESPI) e História Sociocultural (UFPI). É professor Associado do curso de História da Universidade Estadual do Piauí, atuando na graduação e na Pós-graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória - UESPI/UFRJ). É Professor Permanente da Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI (Mestrado e Doutorado). Tem experiência na área de História da Educação, História Política,

História e Cidade, História das Religiões, Biografia, História e Movimentos Sociais e História do Brasil Imperial. Atualmente é Diretor da Editora da Universidade Estadual do Piauí e preside seu Conselho Editorial. É Coordenador de Área de História, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Campus Clóvis Moura.

Marcus Pierre de Carvalho Baptista

Doutor em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em História do Brasil pela UFPI (2019). Especialista em História Sócio-Cultural pela Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP (2017). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI (2016). Integra o Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí – NEZCPI (UESPI) e o grupo de pesquisa: História Política, Teatro e Música (UFPI). marcus_pierre@hotmail.com

Nathiely de Araújo Silva

Bolsista em Iniciação Científica – PIBIC/CNPq do projeto “Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil Republicano (a partir da década de 1960)”, com o Plano de Trabalho “Os parlamentares e a democracia no Brasil”, desenvolvido entre 2020 e 2021, na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda em História do Brasil pelo Programa de Pós Graduação em História do Brasil (UFPI). Professora de rede privada de ensino de Teresina - PI. E-mail: nathielyaraujo52@gmail.com.

Paula Guerra

Professora de Sociologia na Universidade do Porto e Investigadora no Instituto de Sociologia da mesma Universidade. Paula é Professora Associada Adjunta do Griffith Centre for Social and Cultural Research da Griffith University na Austrália. É fundadora/coordenadora da Rede Todas as Artes: Rede Luso-Afro-Brasileira de Sociologia da Cultura e das Artes e da KISMIF (kismifconference.com e kismifcommunity.com). É presidente da International Association for the Study of Popular Music (IASPM) Portugal e integra o *board* da Research Network de Sociologia da Arte da European Sociological Association. Coordena vários projetos de investigação subordinados às culturas juvenis, sociologia das artes e da cultura, cocria-

ção, metodologias e técnicas de investigação, culturas DIY, entre outros temas. Tem igualmente orientado vários projetos de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento nas áreas mencionadas. Paula é editora-chefe (com Andy Bennett) da revista da SAGE DIY, *Alternative Cultures and Society*. E-mail: E-mail: pguerra@letras.up.pt.

Pedro Pio Fontineles Filho

Doutor em História Social (UFC). Mestre em História do Brasil (UFPI). Especialista em História do Brasil (UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em História (UESPI). Graduado em Letras-Inglês (UFPI). Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História da UESPI. (ProfHistória/ UESPI). Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Diretor de Departamento de Pós-Graduação, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROP/ UESPI desde 2018. Professor Adjunto - Dedicação Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí. Membro do NUPEHD (UESPI) e do SANA (UESPI/UFPI). E-mail: pedropio@ccm.uespi.br.

Rafaela Martins Silva

Antifacista, antirracista e pró-ciência. Defensora do SUS e das políticas públicas direcionadas à educação. É a favor da democracia, da Reforma Agrária, da demarcação das terras indígenas e dos quilombolas. Possui graduação em História - UESPI (2013), mestrado em História do Brasil – UFPI (2016) e, atualmente, é doutoranda na UFPI desde 2020. Tem experiência na área de História do Brasil República, com interesse em temas como pobreza, assistência, filantropia, políticas sociais, doenças, história da medicina, instituições hospitalares e secas.

Ronyere Ferreira

Doutor em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); graduado e mestre em História pela mesma instituição; integrante dos grupos de pesquisa “História, teatro, música e estética” e “História social da cultura: imprensa e literatura”, ambos cadastrados no CNPq. Atualmente está como professor substituto no Curso de História da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Sérgio Luiz da Silva Mendes

Doutor em História do Brasil pela UFPI. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor Adjunto do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). profsergio@frn.uespi.br

Talyta Marjorie Lira Sousa

Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí. Doutora (2023), mestra (2012) e graduada (2009) em História pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial pela Universidade Federal do Piauí (2015) e em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Legale (2022). Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior Vale do Parnaíba (2019). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Afrodescendência e História, Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, imprensa, oitocentos, história do Piauí, educação para as relações étnico-raciais.

Teresinha Queiroz

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1977) e bacharela em Ciências Econômicas pela mesma instituição (1983). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Paraná (1984) e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Professora Associada III da Universidade Federal do Piauí, vinculada ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Lidera o Grupo de Pesquisa História, Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro (DGP/CNP), é pesquisadora do GT Política, Sociedade e Economia do Brasil no longo século XIX (DGP/CNPq), da Universidade Salgado de Oliveira e integra o GT História, Cultura e Subjetividades (DGP/CNPq). Membro da SEO (Sociedade de Estudos Oitocentistas), do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGP), ocupa a cadeira 23 da Academia Piauiense de Letras (APL). Autora de Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo, Do singular ao plural e História, literatura, sociabilidades.

Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Bolsista em Produtividade Científica do CNPq. Doutora em História pela UFPE. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Departamento de História. Professora do Quadro Permanente da Pós-Graduação em História da UFPI (Doutorado e Mestrado) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Coordenadora de área voluntária do PIBID/HISTÓRIA/CAPES/UFPI.

José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior
Doutorando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Mestre em História do Brasil pela UFPI. Especialista em Estado, Movimentos Sociais e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Graduado em Licenciatura Plena em História pela UESPI. Esta pesquisa foi financiada por bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses
Doutoranda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Especialista em História Social da Cultura pela Universidade Federal do Piauí e Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Integra os grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa “História das mulheres e das relações de gênero (UFPI), Núcleo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde -SANA (UESPI/UFPI) e Grupo de Estudo e Pesquisa da História das Práticas de Saúde e das Doenças (GEPHPSD).

Textos de:

Ana Karoline de Freitas Nery - Cláudia Cristina da Silva Fontineles - Denilson Botelho - Eduardo Albuquerque Rodrigues Diniz - Elisabeth Mary de Carvalho Baptista - Elizangela Barbosa Cardoso - Fábio Leonardo Castelo Branco Brito - Francisco de Assis de Sousa Nascimento - Francisco Gleison da Costa Monteiro - Gisele Sanglard - Heitor Matos da Silva - Irisneta Santos de Melo - Jayra Barros Medeiros - João Vitor Araújo Sales - José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior - Joseanne Zingleara Soares Marinho - Juliana Amorim da Cruz - Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses - Luciane Azevedo Chaves - Marcelo de Sousa Neto - Marcus Pierre de Carvalho Baptista - Nathiely de Araújo Silva - Paula Guerra - Pedro Pio Fontineles Filho - Rafaela Martins Silva - Ronyere Ferreira - Sérgio Luiz da Silva Mendes - Talyta Marjorie Lira Sousa - Teresinha Queiroz.

RAMIFICAÇÕES DA HISTÓRIA: POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE

EdUESPI

RAMIFICAÇÕES DA HISTÓRIA POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE

CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES
JOSÉ DE ARIMATÉA FREITAS AGUIAR JÚNIOR
LÍVIA SUELLEN SOUSA MORAES MENESSES
(ORGANIZADORES)



Ramificações da História: política, cultura e sociedade é uma obra que sinaliza para a grandiosidade da História, em seus sentidos amplos e polissêmicos como ciência e como historiografia. Não somente por abranger temáticas tão plurais que gravitam em torno das dimensões indicadas em seu título, mas, sobretudo, pelos percursos teórico-metodológicos que os pesquisadores-autores escolheram para (re)significar objetos, espacialidades, temporalidades e o lastro documental. Diante de tais percursos, as ramificações da história se acentuam, pois os capítulos que compõem a presente coletânea suscitam novos olhares, novas pesquisas e, em decorrência disso, aponta para outros horizontes e ramificações. Além da particularidade de cada pesquisa, sobressaem-se as sensibilidades, trocas e circulações, o que liga e toca as escritas da História aqui reunidas.

Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho
UESPI-UFPI